



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Rafael Losada Martins

Os padrões da vida loka: uma etnografia do corpo no crime

Rio de Janeiro

2021

Rafael Losada Martins

Os padrões da vida loka: uma etnografia do corpo no crime



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Palloma Valle Menezes

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

M386 Martins, Rafael Losada.
Os padrões da vida loka: uma etnografia do corpo no crime / Rafael Losada Martins – 2021.
216 f.: il.

Orientadora: Palloma Valle Menezes
Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Tráfico de drogas – Bahia (BA) – Teses. 2. Jovem – Uso de drogas – Teses. 3. Crime organizado – Teses. 4. Violência – Teses. I. Menezes, Palloma Valle. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 343.575(813.8)

Thaís Louzada Coutinho CRB-7 6809 – bibliotecária responsável pela ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese de doutorado, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Rafael Losada Martins

Os padrões da vida loka: uma etnografia do corpo no crime

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 19 de março de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Palloma Valle Menezes (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof.^a Dra. Mariana Cavalcanti
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof.^a Dra. Márcia da Silva Pereira Leite
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof.^a Dra. Carolina Christoph Grillo
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran
Universidade Federal de São Carlos

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas orientadoras Alba Zaluar (*in memoriam*) e Palloma Menezes. Alba prontamente aceitou assumir a orientação desde o processo seletivo e, ao longo de quatro anos, foi, ao mesmo tempo, grande incentivadora e crítica arguta da pesquisa que culminou nesta tese. Palloma aceitou o desafio de assumir a orientação desta tese já na fase de redação, um momento de grandes incertezas e angústias, felizmente aplacados pelos constantes incentivos e pelo diálogo propositivo que ajudou a dar rumo e consistência a um conjunto bagunçado de ideias. Muito obrigado.

Agradeço também às professoras Carolina Grillo, Marcia Leite e Mariana Cavalcanti, assim como, ao professor Gabriel Feltran por, gentilmente, aceitarem compor a banca de defesa desta tese. À Mariana Cavalcanti, enquanto coordenadora do PPGS, agradeço também por ter envidado os esforços necessários para permitir a finalização da tese.

Agradeço ao Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro por ter propiciado excelentes condições de trabalho para o desenvolvimento desta tese, assim como, aos seus funcionários, sempre eficientes e atenciosos no atendimento das demandas do corpo discente.

Sou grato aos professores Luiz Antônio Machado da Silva (*in memoriam*) e Palloma Menezes por terem compartilhado seus conhecimentos e promovido debates essenciais para minha formação no campo da socioantropologia da violência durante as disciplinas Etnografias sobre Policiamento e Crime I e II. Agradeço também aos professores das disciplinas de Seminário de Tese, Breno Bringel e José Maurício Domingues, pelas críticas, comentários e sugestões aos primeiros esboços e capítulos da tese.

Aos meus colegas do Núcleo de Pesquisa em Violências – NUPEVI, Carolina Rocha Silva, Maria Eduarda Ota e Leonardo de Oliveira Fontes sou grato pela convivência, conversas e incentivos.

Agradeço especialmente aos moradores de Itinga pela convivência, conversas e por dividirem suas histórias de vida. Em Itinga tive a imensa felicidade de ter sido acolhido na casa de Nadjena, onde pude conhecer e conviver um pouco com Neusa (*in memoriam*) e Alípio, e experimentar a hospitalidade dessa família. Sou grato a

Ricardo Andrade que abriu inúmeras portas e intermediou contatos imprescindíveis para a realização do trabalho de campo, além de ter compartilhado comigo ideias e interpretações sobre os temas pesquisados, em um diálogo muito profícuo para o entendimento da conjuntura local do bairro. Cleide Rezende e Araci Oliveira também abriram inúmeras portas e me apoiaram bastante nas andanças pelo bairro e no contato com moradores.

Agradeço ao José Carlos Arruti que, com toda a sua experiência e conhecimento da administração municipal de Lauro de Freitas, foi fundamental para intermediar os contatos com as instituições locais, além de ter partilhado inúmeros dados coletados durante a sua gestão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal.

Tatiana, minha esposa, foi compreensiva e paciente com os momentos mais importantes e críticos do doutorado, os meses fora de casa realizando o trabalho de campo e a escrita da tese.

Agradeço aos meus pais e meu irmão por me apoiarem ao longo do doutorado e por me receberem novamente em casa quando me mudei de Salvador para o Rio de Janeiro.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES que financiou esta pesquisa através da bolsa de doutorado.

RESUMO

MARTINS, Rafael Losada. *Os padrões da vida loka: uma etnografia do corpo no crime*. Orientadora: Palloma Valle Menezes. 2021. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta tese versa sobre a participação de jovens no tráfico varejista de drogas realizado por coletivos criminais, denominados *facções*, e processos de subjetivação e corporalização. O objetivo principal é descrever e analisar processos de espacialização territorial e corporal de dinâmicas criminais e, dessa forma, contribuir para a compreensão da reprodução social desses coletivos (inclusive, de suas atividades econômicas). Para tanto, foi realizada pesquisa etnográfica em um bairro da Região Metropolitana de Salvador, cujo trabalho de campo buscou apreender e descrever a adesão de jovens à *facção* local, a participação deles na rotina do comércio varejista de drogas, os atos intencionais de violência física, perpetrada e/ou sofrida, os estilos de vida e práticas de consumo. Em um primeiro momento, após descrever a territorialização de processos supralocais recentes – relacionados às dinâmicas criminais, aos mercados ilegais (de drogas e armas de fogo) e legais e à ação estatal – e seus efeitos sobre o cotidiano do bairro, a tese analisa a persona do *patrão da vida loka* e desenvolve a hipótese segundo a qual transformações na subjetividade e na sociabilidade de participantes dos mercados ilegais indicam a emergência de uma modalidade distinta de agenciamento coletivo do desejo, interpretada através da noção de “crime-dispêndio”. Na sequência, para avançar a compreensão acerca dos processos de incorporação do crime-dispêndio e seus efeitos sobre a subjetividade e sociabilidade, a tese explora uma dimensão constitutiva do ordenamento social das *facções*, a saber, o (des)encaixe semântico entre corpo e território, fabricado através do acionamento de duas cadeias miméticas: corpo, território e *facção*; e, perpetrador, arma e corpo da vítima. A análise da operacionalização dessas cadeias miméticas em situações envolvendo conflitos violentos revela a importância delas tanto para a constituição da coletividade *facção* e a produção de alteridades radicais, quanto para a produção da aura de poder desses coletivos. Por conseguinte, conclui-se que esses processos de investidura mimética do corpo integram o fundamento da reciprocidade violenta que caracteriza o funcionamento dos mercados ilegais no bairro.

Palavras-chave: corpo; violência. mimeses; tráfico de drogas; *facções*.

ABSTRACT

MARTINS, Rafael Losada. *Patrões da vida loka: an ethnography of the body in crime*. Orientadora: Palloma Valle Menezes. 2021. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This thesis deals with the participation of young people in the retail drug trade carried out by criminal collectives, called *facções*, and the processes of subjectivation and corporealization. The main objective is to describe and analyze processes of territorial and corporal spatialization of criminal dynamics and thus contribute to the understanding of the social reproduction of these collectives (including their economic activities). To this end, ethnographic research was carried out in a neighborhood in the Metropolitan Region of Salvador, whose fieldwork sought to apprehend and describe youth membership in the local *facção*, their participation in the routine of the retail drug trade, intentional acts of physical violence perpetrated and/or suffered, lifestyles and consumption practices. In a first moment, after describing the territorialization of recent supralocal processes - related to criminal dynamics, illegal markets (of drugs and firearms) and legal markets, and state action - and their effects on the neighborhood's daily life, the thesis analyzes the persona of the *patrão da vida loka* and develops the hypothesis according to which transformations in the subjectivity and sociability of participants in illegal markets indicate the emergence of a specific type of collective assemblage of desire, interpreted through the notion of "crime-expenditure". Subsequently, in order to advance the understanding of the embodiment processes of crime-expenditure and its effects on subjectivity and sociability, the thesis explores a constitutive dimension of the social ordering of the *facções*, namely the semantic (dis)fit between body and territory, which is produced through two mimetic chains: body, territory and faction; and perpetrator, weapon and victim's body. The analysis of the operationalization of these chains in situations involving violent conflicts reveals their importance both for the constitution of the collectivity *facção* and the production of radical otherness, and for the production of the aura of power of these collectives. Therefore, we conclude that these processes of mimetic investiture of the body are part of the foundation of the violent reciprocity that characterizes the functioning of illegal markets in the neighborhood.

Keywords: body; violence; mimesis; drug trafficking; *facções*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa Delimitação territorial dos bairros de Lauro de Freitas/BA....	39
Figura 2 - Mapa Delimitação territorial do bairro de Itinga, Lauro de Freitas...	40
Figura 3 - Mapa Localização de empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida.....	41
Figura 4 - Parede no bairro de Itinga pichada com a expressão “tudo 3”.....	55
Figura 5 - Ônibus fretado para o enterro de Marreno com a traseira pichada	62
Figura 6 - Fotos de muros pichados por policiais com referência ao PETO no Residencial Dona Lindú.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCS	Base Comunitária de Segurança
BDM	Bonde do Maluco
CIPM	Companhia Independente de Polícia Militar
CP	Comando da Paz
DPT	Departamento de Polícia Técnica
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
MCMV	Minha Casa, Minha Vida
MJ	Ministério da Justiça
PETO	Pelotão de Emprego Tático Operacional
PPV	Pacto Pela Vida
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROTEJO	Proteção de Jovens em Território Vulnerável
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	O MUNICÍPIO E O BAIRRO: LAURO DE FREITAS E ITINGA.....	28
2	ITINGA É TUDO 3: BONDE DO MALUCO E O TRÁFICO VAREJISTA DE DROGAS.....	42
3	OS PATRÕES DA VIDA LOKA E O CRIME-DISPÊNDIO.....	70
3.1	Sexta-feira no Largo.....	70
3.2	O patrão e a vida loka.....	74
3.3	Pedrinho CK, um <i>patrão da vida loka</i>	98
3.4	O crime-dispêndio: consumação, desejo e corpo.....	114
4	O CORPO NO CRIME: ENCORPORAÇÕES DO CRIME-DISPÊNDIO..	141
4.1	Então fala que é nós! E se não for? Nós pega.....	148
4.2	“A família é uma só, tudo 3 de coração”.....	162
4.3	“Quando chegou o natal, o tráfico tomou conta do nosso prédio”.....	176
4.4	“Como era lindo o meu menino”.....	187
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
	REFERÊNCIAS.....	204

INTRODUÇÃO

Cumpre-nos informar neste relatório algumas dificuldades enfrentadas na implementação do Projeto [...] nos territórios de paz [...] Um fato recente, ocorrido [...] nos últimos dias, envolvendo uma jovem de 17 anos [...] vítima de violência policial, por três vezes. Na primeira vez houve arrombamento da casa onde morava sozinha [...] por parte dos policiais Civis e da Rondesp, neste dia ela estava acompanhada pelo parceiro [...] Em seus relatos a vítima frisa que foi agredida brutalmente com socos, pontapés e com choques elétricos. Os policiais envolvidos nessas agressões pediram a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para deixá-los vivos [...] Em meio ao espancamento, um policial encontrou nos pertences da jovem o cartão do PRONASCI com o seu nome e a camisa do projeto. Ela associa o fato da agressão ter sido interrompida à descoberta do cartão, uma vez que um dos policiais tinha conhecimento do PRONASCI através de sua presença no evento do Território de Paz [...] Por fim, houve nova invasão da residência da jovem nos dias 20 e outra no dia 23 de novembro, em busca de [seu namorado]. Na ocasião houve agressões por parte da polícia mais uma vez. [...]

Outro fato relevante que deve ser relato ao senhor é que os alunos do [projeto] nos informam que estão sendo abordados pela polícia por estarem usando as camisas do referido projeto, pois os policiais os encaram como marginais ou suspeitos [...] os traficantes estão ameaçando os participantes do [projeto] que já não se sentem seguros de circular com a camisa do projeto no bairro. (SEC, 2009).

Uma narrativa-memorial: a construção do tema e do objeto de pesquisa

A escolha de um tema de pesquisa, dizia Weber, é o ponto de partida arbitrário de toda reflexão científica. No caso desta tese, o caráter casual deriva, inicialmente, de um conjunto de experiências, inquietações e indagações suscitadas ao longo de cinco anos durante a minha atuação profissional enquanto Cientista Social no Ministério da Justiça – MJ, lotado no Departamento de Políticas, Programas e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp. Entre 2009 e 2014, residindo

na cidade de Salvador, fiz parte do Comitê de Articulação Local Bahia – CAL/BA, responsável, dentre outras atividades, por induzir, monitorar e avaliar a implementação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci¹. Esse cargo na administração pública foi a minha primeira experiência profissional fora do universo acadêmico e coincidiu com o término do meu mestrado em Antropologia, realizado na Universidade Federal da Bahia. Até a defesa da dissertação e o início das atividades no MJ, minhas áreas e temas de interesse estavam claramente definidos na Plataforma Lattes: “ciências sociais e saúde; práticas, memória oral e narrativa de terapeutas tradicionais; biotecnologia, corporalidade e sociabilidade”. Tanto na graduação, quanto no mestrado participei de e desenvolvi pesquisas no campo de estudos da Antropologia da Saúde e da Doença, a reconstrução narrativa das práticas terapêuticas de um babalorixá da Ilha de Itaparica (MARTINS, 2007) e as transformações na sociabilidade e corporalidade de pessoas submetidas ao transplante de órgãos (MARTINS, 2009), respectivamente.

O início das atividades profissionais no MJ representou, portanto, um duplo ponto de inflexão na minha trajetória, da academia para a administração pública e dos estudos sobre saúde para os de criminalidade. Enquanto membro do Comitê de Articulação Local – Bahia, acompanhei de forma mais sistemática as ações do eixo Programas Locais, desenvolvidas majoritariamente no âmbito municipal, que abrangiam a implantação e funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGIM (colegiados de gestão integrada do sistema de segurança pública e defesa social) e os projetos de prevenção à violência e criminalidade. Dentre os municípios baianos participantes, Lauro de Freitas foi o que alcançou maior êxito e, no período de 2009 até 2012, implementou uma série de ações financiadas pelo Pronasci, direcionadas ao bairro de Itinga, foco territorial o programa. Para lá também

¹ O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci foi instituído através da Medida Provisória nº 384/2007, posteriormente transformada na Lei Federal nº 11.530/2007, cuja redação foi parcialmente alterada pela Lei Federal nº 11.707/2008. Lançado em agosto de 2007 pelo governo federal através do Ministério da Justiça, o programa tinha como meta principal a redução do índice de homicídios no país, mediante investimentos e ações direcionadas, inicialmente, às onze regiões metropolitanas identificadas, à época, como as mais violentas. Com um orçamento aproximado de R\$ 6,7 bilhões, o programa estava estruturado em torno de 94 ações (projetos) distribuídas entre dois eixos, “Ações Estruturais” e “Programas Locais”. Sob o mote “um novo paradigma para a segurança pública” cristalizado na concepção de “segurança cidadã”, a estratégia alavancada pelo programa para alcançar sua ambiciosa meta tinha por base a articulação de ações de repressão qualificada com ações de prevenção à violência e criminalidade, que deveriam ser implementadas a partir de quatro focos prioritários (BRASIL, 2008). No estado da Bahia, o Pronasci foi, inicialmente, implantado em quatro bairros de municípios da Região Metropolitana de Salvador: Tancredo Neves em Salvador; Itinga em Lauro de Freitas; PHOC I, II e III em Camaçari; e Ponto de Parada em Simões Filho.

convergiu a política de segurança pública estadual, o Programa Pacto pela Vida – PPV, através da implantação, em 2012, de uma Base Comunitária de Segurança – BCS. Ao longo desses anos, em razão das demandas de trabalho concentradas no município, fui aos poucos tecendo e consolidando laços afetivos e profissionais com Lauro de Freitas e os moradores do seu mais populoso bairro, Itinga

Pouco antes de findar o contrato de trabalho com o MJ, já havia decidido iniciar o doutorado, mas demorei quase um ano para decidir se continuaria a pesquisa iniciada no mestrado ou aproveitaria as experiências, inquietações e indagações profissionais dos últimos anos para adentrar um novo campo de estudos. Pelo exposto até aqui, deve estar clara a minha escolha pela segunda opção. Vale ressaltar que, não obstante o contato cotidiano com temas diversos da agenda pública das políticas de segurança, minha inserção nessa agenda era dada de antemão pelo cargo ocupado. Eu era um funcionário da administração federal, representando o Ministério da Justiça perante o estado da Bahia e demais municípios integrantes do Pronasci, responsável por induzir e monitorar a implementação local dessa política pública. Digo isso, pois, para o desempenho adequado das minhas atribuições tive, dentre outras coisas, que aprender a linguagem da “nova” segurança pública (SENTO-SÉ, 2011, p. 503), frequentemente denominada de “segurança cidadã”², naquele momento difundida pelo país sob os auspícios do governo federal e seus representantes, eu incluso.

Aprender a linguagem da nova segurança pública e dominar seus meandros foi um processo paulatino, mas, com o passar do tempo, tornei-me fluente. Demorou um pouco mais para perceber que esse aprendizado não era mera formalidade profissional e seu emprego, tampouco, inócuo, pois, constituía uma forma de nomear

² O dito paradigma da “segurança cidadã” é uma criação latino-americana difundida por organismos internacionais ao longo da década de 1990, que começa a vingar no Brasil na virada do século, através de um acordo de cooperação técnica entre a Senasp e a ONU (FREIRE, 2009, p. 53). Em conformidade com a concepção da natureza multicausal da violência, esse paradigma propõe, como principal estratégia de intervenção, implementar políticas setoriais integradas ao nível local, abarcando tanto as de cunho repressivo, quanto as preventivas. O objetivo principal é proteger a cidadania contra os fatores que ameaçam seu pleno exercício, em especial, aqueles que representariam sua negação, a violência e a criminalidade. Indubitavelmente, o Pronasci é tributário da difusão do paradigma da “segurança cidadã”, juntamente com outra de suas derivações, a “terceira via” (SOARES, 2000, p. 114). Ambos correspondem a uma ampliação não apenas semântica das políticas públicas de segurança, mas também prática, porquanto passam a englobar ações de proteção social, sob a roupagem dos projetos de prevenção à violência e criminalidade. Ao seu rol de responsabilidades é incluída, de forma inédita, a de mediar o acesso à cidadania de acordo com os recortes populacionais que constituem os públicos-alvo das ações preventivas, elemento-chave para a regulação da distribuição da legitimidade política, isto é, para a definição de quem tem “direito a ter direitos”.

e classificar fenômenos, eventos e pessoas, ou seja, uma grade de inteligibilidade que orientava cursos de ação, um “modelo de e para” nos termos de Geertz (2008, p. 69-70). Os efeitos de se tornar um nativo da linguagem da segurança cidadã se estenderam para além do cargo ocupado e marcaram de forma indelével os primeiros passos desta tese. Foi com ela incorporada ao meu habitus, que elaborei o pré-projeto de pesquisa para o processo seletivo do doutorado em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP. Ao longo dos primeiros semestres do doutorado até a apresentação do projeto de pesquisa na qualificação, essa influência foi progressivamente atenuada, mas ainda se fez presente. A familiarização com o novo campo de estudos através do levantamento e leitura da bibliografia pertinente ao tema de pesquisa, da identificação dos principais tópicos da atual agenda de pesquisa e das abordagens teórico-metodológicas mais influentes permitiram, gradualmente, ganhar um distanciamento crítico em relação às formulações iniciais, ainda muito embrionárias, apresentadas no processo seletivo da seguinte forma:

[...] estudar as políticas de segurança pública implementadas a partir do ano de 2009 no bairro de Itinga, situado no município de Lauro de Freitas/BA, com o objetivo de analisar a crescente influência da abordagem territorial (sócio-espacial), e suas consequências, na formulação dessas políticas, assim como, analisar a adoção de estratégias de enfrentamento à violência e criminalidade urbanas que conjugam projetos de prevenção com a implantação de equipamentos de policiamento comunitário. A opção por esse duplo enfoque analítico (abordagem territorial e estratégias de enfrentamento) deve-se, em grande medida, a influência das noções de “espaços urbanos seguros” e “segurança cidadã”, amplamente difundidas por agências internacionais, nas políticas de segurança desenvolvidas no bairro de Itinga.

Para além da familiarização com o campo de estudos, as sessões de orientação com a professora Alba Zaluar, as disciplinas cursadas, as conversas com professores e colegas e as sucessivas apresentações do pré-projeto ensejaram sucessivas alterações, que, em síntese, corresponderam ao progressivo afastamento de um enfoque institucional-normativo do objeto de pesquisa (naquele momento, as políticas públicas de segurança em Itinga), em direção a uma maior preocupação com os efeitos produzidos pela inscrição dessas políticas na vida social local e nas trajetórias daqueles que constituíam o público-alvo principal, os jovens. Ao empurrar a análise para o plano societário, essas alterações também influenciaram o recorte da pesquisa. As políticas públicas de segurança foram preteridas em favor do acompanhamento *in situ* de um projeto de prevenção à violência específico, aproveitando, para tanto, a oportunidade criada pelo próprio município de Lauro de Freitas, que conseguiu captar sobras finais dos recursos do Pronasci para reeditar o

projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo³, já realizado anteriormente pelo governo de estado (inclusive, em Itinga). À essa oportunidade somava-se a minha experiência e conhecimento prévios acumulados durante os dois anos de monitoramento e avaliação do Protejo estadual. Inclusive, a citação no início desta introdução apresenta trechos de um ofício enviado ao CAL/BA pelo órgão estatal executor do projeto, quando eu ainda era membro do referido comitê, intitulado “Situação Emergencial do Protejo Pronasci”.

Ambas as situações relatadas envolvem os uniformes do Projeto, cujo uso pelos participantes era obrigatório⁴. Sua utilização foi concebida, dentre outros motivos, para funcionar como um critério de diferenciação positiva dos participantes. Por um lado, permitiria distingui-los daqueles efetivamente inseridos nos mercados ilegais do bairro, elevando, dessa forma, a autoestima mediante um pretense reconhecimento social entre os moradores do bairro. Por outro, no caso dos participantes com envolvimento prévio em atividades ilícitas, funcionaria como uma espécie de “passaporte” para a livre circulação, indicando aos agentes estatais da segurança pública (policiais civis e militares) que eles estariam em um momento de “reconfiguração de suas trajetórias de vida”. Vulneráveis, mas uniformizados, esses jovens transitariam orgulhosos pelas ruas do bairro em direção ao projeto, ostentando no próprio corpo a marca de uma distinção, a escolha de não terem caído nas “tentações” do “mundo do crime” (ou a escolha de se afastar delas), desfazendo, assim, um destino tido por muitos como inexorável. Infelizmente, conforme expresso

³ O Protejo integrava o conjunto de ações do eixo “Programas Locais” do Pronasci e tinha por “objetivo a formação cidadã dos jovens e adolescentes a partir de práticas esportivas, culturais e educacionais, através da realização de atividades de emancipação e socialização, as quais possibilitem a sua reinserção nas comunidades em que vivem [...] contempla conteúdos que buscam o desenvolvimento do jovem como um sujeito de direito” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 13-14). Essa proposta de “formação cidadã” estava estruturada em torno de dois eixos: o Percorso Social Formativo – PSFO e o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI. O primeiro visava o “desenvolvimento do jovem como um sujeito de direito” por meio da participação em atividades diversas, em um total de 600 horas/aulas distribuídas ao longo de doze meses, ministradas por “oficineiros” e orientadas pelos seguintes temas transversais: segurança pública; cidadania; direitos humanos; cultura de paz; protagonismo juvenil. Já o PDI, realizado paralelamente às atividades sócio-educacionais, tinha por objetivo estimular o jovem, com apoio da equipe multidisciplinar, a elaborar projetos de vida, “fazendo com que este analise sua trajetória de vida, elabore suas expectativas e construa estratégias que o levem a alcançar seus objetivos” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2013, p. 15).

⁴ Por mais que o uniforme tenha sido objeto de inúmeras conversas e discussões, sua obrigatoriedade ou, melhor dizendo, a prescrição do seu uso para adentrar o local do projeto e participar das atividades permaneceu até o final. Prescrição essa que, obviamente, era um tanto quanto flexível em função das mais diversas situações. Talvez, seja mais correto dizer que o uso do uniforme permaneceu como uma diretriz, uma orientação, muitas vezes não cumprida.

no ofício, o uso do uniforme despertou diversas e inesperadas interpretações e reações por parte dos policiais e traficantes.

Para tornar a situação ainda mais complexa, a vinculação do projeto à um programa de segurança pública, associada ao afã por “competir” com o tráfico pelos jovens do bairro, gerou tensões, potencialmente conflitivas, com o seu “concorrente”. Antes do início do Protejo já se aventava, dentre os possíveis obstáculos ao seu funcionamento, a dificuldade que alguns participantes encontrariam para transitar pelo bairro até o local onde as atividades seriam realizadas, por conta das fronteiras materiais e simbólicas que recortam os bairros em função do domínio territorial de diferentes coletivos criminais e das rivalidades e rixas entre grupos de jovens. Saber identificar essas fronteiras é imprescindível para orientar as rotinas e os deslocamentos dentro do bairro, sobretudo para os jovens, geralmente hábeis nesse quesito. Todavia, reconhecê-las não implica na neutralização dos perigos potenciais implicados no trânsito através delas. Para os participantes do projeto, o perigo tornou-se ainda maior, pois, devido à vinculação ao Pronasci, recaía sobre eles, frequentemente, a suspeita de delatores em potencial. Além da previsão ter sido confirmada, lá estava novamente o uniforme (enquanto signo do “jovem de projeto”) interferindo diretamente no cotidiano, inclusive na segurança, daqueles que o vestiam: “os traficantes estão ameaçando os participantes do Protejo que já não se sentem seguros de circular com a camisa do projeto no bairro”.

Ao fim e ao cabo, além de assunto recorrente nas pautas de reunião, os uniformes seguiram como signos titubeantes, por vezes fornecendo uma identificação positiva aos jovens, noutras obstando sua circulação e, no limite tênue da legalidade e para além dele, tornando-os alvos preferenciais das ações discricionárias e repressivas dos policiais e das ameaças dos traficantes. Essas e outras situações, acompanhadas de perto por mim, concernentes aos efeitos locais gerados pela realização da primeira edição do Protejo refletiram bastante no projeto de pesquisa apresentado na qualificação. Em linhas gerais, propus acompanhar e analisar a implementação e execução do Protejo no bairro de Itinga, com foco nos efeitos práticos sobre as dinâmicas sociais e a vida cotidiana dos jovens participantes. Com o projeto de pesquisa redigido, iniciei o planejamento do trabalho de campo e decidi viajar para a Bahia, onde residiria por alguns meses em Itinga, logo após a qualificação. Todavia, na semana da apresentação do projeto de pesquisa para a banca fui informado por um membro do GGIM de Lauro de Freitas sobre a decisão do

município de declinar a execução do convênio referente ao Protejo e devolver os recursos já repassados. Viajei para Lauro já ciente de que o objeto de pesquisa havia se extinguido antes mesmo de sair do papel.

De dezembro de 2016 até junho de 2017, residi no loteamento Jardim Pérola Negra, um dos primeiros de Itinga a receber moradores na década de 1970, muitos deles oriundos do bairro do Nordeste de Amaralina em Salvador. Inclusive, a casa onde aluguei um quarto foi a primeira a ser construída na rua, quando a rua ainda nem existia. Dona Neide e seu marido, Odir, trocaram o aluguel em Salvador pela casa própria em Itinga, construída e constantemente reconstruída, reformada e ampliada (para cima) até hoje, ao sabor do fluxo nem sempre constante de recursos financeiros. Com ela aprendi muito sobre a formação do bairro, a progressiva transformação da área rural em urbana, as imensas dificuldades da urbanização feita a conta gotas, ao longo de décadas, e sempre insuficiente em relação a demanda, mas também ouvi atentamente as consecutivas vitórias com muita *luta* e sacrifício representadas pela melhora das condições de vida no local, a evolução da casa registrada na atual arquitetura (ampliada, aprimorada e embelezada) e, a maior de todas as vitórias, a criação dos três filhos, todos formados com nível superior, empregados com carteira assinada e casados, “encaminhados”, como ela gostava de frisar. O conjunto de retratos na entrada da sala, frequentemente acionados por Neide ao falar dos filhos, resumia, quase na forma de um altar, essa vitória. Fotos das formaturas, dos casamentos e, é claro, dos netos. Tudo devidamente registrado e motivo de muito orgulho e satisfação, “dever cumprido”, disse.

De vez em quando, nas conversas, Neide fazia referência à criminalidade no bairro. Um assunto que só aparecia quando falava da adolescência dos filhos ou comentava sobre a situação atual do bairro. Na década de 1990, durante a adolescência dos filhos, uma das grandes preocupações era evitar a “mistura”, isto é, vigiar e controlar o contato com outras pessoas consideradas má influência, principalmente outros adolescentes. Inclusive, atribuía o sucesso de ter *encaminhado* os filhos aos cuidados dispensados para impedir misturas indevidas, o que na prática significava impedir duas coisas, o uso de drogas ilegais e o envolvimento com a criminalidade. “Porque se atrai na maconha, na cocaína, se misturam com os bandidos. Aí também tem aquela coisa de comprar roupa de marca, tênis de marca, dinheiro fácil. Que é disso que as meninas gostam”.

As drogas e os *bandidos* apresentam essa qualidade, tão sedutora quanto abjeta, de afetar, de atrair os jovens. Sedução e abjeção são constatações empíricas, juízos de fato expressos por Neide, a partir da observação da vizinhança. “Desses jovens daqui, tem alguns que se salvaram, alguns. Mas muitos morreram”, constatou após breve momento de reflexão, demonstrando, na sequência, surpresa e assombro, como se, até ser indagada, não tivesse pensado sobre, ou dado a devida relevância para a recorrência dessas mortes.

“Mataram beltrano, mataram ciclano, mataram não sei quem’ é quase toda semana”, resumiu Neide a situação atual do bairro desde que teve início a uma disputa interna entre dois grupos da mesma *fação* que controla o comércio de drogas no local. Os confrontos armados e os homicídios tornaram-se cada vez mais frequentes. Quase toda semana, se não, quase todo dia, surgiam as notícias sobre os mortos, frequentemente, através dos grupos de troca de mensagens de aplicativos no celular, não raro acompanhadas de fotos. Os muros do bairro pichados com a palavra “luto” tornaram-se ainda mais frequentes, assim como a presença do Departamento de Polícia Técnica – DPT e dos rabeções. Menos visível, porém igualmente impactante, o luto, os traumas psicológicos, as incapacitações físicas e a dissolução de famílias alastravam-se, no mais das vezes, silenciosamente e atravessando gerações. Neide alertou:

Rafa, cuidado na hora que você sair, vai na sua, porque essa semana passada aí, foi dez tiros, pá, pá, pá. Umas quatro e meia, você ainda não tinha chegado não. O tiro comeu aí nesse larguinho. Eles passaram normal de bicicleta, depois um voltou e deu três tiros no outro que tava no bar.

Outro importante interlocutor durante o trabalho de campo costumava repetir “as ruas enlouqueceram”. Um diagnóstico local compartilhado por muitos moradores. O descontrole atual dos homicídios foi reconhecido pela delegada titular de Itinga, que disse já ter identificado alguns acusados e realizaria, em breve, prisões. Mas, na mesma conversa, reconheceu que, ao fim e ao cabo, essas ações só serviriam para “enxugar o gelo” e reduzir um pouco a taxa de homicídio da região, de forma a não destoar muito das metas estabelecidas pelo Pacto pela Vida. A “guerra” entre Morcegão e Gringo era, de acordo com a delegada, o motivo do rápido aumento dos homicídios. Antes parceiros, ambos integrantes da *fação* Bonde do Maluco – BDM, Morcegão rompeu com Gringo iniciando uma disputa pelo controle do tráfico no bairro. Desde então, surgiram dois grupos rivais, o *Bonde do Ajeita* e o *Bonde do Azuado*, respectivamente.

No intento de apaziguar a rivalidade, a comandante da Base Comunitária de Segurança – BCS de Itinga afirmou ter feito modificações no patrulhamento ostensivo nos pontos mais críticos com objetivo de conter os conflitos armados, criando uma espécie de zona neutra entre os grupos rivais. Todavia, na mesma conversa, reconheceu o curto alcance dessa iniciativa, já que a área de atuação da BCS dentro do bairro era limitada e, além do mais, não abrangia os empreendimentos do MCMV, locais onde o domínio (e a disputa) territorial pelo controle do tráfico seria mais intenso.

O trabalho de campo desta tese foi realizado nessa conjuntura, na qual dois grupos da mesma *facção* disputavam o controle sobre os pontos de venda de drogas no bairro, o que, colateralmente, também favoreceu e intensificou as investidas de *facções* rivais sobre o bairro, especialmente do Comando do Paz – CP, estabelecido nos bairros de Portão (Lauro de Freitas) e São Cristóvão (Salvador). Ao terrível turbilhão de acontecimentos trágicos desencadeados pela própria dinâmica criminal deve-se acrescentar o papel, não menos relevante, da ação estatal através, sobretudo, das polícias, militar e civil. Para além, das falas institucionais da delegada titular sobre os mandados de prisão, e da comandante da BCS sobre o patrulhamento, há todo um emaranhado de práticas legais e ilegais imiscuído na atuação local dos agentes do estado que elevam exponencialmente o quadro trágico de mortes violentas, sobretudo, de jovens. Extorsões, torturas, prisões ilegais e execuções sumárias eram tão ou mais recorrentes que os *ataques* entre os *bondes* e entre os *bondes* e os *alemão*. Uma figura quase onipresente nas conversas era Satã, um policial militar, que trabalha “com farda e sem farda”, muito temido pela truculência e pela fama de matador. Ele e o Voyage cinza, associado pelos moradores ao serviço reservado da Polícia Militar, aterrorizam os *meninos* do tráfico e suas mães.

Todo esse cenário está amplamente descrito nas anotações do caderno e do diário de campo, gravado nas entrevistas, registrado nas fotografias e foi vivenciado por mim, através, evidentemente, de um lugar social muito específico. E, ao longo de praticamente todo o trabalho de campo, isso consumiu meus pensamentos e energias, tanto no plano existencial, foi, de fato, um período de grande desgaste emocional, quanto no que dizia respeito à pesquisa. Faltavam poucos dias para voltar ao Rio de Janeiro, tinha construído um vasto acervo de dados (primários e secundários, qualitativos e quantitativos), muito além daquilo que conseguiria dar conta na tese, mas não fazia a menor ideia sobre o que escrever, afinal, qual seria o objeto da minha tese?

Angustiado, mas firme na cansativa tarefa de organizar os dados produzidos e coletados antes de retornar, comecei a atentar para algumas observações escritas no caderno e no diário de campo. Anotações que fazem parte daquele conjunto de informações que na hora parecem triviais ou de pouca relevância, mas foram incluídas, pois, por algum motivo chamaram a atenção e, no trabalho de campo, nunca se sabe de antemão o que é ou será relevante. Ao ler e reler essas anotações, identifiquei uma recorrência de descrições sobre o empenho e a habilidade desses jovens para tornar a beleza ainda mais bela, embelezar-se. Assim como, era inegável o fascínio e o apreço deles pelas roupas de *marca*. Decerto, beleza e moda não são preocupações exclusivas da juventude periférica da Região Metropolitana de Salvador, pelo contrário, encontram-se difundidas por diversos estratos sociais e etários da população brasileira.

Naquele momento, o que saltou aos olhos foi o efeito de dissonância, a sinistra e desconcertante proximidade entre beleza e violência. Aqueles mesmos jovens tão ativos e empenhados nas mais variadas práticas estéticas de beleza, exalando jovialidade, vitalidade e sensualidade, eram também os mais vitimados pela violência no bairro, mortos por outros jovens como eles ou por agentes do estado. Abaixo, transcrevo dois trechos do diário de campo com observações feitas no mesmo dia, com um intervalo de poucas horas entre os acontecimentos relatados.

Acordei mais cedo com o barulho ensurdecedor de uma criança uniformizada arrastando a mochila de rodinhas no asfalto, acompanhada, pela irmã mais velha, também uniformizada. Moram na mesma rua onde estou, acho que três casas ao lado. A mais velha deve ter acordado ainda mais cedo. Maquiagem, batom, rímel, sombras nos olhos, além dos acessórios: colares, brincos, pulseiras. O propósito do uniforme foi subvertido e a camisa do colégio dobrada de um tal jeito que poderia estar no manequim de uma loja no shopping. E, por incrível que pareça, caminhava para o colégio com um sapato de salto. Não era um salto enorme, mas, ainda assim, caminhar apressadamente acompanhando o mais novo pela rua irregular, cheia de buracos, atestava a destreza dela.

[...]

Terminei o café, desci a escada e parei na frente do portão para sair, quando dona Neide foi ao meu encontro e falou para esperar um pouco. Uma comadre, não sei qual, pois quase sempre se refere às amigas e conhecidas assim, sem usar nomes, enviou uma mensagem dizendo que teve tiroteio do campinho há pouco tempo. Esperei uma meia hora e saí. Retornei no final de tarde. Como de costume, Neide chamou para beber um cafezinho e comer bolo. Ela tinha retornado há pouco do armarinho e encontrou uma comadre (não sei se a mesma da mensagem). Conversaram sobre o tiroteio no campinho. Dois foram baleados, um morreu na hora e outro foi para o hospital e parece que corre risco de ficar paraplégico. Pelo que entendi, o hospitalizado é “meio irmão”, por parte de pai, da adolescente bonita que caminhava em direção ao colégio pela manhã. Ela própria, disse Neide,

quase foi baleada certa vez, quando andava ao lado desse irmão no largo. Ficou com uma cicatriz no rosto, pois correu para se proteger, tropeçou e caiu com a cabeça no meio-fio. Talvez seja esse o motivo da maquiagem, ou não, vai ver que só quer estar bonita. E Neide encerrou o assunto dizendo: "Esse menino tá pedido faz tempo".

Ruminando sobre essa inaudita proximidade entre a beleza contagiante desses jovens e o enredamento de muitos deles nas tramas frequentemente funestas dos mercados ilegais, lembrei dessa persona ocasionalmente encontrada pelas ruas do bairro, presente em algumas letras de música de pagode, tão sedutora, quanto temida, o *patrão da vida loka*, que, resumidamente encarna a imagem do *ladrão* bem-sucedido financeiramente. Com suas roupas e tênis de *marca*, anéis e *batidões* de ouro e prata, cortes de cabelo arrojados, arma na cintura, sempre acompanhado por *novinhas* e com *dinheiro no bolso* para dispende desmedidamente em público e, assim, bancar a *orgia* e a *putaria* noite adentro. Muitos almejam ser igual a ele, *trabalhar pelo celular* e só *esperar o dinheiro chegar*, sem se envolver com o dia-a-dia das *bocas*, nem ter contato direto com as drogas e tampouco trocar tiros com os *alemão* e policiais. Além disso, desejam, é claro, o dinheiro, a *fama*, ser *badalado* ao invés de *broxão*, fazer sucesso com as *novinhas*. Mas, a bem da verdade, a maioria teme e sente repulsa pelo *patrão da vida loka*. Seu consumo é também o consumo de vidas, matando e mandando matar.

A beleza tem sua estética, o *patrão da vida loka* sabe bem. Ele é um artífice da moda local, atento às tendências, lançando-as ou sendo o primeiro a apresentá-las. Até aí nada demais. Mas, e a violência? Se a beleza parece se conjugar, em certas situações, com a violência, haveria uma estética da violência? Pistolas douradas, revólveres cromados, granadas de fragmentação, espadas ninjas, facas adornadas com caveiras, *micro-ondas*, jacarés, sacos plásticos, cabos de vassoura, correntes de bicicleta e os rastros de sangue dos espancamentos, mutilações, torturas, desmembramentos, decapitações, execuções e mortes exemplares. Armas para uma "guerra mitológica", diria o personagem Eugene Dawn do romance de Coetzee (1997), é disso que se trata, pensar em termos de eficiência é mera racionalização. As artes do terror tornam-se ainda mais aterrorizadoras por serem projetadas e não apenas frutos de reações impensadas.

Em Itinga, onde o BDM controla o tráfico de drogas, "é tudo 3", conforme é possível ler em vários muros, nos três traços feitos no pelos da sobrelha, no cumprimento "é nós", nos *batidões* com as iniciais da *facção*, nas letras de músicas

de pagode e também nos corpos marcados pela violência. Os coletivos criminais, frequentemente denominados de *facção*, ganham expressão, aparecem aos moradores por meio dos ferimentos provocados nos corpos, oferecendo contornos materiais à sua fantasmagoria. As disputas entre BDM e CP e entre *Bonde do Azuado* e *Bonde do Ajeita*, são conflitos encenados na superfície espacial do bairro, assim como nas superfícies corporais. Há uma estética da violência e, mais desconcertante ainda, práticas estéticas entrelaças de beleza e violência, tão cruciais para os *ladrões*, quanto para o Estado.

Enquanto aguardava na recepção ser atendido pela comandante da BCS, uma viatura estacionou e um dos policiais saltou em direção à entrada, uma porta dupla de vidros, com apenas um dos lados aberto. O policial não conseguiu passar. Foi necessário alguém do lado de dentro para abrir o outro lado. E isso não só porque o policial era corpulento, o uniforme, acessórios e apetrechos reduziam drasticamente a mobilidade, seus movimentos eram robotizados, e mesmo tentando se espremer e passar de lado com a porta parcialmente aberta, não logrou êxito. A situação chamou minha atenção e observei o policial já dentro da sala de espera. Ele carregava um fuzil atado ao corpo pela bandoleira, uma pistola no coldre, um revólver cromado preso ao velcro do colete balístico, uma faca embainhada adornada por uma caveira esculpida no cabo, dois carregadores, duas algemas e um cantil. Imaginei esse policial perseguindo alguém a pé pelas ruas do bairro. Como disse, pensar em eficiência é mera racionalização, são armas para uma guerra mitológica. De forma similar aos uniformes e às viaturas caracterizadas circulando pelo bairro como parte do patrulhamento ostensivo, policiais inscrevem a presença do Estado no bairro através dos corpos alvejados pelos projéteis de suas armas.

Ao relembrar desses acontecimentos através da releitura de alguns dados pouco antes de findar o trabalho de campo, me dei de uma “presença ausente” (SCHILLING, 1993) atravessando todo o percurso da pesquisa até aquele momento, desde o pré-projeto, o corpo. Ele sempre esteve lá. No ofício enviado pelos gestores do Protejo. Nas estatísticas criminais, suas taxas e índices. Nas conversas, relatos e entrevistas. Mas, ainda assim, não era percebido, permanecia fora de qualquer lucubração minha. Até sentir esse efeito de dissonância causado pela proximidade da beleza e da violência, das práticas estéticas entrelaçadas de beleza e violência, e, a partir daí, reler e analisar todo o material produzido atentando, desde então, para a centralidade do corpo, não apenas para a pesquisa, enquanto um objeto de estudo

relevante para a compreensão da reprodução social das práticas criminais em questão, mas principalmente para os próprios nativos, interlocutores, os jovens moradores de Itinga.

Como disse, o corpo foi uma presença ausente ao longo de boa parte do percurso da minha pesquisa, desde o processo de seleção do doutorado até os últimos dias do trabalho de campo, quando, enfim, despertei para sua relevância. Algo que, naquele momento, foi desconcertante, pois, se por um lado, eu era um novato no campo de estudos da sociologia da violência, por outro, o corpo foi meu objeto de pesquisa e principal foco de interesse analítico ao longo do mestrado, a bem da verdade, um tema que despertou meu interesse ainda na graduação e sobre o qual investi muito tempo de leitura. Ao longo do trabalho de campo, embora as observações, conversas, entrevistas, fotos, documentos, anotações no caderno e no diário de campo, sobre as mais diversas situações, apontassem para a centralidade do corpo, eu demorei meses para perceber o que agora parece tão óbvio e autoevidente. Até hoje, me espanto quando leio os trechos das minhas notas de campo dedicados às tentativas iniciais de relacionar o material coletado com os referenciais teóricos e conceituais. Contrariamente ao diário de campo e às notas descritivas, nos quais o corpo está lá, embora, em um primeiro momento, eu não enxergasse, as notas analíticas passam totalmente ao largo de qualquer referência mínima ao que se tornaria o objeto desta pesquisa.

Inconformado diante desse disparate, ao retornar do trabalho de campo comecei a conjecturar possíveis motivos para tal deslize. Não demorou muito para me dar conta que essa presença ausente ia muito além da conjuntura particular da minha pesquisa. Era um traço constitutivo do próprio campo de pesquisa da sociologia da violência, suas agendas, produções bibliográficas, linhas de pesquisa e eventos, com raríssimas exceções. Nas revisões bibliográficas com os mais variados recortes (temático, metodológico, teórico, temporal) do passado (ADORNO, 1993; 2002; LIMA; MISSE; MIRANDA, 2000; SPOSITO, 2001; ZALUAR, 1999) e do presente (ALVAREZ, 2017; AZEVEDO; SINHORETTO, 2017; BARREIRA; ADORNO, 2010; IMBUSH; MISSE; CARRIÓN, 2012; LOURENÇO; CAMPOS; ALVAREZ, 2017; MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017; RIBEIRO; TEIXEIRA, 2017), nos estudos e relatos sobre a constituição do campo de pesquisa (LIMA, 2009; LIMA; RATTON, 2011; RAMOS, 2012; VASCONCELOS, 2014) e, também, na recente leva das “abordagens etnográficas e positivações da violência e do crime” (Cf. HIRATA; AQUINO, 2017), o

corpo é uma presença ausente, está sempre presente, nem personagem principal, nem coadjuvante, mero figurante, e, ao mesmo tempo, ausente enquanto objeto de pesquisa relevante que demanda investimentos teóricos consistentes. Esta tese é um esforço inicial, e ainda incipiente, para abordar o corpo no *crime*.

Breve descrição metodológica

Consoante ao objetivo da pesquisa realizei trabalho de campo de cunho etnográfico, residindo durante sete meses (de dezembro de 2016 até junho de 2017) no loteamento Jardim Pérola Negra, bairro de Itinga (Lauro de Freitas/BA). Os esforços de pesquisa durante esse período foram direcionados para a descrição e compreensão da sociabilidade local e das rotinas dos moradores, sobretudo, dos jovens. No decurso do trabalho de campo, a observação participante assumiu o status de método estratégico. Inicialmente, a convivência diária e as conversas ordinárias constituíram uma via privilegia para estabelecer laços de confiança e de familiaridade com os interlocutores, tornando a minha presença menos intrusiva e incômoda. Ademais, a interação com os moradores e a observação de suas rotinas possibilitou aprender, de forma gradual e situacional, as regras informais de conduta e de etiqueta, assim como, o uso local da linguagem, incluindo formas de expressão não-verbais. De forma geral, a observação participante cumpriu dois importantes papéis. Por um lado, propiciou compreensões mais aprofundadas sobre os dados coletados, ajudando a melhor situá-los nos quadros de referência socioculturais e morais mobilizados pelos interlocutores. E, por outro, potencializou a receptividade da pesquisa para coletar dados inesperados sobre temas não previstos.

A principal técnica de produção dados empregada foi a entrevista. Nos momentos iniciais da pesquisa privilegiei a realização de conversas informais sobre assuntos ordinários com a finalidade de ganhar familiaridade com os interlocutores e de descobrir temas relevantes não previstos inicialmente. Posteriormente, ao firmar laços de confiança e de familiaridade, lancei mão de entrevistas não-estruturadas com o objetivo de explorar temas específicos concernentes a problemática de pesquisa e de selecionar possíveis informantes-chave. A partir delas, elaborei roteiros de entrevistas semiestruturadas direcionadas para esses informantes com o intuito de aprofundar a compreensão sobre determinados temas e esclarecer eventuais dúvidas. Independentemente da técnica utilizada, os interlocutores foram informados sobre a

pesquisa e seus objetivos, da mesma forma que assegurarei o anonimato e a confidencialidade das informações compartilhadas. O registro das entrevistas só foi feito com permissão prévia, tanto para a gravação do áudio, quanto para as anotações no caderno de campo.

Ao longo do cotidiano de pesquisa, utilizei, quando necessário e possível, um “caderno de campo” para rascunhar informações e observações relevantes. Ao final de cada dia, elaborei “notas de campo”, subdivididas em três tópicos: “notas descritivas”, baseadas nas observações, conversas informais e entrevistas ocorridas no dia; “notas metodológicas”, voltadas para avaliar as técnicas e instrumentos de produção de dados e a qualidade de sua aplicação, buscando, quando necessário, correções e ajustes; e “notas analíticas”, para registrar as primeiras tentativas de relacionar o material coletado com os referenciais teóricos e conceituais que orientam a pesquisa. Por fim, mas não menos importante, escrevi uma crônica diária, de cunho pessoal, sobre o trabalho de campo no “diário de campo”.

Além dos dados primários, a proposta metodológica incluiu, também, a coleta de dados secundários: reportagens digitalizadas do jornal A Tarde consultadas na Biblioteca Central dos Barris; bancos de dados diversos disponibilizados pelo Observatório da Violência do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Lauro de Freitas; processos criminais do Poder Judiciário do Estado da Bahia; mapas e bases cartográficas do município e seus bairros disponibilizados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável e Ordenamento do Uso do Solo; dentre outros.

O corpus de dados produzidos e coletados durante a pesquisa abrange: 32 entrevistas (destas 25 registradas em áudio, perfazendo aproximadamente 34 horas, e 7 registradas no caderno de campo); 375 páginas de “caderno de campo” e “notas de campo”; 551 reportagens digitalizadas sobre o bairro publicadas no jornal A Tarde (entre 1952-2015); 17 processos judiciais (ações penais) de quatro jovens; banco de dados sobre a juventude constituído a partir da aplicação de questionário (199) no âmbito do Plano Municipal de Segurança Pública (no ano de 2011); banco de dados sobre ocorrências policiais no município entre 2006-2010; banco de dados sobre ocorrências policiais (CVLI e CVP) no município entre 2011-2016.

Plano da tese

Esta tese versa sobre a participação de jovens no tráfico varejista de drogas realizado por coletivos criminais, denominados *facções*, e processos de subjetivação e corporalização. A partir de uma etnografia do corpo no “crime”, o objetivo é descrever e analisar processos de espacialização territorial e corporal de dinâmicas criminais e, assim, contribuir para a compreensão da reprodução social das *facções*.

O Capítulo 1 “O município e o bairro: Lauro de Freitas e Itinga” apresenta ao leitor, inicialmente, uma breve descrição histórica (1960-1980) sobre o surgimento do município de Lauro de Freitas, situando-o no contexto de reestruturação da economia baiana pela indústria do petróleo e de expansão urbana da capital em direção ao vetor de crescimento norte, sobretudo, em termos de oferta de moradia popular, para a qual o bairro de Itinga contribuirá decisivamente. Na sequência, o capítulo se atém ao período da década de 2000 até os dias atuais ressaltando a emergência do problema público da violência urbana e seus efeitos sobre Itinga, incluindo, alterações no perfil das políticas públicas direcionadas ao bairro, que, desde então, passou a conjugar ações de seguranças e sociais.

Já o Capítulo 2 “*Itinga é tudo 3: Bonde do Maluco* e o tráfico varejista de drogas”, visa descrever e analisar a territorialização de processos supralocais – relacionados às dinâmicas criminais, aos mercados ilegais (de drogas e armas de fogo) e legais e à ação estatal – e seus efeitos sobre o cotidiano do bairro e, mais particularmente, sobre as trajetórias daqueles que participam ativamente dos mercados ilegais. Esse capítulo oferece ao leitor um panorama recente sobre as disputas faccionais em torno do controle do mercado varejista de drogas em Itinga, até a ascensão e consolidação do coletivo *Bonde do Maluco* e sua posterior cisão interna entre dois grupos, *Bonde do Azuado* e *Bonde do Ajeita*. Este último momento, o da cisão, oferece, justamente, o cenário local da pesquisa etnográfica empreendida no bairro. Ao privilegiar a espacialização territorial, a análise realizada nessa parte da tese oferece ao leitor a descrição daquilo que denomino “conjuntura local para”, mediante a qual os processos supralocais anteriormente referidos são incorporados à análise por meio dos seus efeitos de refração local.

Para lançar as bases da compreensão sobre a espacialização corporal dos coletivos criminais no bairro de Itinga, proponho, no Capítulo 3 “Os *patrões da vida loka* e o crime-dispêndio”, dar continuidade a uma chave-interpretativa, amplamente

difundida na sociologia do crime e da violência no Brasil, segundo a qual, transformações nos modos de subjetivação e na sociabilidade ocorridas sob o pano de fundo do declínio do trabalho, enquanto atividade e valor fundamental à constituição de identidades e da autonomia material e moral, e catalisadas por coletivos criminais, são fundamentais para compreender a racionalidade própria ao tráfico de drogas e as práticas de seus agentes. Para tanto, analiso a persona do *patrão da vida loka*, uma produção de si enquanto indivíduo bem-sucedido no crime, extremamente influente na constituição de identidades masculinas de jovens nas periferias da Região Metropolitana de Salvador, a partir da trajetória de um operador do mercado varejista de drogas, Pedrinho CK.

A análise da persona do *patrão da vida loka* culmina na problematização da chave-interpretativa mencionada anteriormente, em particular, da proposição de que transformações na subjetividade e sociabilidade decorreriam de percalços na internalização ou na continuidade do autocontrole individual, cujo resultado mais tangível seria a expressão direta, descontrolada e não-mediada de pulsões e desejos através de atos intencionais de violência física e do consumo conspícuo excessivo. Distintamente, avanço, ao final do capítulo, a hipótese segundo a qual essas transformações indicam a emergência de outra modalidade de agenciamento coletivo do desejo, própria aos coletivos criminais, responsável pela difusão de padrões gerais de orientação do julgamento e da ação, indispensáveis à reprodução social das *facções* (inclusive, de suas atividades econômicas). Essa distinta modalidade de agenciamento coletivo do desejo, por sua vez, será interpretada a partir da proposição da noção de “crime-dispêndio” (em contraposição ao “crime-negócio”), cujo propósito é pôr em relevo a centralidade do excesso enquanto afeto imprescindível aos processos de subjetivação alavancados pela participação nas *facções*.

O Capítulo 4 “O corpo no *crime*: encorporações do crime-dispêndio” avança a compreensão acerca dos processos de encorporação do crime-dispêndio e seus efeitos sobre a sociabilidade e subjetividade de jovens operadores dos mercados ilegais estabelecidos no bairro. Sem preterir os efeitos de territorialização descritos e analisados no Capítulo 2, os subcapítulos dedicam-se a explorar, a partir de distintos enquadramentos, o encaixe semântico entre corpo e território próprio ao ordenamento social produzido pelas *facções*. Encaixe que só faz sentido quando consideramos as fronteiras, as margens dessas superfícies, afinal são elas que estabelecem tanto as

separações, quanto os pontos de contato, entre *facções* e grupos rivais e entre eles e a polícia.

Destacam-se, nesse particular, duas cadeias miméticas, cuja pressuposição recíproca conforma o ordenamento social das *facções*. Uma delas é formada pela mimese entre corpo, território e facção e constitui o fundamento da reciprocidade violenta dos mercados ilegais no bairro, na medida em que os atos violentos rompem, restauraram e/ou reconfiguraram o ordenamento faccional local. Imprescindível ao funcionamento dessa cadeia mimética é a existência de um regime estético-sensorial, responsável pela (re)construção (e transposição) simbólica e material das fronteiras territoriais das *facções* na superfície corporal, reconectando, assim, o corpo espacialmente móvel ao espaço social do qual é uma sinédoque. É um discurso produzido a partir da recepção do corpo do Outro enquanto uma materialidade a ser decodificada, com foco nos signos visíveis carregados ou inscritos na superfície corporal.

Como nem sempre esse regime é suficiente para a produção de alteridades radicais, é necessário o emprego de meios materiais para produzi-las ou revelá-las a partir da cadeia mimética formada por perpetrador, arma e corpo da vítima. Em um ambiente no qual os inimigos estão por toda parte, escondidos e dissimulados, e a paranoia influencia amplamente o funcionamento das relações de identidade e alteridade, o mecanismo de atribuição e contra atribuição, similar àquele descrito por Horkheimer e Adorno, fornece um meio de estabilizar essas relações, permitindo distinguir aliados e inimigos. Ademais, essa investidura mimética do corpo pela alteridade é fundamental para entender a forma como as *facções* produzem sua aura de poder a partir da dor do Outro.

Por fim, nas “Consideração finais” sumário as principais conclusões e descobertas da pesquisa repassando, de forma resumida, ideias e argumentos desenvolvidos ao longo dos capítulos. Ao mesmo tempo, busquei sinalizar as contribuições mais originais da tese ao campo de estudos da sociologia do crime e da violência, ressaltando, igualmente, a importância de estabelecer uma agenda de pesquisa que contemple o corpo e seus afetos.

1 O MUNICÍPIO E O BAIRRO: LAURO DE FREITAS E ITINGA

A história recente de Lauro de Freitas é tributária dos processos de industrialização e urbanização da Região Metropolitana de Salvador – RMS desencadeados na década de 1950, quando o estado da Bahia, após longo período de estagnação econômica, se reinseriu no projeto de desenvolvimento nacional com a descoberta da primeira jazida petrolífera do país em seu território (1939, bairro do Lobato, Salvador) e a instalação da refinaria Landulfo Alves (1955, São Francisco do Conde). Já nos anos 1960 e 1970, em decorrência da expansão das atividades de exploração e produção de petróleo, um conjunto de políticas e incentivos federais (via a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene) e estaduais, além de obras de infraestrutura, possibilitaram a criação do Centro Industrial de Aratu – CIA (1962, Simões Filho) e do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC (1978, Camaçari), o segundo maior do país.

A instalação desses empreendimentos foi acompanhada por amplas transformações socioeconômicas e espaciais na RMS. Dentre elas, destaca-se a ampliação do mercado de trabalho, sobretudo para ocupações de baixa remuneração, o que ocasionou um intenso movimento de imigração, especialmente de moradores do interior do estado, impactando negativamente sobre as condições de vida de uma parcela significativa da população metropolitana. O crescimento demográfico dessa região resultante do fluxo migratório não apenas ofertou mão-de-obra aos polos industriais e impulsionou a consolidação e ampliação de dezenas de núcleos urbanos, como também promoveu a urbanização do modo de vida dos seus habitantes (BBRITO, 2007, p. 111). Outra importante consequência, intimamente relacionada as anteriores, foi a valorização do solo urbano em Salvador e a reconfiguração da distribuição espacial da população de baixa renda, empurrada para o centro geográfico da capital, as bordas da Baía de Todos os Santos e os municípios vizinhos (CARVALHO; PEREIRA, 2007, p. 266).

Nesse contexto de intensas transformações, em 1962, o distrito de Santo Amaro do Ipitanga é emancipado de Salvador e recebe um novo topônimo, Lauro de Freitas. Com área de 57,6 km², limitado a leste pelo oceano Atlântico, ao sul e oeste por Salvador e ao norte por Camaçari e Simões Filho, à época de sua emancipação, era um município de características predominantemente rurais, cujos habitantes

viviam da produção e comercialização de hortifrutigranjeiros e da pesca (CARVALHO; PEREIRA, 2007, p. 265). Assim como os demais municípios baianos, Lauro de Freitas enfrentava quase um século de estagnação econômica em função do refluxo do ciclo do açúcar, em franco contraste com seu áureo passado colonial, quando fazia parte do vasto império pecuário de Garcia D'Ávila que se irradiou do litoral norte até o sertão do estado, logo em seguida, acompanhado pelo pulular de engenhos de cana-de-açúcar, dos quais chegou a sediar 12 nos limites do seu atual território (FREITAS; PARANHOS, 2008, p. 18-21). Após essa inércia secular, que vagarosamente carcomeu sua herança colonial e desmembrou os grandes latifúndios em propriedades cada vez menores, muitas delas abandonadas, Lauro de Freitas foi atingido pela onda da urbanização irradiada a partir dos municípios circunvizinhos.

Ressalto que o município não esteve diretamente envolvido no processo de reestruturação da economia baiana. Todavia, sofreu impactos indiretos na sua dinâmica sócio-espacial produzidos pelo reordenamento do uso do solo, intenso crescimento demográfico e demanda por moradia popular, tornando-se, em pouco tempo, uma importante área residencial para trabalhadores pobres e suas famílias, a maioria ex-moradores da capital (DIAS, 2006b). Dois fatores corroboraram para a nova vocação do município enquanto provedor de loteamentos populares: localização privilegiada, situado no limite da capital (portanto, próximo a sua infraestrutura e mercado de trabalho) e na direção do seu vetor norte de expansão, com vias de acesso (BA-099 e BA-526) aos municípios onde foram instalados os complexos industriais; e o baixo custo econômico para implantação dos loteamentos por conta da estrutura fundiária predominantemente rural.

Muitos mudaram para Lauro de Freitas em busca do “sonho da casa própria” (DIAS, 2006a, p. 85), cada vez menos viável de ser realizado em Salvador. Para alguns, o sonho começou a ganhar contornos de realidade com um pequeno lote de terra numa área de topografia acidentada, inicialmente ocupada por chácaras e fazendas, próxima ao aeroporto, na divisa com o bairro de São Cristóvão (Salvador). Não havia arruamento, água encanada, energia elétrica nem transporte. Esses primeiros loteamentos foram o embrião do bairro de Itinga, que na reconfiguração das funções municipais da região metropolitana foi imbuído da provisão de moradias populares. Os principais responsáveis por dar novo destino a antiga área rural foram pequenas imobiliárias e incorporadoras, algumas clandestinas, outras não, e empreendedores individuais. O personagem coadjuvante, mas não menos importante

para o desenrolar do enredo, foi o poder municipal, menos por seu protagonismo do que por sua inação (DIAS, 2006a, p. 82).

Aos primeiros chamou atenção um conjunto de fatores que favoreciam a criação de empreendimentos imobiliários para a população de baixa renda: “(1) terras baratas de origem rural, (2) acessibilidade em relação à capital e (3) proximidade a uma área já urbanizada de fato [o bairro de São Cristóvão]” (DIAS, 2006a, p. 82). A “cereja do bolo”, o último elemento dessa equação, foi a demanda por moradia popular, despertada e intensificada pela industrialização e urbanização da RMS. O *modus operandi* inicial não variou muito e foi conformado pela baixa capacidade técnica e de investimento desses empreendedores. Adquirir ou incorporar um terreno desmembrado de alguma fazenda da região e, em seguida, loteá-lo para venda em condições facilitadas, isto é, através do parcelamento prolongado do pagamento sem necessidade de comprovar renda ou oferecer garantias. Ademais, por determinação do poder municipal, caberia ao empreendedor realizar o arruamento, instalar postes para ligação com a rede pública de energia elétrica, construir caixas coletoras de águas pluviais e reservar áreas para uso comum. Não obstante o intento de regular e organizar a ocupação residencial do bairro, a maior parte dos loteamentos foi comercializada sem a implantação dessa infraestrutura básica (DIAS, 2006b, p. 95).

À administração municipal coube, nesse primeiro momento, estabelecer e fiscalizar o cumprimento das exigências acima mencionadas para implantação dos loteamentos e sua comercialização. Responsabilidades estas desempenhadas com pouco empenho e muita flexibilidade. Recém-criado e sem dinâmica econômica significativa, o município esteve mais preocupado em atrair contingentes populacionais para suas cercanias e consolidar-se, do que em realizar uma fiscalização adequada e aplicar sanções quando necessário. Aos novos residentes, trabalhadores pobres e pouco qualificados, restou envidar esforços para tornar habitável a paisagem pouco acolhedora. Primeiramente, abrir picadas na mata para entrar e sair de seus lotes, em seguida, erguer suas casas através da autoconstrução. Vencidos os desafios mais prementes, teve início a pressão popular sobre o poder público em prol da urbanização do bairro.

Aos poucos foram realizadas obras de infraestrutura, nem sempre atendendo a totalidade dos loteamentos, incluindo aquelas que deveriam ter sido de responsabilidade dos promotores imobiliários. Os moradores não foram os únicos a se beneficiarem com essas obras. Aqueles que atuaram na região vendendo os

primeiros lotes de terra sem arcar com as exigências municipais também foram favorecidos. A urbanização progressiva do solo rural agregou valor à localidade, inclusive aos lotes que constituíam a área de reserva para especulação. Dessa forma, os promotores imobiliários puderam aumentar o preço dos lotes e elevar sua margem de lucro sem, por isso, realizar qualquer investimento extra.

Rapidamente um mosaico de loteamentos começou a tomar conta da paisagem da região, acomodando uma população migrante recém-chegada ao município em busca do “sonho da casa própria”. Surgiam os primeiros contornos do novo bairro, que viria a ser o mais populoso do município. Para se ter dimensão da importância estratégica de Lauro de Freitas e, particularmente, de Itinga para o desenvolvimento urbano da RMS no que se refere à oferta de habitações populares, no município, “entre 1975 e 1980, [foram implantados] 65% dos loteamentos populares instalados nas áreas de expansão urbana da capital”; sendo que no bairro “ocorreu o estabelecimento de 70% dos loteamentos populares de LF [Lauro de Freitas] na década de 1970” (DIAS, 2004, p. 31). A expansão da habitação popular em Itinga ganhou novo fôlego apenas na década de 1990, com a entrada do governo estadual na cena imobiliária local, através da construção do Conjunto Habitacional Parque Santa Rita, em uma área de “200 mil m², onde foram edificadas 42 blocos, com 672 apartamentos de dois quartos, 530 casas de um quarto e 513 com dois quartos” (DIAS, 2006a, p. 94).

Para oferecer ao leitor um retrato mais fidedigno e detalhado do que era o bairro de Itinga, recorrerei, da forma mais sucinta possível, à pesquisa socioeconômica domiciliar Promorar/Banco Nacional da Habitação realizada em 1983 pela Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador – Conder. À época, 2.908 famílias residiam no bairro, perfazendo uma população local de 14.540 habitantes⁵, distribuídas em 2.894 domicílios, a maior parte, com situação fundiária irregular. As principais motivações alegadas para se estabelecer no bairro foram: indicação de parentes e amigos (20,82%), facilidade de acesso à moradia (20,65%) e menor custo de vida (13,47%). Quanto a condição de propriedade do terreno, mais da metade era próprio (59,27%) e 13,31% eram invasões efetivas de lotes particulares e de áreas

⁵ Para dimensionar a população residente em Itinga em relação à Lauro de Freitas, o censo demográfico do IBGE de 1980 estimou a população municipal em 35.431 habitantes, ou seja, 41% da população residia no bairro.

públicas⁶. Predominavam as casas próprias (83,07%) de 2 a 4 cômodos (68,86%), construídas com bloco (61,28%). O serviço de energia elétrica abrangia todo o bairro e o de abastecimento de água potável a maior parte. O principal déficit de infraestrutura básica era o sanitário, apenas 6,05% das residências possuíam ligação com a rede de esgoto (CONDER, 1983).

Em relação ao perfil ocupacional dos moradores economicamente ativos, 42,78% exerciam atividade remunerada, sendo que 21,22% no setor formal e 21,56% no informal. A construção civil representava a principal ocupação dos homens em ambos os setores (24,76% e 26,94%, respectivamente). Já para as mulheres, no setor formal as principais funções exercidas eram de professora e auxiliar (25,53%), e no informal predominavam as atividades domésticas (21,77%). A renda para mais da metade das famílias era de até dois salários mínimos, sendo que 20,96% tinham renda inferior ou igual a um salário mínimo e 35,89% recebiam de um a dois salários mínimos. Quanto ao nível de escolaridade, a maioria dos moradores (40,40%) não sabia ler e/ou escrever, e apenas 35,47% eram alfabetizados (CONDER, 1983).

Trinta anos depois, na década de 2000, Lauro de Freitas era um dos poucos municípios do estado da Bahia com mais de 100 mil habitantes, em conurbação com Salvador, apresentando uma taxa de urbanização de 100% (IBGE, 2010) e diversificada estrutura de comércio e serviços. No espaço de quarenta anos (1970-2010) sua população saltou de 10 mil para pouco mais de 164 mil habitantes, com uma taxa média anual de crescimento de 3,71% ao longo da primeira década deste século⁷ (*idem*). Mais da metade dos atuais moradores (62,6%) não são nativos da cidade, destes, 31,8% declararam ter migrado de bairros da capital (PMLF, 2011, p.20). As atividades primárias que antes caracterizavam a dinâmica econômica de Lauro de Freitas, hoje, têm peso nulo no produto interno bruto, composto majoritariamente pelo setor terciário (IBGE, 2010). Itinga, por sua vez, consolidou sua vocação de bairro residencial, o mais populoso e denso do município, com 36,6% dos munícipes em uma área de aproximadamente 7km², distribuídos em 59 loteamentos e 14 áreas de ocupação irregular (DIAS, 2006b, p. 99).

⁶ A avaliação quanto a condição de propriedade do terreno foi realizada pelo próprio morador, estando, portanto, sujeita à interpretação individual.

⁷ Nesse mesmo período, Salvador cresceu a uma taxa média anual de apenas 0,91%. Na RMS, somente Camaçari teve uma taxa de crescimento maior do que Lauro de Freitas, 4,2% (PMLF, 2011, p. 19).

A paisagem geográfica e humana do bairro é bem diversa daquela que predominou nas primeiras décadas de sua ocupação. O passado rural permanece timidamente nos quintais de algumas casas, no uso rarefeito da carroça e na presença de alguns poucos terrenos, mais afastados, com vestígios da antiga vegetação. O perfil dos seus moradores alterou significativamente, tornando-se mais diverso em termos de origem, trajetória, ocupação, renda, escolaridade, etc. A precariedade inicial das condições de vida foi, em grande medida, aplacada pela ação do poder público. Todavia, em razão das limitações e assimetrias na implantação da infraestrutura e serviços básicos, essa intervenção produziu um processo interno de estruturação desigual do espaço, desfavorecendo as áreas de ocupação irregular.

Apesar de Salvador permanecer como a cidade de referência para seus moradores, atualmente há uma série de estabelecimentos comerciais e de serviços no bairro, concentrados nas duas principais avenidas (avenida Fortaleza e avenida São Cristóvão), que atendem tanto a demanda local, quanto a de áreas vizinhas. Na avenida Fortaleza, por onde passam as linhas de ônibus e de transporte alternativo, situa-se o Largo do Caranguejo, ponto central do bairro e foco do lazer, uma praça quadrada, ao redor da qual se multiplicam bares e lanchonetes e onde acontecem eventos públicos, incluindo a anual “Lavagem do Caranguejo”.

À urbanização do município e do modo de vida de sua população sobreveio o incremento da violência letal (CANO; SANTOS, 2007, p.83). De 2008 a 2012 foram registrados 838 homicídios, sendo 177 em 2012, ano em que Lauro de Freitas atingiu a taxa de 103,25 homicídios por 100 mil habitantes (WAISELFISZ, 2014, p. 60). Em estudo mais recente sobre homicídios por arma de fogo nos municípios com mais de 10 mil habitantes, figurou na décima posição com uma taxa média (2012-2014) de 85,9 por 100 mil (WAISELFISZ, 2016, p. 42). O padrão de vitimização é semelhante ao de outras regiões do país com elevados índices de criminalidade violenta: “população jovem entre 15 e 29 anos de idade (67,7%), do sexo masculino 94,2%, cor da pele parda (75,3%), 45,3% apenas alfabetizados. O instrumento utilizado nos homicídios é predominantemente (86,1%) arma de fogo” (PMLF, 2011, p. 7). Assim como na população, os homicídios e demais crimes estão desigualmente distribuídos no território, concentrando-se no bairro de Itinga:

A Área IV, composta pelo bairro de Itinga e da localidade de Capelão é também densamente povoada e abriga os loteamentos mais citados nas ocorrências policiais tais como o Parque São Paulo e os Jardins Santa Rita e Pouso Alegre. É a região mais populosa da cidade, provavelmente com mais da metade dos habitantes. Responde por 42,4% dos crimes de lesão

corporal, 34,7% dos roubos a transeuntes, 38,5% das lesões envolvendo veículos, 45% das ameaças [...] Lidera na ocorrência de crimes letais (*idem*, p. 53).

Sobre a história local da violência urbana pouco se conhece. A produção acadêmica sobre o tema no caso de Lauro de Freitas é nula, para a capital é rarefeita e pouco sistemática. Notícias e reportagens publicadas em jornais são a principal fonte de informações. A partir delas e da minha experiência pessoal, tentarei fornecer um quadro sumário e incompleto sobre a configuração da violência urbana em Itinga, que, antecipo, é indissociável do que acontece na capital e nas prisões do estado. O contexto mais geral que permite um primeiro enquadramento do tema é a reconfiguração do tráfico varejista de drogas tornadas ilegais realizado em pontos fixos (“bocas”) nas periferias da RMS⁸, associada às novas dinâmicas prisionais decorrentes das políticas de encarceramento adotadas pelo estado e da formação de “ganges prisionais” (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

Durante a década de 1990 até o início da de 2000, o tráfico de drogas na RMS era pulverizado entre diversas quadrilhas e empreendedores individuais, sem estruturação organizacional, cujo círculo de influência e ação territorial era restrito, normalmente, uma área ou rua dentro de um bairro e, raras vezes, um bairro inteiro. Havia, entretanto, uma exceção, um ponto fora da curva, que, em certa medida, ditava a dinâmica do tráfico na capital, não controlava, tampouco monopolizava a atividade, mas era uma espécie de “centro organizador”. Sua base territorial, a partir da qual irradiava sua influência, era o Morro do Águia (bairro do Retiro), controlado por Raimundo Alves de Souza, o “Ravenga”⁹. Preso em 2004, foi acusado de ser “o maior traficante em atuação na Bahia” e de passar “12 anos atuando em Salvador onde mantinha 15 pontos de distribuição da droga sem ser incomodado” (ESTADÃO, 2004a). A operação de captura de Ravenga, realizada por uma força-tarefa entre o Ministério Público do Estado da Bahia e a cúpula da Secretaria de Segurança Pública,

⁸ Para poupar o leitor e não tornar a leitura enfadonha e repetitiva, toda vez que for feita referência a “tráfico de drogas” ou “tráfico” deve-se entender a expressão a partir dos qualificativos adotados: “varejista”, “realizado em pontos fixos”, “nas periferias”.

⁹ Ravenga foi um personagem icônico de Salvador da década de 1990, além de suas atividades ilegais, que já lhe rendiam grande fama (como a venda do célebre “sonho de valsa” – papelote de cocaína cuja forma, dizem, assemelhava-se ao referido bombom), apresentava-se como empresário. Possuía uma casa de shows famosa na cidade, a Mega Eventos (cujo responsável pela segurança era o subcomandante das Rondas Especiais da Polícia Militar), no bairro do Retiro, agenciava algumas bandas e artistas, além de ser dono de uma rádio comunitária no mesmo bairro. Foi “imortalizado” por um dos artistas que patrocinava, o cantor de reggae Sine Calmon, na música “Ravenga”: “Desço lá do morro/Não me canso de cantar/Desço lá do morro/Pois eu tô na paz de Jah/Desço lá do morro/Não me canso de cantar/Desço lá do morro/Passo logo em Ravenga”.

resultou na prisão de 60 pessoas, integrantes da quadrilha e policiais (ESTADÃO, 2004b), desmantelando o principal “centro organizador” do tráfico de drogas na capital. Poucos anos depois, o seu enclave territorial foi destruído, literalmente, com a construção da avenida Luís Eduardo Magalhães, que rasgou o Morro do Águia ao meio.

Na mesma época, mais precisamente no final da década de 1990, tem início um processo de reconfiguração da dinâmica prisional no estado, antes marcada por constantes conflitos entre presos de diferentes “gangues de rua”. O ponto de inflexão foi a prisão na Casa de Detenção¹⁰ de Mário Carlos Jezler da Costa (ex-integrante da Falange Vermelha, antiga denominação do Comando Vermelho, organização criminosa do Rio de Janeiro) que já tinha um histórico de passagens pelas carceragens do Rio de Janeiro e de São Paulo. A partir de sua liderança e com a adesão de outros presos, foi organizada uma “comissão para resolução de problemas e garantia de direitos para os internos”, apelidada pelo próprio quadro de funcionários de “Comissão da Paz” e, posteriormente, renomeada para “Comando da Paz” – CP, atualmente a principal “ganga prisional” do estado da Bahia (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013, p. 42). A criação do grupo inaugurou um novo período dentro da unidade prisional marcado pela manutenção da ordem e da tranquilidade carcerária, beneficiando tanto os presos, quanto os funcionários, que encontraram um ator informalmente instituído para regular rivalidades e violências.

Posteriormente, com a transferência dos fundadores para a penitenciária Lemos de Brito, o CP ampliou sua ramificação no sistema prisional e, na Casa de Detenção, Éberson Souza Santos, o “Pitty”, tornou-se a principal liderança. Porém, ao invés regular os conflitos e garantir a estabilidade das relações entre os presos, conforme o propósito original dos fundadores da “Comissão”, a atuação de Pitty foi marcada pelo emprego exacerbado da violência, inclusive, para propósitos pessoais, desagradando os outros líderes. A divergência culminou com a criação, na penitenciária Lemos de Brito, de uma nova “ganga prisional”, o “Grupo do Perna” – GP, também denominado “Caveira”, sob a liderança de Genilson Lima, o “Perna”, deflagrando, desde então, uma rixa entre os dois grupos e, conseqüentemente, entre as duas unidades prisionais (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013, p. 44-45). Essa configuração, antes restrita ao Complexo Penitenciário da Mata Escura, difundiu-se

¹⁰ A Casa de Detenção faz parte do Complexo Penitenciário da Mata Escura (localizado na cidade de Salvador/BA), onde também está situada a Penitenciária Lemos de Brito.

gradativamente pelo estado graças ao processo de ampliação e interiorização do sistema prisional e do aumento da taxa de encarceramento¹¹ (*idem*, p. 39). Concomitantemente, a atuação de ambas as “gangues prisionais” ampliou-se também para além dos muros das prisões e, em pouco tempo, começaram a operar e gerenciar as principais redes de distribuição de drogas na capital e nos municípios vizinhos, incluindo, Lauro de Freitas. É nesse momento que vem a público as conexões com o Primeiro Comando da Capital – PCC (São Paulo), principal fornecedor de drogas e armas para ambos os grupos (CORREIO DA BAHIA, 2010).

A título de hipótese pode-se relacionar a escalada da criminalidade violenta no estado da Bahia aos processos de reconfiguração, distintos, mas indissociáveis, da organização do tráfico de drogas e das relações internas ao sistema prisional. O período que corresponde à criação e ascensão do Comando da Paz e do Grupo do Pena coincide com o aumento da taxa de homicídios no estado. De acordo com o “Atlas da Violência 2016”, a Bahia registrou, nos anos de 2004, 2007 e 2014, as seguintes taxas de homicídios por 100 mil habitantes, respectivamente: 16,0; 25,0; 37,3 (IPEA, 2016, p.7).

Itinga, por sua vez, bairro limítrofe entre Lauro de Freitas e Salvador, reverbera de forma singular as dinâmicas da criminalidade violenta irradiadas a partir da capital e, mais especificamente, do bairro vizinho, São Cristóvão. Atualmente, neste último bairro, assim como em Itinga, há uma disputa conflituosa pelo controle dos pontos de tráfico de drogas entre CP e GP. Isso, contudo, não significa postular uma homologia entre as situações vivenciadas nesses bairros. O que afirmei acerca da análise da política pública de segurança vale também para a violência e criminalidade, esta e aquela, enquanto objetos de estudo, devem ser compreendidas a partir dos seus efeitos locais. Aliás, é justamente mediante esse enquadramento teórico-metodológico que emerge a possibilidade de analisar a imbricação desses fenômenos nas tramas, ao mesmo tempo singulares e múltiplas, das trajetórias individuais. Deve-se, portanto, investigar a “história local da violência urbana” em Itinga situando-a em relação à conjuntura local, para a qual as políticas de segurança são imprescindíveis ao seu entendimento.

¹¹ De acordo com Lourenço e Almeida, na Bahia, “no início de 2000, a taxa de encarceramento era de 31,8 presos por 100 mil habitantes; já no final de 2011, esse índice é de 98,9 pessoas presas por 100 mil habitantes, um aumento de 311% em doze anos” (2013, p. 41).

Neste ponto, retorna-se mais uma vez ao Pronasci, meu ponto de partida para elaboração deste projeto. No estado da Bahia, o programa foi, em um primeiro momento, implantado em cinco bairros de municípios da RMS: Tancredo Neves e São Cristóvão em Salvador; Itinga em Lauro de Freitas; PHOC I, II e III em Camaçari; e Ponto de Parada em Simões Filho. Como membro do CAL/BA, acompanhei de forma mais sistemática as ações do eixo “Programas Locais”, desenvolvidas majoritariamente na esfera municipal, que abrangiam, fundamentalmente, a implantação e funcionamento dos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal – GGIM¹² e os projetos de prevenção. Dentre os municípios participantes, Lauro de Freitas foi o que alcançou maior êxito na implementação do programa federal. No período de 2009 até 2012, o município executou uma série ações financiadas pelo Pronasci, a maioria no bairro de Itinga: central de vídeo-monitoramento, Diagnóstico Municipal da Violência e Criminalidade, Plano Municipal de Segurança Pública, projeto Mulheres da Paz, projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável, Núcleo de Justiça Comunitária, Programa Esporte e Lazer na Comunidade – PELC, Microprojetos Mais Cultura para os Territórios de Paz e projeto Moinho Solidário: Economia solidária na prevenção da violência e criminalidade.

Ademais, a elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública (PMLF, 2011) subsidiou a formulação e aprovação de outros dois projetos de prevenção financiados por instituições internacionais, realizados nos bairros que compunham o “quadrilátero da violência”¹³: o “Programa Atores Não Estatais e Autoridades Locais em Desenvolvimento”, gerido pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento e Segurança Urbana, e o “Programa Conjunto Segurança com Cidadania: Prevenindo a violência e fortalecendo a cidadania com foco em crianças, adolescentes e jovens em condições vulneráveis em comunidades brasileiras”, financiado pela Organização das Nações Unidas – ONU e gerido em parceria com o Ministério da Justiça.

¹² O GGIM “forma a estrutura gerencial local do Pronasci [...] enquanto principal ferramenta de gestão, garante sua viabilidade operacional, reunindo o conjunto de instituições que incide sobre a política de segurança no município, promovendo ações conjuntas e sistêmicas de prevenção e enfrentamento da violência e da criminalidade e aumentando a percepção de segurança por parte da população e a valorização dos servidores públicos que atuam na área de segurança em todas as esferas” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, s/d, p.14).

¹³ No Plano Municipal de Segurança foram identificadas quatro regiões prioritárias para a realização de intervenções, repressivas e preventivas, com base na análise das ocorrências policiais: Itinga, Lagoa dos Patos, Centro e Portão. Nas reuniões do GGIM, as regiões selecionadas ganharam a denominação de “quadrilátero da violência”, pois, em razão das suas posições geográficas, cada uma compõe um vértice dessa figura geométrica caso sejam traçadas retas entre elas no mapa.

Para o bairro de Itinga também convergiu a política pública de segurança estadual, o Programa Pacto pela Vida (inspirado no homônimo pernambucano), com o objetivo de reduzir os índices de violência contra a pessoa e contra o patrimônio, através da implantação de um novo modelo de gestão guiado por metas e pautado em ações policiais integradas e preventivas, circunscritas nas delimitações territoriais estabelecidas pelas Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP e Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP. O programa estadual previa também a implantação de Bases Comunitárias de Segurança – BCS (análoga à UPP carioca), um equipamento de policiamento comunitário com a função de promover a segurança e a convivência pacífica em localidades consideradas críticas, visando a integração com a comunidade. No ano de 2012, após a operação “Itinga em Paz”, foi instalada uma BCS, a primeira fora da capital, formada por 120 policiais militares e equipada com quatro viaturas, oito motos e dez câmeras de vigilância. Nas palavras da prefeita quando da inauguração: “A ideia da criação da base surgiu após detectarmos um aumento de cerca de 20% da criminalidade na região e deve, juntamente com programas sociais, colaborar no combate principalmente ao tráfico” (Globo.com, 2012).

Figura 1 - Mapa de delimitação territorial dos bairros de Lauro de Freitas/BA



**DELIMITAÇÃO DE BAIROS
LAURO DE FREITAS -BA**

Convenções Cartográficas

- BAIROS
- MUNICÍPIOS

MAPA TEMÁTICO

DELIMITAÇÃO DE BAIROS
LAURO DE FREITAS - BA

TÉCNICO: SAMARA SAMIR	DATA: 07/10/2015
--------------------------	---------------------

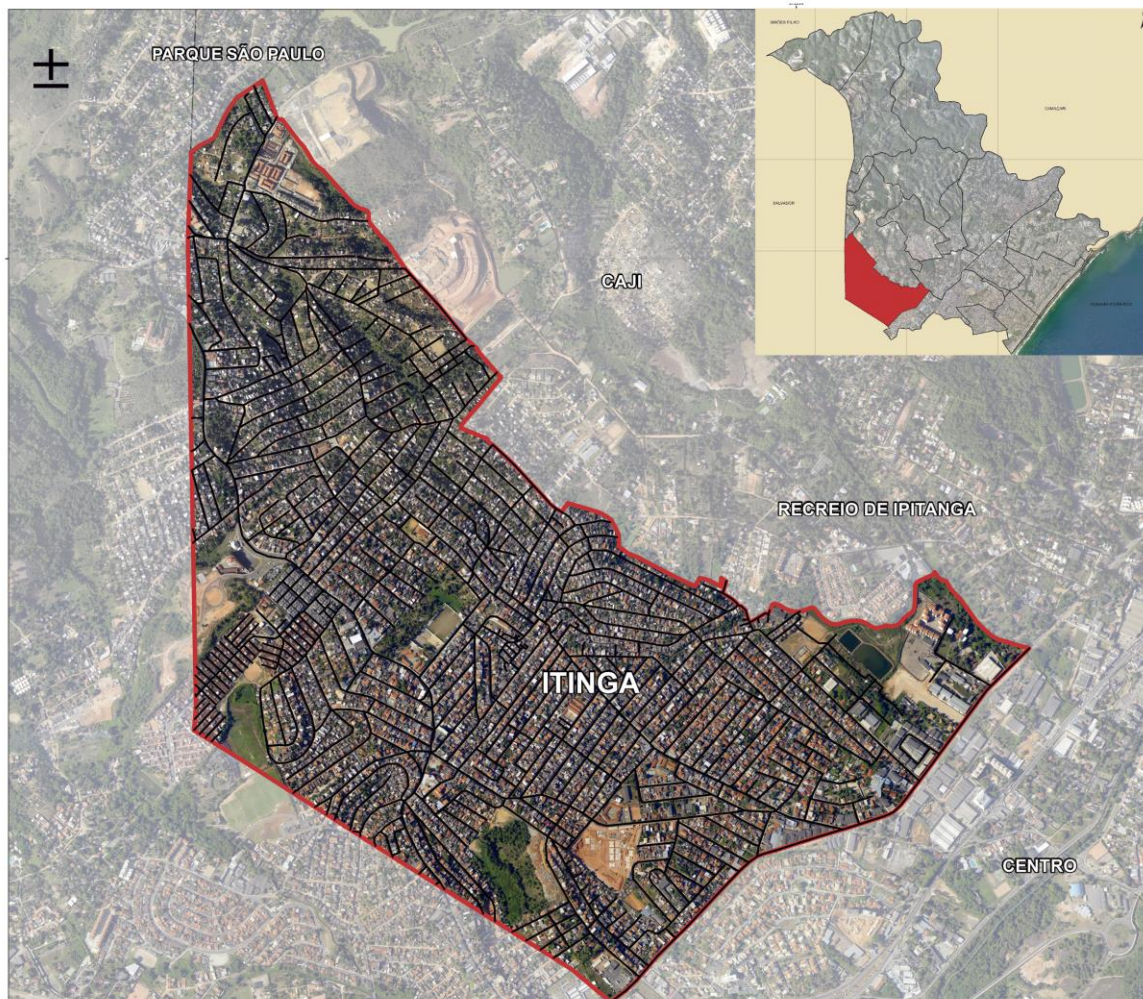


PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
DEPARTAMENTO DE DADOS E REFERÊNCIAS
DIVISÃO DE GEOPROCESSAMENTO

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana/Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, 2019.

Figura 2 – Mapa de delimitação territorial do bairro de Itinga, Lauro de Freitas

DELIMITAÇÃO DE BAIRROS: ITINGA



Convenções Cartográficas

- LOGRADOUROS
- ▭ ITINGA
- ▭ LIMITE MUNICIPAL

0 150 300 450 600 m
 ESCALA 1:6.000
 PROJEÇÃO UTM
 DATUM: SIRGAS2000
 FUSO 24S

MAPA TEMÁTICO

DELIMITAÇÃO DE BAIRROS:
ITINGA

TÉCNICO:

SAMARA SAMIR

DATA:

07/10/2015



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
 SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
 DEPARTAMENTO DE DADOS E REFERÊNCIAS
 DIVISÃO DE GEOPROCESSAMENTO

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana/Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas, 2019.

Figura 3 – Mapa de localização de empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida em Lauro de Freitas e proximidades



MINHA CASA MINHA VIDA

Nº	NOME	FAIXA DE RENDA
01	RESIDENCIAL LAURO DE FREITAS A, B E C (CAPIARARA/JAMBEIRO)	0 A 3
02	RESIDENCIAL DONA LINDÚ	0 A 3
03	RESIDENCIAL BRISAS DE ITINGA	0 A 3
04	RESIDENCIAL LAURO DE FREITAS (Capelão)	0 A 3
05	RESIDENCIAL QUINTAS DA GLÓRIA	0 A 3

MAPA TEMÁTICO

MINHA CASA MINHA VIDA
(FAIXA DE 0 A 3)

TÉCNICO: PEDRO NOGUEIRA	DATA: 13/02/2014
----------------------------	---------------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA
DEPARTAMENTO DE DADOS E REFERÊNCIAS
DIVISÃO DE GEOPROCESSAMENTO

2 ITINGA É TUDO 3: BONDE DO MALUCO E O TRÁFICO VAREJISTA DE DROGAS

A sexta Base Comunitária de Segurança – BCS, a primeira fora da capital baiana, foi inaugurada em 2012 no bairro de Itinga, Lauro de Freitas. Durante a solenidade pública, o então comandante da 81^a CIPM explicou aos presentes os motivos que levaram o governo do Estado escolher a localização do novo equipamento. O crescimento expressivo dos crimes violentos registrados no município¹⁴ e sua concentração espacial no bairro atendiam aos critérios previstos na política estadual de segurança pública.

Além da observância desses critérios, o comandante chamou atenção para os contornos particulares dessa escolha, ao revelar que o setor de inteligência da Secretaria de Segurança Pública – SSP havia identificado Itinga como um dos destinos preferenciais de uma “migração de bandidos”, desencadeada após a instalação de cinco Bases na capital, em particular daquelas localizadas na região do Grande Nordeste de Amaralina¹⁵. O deslocamento (dos criminosos e dos crimes), complementou, teria sido favorecido pela existência de antigos “laços familiares” entre os moradores desses bairros, estabelecidos décadas atrás, quando muitos residentes do Nordeste de Amaralina migraram para Itinga em busca da casa própria.

Desde o ano anterior (2011), o governo do Estado envidava esforços para implantar a recém-lançada política de segurança pública, o Pacto pela Vida – PPV¹⁶. Além de ter emergido como tópico estruturante do debate público e da agenda governamental baiana pós-processo eleitoral, o aumento da “violência” e da sensação de insegurança no Estado ganhava expressões cada vez mais agudas com o crescimento vertiginoso dos homicídios ao longo da primeira década deste século. Nesse período, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes na Bahia saltou de 9,46 (2000) para 41,69 (2010), sendo que em 2007 (início do primeiro mandato do governador Jacques Wagner) essa taxa foi de 25,98. Criado com o objetivo de reduzir

¹⁴ Ao final daquele ano (2012), Lauro de Freitas registrou o maior número absoluto (203) e a maior taxa de homicídios (118,68 por 100 mil habitantes) das últimas duas décadas.

¹⁵ O Grande Nordeste de Amaralina, em Salvador, é uma região composta por quatro bairros: Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho. Em 2011 foram inauguradas três BCS nessa região: BCS do Nordeste de Amaralina, BCS de Santa Cruz e BCS da Chapada do Rio Vermelho.

¹⁶ Sobe o Pacto pela Vida. Ver Freitas (2015 e Avelar (2106).

as taxas dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, o Pacto adotou um modelo de gestão por resultados, estruturado em torno de uma sistemática de coordenação, monitoramento e avaliação de ações integradas de segurança pública, incluindo metas, indicadores e premiação por desempenho¹⁷.

“Não é só colocar polícia que vai solucionar os problemas daqui”, bradou ao microfone uma autoridade policial durante a inauguração da BCS de Itinga, anunciando, em seguida, a abertura de cursos de informática básica e manutenção de microcomputadores, o “Base.Net”, e de artes marciais, “Karatê do Saber”, ambos naquele espaço. Na sequência, um assessor da prefeitura solicitou o microfone para complementar o policial e comunicou aos presentes a abertura das inscrições para cursos gratuitos de pedreiro, pintor e carpinteiro, aproveitando o aquecimento do setor da construção civil impulsionado pelo programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV.

A modernização das práticas de gestão com foco no aumento da eficiência, eficácia e efetividade da ação estatal foi acompanhada por uma proposta de intervenção calcada na integralidade e transversalidade entre repressão qualificada e políticas sociais. Ou, nos termos oficiais do PPV, “uma política de segurança pública transversal e integrada, que proteja a cidadania e garanta os direitos humanos, reduza os índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades”. A Base Comunitária de Segurança, dentro dessa proposta, seria um equipamento público encarregado de pôr em prática simultaneamente o binômio repressão e prevenção, através da oferta de policiamento comunitário e projetos sociais em “áreas críticas em termos de criminalidade violenta”.

Duas semanas antes da BCS de Itinga iniciar suas atividades, em consonância com o procedimento padrão adotado pela SSP, forças policiais auxiliares iniciaram a “Operação Itinga em Paz” com a finalidade de “preparar” o bairro para o policiamento comunitário e atenuar algumas dificuldades decorrentes da disposição geográfica de Itinga, antevistas pelo então coordenador estadual das BCS. O fácil acesso a duas rodovias estaduais (BA-099 e BA-526), a diversidade de rotas de entrada e saída e a proximidade com áreas de “desova” dificultariam, segundo o coordenador, a “ocupação policial” do bairro. Ao passo que, associadas ao impacto da ação policial

¹⁷ O modelo de gestão por resultado do PPV foi estabelecido pela lei estadual nº 12.371 de 21 de dezembro de 2011, responsável por instituir o Sistema de Definição e Acompanhamento de Metas para o Indicador Estratégico e outros Indicadores de Controle de Criminalidade no Estado da Bahia, estabelece regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial.

sobre a organização local do tráfico de drogas, essas características tornariam o bairro “mais vulnerável à penetração de outros criminosos”.

O resultado parcial da operação foi comemorado nos jornais de maior circulação no Estado. Ao final do primeiro dia, nove pessoas foram presas e dois revólveres e uma pequena quantidade de drogas apreendidos. Uma das manchetes, escrita em caixa-alta, estampava a frase “Vida mansa acabou, patrões do tráfico”, seguida da lide “Pode começar a tremer, bandidagem de Lauro de Freitas! A mais nova Base Comunitária será inaugurada na cidade, no dia 15” (JORNAL A MASSA, 2012).

Para entender adequadamente os acontecimentos descritos acima é necessário sair das ruas de Itinga e recuar um pouco no tempo. Mais precisamente, para o Complexo Penitenciário da Mata Escura (Salvador) na década de 2000, quando o foco da atividade policial no tráfico varejista de drogas e o privilégio da estratégia punitiva prisional aumentaram substancialmente a taxa de encarceramento no Estado¹⁸. Nesse período, o crescimento e concentração da população carcerária deterioraram ainda mais as condições de confinamento. À insuficiência de recursos materiais e humanos do sistema prisional, somou-se a intensificação de conflitos entre grupos organizados a partir da identificação territorial com bairros ou regiões.

Desavenças, vendetas e *opressões* de todo tipo prosperavam pelo Complexo Penitenciário e eram agravadas por agressões e torturas empregadas por alguns funcionários na tentativa de controlar e disciplinar os presos. O ponto de inflexão dessa situação ocorreu quando foram introduzidas novas formas de organização da massa carcerária oriundas das instituições penais cariocas e paulistas. Feito este atribuído a Mário Carlos Jezler, ex-integrante da Falange Vermelha, com vasta experiência no sistema carcerário do Rio de Janeiro e de São Paulo, detido na Cadeia Pública de Salvador e responsável por formar, junto com outras lideranças, uma comissão de presos com o propósito de resolver conflitos e reivindicar direitos, a Comissão da Paz, posteriormente renomeada Comando da Paz – CP.

Pacificar a convivência entre internos, entre estes e os funcionários e melhorar as condições de encarceramento eram objetivos que se coadunavam com os anseios da administração carcerária, desonerando-a frente a escassez de recursos, e, por

¹⁸ De acordo com Lourenço e Almeida, na Bahia, “no início de 2000, a taxa de encarceramento era de 31,8 presos por 100 mil habitantes; já no final de 2011, esse índice é de 98,9 pessoas presas por 100 mil habitantes, um aumento de 311% em doze anos” (2013, p. 41).

isso, a Comissão foi não só tolerada como também estimulada a manter a ordem na carceragem e gerir os presos. Isso, todavia, não ocorreu sem o emprego de muita violência. Ainda que tenha também incorporado ao seu repertório prático-discursivo elementos do *proceder* paulista, a dita pacificação recorreu inúmeras vezes ao uso da força, não raro ao homicídio, para confrontar grupos e indivíduos recalcitrantes ao novo modelo de sociabilidade que começava a reordenar as relações entre os internos nos presídios baianos.

Paulatinamente, o CP espalhou-se por raios, pavilhões e unidades, acompanhando os trajetos realizados por presos através das unidades do sistema prisional em razão das mudanças de regime. Ao mesmo tempo, expandiu seus objetivos e atribuições. Já não mais se restringia a regulação de conflitos e a mediação de direitos dos internos com a administração. A esses objetivos foram incorporados outros de motivação econômica, inicialmente em torno da “economia delinvente” (COELHO, 2005), logo regulada pelas lideranças do grupo¹⁹. Essa reorientação econômica foi apenas um primeiro passo em direção a reestruturação do CP em torno de empreendimentos mais lucrativos, lançando-se para além dos muros das prisões, ao mercado ilegal de drogas. A participação nesse mercado se processou através da criação e ampliação de redes de distribuição de drogas tornadas ilegais, com ênfase no comércio varejista em pontos fixos localizados, sobretudo, em favelas e periferias do Estado.

A partir de então, diversas áreas, muitas vezes bairros inteiros, na Região Metropolitana de Salvador – RMS foram progressivamente incorporadas a essas redes de distribuição controladas por lideranças do CP, aumentando os já generosos lucros proporcionados pela própria ilegalidade da atividade. Ao longo desse processo, as relações entre prisão e rua foram reconfiguradas e assumiram relevância inédita na organização local do mercado ilegal de drogas.

Ainda no início da década, tensões entre lideranças da cúpula do Comando da Paz produziram um rearranjo conjuntural de alianças que culminou no surgimento de uma dissidência, o Grupo do Perna, atualmente conhecido como Caveira.

¹⁹ A regulação da economia de bens e serviços, lícitos e ilícitos, dentro das prisões é um processo de grande importância para a estruturação e manutenção de grupos criminosos (*façções*), conforme argumentaram Luiz Lourenço e Camila Dias “Os ganhos no interior das prisões são importantes para estruturação e manutenção dos grupos nos seus diversos contextos [...] fator essencial na compreensão do surgimento e da posição ocupada pelos grupos criminais no espaço prisional: a regulação da economia delinvente” (2015, p. 15-16).

Imediatamente, uma dinâmica de conflitos e mortes alastrou-se pelo Complexo Penitenciário da Mata Escura e, em pouco tempo, alcançou o tecido urbano da RMS. A territorialização dessa cisão fraturou redes locais de distribuição de drogas com conflitos armados por seu controle. Ao longo da década de 2000, as disputas territoriais pelo controle de fatias do mercado de drogas tornaram-se parte da dinâmica criminal no Estado, corroborando com o crescimento expressivo da taxa de homicídios, sobretudo de jovens nas periferias (LOURENÇO, 2015).

Nesse mesmo lapso de tempo, CP e Caveira consolidaram suas posições no mercado de drogas baiano. Construíram hierarquias bem-definidas, firmaram alianças com outros grupos criminosos e, assim, forjaram redes bem-estruturadas de fornecimento de drogas e armas de fogo, cujos lucros demandaram operações de lavagem de dinheiro cada vez mais complexas e sofisticadas. Esse novo arranjo permitiu a expansão do “crime-negócio”²⁰ (ZALUAR, 2012) dessas *facções* para estados do Nordeste e, também, a incorporação de outra modalidade de crime aos seus leques de atuação, o planejamento e execução de assaltos a instituições bancárias. A expansão e fortalecimento de ambas foram nutridas, em grande medida, pelas drogas e armas negociadas no atacado com Primeiro Comando da Capital – PCC. No mais das vezes, sem lado nos conflitos e nem preocupação com a regulação local de práticas criminais, o PCC e sua inserção no mercado baiano propiciaram tanto a expansão das *facções*, reconfigurando conjuntamente suas correlações de forças, quanto a escalada dos conflitos armados e sua letalidade.

Ao final da década, os principais contornos do atual mercado de drogas baiano já estavam delineados. O surgimento das *facções* no sistema prisional estadual, sua territorialização extramuros e inserção mediada nos fluxos transnacionais de drogas e armas reestruturaram o comércio varejista. Anteriormente pulverizado entre diversos grupos e empreendedores individuais com baixa estruturação organizacional e econômica, o tráfico de drogas na RMS experimentou um processo de concentração do mercado nos territórios cujas redes de distribuição passaram a ser controladas por “gangues prisionais” (LOURENÇO; ALMEIDA, 2013).

Os efeitos locais desse processo sobre o comércio varejista de drogas foram descritos e analisados por estudos etnográficos realizados em diferentes bairros da

²⁰ Alba Zaluar define o crime-negócio como “a criminalidade que se desenvolve como um negócio de longo prazo e que exige o uso racional da violência por causa da ilegalidade e, conseqüentemente, da falta de meios legais para resolver conflitos e da necessidade imperiosa de manter a clandestinidade e a impunidade dos envolvidos nesse tipo de crime” (2012, p. 338).

RMS (LIMA, 2013; OLIVEIRA, 2014; CONCEIÇÃO, 2015). Nesses lugares, o tráfico de drogas foi reorganizado com base numa gestão vertical, hierarquizada e centralizada, cuja cadeia de comando é subordinada ao *dono*, via de regra uma liderança interna a uma das facções que controla o fornecimento de drogas e armas para uma ou mais localidades²¹. Na base da pirâmide, estão os *olheiros*, *soldados* e *vendedores* responsáveis pelo funcionamento dos pontos de venda, as *bocas*, e defesa do território. Eles obedecem a uma frouxa divisão do trabalho, revezando funções ou as exercendo ao mesmo tempo. Entre eles e o *dono*, numa posição intermediária, o *gerente* ou *cabeça-cara*, normalmente o posto hierárquico mais alto residindo no bairro, é incumbido de administrar mercadorias e pessoas e de efetivar as ordens do *dono*. É o *gerente* quem distribui para as *bocas* e seus vendedores as mercadorias (maconha, cocaína e/ou crack) em regime de consignação, chamadas de *guias*, cuja quantidade é variável. Periodicamente, os valores arrecadados com a venda são repassados ao *gerente* e contabilizados, cabendo ao *vendedor* um percentual (variando entre 15% e 25%) como remuneração, em dinheiro ou mercadoria.

A reorganização do comércio varejista de drogas a partir da ascensão das *facções* ensejou, igualmente, transformações no cotidiano dos moradores. Ainda que não necessariamente interferindo na rotina de todo um bairro, cada vez mais o controle armado de parcelas do espaço metropolitano tem imposto práticas de regulação de condutas aos seus moradores, incluindo a difusão de regras voltadas não apenas para a vigilância e segurança dos mercados ilícitos, mas também para a resolução de conflitos interpessoais. As áreas estratégicas, onde a presença do tráfico se tornou mais ostensiva, passaram a ser objeto de uma crescente “regulação social capilar e difusa”, denomina por Antônio Lima, no seu estudo sobre o mercado varejista de drogas no bairro Rio Bonito (RMS), de “moral instrumental do tráfico” (2013, p. 138).

Aos novos traços do mercado de drogas baiano delineados ao final da década de 2000, é preciso acrescentar a ampliação da circulação e do acesso às armas de fogo, aspecto fundamental para entender o incremento da criminalidade violenta nesse mesmo período. A ilegalidade da atividade associada as altíssimas taxas de

²¹ A organização local do tráfico de drogas com base num modelo hierárquico piramidal não se aplica à organização interna das cúpulas das *facções*, na qual prevalecem relações horizontais com base em alianças temporárias que não excluem assimetrias conjunturais, de forma similar ao relatado por Antônio Rafael (2001) sobre os *comandos* do Rio de Janeiro.

lucro desencadearam inúmeros confrontos armados, entre *facções* e entre grupos dentro delas, pelo domínio de fatias do mercado, sem contar os constantes embates com agentes policiais. A recorrência e intensidade desses confrontos apontam para a relevância dos processos de fragmentação na organização do tráfico de drogas, não obstante sua história recente seja caracterizada pelo movimento de concentração. Inclusive, essa seria uma das características singulares do mercado baiano comparativamente aos do Rio de Janeiro e São Paulo, isto é, a falta de estabilidade ao longo do tempo dos monopólios locais estabelecidos pelas *facções*²² (LIMA, 2013; CONCEIÇÃO, 2015).

Todavia, os processos de concentração e fragmentação não derivaram apenas das disputas armadas pelo controle territorial de pontos de venda de drogas. A estabilidade precária dos arranjos territoriais entre *facções* teve como ator igualmente relevante o governo do Estado, mediante a implementação de políticas públicas de segurança que visavam fazer frente aos efeitos da expansão extramuros do CP e Caveira. Por um lado, como dito anteriormente, o foco da atividade policial no tráfico varejista de drogas e o privilégio da estratégia punitiva prisional aumentaram substancialmente o encarceramento e transformaram o perfil dos internos (incremento daqueles presos por tráfico)²³, ao passo que fortaleceram as *facções*, ampliaram o seu escopo de recrutamento (LOURENÇO, 2015) e favoreceram sua dispersão espacial. Por outro, a política de enfrentamento militar direcionada para a captura ou morte de operadores do tráfico, além de estimular o conflito armado nas ações policiais, contribuiu decisivamente para a fragmentação interna externa das *facções*, sobretudo quando atingia suas lideranças. Portanto, as características assumidas pelo mercado ilegal de drogas baiano no início da década de 2010 foram também moldadas pelos efeitos da imbricação entre políticas estatais e dinâmicas criminais.

Durante a solenidade de inauguração da BCS de Itinga, a afirmação feita pelo comandante da 81ª CIPM, atribuindo a “migração de bandidos” para o bairro aos

²² As análises realizadas por Antônio Lima (2013) e Thiago Conceição (2015) sobre o mercado varejista de drogas em bairros da RMS foram amplamente influenciadas pela proposta de Lessing (2008) acerca da particularidade desse mercado no Rio de Janeiro, que, diferentemente do baiano, teria alcançado uma estabilidade ao longo do tempo através de estratégias de neutralização das forças de fragmentação.

²³ Além da expansão da política punitivista pautada no encarceramento, a mudança do perfil dos internos com o crescimento daqueles presos por tráfico é também uma variável relevante para a compreensão do surgimento e consolidação dos grupos criminosos (*facções*) na Bahia e em São Paulo, conforme argumentam Luiz Almeida e Camila Dias: “[...] outra variável essencial para explicar a formação, proliferação e consolidação dos grupos criminosos esteja na mudança do perfil dos internos, sobretudo com o crescimento de presos acusados por tráfico de drogas” (2015, p. 14).

“laços familiares” com o Nordeste de Amaralina, provocou indignação em alguns presentes e repercutiu negativamente entre os moradores, tonando-se objeto de comentários críticos, já que a referida migração era, pública e notoriamente, decorrente de “laços faccionais”. Na época, o Comando da Paz detinha o controle territorial sobre os pontos de venda de drogas em ambos os bairros, unindo-os através dos presídios do Estado. Após projeto-piloto realizado no bairro do Calabar²⁴ (Salvador), o governo estadual direcionou sua nova estratégia de intervenção na segurança pública, o Pacto pela Vida, para um dos principais enclaves do CP na Região Metropolitana de Salvador, o Nordeste de Amaralina, ampliando seu escopo com a inclusão de mais dois bairros contíguos, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho. O foco inicial do PPV no Grande Nordeste de Amaralina produziu um rearranjo na organização territorial e no modo de atuação local do CP, resultando na mencionada “migração de bandidos” em direção a outros bairros onde a *facção* atuava, incluindo Itinga.

Este último bairro ocupa uma posição estratégica para o tráfico de drogas na RMS, tanto do ponto de vista mercadológico, quanto do logístico. Região mais populosa do município, em conurbação com o “miolo da cidade”²⁵ de Salvador, próxima ao aeroporto e de um entroncamento entre rodovias estaduais, Itinga foi objeto de intensas disputas em torno do controle do comércio varejista de drogas, durante o período de transbordamento das *facções* e sua difusão pelo tecido urbano. Somente na virada da década o CP conseguiu estabelecer seu monopólio sobre o tráfico em Itinga e, também, em outros bairros, consolidando sua presença no município de Lauro de Freitas.

Não obstante o êxito obtido sobre os rivais, o controle do CP sobre o bairro foi constantemente ameaçado, seja pela recorrência de disputas internas entre operados do tráfico, seja em razão das constantes investidas da Caveira sobre os pontos de venda mais vulneráveis. Provavelmente, a extensão e localização do bairro, seu terreno acidentado e a variedade de rotas de entrada e saída contribuíram para que a concentração do mercado local não fosse acompanhada pela redução nos índices de

²⁴ Sobre a implantação da Base Comunitária de Segurança no Calabar, ver os trabalhos de Carade (2016) e Carvalho (2016)

²⁵ O “miolo de Salvador”, denominação surgida na década de 1970 a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para a Cidade de Salvador, é a região situada, em termos geográficos, na parte central da capital, parcialmente circundada pela BR-324 e a Avenida Luiz Viana Filho (mais conhecida como Avenida Paralela), composta por cerca de 40 bairros.

criminalidade violenta. Pelo contrário, conforme diagnóstico realizado para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Segurança Pública, em Itinga ocorreram “42,4% dos crimes de lesão corporal, 34,7% dos roubos a transeuntes [...] 45% das ameaças” de morte, além de concentrar 30% das ocorrências letais registradas no município (PMLF, 2011, p. 53).

O incremento da criminalidade violenta no bairro e a “migração de bandidos” tornaram Itinga alvo prioritário de distintas políticas públicas de segurança, federal e estadual. Em 2007 o bairro foi escolhido como foco territorial do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, recebendo diversas ações preventivas e repressivas até 2014, com o objetivo de reduzir a taxa de homicídios. E, a partir de 2012, com a instalação da BCS, o bairro foi incluído no Pacto pela Vida. Diante dessa conjuntura local, o CP experimentou um processo de desorganização e enfraquecimento. Apreensões de drogas e armas, prisões e fugas²⁶ minaram progressivamente o seu domínio em Itinga, tornando-o mais vulnerável às incursões de outras *facções*.

Além das políticas de segurança, nesse mesmo período, grandes transformações urbanísticas atingiram o bairro através do programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV. Ao final de 2015, três empreendimentos do MCMV foram inaugurados no bairro e mais dois nas suas imediações, totalizando 6.063 unidades residenciais²⁷. Esses conjuntos, com exceção do Leila Diniz, construídos em áreas periurbanas de bairros periféricos, demandaram obras de infraestrutura (pavimentação de ruas, extensão do sistema de saneamento básico, drenagem e macrodrenagem) e a implantação de serviços públicos (transporte, saúde, educação, assistência social), muitas delas atendidas pelo Programa de Aceleração do Desenvolvimento – PAC²⁸. Impulsionada pelo crescimento do setor da construção civil, Itinga retomou sua vocação de espaço urbano periférico destinado a provisão de moradia própria aos setores populares da RMS.

²⁶ Após a instalação da BCS de Itinga, movimento similar de “migração de bandidos” foi identificado pela Polícia Civil, dessa vez saindo de Itinga em direção ao Bairro da Paz (Salvador).

²⁷ Em Itinga foram construídos o Residencial Dona Lindú, com 39 blocos de apartamentos e 1.131 unidades residenciais, o Residencial Brisas de Itinga, com 31 blocos e 899 unidades, e o Conjunto Habitacional Leila Diniz, com 313 unidades (casas geminadas). Já no entorno do bairro, na divisa com Salvador – área em litígio entre os dois municípios –, foram construídos o Residencial Quinta da Glória (bairro Areia Branca), com 1.320 unidades residenciais, e o Residencial Bosque das Bromélias (bairro Jardim das Margaridas), com 2.400 unidades.

²⁸ Até junho de 2018, a prefeitura captou pouco mais de R\$ 21,5 milhões do PAC “Urbanização de Assentamentos Precários” para executar obras de infraestrutura e expandir a oferta de serviços públicos em Itinga. <<http://www.pac.gov.br/obra/25150>> Acesso em: 9 de setembro de 2019.

No ano anterior a instalação da BCS (2011), foi inaugurado o primeiro empreendimento do MCMV em Lauro de Freitas, situado no Alto do Picuaia, Itinga. O Residencial Dona Lindú, com seus 39 blocos de apartamentos e 1.131 unidades residenciais, reuniu famílias e pessoas de diversas localidades de Lauro de Freitas, parte delas proveniente da *invasão* do Japonês, na Vila Praiana. Este bairro, em conjunto com Itinga, Areia Branca e Portão, viria a compor o “quadrilátero da violência”, alvo prioritário das políticas municipais de segurança pública²⁹. Antes responsável pelo policiamento da agora extinta *invasão*, o comandante da 52ª CIPM avaliou, durante a cerimônia de inauguração do Dona Lindú, que a oferta de moradia digna ajudaria a reduzir o “trabalho da polícia”. Já a secretária municipal de Assistência Social e Cidadania, mais receosa, advertiu sobre a possibilidade do problema apenas se deslocar de uma delegacia para outra, da 23ª (Centro) para a 27ª (Itinga). “Não basta entregar os apartamentos”, ponderou, antes de anunciar projetos de sua secretaria para orientar os novos residentes sobre a “vida em condomínio” e estimular “lideranças legítimas” (VILAS MAGAZINE, 2011). Em todo caso, o Pelotão de Emprego Tático Operacional – PETO da Polícia Militar ficaria encarregado de reforçar o policiamento, responsabilidade que perdurou mesmo depois da BCS de Itinga iniciar suas atividades, pois o Residencial não foi incluído no seu raio de atuação.

Os conjuntos habitacionais, os novos moradores e as obras de urbanização alteraram a paisagem de Itinga. Adicionaram ao seu repertório arquitetônico novas formas de verticalização, ampliaram infraestruturas urbanas, serviços públicos e criaram focos de adensamento populacional em áreas limítrofes anteriormente pouco relevantes para os mercados locais (legais, informais e ilegais). Dentre essas transformações incluem-se também os efeitos da territorialização do tráfico de drogas. O avanço do solo urbanizado, a provisão em larga escala de habitações de interesse social, a criação de novos fluxos e redes de pessoas e mercadorias criaram frentes de expansão do mercado ilegal e, por conseguinte, inauguraram novas disputas por seu controle, provocando abalos e desestabilizando a organização local do tráfico de drogas.

²⁹ O “quadrilátero da violência” foi criado e delimitado pela prefeitura a partir dos resultados do Plano Municipal de Segurança Pública (PMLF, 2011), com o objetivo de fornecer um recorte espacial para priorizar investimentos em ações de segurança pública, preventivas e repressivas, nos bairros que apresentaram maior concentração de crimes contra a vida.

"Quem manda nas casinhas é ladrão!", bradava um integrante do CP enquanto sacudia sua pistola no ar. A cena foi registrada em vídeo amplamente compartilhado entre os moradores através de seus aparelhos celulares. "Casinhas" é a forma como muitos se referem ao Conjunto Habitacional Leila Diniz (composto apenas por casas geminadas). A advertência foi dirigida especificamente a um policial lotado na CIPM de Itinga, de alcunha *Satã*, quem o autointitulado *ladrão* ameaçava matar caso retornasse ao local. Na sequência do vídeo fez troça da facção rival (Caveira), ao supostamente revelar que alguns de seus integrantes, capturados durante confrontos pelo controle do tráfico de drogas, foram torturados, executados e enterrados no bairro.

A chacota dirigida aos rivais e divulgada em vídeo ocorreu num momento quando Comando da Paz e Caveira travavam intensas disputas armadas no bairro. Na primeira metade da década de 2010, a *facção* Caveira adotou uma estratégia agressiva de expansão dos territórios sob o seu controle, com foco nos municípios do entorno da capital, priorizando bairros localizados em regiões-chave para a logística de distribuição de drogas e armas, muitos deles dominados pelo CP. Essa estratégia incluiu a criação de uma ramificação da Caveira, espécie de subdivisão voltada exclusivamente para conquistar novos territórios e, assim, ampliar o controle sobre o comércio varejista de drogas. Liderada por Zé de Lessa, um assaltante de bancos com larga experiência no sistema prisional nacional, essa ramificação e seu ambicioso objetivo tiveram por inspiração a hegemonia do PCC em São Paulo e foram respaldados pelos fluxos de armas e drogas regulados pela *facção* paulista.

Inclusive, em razão da proximidade e da similaridade do *modus operandi* atribuídas às duas *facções*, perdurou durante algum tempo a dúvida sobre se a Caveira seria, ou não, o PCC na Bahia. De qualquer forma, ainda que nem sempre bem-sucedidas e longe de alcançar a almejada hegemonia, as incursões comandadas por Zé de Lessa propiciaram uma expansão significativa do domínio territorial da Caveira na RMS. Itinga, em virtude de sua posição estratégica para o tráfico de drogas, foi um dos alvos dessa política expansionista.

Foi então que a preocupação do coordenador das BCS quanto a possibilidade de a intervenção policial tornar o bairro mais "vulnerável à penetração de outros criminosos" começou a ganhar seus primeiros contornos de realidade. Ao longo de 2014, apenas dois anos após a inauguração da Base, Itinga foi palco de múltiplos enfrentamentos e do progressivo controle da Caveira sobre os pontos de venda de

drogas. As investidas contra o CP foram organizadas a partir do Residencial Bosque das Bromélias, empreendimento do MCMV situado no bairro Jardim das Margaridas (Salvador) às margens da BA-526 (conhecida como Estrada CIA-Aeroporto) e próximo ao limite municipal com Lauro de Freitas (em particular, com Itinga). De lá partiram as primeiras incursões da Caveira contra as *bocas* mais próximas, localizadas no loteamento Parque São Paulo³⁰, área periurbana no limite norte de Itinga. Conforme conquistava territórios, prosseguia com suas investidas em direção sudeste para o centro do bairro. Sem demora, no início do segundo semestre daquele ano, a Caveira já estendia seu controle sobre a maior parte de Itinga. Em um processo criminal da época é possível vislumbrar a sua presença em uma região do bairro afastada do ponto inicial de suas incursões, evidenciado, portanto, seu progressivo domínio territorial

De acordo com o processo, dois irmãos presos por tráfico de drogas no loteamento Jardim Pouso Alegre, também são acusados de associação para o tráfico. Na peça acusatória inicial, o Ministério Público Estadual – MPE alega que eles integrariam uma “perigosa associação criminosa, autodenominada Caveira”, caracterizada no documento como “um braço da poderosa *societas delinquentium*, baseada no Estado de São Paulo, conhecida como Primeiro Comando da Capital”. Para sustentar a segunda acusação, o Promotor de Justiça incluiu trechos dos depoimentos prestados por dois investigadores da Polícia Civil durante a instrução processual. “Para nossa investigação, esse pessoal todo citado aí, todo mundo tem envolvimento com Morceirão e Gringo”, disse um deles ao responder à pergunta sobre quem seria o “líder maior” da Caveira. O outro policial, menos categórico, afirmou apenas que “devido ao reduto onde moram, eles pertencem a facção Caveira. O líder da facção eu não sei, mas o líder desse grupo aí é Gringo e Morceirão”. Indagado na sequência sobre quem seriam esses dois, redarguiu não saber os nomes, pois “a gente decora nome de bandido pelo vulgo”.

Para os investigadores, a associação entre os réus e os supostos líderes da *facção* para a prática de crimes seria mediada por contatos telefônicos através de aparelhos de celular, já que Gringo estava preso a época dos fatos julgados nos autos do processo. Interpelados sobre possíveis provas desse contato, já que a perícia realizada nos aparelhos apreendidos com os réus não apontou ligações entre eles,

³⁰ Posteriormente, o loteamento Parque São Paulo foi desmembrado de Itinga e transformado em um novo bairro, conforme a lei municipal nº 1.596 de 19 de novembro de 2015.

foram lacônicos. “Ele usa telefone dentro do presídio. Quando a gente pega um bandido, ele fala que Gringo ligou e mandou ele fazer a fita”. Ao final do processo, a ausência de evidências factuais sobre a participação dos irmãos na *societas delinquentium* fez o juiz inocentá-los da acusação de associação, condenando-os, todavia, por tráfico de drogas, não obstante a pequena quantidade apreendida, 3,05 gramas de cocaína e 6,3 gramas de maconha.

Nas alegações finais do processo, o Promotor de Justiça chamou atenção para o cenário de crescente violência no bairro por conta dos frequentes confrontos armados entre a *facção* Caveira e a “arquirrival quadrilha chamada Comando da Paz” em torno do controle da comercialização de drogas, “quase sempre com resultado fatal”. Enfrentamentos que progressivamente minaram o domínio do CP em Itinga. Com sua rede de distribuição de drogas e armas parcialmente estrangulada e desorganizada pela ação estatal, o CP teve sua capacidade de reação comprometida. Ainda que tenha mantido o controle sobre outras localidades importantes atingidas pela política de segurança e cobiçadas por rivais, como o Nordeste de Amaralina e o Bairro da Paz (Salvador), não resistiu por muito tempo às constantes e agressivas investidas da Caveira em Itinga, perdendo o controle sobre os pontos de distribuição de drogas. Mais uma vez, a articulação entre políticas estatais e dinâmicas criminais produziu efeitos inesperados, desempenhando papel relevante na alteração dos contornos das divisões do espaço metropolitano entre as *facções* baianas e, por conseguinte, nos seus processos de territorialização

O domínio da Caveira em Itinga foi, contudo, breve. Uma nova configuração da população carcerária no Estado começou a ser desenhada em 2015, quando um grupo de detentos do pavilhão V da Cadeia Pública do Presídio de Salvador rompeu com a *facção*, dando origem ao Bonde do Maluco – BDM. Zé de Lessa, foragido desde 2014³¹, foi um dos responsáveis por orquestrar a ruptura, fazendo jus ao “espírito empreendedor” que lhe era atribuído em virtude do longo contato com o PCC. Novamente, a cisão alastrou-se para além dos muros do sistema prisional alcançando diversos bairros da RMS. Porém, dessa vez, sem desencadear tantos conflitos, pois

³¹ Nesse ano, o Tribunal de Justiça da Bahia converteu o regime de prisão de Zé de Lessa para domiciliar sob a justificativa da necessidade do preso realizar uma cirurgia ortopédica para corrigir uma deformidade na sua mão esquerda, que progressivamente limitava seus movimentos, causada por um acidente de carro sofrido durante sua prisão. Após não cumprir com o acompanhamento estipulado pela Vara de Execuções Penais, nem ser encontrado em seu domicílio pelo oficial de justiça, Zé de Lessa teve a prisão domiciliar revogada (CORREIO DA BAHIA, 2018b).

o BDM apropriou-se de áreas de expansão da Caveira, recém-conquistadas sob comando do próprio Zé de Lessa. Desde então, conforme pode ser lido em alguns muros do bairro, “Itinga é tudo 3” (em referência as três letras da sigla BDM). Apesar das conturbações geradas por essa fissão, ambas facções entretêm, ao que tudo indica, relações se não amistosas, ao menos tendencialmente neutras, sem excluir conflitos circunstanciais³². Seus esforços bélicos no mercado de drogas são, no mais das vezes, direcionados ao Comando da Paz, cujos integrantes são denominados os *passa-fome*, em razão da atribuição aos membros do CP de uma menor competência para gerir e fazer prosperar o crime-negócio.

Figura 4 - Parede no bairro de Itinga pichada com a expressão “tudo 3”



Fonte: O autor, 2017.

³² De forma incisiva, após mencionar a predileção das *facções* Caveira e BDM por embates contra o CP, um ex-interno da Penitenciária Lemos de Brito fez questão de pontuar a rivalidade existente entre as duas primeiras: “Na verdade, tava uma coisa meio nublada aí. Porque é o seguinte: como teve um racha no BDM e o Caveira, aquele que se considera Caveira mesmo e é seguidor de Perna é rival do BDM. Mata BDM. E BDM mata também quem é rival deles, né?”.

Foragido, Zé de Lessa, o Ás de Ouro do Baralho do Crime, encontrou refúgio na fronteira do país com o Paraguai³³. De lá, com seu espírito empreendedor e beligerante, comandou a estruturação e expansão do BDM valendo-se de estratégias similares às adotadas pelo PCC³⁴. Dentre elas, estabeleceu redes próprias para aquisição e distribuição de drogas e armas no atacado, eliminando ou reduzindo intermediários, e criando, dessa forma, uma vantagem competitiva para a atuação nos mercados ilegais do Estado. Através do planejamento e execução de crimes contra instituições financeiras (agências, caixas eletrônicos, carros fortes) diversificou a atuação da *facção* e suas fontes de capitalização³⁵. Além do empreendedorismo, o BDM também incorporou ao seu *modus operandi* a orientação expansionista da qual sua origem é tributária e que, hoje, faz sua fama de violento e cruel contra adversários. “Vou colocar o BDM como uma praga. Uma praga na lavoura de cacau. Ele começa num ponto onde ele se dissemina”, assim descreveu um interlocutor:

Porque eles são tidos como, grosso modo, falando no crime, olho de gula, olho grande. Eles fazem uma aliança com um grupo menor, fica ali dentro uns meses, um ano, ajuda a se fortalecer e depois vai e toma. Dá bonde. Por exemplo, eu tenho um grupo que não tem bandeira de *facção*. Porém, ali atrás tem um grupo que é CP e eles vivem me oprimindo, dando ataque em mim. O que acontece? Eles chega e me oferece ajuda. Arma, menino pra poder fortalecer a boca. E aí tem esse apoio. Um tempo depois ele mesmo se volta, porque eles que colocou os meninos ali dentro, então os meninos é por eles. E aí vai tomar as bocas, vai tomar a área. Vai ficar pra eles, entendeu? Então eles fazem muito isso, por isso que tá crescendo. Mas no mundo do crime isso aí não é tido com bons olhos não.

Assim configurado, em pouco tempo, o “crime negócio” do BDM floresceu e ampliou sua área de atuação para outros estados do Nordeste e Centro-Oeste, como Sergipe, Alagoas e Goiás. À medida que prosperava, a *facção* teve necessidade de sofisticar suas operações econômicas para dissimular e ocultar a origem ilícita de ativos financeiros e bens patrimoniais. Emulando também nesse quesito práticas atribuídas ao PCC, Marreno, outra liderança do BDM (ex-integrante da Caveira, assim

³³ Em 2016 a Polícia Federal – PF deflagrou a “Operação Sapucaia” com o objetivo de cumprir 13 mandados de prisão preventiva contra integrantes do Bonde do Maluco, dentre eles, Zé de Lessa, radicado naquele momento em Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, cidade considerada estratégica para a rede de distribuição de drogas da *facção* (A TARDE, 2016).

³⁴ O próprio secretário de Segurança Pública, em entrevista sobre os embates entre PCC e CV ocorridos em 2017, caracterizou as *facções* baianas como “menos organizadas”, comparativamente às cariocas e paulistas, com exceção do BDM, que, na sua avaliação, “se assemelha muito aos paulistas e tem seu líder fora do Estado, com atuação próxima ao PCC” (UOL, 2017).

³⁵ De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, Zé de Lessa foi responsável por comandar um assalto ao centro de distribuição regional do Banco do Brasil localizado na cidade de Bacaba. A ação foi executada por cerca de 30 homens e o valor roubado da instituição foi estimado em R\$ 100 milhões. Durante a fuga, três integrantes do BDM morreram em confronto com a polícia, incluindo o irmão de Zé de Lessa (CORREIO DA BAHIA, 2018a).

como Zé de Lessa), era o principal responsável pela lavagem de dinheiro. Muito diferente da época quando era mero operador do tráfico na localidade do Bate Facho, na Boca do Rio (Salvador), Marreno mudou-se de Salvador para uma luxuosa mansão na capital de Alagoas, onde dissimulava seu alto padrão de vida apresentando-se como empresário.

Desde que assumiu a incumbência de gerenciar os investimentos dos lucros de sua *facção*, priorizou a abertura e aquisição de empresas do setor automotivo. Muito provavelmente, essa opção guarda relação com o uso de veículos como forma de pagamento das drogas e armas adquiridas na fronteira com o Paraguai. Além das transações financeiras entre mercados legais e ilegais, Marreno também atuava em outras atividades nos bastidores do BDM. Era *dono* de várias *bocas* em diferentes bairros da RMS, incluindo Itinga. Nessa função, coordenava a aquisição e distribuição de drogas e armas e controlava os fluxos financeiros oriundos da comercialização dessas mercadorias, além de ordenar ações aos seus subordinados, em particular, aos *gerentes* ou *cabeças-caras*, seus principais representantes nas localidades. Desde que a Caveira estabeleceu seu domínio sobre o comércio de drogas em Itinga, Gringo assumiu a função de *cabeça-cara* e nessa posição permaneceu após a ruptura que deu origem ao BDM.

Conhecido também como Leo Itinga, Gringo cumpre pena em regime fechado na Penitenciária Lemos de Brito. Foi preso em flagrante em um bairro de Salvador com grande quantidade de drogas, uma pistola e munições. No auto de flagrante, questionado pelo delegado sobre a tatuagem no seu braço, declarou que a carpa (espécie de peixe) significava que ele pertencia a *facção* Caveira. Além das acusações de tráfico e posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, Gringo tinha um mandado de prisão em aberto por homicídio. Naquele mesmo ano, durante confrontos entre Caveira e Comando da Paz ocorridos Itinga, assassinou um rival capturado por comparsas, conduziu o corpo até um lugar ermo na BA-526 e ateou fogo, registrando esse momento em vídeo gravado com o celular. Sua crueldade contra rivais e desafetos somada aos boatos sobre surtos de raiva e violência fizeram rapidamente sua fama, valendo-lhe também outra alcunha, a de Azuado. Dizem que sua disposição beligerante é insaciável, sempre disposto a ampliar as áreas sob o seu domínio. “Pelo amor de Deus, homem. Para! Para por aí! Com o que tem! Tá demais”, teria suplicado a Gringo uma pessoa de sua confiança, ponderando, na sequência, que “ele só gosta de vilania”.

Mesmo preso permaneceu como o *cabeça-cara* do bairro. Já na penitenciária é um dos *Frentes* do módulo V, onde os integrantes do BDM são alocados para cumprir pena. Acima dele e dos outros integrantes da *Frente*, apenas o *Coroa* e o *Dono do raio*³⁶. Um ano após sua detenção, Gringo e outros apenados responderam a um procedimento para apurar falta disciplinar de natureza grave, “subversão da disciplina perpetrada por lideranças negativas”, decorrente de denúncias de agressões praticadas e/ou ordenadas por um “grupo autointitulado *Frente*” contra “desafetos ou internos insubmissos” do referido módulo³⁷. De acordo com os depoimentos colhidos pelo Conselho Disciplinar da instituição, o detento Pirulito adentrou uma cela da galeria E com um “porrete de quatro quinas” gritando “Passe, que aqui é Bonde do Maluco!”.

Gringo e Pescoço entraram na sequência e iniciaram as agressões contra os internos da cela, este último esbravejando “Vou matar essas desgraças! É eles, pegou o rato! É o rato da cela! Minha desgraça vai ter que aparecer se não vai sair todo mundo debaixo de paulada”. Surrados com “chutes, pauladas e panaços de facão” por quase 3 horas, os acusados de terem furtado pertences de Pescoço foram conduzidos para fora da cela, onde um corredor formado por inúmeros detentos aguardava a passagem deles para dar sequência ao suplício, até que alcançaram o gradeado e “passaram o portão”. Foram “expulsos do módulo pela população carcerária”, resumiu o coordenador de vigilância no seu relatório. No mesmo dia, o diretor da penitenciária autorizou a transferência cautelar (por 10 dias) dos principais agressores para a Unidade Especial Disciplinar – UED e suas celas passaram por um *baculejo* (foram revistadas), sendo apreendidos “materiais ilícitos” diversos, como facas, facões, celulares, relógios, correntes de prata, drogas, um caderno de anotações e dinheiro.

Além de apurar os fatos ocorridos no dia das agressões, o procedimento disciplinar devotou especial atenção para caracterizar o tipo de liderança exercida

³⁶ Um ex-interno da Penitenciária Lemos de Brito se referiu assim ao *Dono*: “Tudo que entra ali, tudo que sai, tudo que vende, tudo que se troca é dele. Mesmo que ele esteja em outra cadeia, em outro estado, em outro país”. Já o *Coroa* “é mais pra desembolar com o *Dono* do raio. Não fica nessa coisa pequenininha do dia-a-dia. Ele é que decide quem entra na *Frente* [...] Oficialmente, o *Coroa* não existe. Só existe pra nós, mas pra polícia lá [os agentes penitenciários] não existe não. Geralmente sabe que tem, mas não sabe quem é. E ficam de olho, qualquer mole aqui dentro eles agarram, ainda dá *bonde* pra outro raio. E geralmente, o *bonde* que dá pro outro raio, é facção inimiga. Aí o cara fica lá encurralado”.

³⁷ Sobre liderança entre presos e o papel da *Frente*, ver o artigo de Odilza Almeida e Eduardo Paes-Machado (2008) e a dissertação de Taysa Santos (2017).

pelos acusados, se positiva ou negativa, pergunta repetida a todos os depoentes, quase sempre seguida da indagação sobre o pertencimento a algum grupo criminoso ou *facção*. A depender do interrogado as respostas variaram. Vítimas e agentes penitenciários reforçaram o exercício de liderança negativa, especialmente, por parte de Piruto e Gringo, apontados como integrantes da *Frente* do módulo. Um dos agentes endossou a posição de Pirulito como a “primeira voz da *Frente*”, tendo este repetido várias vezes que “quem mandava dentro do módulo era ele” e não os agentes, exibindo facas na cintura em “clara atitude de desrespeito e afronta”. Gringo, por sua vez, seria a “segunda voz da *Frente*” e junto com o primeiro promoveriam agressões de internos, intimidariam agentes e, inclusive, os acusou de “sequestrar detentos dentro do próprio módulo” para impedi-los de “passar o portão” (na tentativa de escapar de punições impostas pela *Frente*) ou, até mesmo, para extorquir familiares em casos de dívidas. Por isso, qualificou essas lideranças como “totalmente negativas”. Quanto ao pertencimento a alguma facção foi menos incisivo, disse ter ouvido os presos falarem de Bonde do Maluco e cantarem músicas sobre ele, além mencionar a existência de numerosas inscrições da sigla BDM nas celas, corredores e no pátio do módulo.

Já os acusados e suas testemunhas enfatizaram a necessidade de disciplina interna e, por conseguinte, de uma liderança entre os presos, avaliada, no caso em questão, como positiva. Uma das testemunhas foi enfática ao afirmar que “dentro [do módulo] tem disciplina, disciplina da própria população carcerária e a *Frente* precisa intervir para manter ordem”, complementou informando ao membro do Conselho Disciplinar não existir “opressão, nem ousadia, que não faltava nada” graças a liderança, a qual “falava com a Direção e resolvia os problemas”. Gringo refutou ser uma das lideranças da *Frente*, delimitando sua participação a função de *Faxina*, segundo ele, responsável unicamente pela limpeza do módulo³⁸. Sua tentativa de dissociação, todavia, foi parcialmente contradita por uma testemunha de defesa que assim definiu a organização dos presos “A *Frente* em geral é a *Faxina*, que com uma ideia em conjunto faz uma ideia valer, ideia de progresso, de ordem e problemas dentro do sistema”. Isso seria necessário pois antes “muitos estavam roubando,

³⁸ Nos termos do mesmo ex-interno citado anteriormente: “Depois do *Coroa* no raio, é a *Faxina* que comanda tudo ali. É o coração do raio. É que coordena a comida, a limpeza, a organização do raio. A paz do raio, quem comanda é a *Faxina*. Se alguém comete algum deslize, precisa levar um corretivo, quem corrige geralmente é a *Faxina*. É uma responsabilidade grande, porque é a *Faxina* que guarda as drogas, as armas, os aparelhos”.

furtando e atribulando o sistema” e quando sujeitos a algum tipo de sanção “tentam passar o portão para fugir de alguma reação da população carcerária”. Perguntados sobre as inscrições da sigla BDM por todo módulo, negaram a presença da facção ou foram evasivos e jocosos “É os moleques de lá”, “Já ouvi falar da banda de música com esse nome”.

Ao final do procedimento, o Conselho Disciplinar apresentou o Relatório Conclusivo acusando Gringo de ser “o segundo homem no comando da *Frente* do módulo V” e de ter participado ativamente das ações encabeçadas por Pirulito, afrontando a “ordem e a disciplina legal [...] além da ligação evidente com a organização criminosa Bonde do Maluco”. Adicionalmente, a ele foi atribuída a propriedade de parte do material apreendido durante a revista das celas. Em um dos aparelhos celulares foram encontradas fotos de Gringo, tiradas por ele próprio, posando com alguns dos relógios e correntes confiscados. Em razão do material ilícito e das agressões perpetradas contra outros internos, a Comissão o acusou de ter incorrido em falta disciplinar grave. Decisão esta ratificada pelo Diretor da penitenciária sob a justificativa de sua liderança negativa enquanto *Frente* ter favorecido a “manutenção de uma base territorial, em unidade prisional de regime fechado, para a organização criminosa Bonde do Maluco”. Em virtude do exposto, o juiz da Vara de Execuções Penais sentenciou Gringo a cumprir sanção de isolamento na sua própria cela por 30 dias. Pirulito, por seu turno, recebeu penalidade mais dura, *tomou bonde* (foi transferido) para a Unidade Disciplinar Especial – UED³⁹. Com sua saída do módulo V, Gringo assumiu a *primeira voz* da *Frente*.

Ao invés da sua capacidade de gerenciar o comércio de drogas em Itinga ter deteriorado com o passar do tempo, a prisão de Gringo fortaleceu ainda mais sua liderança extramuros. Lá “o nome de Gringo cresceu rápido demais no crime”, ouvi algumas vezes essa frase. Depois de ter assumido a *primeira voz* da *Frente*, ganhou ainda mais respeito e reconhecimento dos seus pares, ampliou seu poder e garantiu recursos, simbólicos e materiais, para continuar como o *cabeça-cara* de Itinga. Distante do bairro, Gringo contava com seu braço-direito, Morcegão, como principal interlocutor, responsável por controlar o funcionamento das *bocas* no bairro e,

³⁹ Os demais indiciados no procedimento disciplinar foram apontados como *soldados da Frente*, responsáveis pela segurança das lideranças, disciplina dos internos e, eventualmente, aplicação de sanções. Diante da inexistência de provas contra eles, a Comissão Disciplinar deliberou por isentá-los de responsabilidade sobre as agressões apuradas.

portanto, dispondo de certo poder de mando e autonomia para tomar decisões e dirimir conflitos.

Distante, mas não isolado. O espaço prisional contemporâneo não interdita, mas regula os fluxos entre o dentro e o fora. A porosidade de suas fronteiras possibilita a uma instituição de confinamento estar conectada com um conjunto de lugares, próximos e distantes, produzindo ressonâncias das mais diversas. Dentre os “materiais ilegais” apreendidos na cela de Gringo, o celular é, certamente, um grande indutor dos fluxos que atravessam as prisões e borram suas fronteiras, potencializados pela difusão dos aparelhos com acesso à internet. Transmitir ordens, obter informações e gerenciar as *bocas* a distância através de ligações ou, mais comumente, por aplicativos de mensagem, foi a estratégia adotada por Gringo para manter sua posição no tráfico local e repelir eventuais rivais. Sua ascensão no sistema prisional também fortaleceu seu nome junto a Marreno, o *donos* das bocas, quem, em última instância, dava respaldo a sua permanência. Não obstante eventuais tentativas de desbancá-lo, a estratégia adotada foi bem-sucedida por alguns anos, até o dia quando uma força-tarefa da Secretaria de Segurança Pública – SSP desencadeou uma série de acontecimentos que colocaram sua posição em disputa.

Desde o início de 2017 uma força-tarefa da SSP tentava sem sucesso localizar e prender Marreno, um dos criminosos mais procurados no Estado. Até que o setor de inteligência obteve informações sobre o dia e o modelo do carro no qual ele e seu motorista trafegariam por um trecho da BA-099. Na data e local indicados, policiais montaram campana e aguardaram a passagem do veículo. Após identificarem os alvos, realizaram a abordagem e teve início uma intensa troca de tiros. Marreno e o motorista foram alvejados durante o confronto, socorridos para um hospital, mas não resistiram aos ferimentos e morreram. Além de drogas e armas, foram apreendidos documentos de identidade falsos, o que, segundo a SSP, dificultou a localização de Marreno pela força-tarefa (CORREIO DA BAHIA, 2017a). Documentos que também eram utilizados para a abertura de empresas e lavagem de dinheiro.

No dia seguinte, o comércio do bairro onde Marreno viveu sua juventude amanheceu de portas fechadas. Nas palavras de um comerciante entrevistado sob anonimato por um jornalista, no começo da manhã dois homens em uma moto anunciaram o luto: “Moço, me desculpe, mas vocês vão ter fechar. Morreu um grande amigo nosso e estamos de luto”. Noutro bairro, um ônibus incendiado (CORREIO DA BAHIA, 2017b). Em Lauro de Freitas, mensagens de áudio gravadas e compartilhadas

através de aplicativos de mensagem ordenavam que escolas, residências e estabelecimentos comerciais de diversos bairros permanecessem fechados, causando pânico e afetando a rotina de parcela da população. Em Itinga, no Residencial Dona Lindú, as paredes de alguns blocos amanheceram pichadas, “Luto Marreno. BDM. Tudo 3”.

O enterro de Marreno, realizado em um cemitério particular na capital, contou com a presença de pouco mais de quarenta pessoas, entre familiares e amigos. A maior parte deslocou-se até o local do velório em um ônibus fretado, cujo trajeto foi acompanhado por duas viaturas policiais. Na traseira do veículo era possível observar a mensagem “Luto Marreno”, pichado com letras garrafais. Ao chegar no cemitério, os policiais das viaturas juntaram-se a uma guarnição do Pelotão de Emprego Tático Operacional – PETO e acompanharam de perto toda a cerimônia, apesar de terem afirmado que a presença deles ali era apenas patrulhamento de rotina.

Figura 5 - Ônibus fretado para o enterro de Marreno com a traseira pichada



Fonte: CONEXÃO CIDADE, 2019.

Nos dias seguintes ao enterro, mensagens compartilhadas através de aplicativos de celular exortavam integrantes do BDM a vingar a morte de Marreno: “Luto eterno Marreno. A ideia é uma só, matar polícia!”, “Fogo na cidade toda”. A manutenção do toque de recolher em diversos lugares, as ações para incendiar ônibus e a divulgação dessas ameaças desencadearam forte reação do aparato policial. No município vizinho de Simões Filho, um major da polícia militar subiu o tom durante

entrevista ao telejornal local: “Quem manda aqui é a 22ª CIPM. E quem dá toque de recolher é a PM, pois vamos recolher todos esses marginais para a prisão”. Já em Lauro de Freitas, os moradores do Residencial Dona Lindú foram surpreendidos por uma insólita operação policial durante a madrugada.

Desde sua inauguração, o policiamento desse conjunto habitacional, sob responsabilidade da 81ª Companhia Independente de Polícia Militar – CIPM, contou com o reforço do PETO. Na madrugada após o enterro de Marreno, antes mesmo dos primeiros raios de sol tingirem o céu, uma viatura desse grupamento de policiamento especializado adentrou as ruas do residencial em alta velocidade. O som agudo e estridente da sirene misturado ao barulho dos pneus *cantando* nas curvas ecoaram na madrugada, até então silenciosa, enquanto o *giroflex* projetava sua mistura oscilante de luzes azul e vermelha na escuridão e dentro dos apartamentos. A sombra da viatura se movimentava pelas paredes dos prédios acompanhando o percurso dos policiais com os canos de suas armas apontados para fora.

Moradores acordaram assustados, mães se desesperam. Os mais corajosos espiaram pelas janelas, escondidos na penumbra, tentavam observar pelas frestas. Os poucos que estavam na rua, a maioria jovens, debandaram em direção às portas de entrada dos blocos, deslocando-se afoitamente de um para outro quando as encontravam trancadas. Um enfretamento armado entre policiais e traficantes era eminente, em uma fração de tempo os estampidos sequenciais de um tiroteio seriam ouvidos e, provavelmente, mais corpos tombariam perfurados por projéteis de armas de fogo. No dia seguinte, antes mesmo das manchetes nos jornais locais, fotos da barbárie circulariam nos aplicativos de mensagem. Muitas vezes, esse foi roteiro de acontecimentos que se seguiu após as incursões policiais no condomínio, sobretudo, as realizadas na calada da noite. Mas, dessa vez, a história foi outra.

Após percorrer as ruas que recortam os 39 blocos de apartamentos do Residencial, a viatura reduziu a velocidade e desligou a sirene. Ato contínuo, um dos policiais acionou o megafone e começou a vociferar: “Bota a cara, BDM! Bota a cara, desgraça! Quem manda aqui somos nós!”. Conforme percorria o trajeto aos brados intimidatórios, disparos de arma de fogo eram efetuados de dentro da viatura contra a parede de alguns prédios, intensificando ainda mais o pavor dos moradores. De repente, a viatura parou na lateral de um bloco e três policiais saltaram. Todos usavam balaclavas cobrindo a parte inferior do rosto (do nariz até o pescoço), com estampa de caveira. Os dois primeiros, com armas em punho, ofereceram cobertura para o

terceiro, que foi até o muro e, depois de poucos segundos, retornou junto aos companheiros para a viatura. Essa dinâmica se repetiu por três vezes em distintos locais do Residencial.

Ao amanhecer, os moradores que circulavam pelas áreas comuns observaram nas paredes externas de alguns blocos o resultado da intervenção policial. Nas três paradas realizadas pela viatura, os policiais desceram para cobrir pichações que faziam referência à morte de Marreno (“Luto”, “Luto Marreno”) e ao BDM (“Tudo 3”, “Td3”). Todavia, diferente de outras ações policiais similares, nessa as pichações não foram apagadas com uma camada de tinta. Supreendentemente, um dos policiais, munido com uma lata de tinta spray preta, sobrescreveu as palavras, alterando-as, além acrescentar novas pichações. Além de desfigurar a palavra “luto”, o policial transformou o número 3 (“Td3”) no número 8 (este último formado pelas três letras da palavra “lei” mais as cinco letras da palavra “ordem”). Também foram acrescentadas as palavras “PETO”, “Tudo 4” (em referência às quatro letras da sigla do grupamento policial) e “Lei e Ordem”.

Figura 6 - Fotos de muros pichados por policiais com referência ao PETO no Residencial Dona Lindú



(a)



(b)



(c)

Legenda: (a), (b) e (c) retratam muros pichados durante ação policial do PETO.
Fonte: FOLHA POPULAR, 2017.

Os boatos sobre os surtos de raiva e violência de Gringo, que lhe legaram o epíteto Azuado, começaram a circular após Morcegão romper a aliança entre eles. A traição, dizem, deixou Gringo paranoico, enxergando inimigos por todos os lados, desconfiado de tudo e todos. Desde a sua prisão até a morte de Marreno, seu principal interlocutor ampliou paulatinamente a autonomia e expandiu sua influência sobre diversas regiões de Itinga. Aos poucos começou a ser também reconhecido como um *cabeça-cara*, concentrando recursos financeiros, armas e arregimentando quadros da hierarquia interna a *facção*. A morte de Marreno durante confronto com a polícia precipitou o rompimento com Gringo e desencadeou um processo de fragmentação e

reconfiguração das alianças locais, conflagrando as ruas do bairro com episódios de vendeta e disputas violentas pelo controle dos pontos de venda de drogas.

Dois *cabeças-caras* “com muita droga, muita arma, muita maldade” e, conseqüentemente, muitas mortes. A existência de uma linha sucessória (após a morte de Marreno, Rafinha assumiu seu posto) não foi suficiente para solucionar a contenda entre os antigos aliados. Ademais, não obstante os esforços envidados por Gringo para contornar a deslealdade de Morcegão e evitar a cisão, sua ascendência e capacidade de mando eram maiores dentro da prisão do que fora dela. Novamente, os efeitos da interação entre políticas estatais de segurança e os processos de territorialização do tráfico de drogas transformaram o ordenamento espacial do bairro e alteraram as rotinas de muitos moradores, em particular dos jovens.

O tráfico em Itinga cindiu e a rivalidade redesenhou a topografia dos mercados ilegais, cujas fronteiras físicas e simbólicas, demarcadas pela violência, passaram a codificar o outro como uma espécie de inimigo interno. Os grupos hoje em disputa pertencem a mesma *facção*, BDM, mas existem dois *bondes*, o *Bonde do Azuado* e o *Bonde do Ajeita*, comandado por Morcegão. O primeiro manteve sob seu domínio a maior parte do bairro, incluindo a região do Alto de Itinga, os conjuntos habitacionais e o Parque São Paulo. Já Morcegão controla uma área mais restrita, comparativamente, concentrando sua atuação na região do CAIC⁴⁰ e do Largo do Sossego. Algumas outras regiões, como o Largo do Caranguejo e as ruas principais, permanecem zonas cinzas, indefinidas, palcos frequentes de enfrentamentos entre os *bondes*.

As disputas internas produziram fissuras na organização local do BDM e franquearam investidas mais constantes do Comando da Paz. Aos conflitos intra-faccionais, sobrevieram o incremento das tentativas do CP de retomar territórios. Aproveitando-se do enfraquecimento do rival, *bondes* oriundos de bairros próximos, em particular de São Cristóvão (Salvador) e Portão (Lauro de Freitas), passaram a ser mais frequentes e, em certas ocasiões, obtiveram êxitos parciais, inclusive, reestabelecendo por um breve período o controle de uma área próxima ao CAIC, nos limites entre Itinga e Cají. Esse entrevero na região dominada por Morcegão redundou em uma série de enfrentamentos com mortes de integrantes de ambos os lados,

⁴⁰ O CAIC é o Centro de Atenção Integral a Criança e ao Adolescente, equipamento público do município localizado no Loteamento Jardim Talismã (Itinga), onde atualmente funciona uma escola de nível fundamental.

gerando pânico entre os moradores do local, até que o primeiro logrou expulsar os invasores. Um morador revelou ter ficado dois dias seguidos sem poder sair de casa por conta dos embates travados nas ruas da região. Disse não ter visto nada, apenas ouviu os barulhos das trocas de tiro e gritos de provocação por parte de integrantes do BDM. “É o Bonde, desgraça! Bota a cara, CP!”, berrou repetidas vezes um homem, ao mesmo tempo que disparava a esmo a arma, próximo ao portão da casa do morador. “Nós deixa é no chão! O bonde é maluco!”, gritou outro.

O grupo de Gringo, menos atingido pelas incursões do CP, passou a enfrentar ataques contra o seu reduto no Residencial Bosque das Bromélias, revidando sempre que possível e, assim, alimentando a hostilidade contra os adversários, sobretudo daqueles pertencentes ao bairro de São Cristóvão. Em ambos os casos, o aumento da animosidade entre essas *facções* contribuiu para o incremento dos homicídios em Itinga.

Por dois anos o mercado varejista de drogas no bairro gozou de relativa estabilidade e suas *bocas* prosperaram. Disputas internas e externas não deixaram de existir, mas desde que assumiu o controle desse mercado até o início de 2017, o BDM manteve-se resiliente frente a eventuais abalos na sua organização local e domínio territorial. Mesmo com a prisão de Gringo, a articulação entre prisão e rua permitiu moderar indivíduos recalcitrantes ao arranjo hierárquico local e, assim, frear rupturas. Conforme sua *caminhada* no crime ganhava reconhecimento no espaço prisional, ampliava e fortalecia alianças internas.

As *bocas* no bairro prosperavam favorecidas pela expansão territorial e comercial dos mercados ilegais, em razão da construção de empreendimentos habitacionais de grande porte no entorno dos seus limites urbanos. Parte dos lucros auferidos ganharam visibilidade após a morte de Marreno, quando a Polícia Federal solicitou o bloqueio de R\$ 5 milhões em 22 contas bancárias atribuídas ao seu esquema de lavagem de dinheiro e o sequestro de bens, incluindo a mansão de R\$ 3 milhões onde residia com sua família (CORREIO DA BAHIA, 2017c). Todavia, a crescente ascendência de Gringo dentro da prisão e a bonança dos empreendimentos ilegais por ele gerenciados não foram suficientes para conter a ambição de seus então aliados, em particular Morceção, cujo rompimento fraturou o arranjo territorial e hierárquico do tráfico de drogas em Itinga.

A concentração de parcela do mercado de drogas pelas *facções*, conquanto vinculada a sua atuação no espaço prisional, repousa sobre um “encaixe frouxo”

(RAFAEL, 2001, p. 176) entre duas espacialidades, a das prisões e a das ruas. O poder de mando de Gringo era maior na penitenciária enquanto *primeira voz* da *Frente* do módulo V, do que em Itinga como *cabeça-cara* e *gerente* das *bocas*, não obstante a pressuposição recíproca entre esses dois territórios, sublinhada pelo diretor da unidade, ao ratificar a decisão do Conselho Disciplinar sob a justificativa da liderança negativa exercida por Gringo ter garantido a “manutenção de uma base territorial, em unidade prisional de regime fechado, para a organização criminosa Bonde do Maluco”.

No presídio, paz entre os internos do BDM, para quem a *cadeia não deve sangrar*. Em Itinga, guerra acirrada e muitas mortes entre seus integrantes. No ano de 2017, quando foi realizada a pesquisa de campo desta tese, o mercado varejista de drogas em Itinga estava cindido entre dois grupos que competiam pelo controle das *bocas*, ao passo que *bondes* do Comando da Paz com o objetivo de reaver o território tornavam-se cada vez mais frequentes. Ao iniciar a disputa contra Gringo, Morcegão não atrelou sua iniciativa ao engajamento em uma *facção* rival. Nessa contenda não estava em jogo o domínio local do BDM. Ainda assim, um desfecho interno à *facção* não foi alcançado, prolongando a disputa indefinidamente até, ao que tudo indica, um deles eliminar os rivais.

Essa situação indica não apenas que a capacidade do BDM de regular a conduta de seus integrantes é maior dentro da prisão do que fora dela, mas também que as alianças internas à *facção* são múltiplas e maleáveis, conformando-se diversamente consoante a variações conjunturais. Nesse particular e para o caso em questão, a interação entre políticas estatais de segurança e dinâmicas criminais tem desempenhado papel relevante na reconfiguração das correlações de força não apenas entre *facções*, como também internamente, dentro delas.

Os efeitos mais expressivos e violentos decorrentes da inter-relação entre mercado varejista de drogas, *facções* e políticas estatais são vivenciados nas periferias da cidade. “As ruas enlouqueceram”, repetia Reinaldo enquanto conversávamos sobre as mortes ocorridas desde o início dos conflitos entre os antigos aliados. Nas ruas do bairro, a atualização conjuntural de processos supralocais ocorre por meio de uma refração local, espécie de “efeito-território” (MACHADO DA SILVA, 2015, p. 11), que deve ser apreendida a partir da territorialização das relações sociais. Daí a importância de conferir protagonismo a localidade, não apenas por constituir o *locus* de estudo, mas, principalmente, em razão da centralidade da “conjuntura local

para”⁴¹ na compreensão dos efeitos práticos desses processos no cotidiano do bairro e nas trajetórias daqueles que participam ativamente nos mercados ilegais, privilegiando, dessa forma, os significados e sentidos produzidos pelos atores concretamente envolvidos nos conflitos desencadeados pela refração *in situ*. A “conjuntura local para” é, portanto, uma forma de incorporar à análise os efeitos de refração produzidos na interseção entre processos supralocais e localidade, conformando uma abordagem “tópica”⁴².

As histórias narradas por Reinaldo sobre jovens envolvidos nos conflitos em torno do tráfico de drogas em Itinga apontavam para vidas muito distintas daquelas dos personagens mais públicos do crime-negócio. Mansões, carros, contas bancárias milionárias, contatos transnacionais, redes amplas de proteção e informação daqueles situados na alta hierarquia das *facções* contrastavam com a vida dos *meninos*, seus *panos de marca*, *batidões*, celulares, festas e, muito eventualmente, motos. Contrastava também a perversidade dos postos ocupados no comércio de drogas baseado na consignação de mercadorias e instrumentos de trabalho (armas) com ônus integral para o revendedor, uma ficção de comércio, na qual lucro e dívida se permutam constantemente. Os ganhos financeiros auferidos no tráfico podem até ser atrativos, mas permanecem apenas enquanto promessas sempre adiadas, quase nunca realizadas, seja de enriquecimento, seja de mobilidade social ou, simplesmente, melhores condições de vida. Ali, produção e acumulação são secundárias em relação ao gasto, ao dispêndio. *Dinheiro amaldiçoado*, como na música do Racionais MC’s. Até mesmo os objetos de consumo que tanto seduzem transmutam-se, com frequência, em maldição, atizam a inveja e tornam o *ladrão* visado por outros e pela polícia.

⁴¹ A ideia de atribuir um papel basal à conjuntura decorre da análise elaborada por Anthony Leeds sobre os arranjos de relações entre localidades e instituições supralocais, enquanto *loci* de poder, caracterizados por diferentes conjunturas (2015, p. 77). Da minha parte, acatei a importância da conjuntura e inverti a agenda de pesquisa proposta por Leeds, conferindo prioridade à localidade, daí o foco na “conjuntura local”. Por fim, adicionei a proposta apresentada por Moacir Palmeira de reformular o conceito de “conjuntura política”, entendido como “disposição de forças em confronto num determinado momento”, em termos de “conjuntura para”, tendo por objetivo destacar que, numa dada situação, “as mesmas forças não se dispõem da mesma maneira para os grupos diferentemente posicionados no campo da luta” (1985, p. 46). Para os objetivos desta tese, acredito ser heurísticamente produtivo agregar ambas ideias através da concepção de “conjuntura local para”, uma vez que é sobre ela que se assenta a possibilidade de levar à cabo uma análise dos efeitos práticos produzidos pela territorialização de processos supralocais.

⁴² A qualificação da abordagem através do adjetivo “tópico” deve ser entendida na dupla acepção da palavra: “relativo a lugar; localizado” e “que se refere exatamente àquilo de que se fala; específico” (BORBA, 2004, p. 1365). Trata-se, portanto, de uma abordagem localmente situada sobre um tema parcial, específico.

3 OS PATRÕES DA VIDA LOKA E O CRIME-DISPÊNDIO

3.1 Sexta-feira no Largo

Sexta-feira, final de tarde, a brisa vinda do mar arrefece o calor. Do outro lado da Estrada do Coco, acerca de quatro quilômetros da orla, em Itinga, é possível sentir no ar o cheiro salgado da maresia. Aos poucos, as ruas do Parque Santa Julia, antes quietas, dão lugar a agitação e ao burburinho de moradores e transeuntes. O singelo Largo, com sua única árvore e seu único banco, testemunha a transformação da paisagem humana. Durante a semana, passaria despercebido não fosse a presença diária do *sindicato da cachaça* e o seu rastro de *bombinhas* vazias, que renderam à única árvore do local o epônimo *pé de cachaça*. Conforme o pôr do sol tingi o céu de vermelho, uma aglomeração mais diversa começa a se formar no Largo.

Em frente ao bar onde as *bombinhas* são comercializadas, um culto acaba de terminar. Sem demora, os fiéis tomam conta da calçada e gradualmente se dispersam ou se reúnem em grupos para conversar. Agora, as bermudas, chinelos, camisetas e barrigas de fora daqueles que desfrutaram do ócio e do bar contrastam com as camisas sociais, calças e sapatos dos homens de Deus. Bíblia nas mãos de uns *versus* copo nas mãos de outros. Distintas técnicas corporais, diferentes modos de servir-se do corpo. Todos na encruzilhada, nas cercanias outrora pertencentes ao candomblé de Zé de Ogum, sobre as calçadas que separam a Assembleia de Deus da “Casa Fé em Deus”, nome do bar estampado na placa de publicidade fornecida pela distribuidora das *bombinhas*.

Ao anoitecer, já com as calçadas parcialmente ocupadas por mesas e cadeiras plásticas, o Largo começa a acolher um público cada vez maior. Risos e gargalhadas vindas de uma rua transversal ganham a atenção de parte dos presentes. Logo surge um animado grupo de meninas. Algumas uniformizadas com a camisa de um colégio, outras trajando diferentes vestidos com a mesma estampa afro, de cores vibrantes, além de grandes brincos em formato de argola. As últimas retornavam de um ensaio de dança promovido por um grupo cultural do bairro. De uniforme ou de vestido, todas, cada uma ao seu jeito, exibem um zelo caprichoso e altivo por suas aparências.

Maquiagens, brincos, pulseiras, colares, cortes e penteados de cabelo embelezam e comunicam a presença delas ao ambiente.

Os homens do *sindicato* e os homens e mulheres de Deus já haviam deixado o Largo. Agora, casais e grupos de amigos, jovens na maioria, ocupam o espaço. A chegada das *novinhas* causa certo alvoroço entre os meninos. Alguns aproveitam para lançar sorrisos e olhares, na intenção de ganhar a atenção delas, seduzi-las, quem sabe. Não tardou para um trio de amigos convidá-las para ocupar uma das mesas. Um deles, após coletar dinheiro dos demais colegas, caminha até o bar e retorna com copos plásticos e uma *bombinha* sabor *blueberry*. A vodca saborizada, novidade lançada pelo fabricante naquele ano, havia caído no gosto dos jovens. Ao invés da tradicional *branquinha*, vodca em quatro versões, com sabores e cores diferentes, de preferência, gelada.

Próximo ao movimentado *churrasquinho*, um carro estaciona, o único até então, entre várias motos. O condutor desce sem desligar o motor, abre o porta-malas e retorna ao veículo. Segundos depois, os sucessos mais recentes do pagode baiano ecoam por todo o Largo. Não era um *paredão*, mas o som do carro dá conta do recado. Alguns cantam, outros dançam e logo surgem os percussionistas. Próximo ao local onde as *novinhas* bebem vodca saborizada, um jovem se destaca batucando habilmente na mesa, aproveitando os anéis para produzir efeitos sonoros diversos. Tinha quase tantos anéis quanto dedos na mão. Anéis e *batidões*, já presentes no dia-a-dia, ganham destaque ainda maior numa noite de sexta-feira. No mais das vezes dourados ou prateados, raramente de ouro ou de prata, esses adornos se multiplicam pelos corpos dos jovens no Largo, juntamente com os *panos de marca*, originais ou não. O que batucava vestia um *conjunto* da Cyclone, com a icônica bermuda de veludo, a despeito do calor. Seus amigos, todos de bermuda estampada tipo *tactel*, de marcas variadas (Seaway, Hurley, Mahalo), e chinelo no pé, exceto um. Este calçava um tênis visivelmente novo, ou pouco usado e bem guardado, impecavelmente branco, destacando a logomarca vermelha que representa as asas de uma deusa grega. Aquela hora, as meninas já haviam ido embora e ao lado da mesa já se contavam três *bombinhas* de *blueberry*.

Desde uma das esquinas, o letreiro luminoso da barbearia recém inaugurada empresta suas cores ao ambiente. Nicho de mercado concorrido, haja vista a proliferação desses estabelecimentos pelas ruas do bairro, seus profissionais angariam reconhecimento e clientes pela habilidade de desenhar nos pelos faciais,

principalmente no cabelo, mas não apenas. A arte da barbearia contemporânea na Bahia tem entre seus artífices um morador de Itinga⁴³. Palavras, letras, padrões geométricos, efeitos de *fade* e logomarcas de roupas adornam algumas cabeças no Largo. Outros, mais ousados, exibem sobrancelhas não apenas delineadas, mas estilizadas. Três traços verticais, levemente inclinados para trás, feitos na parte final dos pelos. O *design* de sobrancelhas masculinas já tem seus adeptos e diversifica o serviço oferecido nas barbearias. Os desenhos no corpo não se restringem aos pelos e também podem ser vistos com certa recorrência na pele. As tatuagens, seus inúmeros temas e estilos, têm nas superfícies corporais daquele público uma via privilegiada de inscrição e expressão, mais um elemento no mosaico de estéticas em exibição naquela noite quente de sexta-feira. Antes singelo e insosso, quase despercebido pelos moradores e transeuntes, mero local de passagem, o Largo agora resplandece com a exuberância emprestada pela habilidade daqueles jovens, homens e mulheres, de tornar a beleza ainda mais bela.

Apesar de ser madrugada, o Largo continua cheio e a animação contagia de vez os presentes quando, do som do carro estacionado, saem as primeiras notas de uma das músicas mais tocadas naquele verão. Ao ouvir os primeiros versos, o dono corre até o veículo, driblando mesas e cadeiras, e aumenta ainda mais o volume. O entusiasmo e agitação dos presentes crescem conforme o ritmo da música se intensifica, até o grito agudo e estridente do cantor, “Pegada de patrão!”, desencadear uma reação coletiva instantânea, que, se vista sobre um palco, poderia integrar um musical contemporâneo, cujo ápice se dá no refrão: “Eu sou patrão da vida loka/Eu sou patrão da vida loka/Antes eu andava na boca do povo/Hoje o povo que anda na minha boca”. Pessoas se levantam da cadeira para dançar, amigos se abraçam, cantam a música um para o outro, encarnando momentaneamente a estória do *patrão* narrada pela música, a superação de uma vida de sofrimento e escassez, sua ascensão a dono de *boca* com “Quepe de paleta reta/Só pano de marca e o batidão”, e o dilema “Se o caminho que eu segui é certo ou não/Hoje eu ando assim/Pegada de patrão!”⁴⁴. Destoando do entusiasmo e agitação dos presentes, dois jovens parados com *radinhos* na mão, disfarçados na penumbra formada entre os postes de

⁴³ Yuri Lopes dos Santos, mais conhecido como Yuri Estilos, dono da famosa barbearia Yuri Estilo Black, localizada em Itinga, é um cabelereiro e barbeiro famoso, muito procurado por artistas do pagode baiano (CORREIO DA BAHIA, 2018c).

⁴⁴ Trecho da música “Patrão da vida loka”, da banda de pagode Guetho É Guetho.

iluminação. Posicionados em esquinas opostas, observam atentamente o Largo e o trânsito de pessoas e veículos.

Não se divertem, pois estão trabalhando. São *olheiros* vigiando a certa distância a *boca* no final de uma das ruas, próxima ao *campinho*. O vai e vem quase incessante atesta a prosperidade do empreendimento. Aos poucos a *boca* retorna ao funcionamento normal. No mês anterior, uma ação ordenada pelo atual *gerente*, Pedrinho CK, resultou na morte de uma jovem professora, desencadeando um cerco policial que durou semanas e inviabilizou o tráfico no local, até o acusado de ter efetuado os disparos ser morto por policiais militares. Desde então, os responsáveis pelo comércio de drogas reestabeleceram a rotina de vendas e envidaram esforços para recuperar a clientela afastada, o que inclui rumores sobre a oferta de cocaína de melhor qualidade e a substituição dos *saquinhos* por *pinos*, tipo “eppendorf”. Visivelmente exaltado, um homem sentado sozinho em uma das mesas alardeia em voz alta, repetidas vezes: “Foi essa que matou a Cássia Eller!”. O sucesso do novo produto é cada vez mais visível no Largo. Junto às embalagens vazias de *bombinha* espalhadas pelo chão alguns *pinos*. Antes o que eram idas disfarçadas ao banheiro do bar, transformam-se em consumo aberto, às vezes na própria mesa.

Quando muitos já se dispersavam, um carro acompanhado de uma moto para obstruindo uma das ruas do Largo. Os dois ocupantes da moto descem e se dirigem ao entorno do carro, ambos com arma na cintura. Em seguida, a porta do passageiro abre e um homem magro e comprido, aparentando vinte e poucos anos, sai sorrindo. Sobre o fundo branco dos dentes, um aparelho ortodôntico colorido se destaca, combinando perfeitamente com a camisa e o tênis. Mesmo a certa distância, a boca é tão notável quanto o enorme relógio dourado, desproporcional em relação ao pulso do dono.

Conforme caminha para o centro do Largo, alguns presentes se levantam para cumprimentá-lo, outros acenam de longe. Faz algum tempo que Pedrinho CK, o *gerente* das *bocas* do *Bonde do Ajeita*, não é visto na região. Rapidamente, uma pequena aglomeração se forma ao seu redor, acompanhada sempre de perto pelos homens armados. Pedrinho é o centro das atenções. Abraços, apertos de mão, deferências e certa algazarra com a presença dele contrastam com aqueles que, ao avistá-lo, decidem se afastar ou deixar o local. Já sentado em uma das mesas, retira do bolso um maço de dinheiro, estica o braço e vagarosamente repassa cédula por cédula até retirar uma nota de R\$ 50, entregando-a para um dos que o cortejam ir ao

bar trazer cervejas e *bombinhas* de vodka. Mas, antes mesmo de beber o segundo copo de cerveja, acena despedindo-se, entra no carro e deixa o Largo seguido da moto.

Com a maior parte das cadeiras e mesas recolhida e cada vez menos clientes, o bar começa a fechar. Ainda se conta meia dúzia de pessoas, quando um dos presentes recebe uma mensagem pelo celular alertando sobre a presença de um Voyage cinza, com vidros escuros, circulando nas proximidades. O rumor leva grande tensão ao ambiente, dizem que Satã está no carro. Rapidamente, o minguido público se dispersa. Bar fechado, Largo vazio.

Nos arredores, em um ponto de ônibus, um punhado de trabalhadores aguarda a primeira condução da madrugada enquanto os primeiros raios de sol vagarosamente iluminam o céu antes de alcançarem as ruas. De repente, disparos de arma de fogo são ouvidos. Dois tiros e, não muito tempo depois, outros três. A Delegacia Territorial de Itinga recebe uma ligação anônima informando o local onde teria ocorrido um homicídio e envia a viatura de prefixo “pássaro de ferro 03” com dois investigadores. Ao chegarem no endereço constatam a veracidade da informação. Já sem sinais de vida, em plena via pública, o corpo de um “indivíduo de cor parda escura, em decúbito dorsal, trajando bermuda estampada de *tactel* e camisa de manga na cor preta, apresentando ferimentos na região da cabeça produzidos por disparos de arma de fogo”, logo identificado pelo irmão. Dois dias depois, um muro chapiscado próximo ao local da execução amanheceu pichado com a palavra “Luto” escrita em letras de fôrma.

3.2 O *patrão* e a *vida loka*

A trajetória de Pedrinho CK no tráfico de drogas é recente, em torno de dois anos. Aposta de grande risco, o alinhamento com Morcegão no momento da ruptura com Gringo mostrou-se, ao final, recompensadora. Tornara-se *gerente* das *bocas* localizadas no território controlado pelo *Bonde do Ajeita*. Caso Morcegão tivesse se mantido subordinado ao comando de Gringo, dificilmente Pedrinho teria assumido esse posto em tão pouco tempo. Além do mais, os percalços da vida no *crime*, suas experiências-limite no limiar entre vida e morte, cujos desfechos trágicos enredam as

trajetórias de inúmeros jovens do bairro, poderiam adiar permanentemente, ou seja, inviabilizar essa possibilidade.

Seja como for, hoje, Pedrinho CK é *patrão da vida loka* e um dos *badalados* de Itinga. *Patrão* é um vocábulo recorrente no cotidiano dos jovens das periferias e favelas da RMS, não obstante seu emprego também seja verificado, de forma mais exígua, em outros segmentos da população, incluindo as classes médias. O campo semântico dessa palavra, quando enquadrado a partir dos usos situacionais dos interlocutores da pesquisa, embora preserve conteúdos de sentido oriundos da definição formalizada nos dicionários, fortemente vinculados ao âmbito das relações de trabalho, recobre outros significados atrelados, sobretudo, às esferas do consumo (em especial, *roupas de marca*), da sexualidade e, em menor medida, ao uso da força.

“Te vi ontem lá na praia. Tava de patrão, né? Só de Heineken”, comentou um jovem ao encontrar o amigo no ponto de ônibus. Outro, ao avistar o primo andando pela rua vestido com um *conjunto* da Seaway e paramentado com brincos, anéis e *batidões*, jocosamente indaga: “Hmmm, tá todo blindado. Vai pra onde assim de patrão?”. Na saída do colégio, um grupo conversa sobre a *feira de camisa colorida* no final de semana em Salvador, combinando o deslocamento até o local, quando um deles avisa que irá acompanhar o grupo somente até a entrada do evento, pois não ficará na pista com os demais: “Dessa vez tô com dinheiro. Vou ficar de patrão no camarote, só no whisky com Red Bull”. No Largo, dois amigos discutem sobre o sucesso recente de um terceiro com as *novinhas*: “Não pegava ninguém, maior broxão. Agora tá trabalhando numa barraca de praia em Vilas, aí tá com dinheiro no bolso pra ficar de patrão. Compra roupa de marca, banca as meninas, aí elas crescem o olho”. O *patrão* é, acima de tudo, aquele que *ostenta*: consome bebidas alcólicas mais caras, compra ingresso para o camarote, veste *roupas de marca*. Ou seja, caracteriza-se por aquilo que é usualmente classificado como consumo conspícuo, com o adendo de que esse dispêndio deve ser exibido, tornado público, notável. É necessário *ostentar*. O *patrão* apresenta-se, assim, como uma categoria nativa, eminentemente performativa e estética, com destaque especial para o modo de vestir.

O uso de *roupas de marca* é uma das principais formas de *ostentar*. Em conjunto com outros adereços (anéis, colares, *batidões*, brincos, relógios, aparelhos ortodônticos), cortes de cabelo e técnicas corporais, compõem a imagem do *patrão*, sua aparência. Uma produção de si extremamente influente na constituição de identidades masculinas dos jovens nas periferias da RMS. Um senhor, por exemplo,

nunca será *patrão*. Mesmo na possibilidade de se vestir e agir como tal, permaneceria um *tio* (o mesmo pode ser dito para um adulto). Aliás, um *tio* vestido de *patrão* comporia uma imagem dissonante e pouco convincente, beirando o cômico. Algo similar ocorre com as jovens. Ao longo do trabalho de campo nunca ouvi uma jovem se denominar ou ser referida como *patroa*, com o mesmo sentido do termo *patrão*. Quando enunciada, a palavra *patroa* associa-se ao âmbito doméstico e é, no mais das vezes, mobilizada por homens como sinônimo de esposa, cônjuge, companheira⁴⁵.

Somente homens jovens podem ser *patrão* e, ainda assim, o mais comum é *estar de patrão*. Comprar ingresso para o camarote ou passar o dia na praia bebendo Heineken tem o potencial de impactar seriamente as finanças pessoais, reduzindo os recursos disponíveis para o restante do mês. É possível *estar de patrão* em um dia e no outro contar moedas para pagar a passagem de ônibus. Todavia, vale ressaltar, o simples fato de ter dinheiro disponível não é condição suficiente para alguém ser ou estar de *patrão*. Os modos de vestir e de se servir do próprio corpo, associados a determinadas práticas de consumo, são as características que distinguem dentre os jovens, os *patrões*.

A descrição de uma noite de sexta-feira no Largo, na abertura deste capítulo, delineia uma paisagem povoada por *patrões*, ainda que nem todos os presentes o fossem ou mesmo desejassem ser. Conversando nas mesas, circulando pelas ruas a pé ou de moto, paquerando *novinhas*, bebendo *bombinhas* de vodca saborizada, cantando e dançando os recentes sucessos do pagode baiano, dezenas de jovens se divertiam. A efervescência da “vida social” juvenil espalhava-se pelo Largo, ensejando espacialidades e sociabilidades distintas daquelas observadas nos períodos matutino e vespertino. Se, horas antes, era praticamente despercebido e insípido, afora a presença trivial dos *cachaceiros* da região, à noite o Largo *fervia*, graças a exuberância e vivacidade dos numerosos rapazes e moças animados com a chegada do final de semana.

Todos empenhados em *ver e ser visto* e, por isso, muito zelosos com a aparência. Afinal, era uma daquelas ocasiões propícias para a construção da imagem

⁴⁵ A mulher só é *patroa* no domínio privado da residência, em um sentido muito próximo ao termo dona de casa, mas indicando, ao mesmo tempo, certa ascendência sobre a administração do espaço doméstico. Em contraste, nenhum homem é *patrão* dentro de casa. Não tanto por esse espaço ser representado como domínio eminentemente feminino, pois a afirmação vale até mesmo para um homem solteiro morando sozinho, mas, sobretudo, porque ser, ou estar de *patrão* envolve uma apresentação pública de si. É preciso mostrar-se e agir como tal. Logo, só se é *patrão* na rua (na praia, no show, no bar, etc.).

e da reputação individual perante os pares. Para os rapazes, por exemplo, suscitava oportunidades de se tornar um *badalado*, ou, contrariamente, um *broxão*. Distinção de suma importância para muitos deles posto que indicativa do êxito ou fiasco da “vida social”, sobretudo no que diz respeito aos relacionamentos com as *novinhas*. Nesse cenário, o modo de vestir era de grande relevância para a composição e veiculação de uma imagem de si, tornando-se, por conseguinte, foco de grandes investimentos, especialmente monetários, mas não apenas.

Impossível não se deslumbrar com o empenho e a habilidade desses jovens para tornar a beleza ainda mais bela, embelezar-se. Assim como, é inegável o fascínio e o apreço deles pelas *roupas de marca*⁴⁶. Decerto, beleza e moda não são preocupações exclusivas da juventude periférica da RMS, pelo contrário, encontram-se difundidas por diversos estratos sociais e etários da população brasileira. Apesar disso, seria errôneo supor que os jovens de Itinga e, em particular, os *patrões*, pretendem se vestir da mesma forma que, por exemplo, os jovens da *orla* e, dessa forma, emular e partilhar os estilos de vida deles. Ainda que compartilhem o interesse por certas marcas e objetos de consumo, os *patrões* não ambicionam se assemelhar, imitar ou ser como os jovens *da orla*, *playboys*, *parmalats*. Inclusive, algumas marcas altamente valorizadas, como Cyclone e Seaway, têm má reputação e pouca aceitação entre as classes média e alta. “Cyclone não é marca de ladrão é a moda do gueto”, adverte o cantor d’A Bronkka, a mesma banda de pagode que, em outra música, chama mais uma vez a atenção para a associação entre roupas, local de moradia e os estigmas e preconceitos daí decorrentes: “Se meu traje te incomoda, lá no gueto eu tô na moda”⁴⁷. O *patrão*, um dos epítomes mais difundidos de identidade masculina bem-sucedida entre os jovens das periferias, se constitui também por intermédio de recortes territoriais, inscritos no corpo através dos modos de se vestir e de falar, das tatuagens e dos cortes de cabelo, que em conjunto compõem uma estética singular.

⁴⁶ As *roupas de marca* são usualmente compradas nos shoppings ou nas lojas de rua localizadas no centro da cidade. Além dessas formas de aquisição, há também o comércio de peças de segunda mão promovido nos grupos de aplicativos de troca de mensagem por celular ou através do tradicional boca-a-boca. Os motivos para esse tipo de venda oscilam entre a estratégia de se desfazer das roupas mais antigas para comprar as das coleções mais novas, *interando* o valor com os recursos arrecadados na venda, e a necessidade de *levantar* dinheiro para algo mais premente. Em certa ocasião, por exemplo, um morador, na porta de casa, negociava com outro a compra de duas bermudas da Mahalo e uma camisa da Adidas. O vendedor tinha urgência de *levantar* algum dinheiro pois sua moto havia quebrado e precisava comprar uma peça para proceder ao conserto. “Não posso ficar parado”, justificou o motivo de se desfazer, a contragosto, daquelas roupas. Ele dependia da moto para realizar serviços de entrega, sua principal fonte de renda, com a qual pagava, inclusive, o financiamento do veículo.

⁴⁷ As músicas “Cyclone” e “Aba reta”, são da banda de pagode A Bronkka.

Desafio qualquer amador de pintura a amar uma tela tanto quanto esses jovens amam suas *roupas de marca*, parodiando Bataille⁴⁸. *Marcas* impressas não apenas nas peças de vestuário e nos acessórios, incluindo os tão estimados *batidões*, mas também diretamente na superfície corporal, mediante cortes de cabelo e tatuagens, quando não incorporadas aos nomes próprios. Não basta apenas sobrepô-las, é preciso transcrevê-las no corpo, transformando-o em uma espécie de "churinga" moderna⁴⁹. O propósito dessa transcrição é similar ao da magia simpática, garantir à cópia (ao corpo e, por extensão, à pessoa) as propriedades e o poder do original.

Pedrinho CK, Bernardo Mahalo, Mazinho Seaway e tantos outros, incluindo os *patrões*, emulam o encanto e a sedução das *roupas de marcas* forjando conexões materiais que conferem prestígio às suas reputações. Seus nomes *crecem* graças ao aspecto cultural dessas vestimentas, derivado menos dos objetos em si (as roupas) do que da sua articulação às tramas sociais da vida local, dos significados e sentidos acionados situacionalmente, isto é, do seu caráter aurático, nos termos de Walter Benjamin (2007a). Mimese tão poderosa ao ponto de a representação afetar o representado: "marca de ladrão", "moda do gueto". Na atualização local dessa forma-mercadoria, fetichismo e valor de uso não se opõem. Inscritas no corpo ou na própria pessoa, quando não mais servem para vestir, as *marcas* adquirem um valor de uso despido de conotações utilitaristas, que, por sua vez, esgota-se no local. É contexto-dependente, não sobrevive se extraído do tecido social no qual está enraizado⁵⁰. Quando descontextualizados, desassociados dos círculos sociais por onde transita o *patrão*, tais usos são interpretados pejorativamente e perdem a eficácia desejada. No shopping, despertam desconfiança e atraem a atenção dos seguranças. Nas ruas, conformam o elemento suspeito e fustigam *baculejos*, abordagens policiais. Mas, "lá no gueto eu tô na moda".

⁴⁸ Paródia do trecho retirado do artigo "O espírito moderno e o jogo das transposições", publicado em 1930 no oitavo número da revista *Documents*: "[...] desafio qualquer amador de pintura a amar uma tela tanto quanto um fetichista ama um sapato" (BATAILLE, 2018, p. 250).

⁴⁹ Os aborígenes de Durkheim transcreviam seus totens nas churingas e, de vez em quando, as esfregavam contra o corpo para partilhar de suas propriedades, não raro tal prática desgastava tanto as churingas que os desenhos totêmicos se tornavam praticamente imperceptíveis. "*Now in themselves, the churinga are objects of wood and stone like all others; they are distinguished from profane things of the same sort by only one particularity: this is that the totemic mark is drawn or engraved upon them. So it is this mark and this alone which gives them their sacred character*" (DURKHEIM, 1964, p. 122).

⁵⁰ Essa leitura do valor de uso não-utilitário das *roupas de marca* é tributária das formulações de Denis Hollier sobre os distintos usos do "valor de uso" nas críticas formuladas por etnógrafos e surrealistas dissidentes, colaboradores da revista *Documents*, à "descontextualização formalista" promovida pelos museus e, de forma mais geral, ao "ponto de vista estético" acerca das obras de arte (2018).

O *patrão* tem uma forma peculiar de servir-se do próprio corpo, imprescindível à sua performance pública. As roupas em si, embora cruciais à sua estética, não são suficientes para tipificá-lo. É possível, e mesmo frequente, vestir-se tal qual o *patrão* e não o ser. O uso de *roupas de marca* não é, portanto, atributo exclusivo desse personagem costumaz das ruas do bairro. Por conta disso, sua estética viril deve encontrar expressão também nas atitudes do corpo, em uma certa modulação de si. Os gestos, o olhar e a própria *hexis* corporal devem manifestar a presença do *patrão*, singularizando-o frente aos demais. Coluna ereta, queixo erguido, ombros jogados para trás e peito estufado emanando certa soberba e, de forma latente, eventualmente explícita, disposição para o uso da força⁵¹. A postura adotada anuncia a presença dele no local, para ser visto e notado. Já a fisionomia alterna entre uma mistura de satisfação e desdém, mediante um sorriso constante e leve, e a sisudez (*cara fechada*), com lábios contraídos, olhos apertados e rugas na testa, semblante de quem domina o ambiente.

A pantomima detém grande protagonismo dentre as formas de comunicação do *patrão*, com a expressão corporal alcançando, muitas vezes, uma desenvoltura superior a verbal, em um profundo paralelismo entre corpo e linguagem. O que enseja, por seu turno, parâmetros para avaliar os desempenhos individuais. *Pagar de patrão* é uma expressão dirigida àqueles cuja performance é posta em dúvida, isto é, avaliada como fajuta, inautêntica⁵². “Ele é patrão de porra nenhuma, só tá pagando de patrão”, desdenhou um interlocutor sobre a presença de um colega da escola em uma festa de aniversário. Vestia-se como um, mas não se comportava adequadamente, espécie de solecismo corporal. A performance do *patrão* é, ao fim e ao cabo, uma narrativa de si inscrita no e veiculada pelo corpo sob o mote da prosperidade individual e, como veremos a seguir, da imbricação entre consumo e sexualidade.

A produção de si mediante o consumo de determinadas *marcas* é uma prática financeiramente onerosa. Para tanto, é necessário *ter bala na agulha, dinheiro no bolso*, um hábito *gastoso*, conforme qualificaram alguns interlocutores. Nesse quesito, o *patrão* destaca-se dos demais por lograr êxito em sustentar essa apresentação de

⁵¹ Sobre a *hexis* corporal do patrão, em especial, a postura de “botar a base” e a disposição para violência, no mais das vezes, teatralizada, consultar o artigo de Osmundo Pinho (2017).

⁵² Além do quesito comportamental, outro critério recorrentemente empregado para balizar o julgamento sobre quem *paga de patrão* é o uso de roupas emprestadas de terceiros. Tendo em vista que a autonomia financeira é um atributo essencial ao *patrão*, não ter capacidade de *bancar* as próprias roupas é frequentemente objeto de censura, de desaprovação veiculada, sobretudo, nas formas de mexericos e boatos.

si. Como dito anteriormente, é mais fácil *estar de do* que *ser patrão* e a clivagem se estabelece, em larga medida, a partir da capacidade de *gastar dinheiro* via consumo público. Sustentar de forma fidedigna essa persona demanda, portanto, certo grau de autonomia financeira, tanto em termos de recursos disponíveis, quanto de definição das formas de desembolso. Com *dinheiro no bolso*, o *patrão* não provê, ele *banca*, a si mesmo e aos outros. *Bancar* é uma das principais formas de *ostentar*.

Comprar botijão de gás, remédios ou cesta básica para famílias ou indivíduos em dificuldade financeira, por exemplo, não qualificam o seu dispêndio. Nem mesmo o custeio das despesas domésticas da própria família ou eventual ajuda financeira a parentes e amigos. Para além das *roupas de marca*, o *patrão banca a putaria, a orgia*. Ele não é afeito aos cálculos utilitaristas do prazer moderado, mas sim ao “culto da sensação multiplicada” (BAUDELAIRE, 1981), o que existe é o aqui e o agora do esbanjamento. Bebidas, eventualmente drogas e ingressos de shows para os amigos. Passeios, presentes e pernoites em motéis para as *novinhas*. No bar, nas festas e demais “eventos sociais” está sempre rodeado por pessoas, sejam amigos, conhecidos, paqueras ou, simplesmente, daqueles que aproveitam a oportunidade para usufruir as suas benesses. Em tais ocasiões, assim como na cena do Largo, a prodigalidade adquire uma propriedade positiva, altamente valorizada, ao gerar prestígio, *fama*, ao fazer o *nome crescer*. Além de criar uma atmosfera propícia ao desencadeamento de estados de excitação, de efervescência, em suma, *orgia*.

A *ostentação* contribui, tanto quanto a aparência, para a constituição da imagem e da reputação do *patrão*. Ademais, é vista como fórmula infalível para a atração de parceiras sexuais. Há, pois, um forte vínculo entre consumo conspícuo e sexualidade masculina. Para ser *badalado* é imprescindível *gastar*. Além de indutoras poderosas da sociabilidade juvenil, as práticas de consumo associadas ao estilo de vida do *patrão* integram as artes da sedução e aumentam as chances de dar vazão aos impulsos voluptuosos e maximizar o número de parceiras sexuais. Antípoda do *badalado*, o *broxão*, aquele que “não come ninguém”, tem não apenas sua virilidade posta em questão como também a capacidade de consumir, bens e corpos. O desempenho sexual é correlato ao potencial de dilapidação. *Gastar dinheiro* é, portanto, um modo profícuo de investimento libidinal. Da mesma forma que *ostenta* dinheiro e roupas, o *patrão*, “sexualmente hiperativo e dominante” (PINHO, 2017), *ostenta* mulheres. Ele é um *pegador*, um *lascador*.

O vocábulo *patrão* eventualmente associa-se à *vida loka*. Alguns *patrões* são *patrões da vida loka*, como é o caso de Pedrinho CK, *gerente das bocas do Bonde do Ajeita* em Itinga⁵³. Essa justaposição ocorre quando a inscrição no *crime* é pública e ancora a constituição da persona do *patrão*, especialmente no que diz respeito à origem dos recursos financeiros. Não obstante esses proventos possam decorrer de um amplo leque de atividades ilícitas, o mais comum é o *dinheiro no bolso* do *patrão da vida loka* derivar da participação no tráfico de drogas. Ressalvando-se que a prática de crimes, inclusive os associados ao tráfico, não torna alguém *patrão da vida loka*. Os aspectos estéticos e performativos presentes na construção de uma identidade masculina bem-sucedida, inscrita no e veiculada pelo corpo através da *ostentação* e da *orgia*, abordados anteriormente, permanecem válidos para esse caso particular, que assume contornos ímpares ao potencializar certas características do *patrão* e agregar novas. Antes de prosseguir com essa exposição, é indispensável fazer um adendo sobre o uso da expressão *vida loka* no contexto da pesquisa.

Os jovens moradores de Itinga se comunicam a partir de múltiplas vozes, mobilizam diferentes matrizes prático-discursivas que coexistem e entre as quais eventualmente transitam. Essa heteroglossia resulta em formas distintas de organização da experiência (BAKHTIN, 1981). Com ampla circulação, a expressão *vida loka* transita por essas diferentes matrizes e os usos situacionais põem em relevo sua polissemia, dando margem a emergência de "desentendimentos" e "dissensos"⁵⁴ (RANCIÈRE, 1996; 2010).

Sentadas na calçada com celular na mão, duas garotas esquadrinham silenciosamente perfis dos "meninos da escola" nas redes sociais virtuais, até uma delas apontar para a tela do seu aparelho e exclamar "Olha só que gatinho!". A amiga, após examinar a foto, adverte "É gatinho, mas é vida loka", frustrando o entusiasmo inicial. Na sequência justifica a censura, "Ele é da sala de [fulana]. Diz que namora, mas fica com um monte de menina. Só quer saber de putaria", e conclui, "Esse aí não

⁵³ Nem todo *patrão* é *patrão da vida loka*, assim como nem todo *vida loka* é *patrão*. O indivíduo *vida loka*, por sua vez, não é necessariamente do *crime*, mas quem faz parte do *crime* é um *vida loka*.

⁵⁴ Nos termos de Rancière, o desentendimento é "[...] um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura" (1996, p. 11). Já o dissenso: "[...] is not a conflict of interests, opinions or values; it is a division inserted in 'common sense': a dispute over what is given and about the frame within which we see something as given [...] This is what I call dissensus: the putting of two worlds in one and the same world" (2010, p. 69).

presta". Algumas crianças alvoroçadas disputam espaço sobre a árvore para tentar alcançar a laje de uma casa e recuperar a pipa enroscada nos vergalhões. A que está no topo derruba com um chute a de baixo, no exato momento que um adolescente caminha pelo local. Ao presenciar a agressão, dá um esbregue nas crianças com muitos palavrões, as retira da árvore e segue o caminho resmungando em voz alta: "Essas desgraças desses vida lokinhas, sempre esculhambando a porra da rua". Sentado na calçada, próximo de um carro com a mala aberta, um grupo escuta músicas de rap nacional. Dois jovens vestidos com camisa de botão branca, calça social preta e sapatos se aproximam e pedem para conversar. São *crentes*. Surpreendentemente, o grupo acata o pedido, interrompe a música e logo surge a indagação: "Vocês sabiam que ser vida loka é ser santo?". Espantado com a pergunta inusitada, o grupo demonstra certa perplexidade e permanece em silêncio. Um dos *crentes*, após uma pausa, abre a Bíblia e, alternando entre o evangelho de Lucas e a letra da música "Vida Loka (Parte II)" do Racionais MC's, tenta convencer os presentes acerca do "real sentido da vida loka" através da estória de Dimas, "o primeiro vida loka da história"⁵⁵. Segundo ele, ser *vida loka* "é se reconhecer pecador", "se arrepender da vida errante, do crime, da ostentação, da luxúria e ser como Dimas". São Dimas, o "bom ladrão".

A despeito dessa polissemia e em razão do recorte de pesquisa desta tese, a discussão sobre a *vida loka* será circunscrita apenas aos sentidos derivados da sua articulação com uma matriz prático-discursiva específica, a do "dialeto da vida loka" (MALVASI, 2012), sentidos estes diversos daqueles ilustrados no parágrafo anterior. Assim enquadrada, a expressão opera enquanto um "dispositivo linguístico" capaz de não apenas conferir inteligibilidade às situações da vida cotidiana, como também de orientar condutas e ordenar a sociabilidade local. Mais precisamente, durante o trabalho de campo, quando os interlocutores mobilizavam esse "dialeto", a noção de *vida loka* frequentemente evocava adversidades, dramas e conflitos vivenciados em distintas esferas de interação, tão imprevisíveis na origem quanto incertos no desfecho, frequentemente flertando com os limiares entre vida e morte⁵⁶.

Ir à praia com a namorada pode, na fração de um instante, assumir contornos apavorantes, com tapas no rosto e xingamentos, caso seja abordado para uma revista policial. Prestar serviços para aplicativos de entrega de comida *pilotando* uma moto

⁵⁵ Trecho da música "Vida Loka (Parte II)" do Racionais MC's, álbum "Chora agora, ri depois".

⁵⁶ De forma muito similar aos estudos de Malvasi (2012) e Hirata (2011).

por entre inúmeros carros e ônibus no trânsito de uma grande cidade é uma jornada de trabalho cansativa, pouco rentável, arriscada e, eventualmente, resulta em acidentes e lesões, mais ou menos graves, politraumáticas em alguns casos. Flertar despreziosamente com uma menina de outro bairro durante a festa pode gerar cizânia entre os conterrâneos dela e a contenda terminar em *porradaria*. Dormir no ônibus, perder o ponto e acordar em uma localidade onde o comércio de drogas é controlado por uma *fação* rival a do seu bairro, tem o potencial de gerar consequências fatais. Por essas e outras que "a vida é loka", conforme concluíam, invariavelmente, os narradores desses episódios ou seus ouvintes.

A experiência do acaso, do aleatório em uma vida permeada por conflitos e desavenças revela a desmesura de um mundo alheio aos cálculos utilitários e aos valores universais e homogêneos. Ao submeter o indivíduo ao primado do instante e à "autoridade" da experiência, a dramatização da vida pelo movimento do acaso expõe o corpo ao perigo. Nesse cenário, a mediação de conflitos através de contratos, de limites e de cálculos, tão caros às formas de experiência social moldadas pelos propósitos da atividade produtiva, da auto-conservação e da fruição moderada do prazer, colapsa diante da "imanência da vida loka, a vida incerta, insegura e violenta, da guerra cotidiana e do conflito diário" (HIRATA, 2011).

A *vida loka* delinea, portanto, um mundo em excesso, "um mundo que se desnuda na experiência do limite, faz-se e desfaz-se no excesso que o transgride" (FOUCAULT, 2006). O excesso, que não é da ordem da grandeza, mas da alteridade, efetua uma experiência-limite do corpo, daí o caráter dramático, quando não trágico. Esse movimento de exceder limites, por sua vez, só pode ser reduzido, contido parcialmente, jamais abolido. Nesse particular, o "dialeto da vida loka", além de conferir certa inteligibilidade à imponderabilidade das adversidades, provê um modo de navegação social capaz de frear a potência do excesso e seus efeitos de degenerescência nos corpos.

Se as primeiras gerações de moradores de Itinga vivenciaram os infortúnios da época a partir da noção de *luta* com foco na superação das dificuldades, hoje é a *guerra* que unifica a diversidade de experiências de parcela expressiva dos jovens, desta feita, com ênfase no conflito e enfrentamento permanentes. Os sujeitos dessa forma de vida são *guerreiros* e encaram as adversidades alicerçados por um "saber incorporado de um modo de regulação da vida cotidiana de jovens moradores das quebradas", fortemente influenciado pelo *crime*, o "dialeto da vida loka" (MALVASI,

2012). "A vida é loka mas tem regra", esbravejou um moto-taxista antes de tirar satisfação com um colega que estaria desrespeitando a ordem de chegada no ponto. Das relações amorosas às familiares, passando pelas fronteiras espaciais e simbólicas entre localidades até as agressões e desforras, diversas condutas são reguladas situacionalmente por essa espécie de moral em ato, por vezes identificada como o *certo*, que propicia formas de organização da experiência e de ordenamento das relações sociais, não obstante a imprevisibilidade.

Foi assim, recorrendo ao *certo*, que, dois anos após a entrega dos apartamentos de um residencial do MCMV em Itinga, Renato tentou reaver a unidade de propriedade da avó. Respalhado pela informação sobre a prisão de integrantes do *Bonde do Azuado* que haviam invadido e ocupado o imóvel, argumentou com o *cabeça-cara* do tráfico no local, "Os caras foram presos e eu estou precisando de um lugar pra morar com meu filho. Então, é pelo certo". Pouco tempo depois, já alojado no apartamento, recebe uma ligação do filho, "Meu pai, a polícia tá aqui em casa". O imbróglio surgiu por conta de uma denúncia sobre tráfico de drogas no imóvel. Ao chegar no local, Renato se dirige ao policial explicando, "essa denúncia eu não vou dizer que ela não é verdadeira, porque seria presunção da minha parte, mas ela é desatualizada", e prosseguiu, "esse apartamento aqui, ele estava invadido [por] pessoas que tinham conflito com a lei".

Do "pelo certo", acionado na conversa com o *cabeça-cara*, ao "conflito com a lei", evocado na explicação dada ao policial, a navegação através dos meandros da *vida loka* requer dos atores engajados nesse regime certas competências. Reconhecer e interpretar, mas também traduzir e transitar por outras "gramáticas morais legítimas localmente" (FELTRAN, 2014), em especial aquelas vinculadas ao estado. Todavia, conforme a inserção no *crime* aprofunda-se, a competência de transitar por essas gramáticas locais declina até, no limite, praticamente cessar.

A caminho da praia de Vilas do Atlântico com a namorada, "fumando uma maconha", Ruan, um operador local do tráfico de drogas, é abordado por um veículo com policiais militares à paisana. Sem alternativas e desejando evitar represálias, antecipa-se à revista e avisa sobre a *balinha* (ecstasy) na bolsa dele, "eu falei assim: 'Calma! O que eu tenho é isso aqui!' e mostrei a droga". A estratégia, todavia, não surtiu o efeito esperado. Reconhecido pelos policiais, não escapou das agressões: "Os caras me deu um pau sem miséria [...] me botou no saco cinco vezes". Ao final, se apropriaram de R\$ 100 e do celular dele, mas, curiosamente, devolveram outros

R\$ 150 e a *balinha*. "Vê se pode uma porra dessa? É o que eu digo, a polícia é encurralação pura", concluiu, indignado por ter agido corretamente com os policiais, sem fazer *comédia* deles e, mesmo assim, ter sido *esculachado*. Além de norte cognitivo e prático diante de adversidades, a *vida loka* veicula, enquanto "*proxy* para processos de subjetivação" e "estrutura de sentimento", uma crítica vernácula às desigualdades sociais, ao racismo e à violência estatal, "tornando visíveis e acessíveis reflexivamente para os sujeitos [...] as sinistras estruturas que condicionam sua desgraça" (PINHO, 2016).

O "marco discursivo do crime" (FELTRAN, 2011) é uma fonte de normatividade altamente influente na vida coletiva das periferias e favelas da RMS e, por conseguinte, desempenha papel central na conformação da *vida loka*. "Passa tudo: roubou, corta o dedo; bateu na mãe, toma paulada. Mas estuprador e X9 não tem conversa, os caras cortam [matam] mesmo", assim advertiu Renato sobre as consequências para aqueles acusados de alcaguetar. Aos exemplos anteriores, acrescentam-se inúmeras outras ocasiões cotidianas nas quais o *crime* pode, eventualmente, intervir: agressão física, conflito entre vizinhos, disputa por imóveis, localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, casos de infidelidade e traição amorosa, circulação de veículos e pessoas, entre outras.

A despeito da capilaridade no bairro, a presença do *crime*, em termos da capacidade de regular condutas, varia de acordo com a região e a faixa etária. Este último quesito atinge os jovens, em particular, independente da participação, ou não, em atividades ilícitas. Para eles, lidar com o *crime* é incontornável, faz parte do dia-a-dia, ainda que as estratégias para tanto sejam múltiplas. Na escola, nas ruas ou na própria casa, através das interações com amigos, vizinhos, desconhecidos ou parentes, a rotina diária dos jovens é, em graus variados, formatada pelos efeitos de territorialização do comércio varejista de drogas no bairro. O *crime* é, portanto, um componente de grande relevância para aqueles que vivem a *vida loka*. A influência recíproca é tão intensa que tentativas de traçar fronteiras, circunscrever efeitos ou discernir origens de determinados interditos e modos de regulação de conduta revelam-se, no mais das vezes, pouco produtivas, quando não infrutíferas. Aliás, não raro, a *vida loka* torna-se sinônimo das atividades e dos sujeitos associados ao tráfico de drogas. Esse sentido restrito será fundamental à compreensão do *patrão da vida loka* e, por conseguinte, para o desenvolvimento subsequente desta seção. Nessa configuração particular, os sentidos da *vida loka* são canalizados para dar expressão

à existência daqueles que inscrevem suas trajetórias no *crime*, torna-se, de acordo com uma interlocutora, "língua de bandido".

Os *caras* ou, mais comumente, os *meninos*, são os integrantes locais da *fação* que controla o mercado de drogas, aqueles que levam a *vida loka* ao seu ápice. Participar de uma *fação* não é apenas uma via de acesso aos postos de trabalho dos mercados ilegais conformados pelo e no entorno do tráfico de drogas. Em Itinga, onde "é tudo 3", fazer parte do BDM significa compartilhar laços de lealdade, projetos coletivos, linguagens e modelos de conduta. Muito embora, as disposições subjetivas e a sociabilidade daí decorrentes estejam sempre sujeitas às instabilidades e limitações ocasionadas pela desconfiança generalizada e pelo uso da força enquanto princípio de coordenação de ações. "Identidades confusas de redes cambaleantes", na formulação de Misse (1999), é uma definição fidedigna do enlace *faccional*.

Ainda assim, não obstante as instabilidades, o *crime* é capaz, enquanto regime normativo, de produzir um ordenamento social próprio, impor modelos de conduta subjetivamente justificados, gozando de certa autonomia frente à sociedade abrangente, ao ordenamento estatal. O *crime* pode ser enquadrado, do ponto de vista analítico, como um "campo social semiautônomo"⁵⁷, cujos limites são constituídos processualmente através da capacidade de gerar regras e induzir conformidade a elas, combinando distintas doses de coerção e de convencimento moral (MOORE, 2016). Se a superação do trabalho, enquanto componente hegemônico de estruturação das relações sociais e de conformação de identidades, resultou na constituição de um campo social fragmentado e plural, dentre as múltiplas lógicas de ação e subjetividades emergentes, encontram-se aquelas derivadas do *crime* (PORTO, 2010).

As "identidades cambaleantes" adquirem um mínimo de consistência e de coesão interna, isto é, persistem e se reproduzem, graças, por um lado, aos processos de socialização próprios ao "campo social semiautônomo" do *crime* e, por outro, às interações conflituosas com aqueles que encarnam a alteridade radical, os grupos rivais (*alemão, passa-fome, putas*) e a polícia. Gabando-se sobre sua *influência*, "nem

⁵⁷ Assim Sally Falk Moore explica sua proposta teórico-metodológica para o estudo antropológico dos objetos de pesquisa qualificados como semiautônomos: "*The approach proposed here is that the small field observable to an anthropologist be chosen and studied in terms of its semi-autonomy—the fact that it can generate rules and customs and symbols internally, but that it is also vulnerable to rules and decisions and other forces emanating from the larger world by which it is surrounded. The semi-autonomous social field has rule-making capacities, and the means to induce or coerce compliance; but it is simultaneously set in a larger social matrix which can, and does, affect and invade it*" (2016).

boa, nem má", Ruan observa: "Tem muito menino de nove, de doze anos que olha, que vê e quer seguir. Os pivetinho quer ser igual". Trabalhar no tráfico é um dos meios disponíveis para se *adiantar*, expressão similar à palavra *viração* empregada pelos paulistas (ver HIRATA, 2010). Todavia, o comércio local de drogas, ávido recrutador de mão-de-obra juvenil, não constitui apenas uma oportunidade de inserção produtiva, um mercado de trabalho de fácil acesso, ainda que ilegal, precário e de altíssimo risco. Na confluência entre a *vida loka* e o *crime* muitos encontram um modo de construir o habitar no mundo (HEIDEGGER, 2008). Os modos de subjetivação e de interação social aí constituídos ofertam uma fonte de normatividade para guiar e avaliar condutas, o *crime*; uma linguagem preñe de significados existenciais, afetivos, estéticos e políticos, "o dialeto da vida loka"; e modelos de identificação, como o *patrão da vida loka*, por exemplo.

Se "é preciso 'aprender a ser agente'", pois "não se nasce 'portador' da sociabilidade violenta", para utilizar a terminologia de Machado da Silva (2008), é imprescindível perscrutar os processos de socialização através dos quais esses agentes desenvolvem capacidades práticas e cognitivas necessárias ao desempenho competente no interior das esferas de interação conformadas pelo *crime*. Como dito, nesse particular, o *patrão da vida loka* fornece um modelo de expressão subjetiva e de orientação das maneiras de agir, pensar e sentir, um "fazer como" calcado na *ostentação* e na *putaria* que chama atenção para o investimento libidinal dos vínculos sociais e, em especial, às conexões entre economia monetária e economia das paixões, dinheiro e corpo (KLOSSOWSKI, 2017; BROWN, 1985).

Após avaliar sua *influência* entre as crianças, Ruan pondera, "Ninguém é pra tá nessa situação, mas o caso é que... O cara tem que se garantir. O crime não é o creme que passa no cabelo, pô!". Quem quer se *adiantar* no tráfico tem que se *garantir* perante perigos e ameaças, assumir responsabilidades e arcar com eventuais consequências. Às adversidades, dramas e conflitos cotidianos vivenciados por parcela expressiva dos jovens moradores das periferias somam-se os riscos inerentes ao trabalho no mercado varejista de drogas, acentuando ainda mais a dimensão trágica da *vida loka* em flertes constantes com a morte. As já incertas e tensas relações com as forças policiais ganham traços ainda mais dramáticos e críticos com as ameaças, reais e recorrentes, de extorsão, prisão e execução. Relações que, ao fim ao cabo, são inevitáveis e constitutivas dos mercados ilegais, tal qual organizados

no solo nacional, porém, ao mesmo tempo, origem recorrente de instabilidade e desconfiança, mesmo quando existem *acertos* entre as partes.

A própria estruturação do mercado varejista sob o regime de consignação, cujas perdas, via de regra, são responsabilidade exclusiva do *vendedor*, agravam ainda mais esse cenário. Perder mercadorias ou armas para a polícia gera dívida, a ser paga com dinheiro ou serviços impostos (por exemplo, *dar ataque* em um grupo rival, realizar um assassinato, transportar drogas) e, na impossibilidade de quitação, expulsão do bairro ou morte. Os *alemão*, personagens tão detestados quanto temidos, são outra fonte de conflitos eminentes, demandando vigília constante, seja para defender a *boca* no caso de um *ataque*, seja para não ser surpreendido e executado por um deles. "Matei mesmo e mato. A gente não dá chance pra ninguém que é CP. CP é sem ideia. A gente mata mesmo. Em qualquer lugar a gente alveja. É daquele jeito", asseverou Ruan, mais conhecido por sua alcunha, Mata-Rindo. Em ambos os casos, esses enfrentamentos corroboram com a formação de alteridades radicais, fundamentais à constituição da coletividade *facção*, pois não apenas reforçam os laços de pertencimento e solidariedade (MISSE, 1999), como impulsionam processos de abjeção necessários ao delineamento de limites, existenciais e corporais, que ativamente conformam as identidades dos integrantes.

Há, nesse cenário, um transbordamento do excesso. A imponderabilidade dos acontecimentos é acentuada, ao passo que os elementos disruptivos e deletérios são acirrados, tornando o *crime* a expressão-limite, saturada, da *vida loka*. Ainda assim, ou por isso mesmo, a *vida loka* propiciada pelo *crime* seduz. Até quem não têm qualquer envolvimento demonstra certo respeito fascinado pelas estórias, seus personagens, feitos e desfechos. "A violência que apavora, mas fascina", diria, provavelmente, Bataille (2017) diante as inúmeras fotos de corpos assassinados que circulam nos aplicativos de mensagem. Outros, a maioria, como aqueles que foram embora do Largo ao avistarem a presença de Pedrinho CK, condenam e desprezam, envidam os esforços possíveis para controlar a proximidade e evitar o contato, no intento de precaver-se da capacidade de contágio atribuída ao *crime*, seja da *influência*, responsável pelo temor das mães quanto a possibilidade de os filhos serem atraídos pelas drogas ou pelo tráfico, seja da costumaz equação entre convivência e conivência. "Os traficantes de hoje aqui chegaram crianças [...] Eles não eram lá. Passaram a ser aqui pela influência de alguém. Então eu te digo, há influência", argumentou Vilma para justificar as preocupações com a *criação* da filha.

Essa mesma ambivalência afetiva cerca a figura do *patrão da vida loka*. Similar ao seu congênere, ele é a encarnação especular do indivíduo bem-sucedido no *crime*. A bem da verdade, é preciso pontuar que essa prosperidade difere largamente daquela vivenciada pelos ocupantes da alta hierarquia *faccional*, por exemplo, Marreno, com sua mansão em condomínio de luxo, carros importados, empresas e contas bancárias milionárias. Para os operadores locais do varejo de drogas, os *meninos das bocas*, o êxito na *vida loka* assume contornos mais modestos e incrivelmente similares: "botar uns meninos pra vender pra mim" e "trabalhar pelo celular, só esperando o dinheiro chegar". Anseiam, acima de tudo, não mais desempenhar a venda direta ou a segurança das *bocas* e, dessa maneira, diminuir os riscos de ser preso ou morrer, tendo ainda a possibilidade de ampliar seus ganhos. "No futuro eu não vou tá na boca vendendo droga, trocando tiro. Eu vou estar de patrão, sossegado, só esperando o dinheiro chegar em mim", assim Ruan resumiu os planos para um futuro próximo e incerto.

Ruan e outros almejam o mesmo que qualquer empreendedor individual. Assumem riscos, fazem apostas e investem na expectativa de suceder e lucrar, todavia, raramente obtêm êxito. Cedo ou tarde *caem*, são presos ou morrem. "Vixe, é mesmo, morreu foi gente aqui", espantou-se Neide após contabilizar quantos haviam morrido na vizinhança vítimas de *morte matada*. Quando porventura alcançam o *auge*, não dura muito. Ser *patrão da vida loka* é esse zênite, mesmo que, posteriormente, preso e sem dinheiro para pagar advogado, ou morto e sem dinheiro para os familiares custearem o enterro.

Marcela, mãe de Mazinho Seaway, quer se mudar do bairro, mas antes precisa quitar o empréstimo feito para dar um "enterro decente" ao filho, morto durante suposto confronto com policiais. Em um dia com pouco movimento na *boca*, Pedrinho CK ordenou aos *meninos*, "Vai lá dar uns tiros nos *passa-fome*". Dois deles subiram em uma moto, deslocaram-se até o bairro de São Cristóvão e efetuaram disparos contra um rival. Contudo, erraram o alvo e alvejaram uma professora sentada na porta de casa. Socorrida, não resistiu aos ferimentos. Logo, um cerco policial foi montado na região do *campinho*, inviabilizando o comércio da principal *boca* do *Bonde do Ajeita* ao longo de três semanas, até o suspeito de ter efetuado os disparos, Mazinho, ser morto por policiais.

A despeito de ser um empreendimento eminentemente econômico, o tráfico de drogas não é governado apenas pelos princípios da utilidade, da produtividade e pelo

cálculo racional do custo-benefício (ver GRILLO, 2013). De forma semelhante, enquanto "dispositivo de gestão da ordem" (FELTRAN, 2012a; 2012b), nem sempre é capaz de frear a transformação das linhas de fuga dos "bandos" em "linhas de destruição" (RAFAEL, 2001). Quando enquadradas a partir das ruas, becos e vielas das periferias e favelas, as racionalidades econômica e política do crime-negócio vergam perante a "função insubordinada" do "dispêndio improdutivo" (BATAILLE, 2016) atualizada através das linhas de fuga dos "bandos". Guiado pelo "princípio da perda", o crime-dispêndio confere contornos materiais ao excesso graças aos efeitos deletérios sobre os corpos.

Domingo, final de tarde, um *paredão* organizado por Patetão, integrante do *Bonde do Ajeita*, para comemorar seu vigésimo aniversário, atrai uma pequena multidão de jovens, que se diverte ao som de músicas de pagode e funk. Subitamente, começa um tiroteio e alguns presentes correm, outros, desatentos por conta do alto volume da música, demoram a se proteger. A confusão perdura por menos de um minuto, tempo suficiente para dez pessoas serem baleadas e, dentre elas, uma vir a óbito, a prima de Patetão. O confronto foi iniciado por outro integrante do *Bonde do Ajeita*, inconformado com o fato da ex-namorada estar se relacionando com Patetão. Daí em diante, uma dinâmica de vendetas foi instaurada, ao ponto de quase inviabilizar o funcionamento de uma das *bocas* na região do CAIC, onde ambos atuavam.

O imbróglio só foi resolvido quando Morceirão ordenou a execução dos antagonistas. Patetão e Mazinho, cada um da sua forma, ilustram o ápice do dispêndio improdutivo, a morte. A exigência desmesurada do "princípio da perda" conduz não apenas a perdas comerciais, ao decréscimo do lucro, mas ao consumo de vidas. O comércio varejista de drogas nas periferias e favelas, ao que tudo indica, encontra uma de suas condições de possibilidade no crime-dispêndio, naquilo que excede os "dispositivos de gestão da ordem". "Muita droga, muita arma, muita maldade", nos versos de MV Bill⁵⁸.

O sedentarismo característico do comércio varejista de drogas no bairro implica na adoção de um modelo de negócio centrado na imposição e manutenção do monopólio comercial e do domínio territorial. Para proteger o mercado local contra investidas de policiais, *ataques* de rivais e também assegurar a dominação sobre os

⁵⁸ Música "Soldado do morro", álbum "Traficando informação".

residentes, parte dos lucros deve custear, além das "mercadorias políticas" (MISSE, 1999), a aquisição de armas de fogo, indispensáveis à reprodução econômica do empreendimento. A escala elevada dessa forma de imobilização de capital, por sua vez, extravasa os aspectos operacional e utilitário. As armas, seus diversos tipos e calibres, abundam e excedem a capacidade de uso e de usuários. Os ensinamentos do mitógrafo Eugene Dawn, personagem do romance de Coetzee (1997), ajudam a esclarecer um dos possíveis sentidos desse acúmulo. Para ele, a vitória no conflito armado é um conceito eminentemente militar e técnico, mera "questão de força suficiente", já a derrota do inimigo não. A derrota é um conceito psíquico, logo demanda uma "guerra psicológica", que eventualmente assume a forma de "guerra mitológica".

Pistolas douradas, revólveres cromados, granadas de fragmentação, espadas ninjas, facas adornadas com caveiras, *micro-ondas*, jacarés, sacos plásticos, cabos de vassoura, correntes de bicicleta e os rastros de sangue dos espancamentos, mutilações, torturas, desmembramentos, decapitações, execuções e mortes exemplares. Armas para uma "guerra mitológica", é disso que se trata, pensar em termos de eficiência é mera racionalização, ainda mais quando o conflito é formatado pelo mito da "guerra às drogas". As artes do terror, ainda mais aterrorizadoras por serem projetadas e não apenas fruto de reações impulsivas, compõem o rol de dispêndios improdutivos mobilizados no *crime* e fomentam a indagação se, porventura, não existiria uma estética tão poderosa quanto crucial para aqueles atos classificados sob a rubrica da violência (TAUSSIG, 2012; SCHINKEL, 2004).

Em tom de lamúria ao longo de toda a conversa, Marcela repetidas vezes murmurava, "Como era lindo o meu menino". E as imagens dilacerantes da cena de execução circulando quase imediatamente através dos aparelhos de celular. Compartilhadas, replicadas, comentadas e sepultadas indefinidamente na linguagem binária do zero e um da rede mundial de computadores. Lado a lado, beleza e terror de mãos dadas em uma profunda e sinistra sinergia, impulsionada por movimentos pendulares de atração e repulsa, evidência de que "a sedução mais extrema está provavelmente no limite do horror" (BATAILLE, 2018, p. 97).

Ao excedente de armas acresce-se o de drogas, lícitas e ilícitas. Nas avenidas e ruas, principais e secundárias, nas esquinas, largos e praças, em qualquer região de Itinga é possível comprar alguma bebida alcóolica. A despeito da proliferação de bares, a demanda parece estar sempre além. Não importa o dia da semana, horário

ou clima, é difícil ver um bar aberto sem clientes. Recentemente, as *bombinhas* de vodca saborizada caíram no gosto dos jovens e tornaram-se fortes concorrentes da tradicional *cervejinha* e do oneroso whisky com energético. Quase invariavelmente, nos finais de semana e feriados, lá estão eles nos bares ou nos arredores bebendo, conversando e ouvindo música. Tal qual naquela noite de sexta-feira no Largo, quando o rastro de *bombinhas* vazias nas calçadas era acompanhado, conforme a madrugada avançava, pelo de *pinos*. Ruan tem conta no bar onde é freguês e paga somente ao final do mês. Frequentemente espanta-se com o valor. Diz desconfiar do dono do bar, insinuando acréscimos indevidos, mas, por outro lado, reconhece seu desregramento nos gastos com bebidas e drogas, *bancando* em inúmeras ocasiões amigos, paqueras e até mesmo desconhecidos. Parte relevante dos rendimentos oriundos do comércio de drogas é gasto nesses estabelecimentos comerciais, ainda mais quando *pagar bebidas* alavanca o prestígio, a *fama* e faz o *nome crescer*.

O consumo de bebidas alcóolicas só é rivalizado, em termos financeiros, ao de cocaína. A despeito do uso de maconha ser largamente difundido entre os operadores do tráfico, esse hábito não produz impactos financeiros significativos na renda, destoando, nesse aspecto, da cocaína, responsável por onerar demasiadamente aqueles que a incorporam na rotina diária. Ruan e Pedrinho CK, ávidos usuários de cocaína, beneficiam-se, se esta for a palavra, da facilidade de acesso à essa droga, muitas vezes vendida a fiado e adquirida por um valor pouco menor ao praticado nas *bocas*. *Bancar* o próprio vício exauri parte considerável dos rendimentos mensais, que variam, aproximadamente, entre meio e dois salários-mínimos, a depender da posição ocupada e da capacidade de empreender. Quando não ocasionam dívidas, nem sempre pagáveis, ou afetam severamente a saúde física e mental.

Seja como for, os gastos com bebidas e drogas endossam o ditado recorrente segundo o qual o dinheiro ganho com "facilidade" é igualmente despendido com facilidade. Como se o dinheiro proveniente do *crime* fosse estéril, incapaz de se reproduzir, de se constituir enquanto capital (TAUSSIG, 2010), guiado pelo princípio da perda e destinado de antemão à dilapidação. "Eu acredito que era prazer que ele sentia de tá no crime. Porque nunca teve uma moto, através do tráfico [...] um carro [...] uma casa boa. O máximo que teve foi umas camisas, bermudas de marca, só isso", assim Marcela resumiu o patrimônio material acumulado pelo filho.

Os processos de dispêndio relatados nos parágrafos anteriores frequentemente induzem "*estados de excitação*", que são comparáveis a estados

tóxicos", e favorecem a "criação de valores improdutivos" (BATAILLE, 2016), como a *fama*. Marcela descreveu esse estado em termos de prazer, outros denominaram de *adrenalina*, *pilha*, *piração*, *veneno*. Termos cujos sentidos são transmitidos menos pela verbalização de definições, do que pela narração de situações de risco ou de diversão e prazer, envolvendo alta carga de excitação emocional.

Durante conversas com seus pares, alguns interlocutores, ao compartilharem essas histórias, protagonizadas ou não por eles, tinham no próprio corpo o principal veículo de comunicação, emulando com gestos, sons e semblantes o desenrolar de festas, *rolês*, *paredões*, assim como de situações de fuga, assalto, tiroteio, transporte de drogas, armas e altas quantias de dinheiro. O rememorar não raro envolvia encenação, domínio da pantomima. A *adrenalina*, nesses relatos, correspondia a uma alteração do estado corporal e emocional ordinário provocada por acontecimentos que desencadeiam proporções variadas tanto de prazer e desejo, quanto de angústia e pavor. Tais "estados de excitação" são característicos dos modos de subjetivação emergentes na confluência entre a *vida loka* e o *crime*, nos quais, não raro, forças dionisíacas efetuam uma transformação da vigília ordinária dos indivíduos no exato momento em que suas existências são dragadas pela imprevisibilidade de experiências-limite nos extremos emocionais de Eros e Tânatos.

Essa transformação, classificada por alguns como parte do "instinto de sobrevivência do ladrão", é fundamental ao enfrentamento da morte, pois propiciaria um melhor desempenho do corpo, adequado às situações de perigo intenso. A imersão dionisíaca no corpo é equiparada a uma experiência "fora de si", como se, durante aqueles instantes, o indivíduo fosse capturado e sujeitado por forças externas, breve momento no qual a capacidade reflexiva seria sobrepujada pela espontaneidade dos impulsos mediante processos de "pacificação" (KATZ, 1988) e "deslimitação" (HABERMAS, 2000) da subjetividade⁵⁹. Daí, talvez, o privilégio da pantomima nas performances narrativas, em detrimento da expressão oral.

⁵⁹ Jack Katz sobre a pacificação da subjetividade: "*What phenomenology uniquely has appreciated is not simply that a person's lived world is his artifact but that by experiencing himself as an object controlled by transcendent forces, an individual can genuinely experience a new or different world. By pacifying his subjectivity, a person can conjure up a magic so powerful that it can change his ontology*". Habermas sobre a deslimitação da subjetividade: "Para Bataille, abre-se com essa ideia de deslimitação uma perspectiva completamente distinta daquela de Heidegger: a subjetividade, transgredindo a si mesma, não é destronada e destituída do seu poder em favor de um destino superfundamentalista do Ser, mas devolvida à espontaneidade dos seus impulsos proscritos".

A *fama* do *patrão* advém da *ostentação*. Para fazer o *nome crescer* é necessário investir na aparência e *bancar*, ou seja, demonstrar publicamente sua prosperidade financeira, afinal, o *patrão* é a encarnação especular da identidade masculina bem-sucedida, *ostenta* roupas, dinheiro e mulheres. A propriedade positiva da prodigalidade, além de gerar *fama*, também propicia a emergência de estados de excitação, a *orgia*. O mesmo pode ser dito em relação ao *patrão da vida loka*, cuja inscrição no *crime*, todavia, intensifica certas características do *patrão* e agrega novas, forjando traços singulares. Pedrinho CK é incontestavelmente um *patrão da vida loka*. Ruan, o Mata-Rindo, ambiciona ser, "no futuro eu tenho como botar uns meninos pra vender pra mim". Já Mazinho Seaway, morreu tentando e o "máximo que teve foi umas camisas, bermudas de marca".

De formas distintas, os três buscam ou buscaram prosperar no mercado varejista de drogas a partir de distintas iniciativas e estratégias individuais. Assim como muitos outros operadores do tráfico, são ou foram "empreendedores de si mesmo", nos termos de Malvasi (2012). Pedrinho, por exemplo, conseguiu galgar rapidamente espaços na hierarquia local aproveitando-se da competência matemática, adquirida no trabalho de pintor com o pai, e da habilidade para manipular armas de fogo, desenvolvida ao longo dos anos enquanto *ladrão*, 157. Posteriormente, em um momento crítico, apostou alto, optando pelo alinhamento com Morcegão e, por conseguinte, assumiu os riscos implicados pela oposição ao controle de Gringo sobre o bairro. Certamente, a trajetória de Pedrinho é um tanto quanto singular, não só por ter obtido êxito, mas, sobretudo, por conta da conjuntura singular que possibilitou sua ascensão. O mais comum é trilhar o caminho almejado por Ruan, "botar uns meninos pra vender" e "trabalhar pelo celular, só esperando o dinheiro chegar". Independente da posição hierárquica, os *meninos* estão sempre fazendo um *corre a mais*, tentando *se adiantar*, isto é, investindo em outras formas de suceder no *crime*, ter mais *dinheiro no bolso* e angariar *fama*.

Se as tramas dos fluxos transnacionais de capitais do crime-negócio permanecem alheias às existências individuais desses personagens, na ponta operacional eles podem, a depender de suas capacidades e recursos disponíveis, aproveitar-se da inserção no mercado local de drogas e empreender. Os rendimentos auferidos na *boca* são relativamente engessados, ganha-se um percentual sobre a venda, em dinheiro ou mercadoria, sendo que o preço do produto é fixo e pré-determinado, não sendo possível, ou melhor dizendo, não sendo recomendável alterar

esse preço, sob risco de sofrer sanções severas. Uma das formas de aumentar os ganhos é através do comércio desvinculado das *bocas*. Nessa modalidade é possível alterar o preço dos produtos, vendendo-os com sobrepreço, não obstante outras regras permaneçam válidas, como a de obter a mercadoria para revenda do *cabeça-cara*. A viabilidade desse tipo de empreendimento depende, em grande medida, do capital social do operador já que as vendas são dirigidas, em geral, para consumidores ou intermediários dos bairros de classe média e alta do município.

Foi assim que Bernardo Mahalo tornou-se *patrão da vida loka*, através de um eficiente e lucrativo esquema de venda de cocaína para moradores dos bairros nobres. Descrito como "bem-apessoado" por um amigo, Bernardo costumava ir aos bares, baladas e festas frequentados pelos jovens *da orla*, por diversão e também para comercializar cocaína. Após ganhar certa notoriedade entre os consumidores e estabelecer uma rede de contatos deu um passo além e, aproveitando-se da parceria com moto-taxistas do bairro, afastou-se da venda direta e passou a administrar um lucrativo *esquema de delivery*. Até ser executado por rivais do *Bonde do Ajeita*, enquanto estava sentado em uma cadeira plástica próximo ao ponto de moto-taxi. Para a grande maioria daqueles que almejam ser *patrão da vida loka*, mas carecem do capital social necessário para lançar-se além do bairro, há a possibilidade entrevista por Ruan, "botar uns meninos pra vender pra mim", ou seja, ser o responsável por uma *boca*. Um caminho mais tortuoso e estreito, pois depende da *caminhada no crime*, de *parcerias* e laços de amizade e, em última instância, de permanecer vivo até lá. Mazinho morreu tentando.

Existem inúmeras outras estratégias para empreender e suceder, como, por exemplo, as distintas modalidades de assalto. Contudo, como repetido algumas vezes, a disponibilidade de dinheiro não é condição suficiente para tornar-se *patrão*, tampouco *patrão da vida loka*. Marreno e Zé de Lessa, a despeito do *dinheiro no bolso*, não eram. Igual ao seu congênere, o *patrão da vida loka* é aquele que *ostenta* - roupas, motos, celulares, mulheres - e *banca a putaria*, a *orgia* - festas, bebidas alcoólicas, drogas, sexo. Porém, diversamente, a *ostentação* através do consumo conspícuo assume, frequentemente, contornos trágicos e funestos, elevando exponencialmente os perigos, riscos e ameaças. "O risco é tudo", resumiu Ruan antes de complementar, "Eu posso tomar tiro, eu posso ser preso, posso morrer".

Aos dispêndios característicos do *patrão*, somam-se as experiências-limite da *vida loka* e a própria morte, *morte matada*, não a *morte morrida*. Não se trata mais de

consumo, mas sim de "consumação", de dispêndios improdutivos que tornam a *vida loka* uma experiência de consumação do corpo, o próprio e os dos outros. Os *patrões da vida loka* demonstram o quanto o desenlace da problemática econômica do excesso no tráfico de drogas vincula-se a desmesura de uma consumação sem reservas, sob formas ora gloriosas e auspiciosas, ora catastróficas e sinistras (BATAILLE, 2016).

O crime-dispêndio conduz, como dito anteriormente, não apenas a perdas comerciais, mas de vidas. Daí seu caráter predominantemente trágico, a despeito dos momentos gloriosos proporcionados pela *fama*, sempre fugazes. "Gastar, gastar-se, consumir, consumir-se, até a ruína, até a morte, são a propósito as condições e exigências dessa ontologia" (BORGES, 2011), assim poderia ser resumida a trajetória daqueles para quem o "risco é tudo", os que colocam seus corpos na via do excesso pavimentada pelo crime-dispêndio. E, assim, multiplicam-se os muros pichados com a palavra "luto", lápides urbanas que incorporam a morte na materialidade do bairro.

A desmesura do excesso no crime-dispêndio aterroriza e provoca aversão na maioria dos moradores, mas, ainda assim, ou por isso mesmo, seduz inúmeros outros, em especial, entre o segmento juvenil. Para estes, o "perigo da morte não é evitado e constitui, ao contrário, objeto de uma forte atração inconsciente" (BATAILLE, 2016). Aos estados de excitação vivenciados pelo *patrão*, descritos em termos de *orgia* e *putaria*, é acrescida outra forma de modulação corporal e emocional, a *adrenalina*, condizente com a imprevisibilidade das experiências-limite características da *vida loka*. Sedução e repulsa, prazer e angústia, beleza e horror, vida e morte são urdidos através de um violento jogo de contrastes no qual os *patrões da vida loka*, "abertos às modificações mais extremas que se impõem aos corpos", estão destinados a encenar "uma presença intensa que dramatiza sem cessar o próprio desaparecimento" (MORAES, 2017, p. 312).

A ambivalência trágica dessa existência tem nas armas de fogo o seu maior emblema. Por um lado, as armas compõem a imagem do *patrão da vida loka*. Tal qual um acessório, estão sujeitas a avaliações estéticas. Um "38 enferrujado", por exemplo, dificilmente será incorporado ao visual e permanecerá oculto, ao passo que um revólver cromado tem grande chance de ser exibido publicamente enquanto um adorno. Ademais, por conta da associação com os estados ativo e passivo (algoz e vítima), são símbolos fálicos que incrementam a virilidade de quem as porta, sendo por isso eficaz enquanto investimento libidinal voltado para a atração de parceiras

sexuais. Por outro lado, não se pode eclipsar o principal propósito do porte de uma arma de fogo, enquanto extensão da força física, isto é, recurso bélico a ser empregado por quem se *garante*, diferindo nesse aspecto do *patrão*, para quem o recurso ao uso da força é latente e, no mais das vezes, opta por *sair na mão* para resolver contendas.

A apresentação do *patrão da vida loka* enquanto *ladrão* bem-sucedido envolve, igualmente, o uso de *roupas de marca*. Nesse quesito não difere do *patrão* e a distinção entre eles, do ponto de vista estético, é quase imperceptível, não fosse a já referida exibição ostensiva de armas de fogo e a adoção de certos adereços, cortes de cabelo e tatuagens que denotam um "estilo bandido". Eventualmente, é possível observar jovens com as iniciais BDM desenhadas nos seus cabelos ou, então, exibindo três traços verticais nas sobrancelhas, levemente inclinados para trás, feitos na parte final dos pelos, em referência ao "tudo 3". Além dos pelos, as iniciais da *facção* podem também ser grafadas nos *batidões*, exibidos com grande vaidade por seus detentores. A inscrição do *crime* no corpo inclui tatuagens, cujos desenhos, amplamente influenciados por elementos oriundos da tradição cristã, podem adquirir sentidos precisos para aqueles que compartilham o "dialeto da *vida loka*"⁶⁰.

Demeião tatuou na perna o Arcanjo Miguel ajoelhado perante uma espada para proteger-se contra as investidas de inimigos e desafetos. Ruan, o Mata-Rindo, prometeu tatuar quatro índias, uma para cada policial assassinado. E a cruz do Calvário tatuada no braço de Bernardo Mahalo para se resguardar do *olho gordo* e *fechar o corpo* não foi suficiente para livrá-lo dos seus algozes. Esses investimentos estéticos carregam a superfície corporal do *patrão da vida loka* com sentidos oriundos do *crime*, incluindo aí os pertencimentos *faccionais* e, por conseguinte, os embates agonísticos com rivais e policiais. Por conta disso, as disputas pelo controle do mercado varejista de drogas têm como palco não apenas os territórios conformados a partir da dinâmica criminal-estatal, como também os corpos, em razão das relações metonímicas (entre corpo, território e *facção*) e dos efeitos desencadeados pela transgressão dos limites corporais. A *facção*, ou, mais genericamente, o *crime* está

⁶⁰ Diante desse "complexo sistema de representações criminosas", um tenente da Polícia Militar, hoje capitão e deputado estadual, elaborou duas cartilhas de orientação policial, "Tatuagens: desvendando segredos" (SILVA, 2012) e "Linguagens simbólicas do crime" (SILVA, 2016), posteriormente distribuídas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, com o propósito de auxiliar policiais durante "ocorrências com indivíduos tatuados", pois "as figuras ali impressas podem trazer consigo a história de diversos delitos" (SILVA, 2012, p. 8).

literalmente afundado na densidade material do corpo, lócus privilegiado das disputas, haja vista que o ordenamento social produzido pelo *crime* é contingente ao encaixe semântico entre corpo e território.

Existiria, atualmente, uma inusitada e funesta implicação recíproca entre moda e violência conformando a existência de inúmeros jovens, sejam eles *patrões da vida loka* ou não? Será que, porventura, o aspecto cíclico e oscilante da moda, exultando a novidade e regozijando-se, posteriormente, com sua decadência, teria se aliado às práticas de consumação, mediante as quais a vida atinge o ápice no momento exato da sua negação? Se para Benjamin a moda é o ritual de morte da mercadoria, talvez seja necessário reconhecer que hoje esses predicados se inverteram e "a morte se tornou um ritual da moda" (TAUSSIG, 2012), ao menos em alguns lugares e para certos segmentos da população.

Nessa aterrorizante convergência entre moda e morte, inúmeras vidas são enredadas. Pedrinho CK, Mazinho Seaway, Bernardo Mahalo e muitos outros e outras. Como, por exemplo, Kelly Cyclone, a *rainha do tráfico* ou a *dama do pó*, assassinada no ápice da juventude e da beleza em uma intrincada trama passional e criminal, até hoje não desvelada. No enterro, quando uma multidão lotou o cemitério de Lauro de Freitas para participar do velório, lá estava seu corpo repousado em decúbito dorsal no caixão e adornado por flores brancas em contraste marcante com a roupa. Kelly trajava o seu indefectível *conjunto* rosa da Cyclone, inúmeras vezes exibido nos eventos de pagode e nas redes sociais virtuais, e, para compor o visual pelo qual ficou famosa, um boné da mesma cor e marca. O *look* derradeiro sob os olhares de familiares, amigos, curiosos, desconhecidos e das câmeras televisas e fotográficas dos veículos de comunicação. Do velório ao sepultamento, uma ousada e sinistra fusão entre cortejo fúnebre e desfile de moda.

3.3 Pedrinho CK: um *patrão da vida loka*

A *boca do campinho* está situada na região hoje controlada pelo *Bonde do Ajeita*. Sua localização é privilegiada, próxima a um dos principais acessos ao bairro pela Estrada do Coco (BA-099), com trânsito fácil para veículos, atraindo, portanto, maior fluxo de compradores, residentes e, especialmente, não-residentes. Certamente, é uma das *bocas* mais rentáveis de Itinga e, por isso mesmo, objeto de

frequentes disputas, visada por rivais e policiais. Referida recorrentemente como *boca do campinho*, há alguns anos deslucou-se do campo de futebol, propriamente. No início da década de 2010, a prefeitura, mediante convênio com o governo federal, implantou uma central de vídeo-monitoramento operada por policiais militares e guardas municipais, sediada no Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGIM. Curiosamente, enquanto transcorria a cerimônia de inauguração dessa central, os funcionários encarregados da operação auxiliaram uma equipe da Polícia Militar a realizar a prisão de um foragido na região do *campinho*, onde, ainda no mesmo ano, seria criado um núcleo do Programa Esporte e Lazer na Cidade – PELC, ação financiada pelo Pronasci, cujo propósito era promover a prevenção da violência mediante atividades esportivas articuladas com ações de saúde e educação. Desde a instalação da câmera e frustradas as tentativas de depredá-la, a *boca do campinho* mudou-se para uma rua do entorno, protegida pela verticalização das casas no bairro e, portanto, fora do alcance do vídeo-monitoramento, permanecendo, todavia, a antiga denominação.

Durante a cisão do Bonde do Maluco em Itinga, Morcegão concentrou parte dos seus esforços para assegurar o domínio sobre a *boca do campinho*, na tentativa de agregar área contígua à região onde já gozava da lealdade dos demais operadores do tráfico. Após insular territorialmente a região, o passo seguinte para consolidar o controle foi dado com a execução do *gerente* da *boca*. Sem demora, os demais alinhados ao *Bonde do Azuado* evadiram, inclusive aqueles que residiam no entorno. A responsabilidade por reorganizar o tráfico na localidade foi conferida a um dos principais parceiros de Morcegão ao longo do processo de ruptura, Pedrinho CK. Preso até pouco tempo atrás sob a acusação de assassinato, havia recebido um alvará de soltura após ser absolvido por falta de indícios acerca da autoria desse delito. Consolidado o controle territorial sobre o comércio varejista de drogas na área de atuação do *Bonde do Ajeita*, Pedrinho assumiu as *bocas* de Morcegão como *gerente*. Apesar da sua *caminhada* no tráfico ser relativamente recente, a ascensão na hierarquia interna foi galgada a passos largos. Antes era conhecido pelos assaltos, ganhando certa notoriedade ao ser filmado roubando uma loja de *roupas de surf* no centro da cidade.

Até hoje aqueles que se dispõem a falar sobre Pedrinho e seus feitos lembram da aparição dele, alguns anos atrás, nos principais telejornais do estado, em decorrência da participação no assalto à loja de roupas. Além da exibição de alguns

segundos do vídeo mostrando a dinâmica do roubo, os jornais também divulgaram a imagem do cartaz de procura-se elaborado pela Polícia Civil, com as fotos dos três acusados de terem cometido o delito. O assalto, em si nada notório, ganhou publicidade por conta da morte de um passageiro de ônibus durante a fuga do trio. No vídeo gravado pelo circuito interno de segurança da loja, Pedrinho aparece rendendo os vendedores e confinando-os no provador, enquanto seu comparsa recolhe o maior número possível de peças de vestuário dentro de duas malas. Ao saírem da loja, um segurança do comércio local percebeu o assalto e efetuou disparos contra a dupla, revidados por um deles para permitir a fuga até o carro que os aguardava. Um dos tiros disparados contra o segurança atingiu fatalmente um jovem morador de Itinga que retornava para casa após o trabalho. Coincidentemente, a vítima era um vizinho de Pedrinho, seu conhecido das partidas de futebol no *campinho*.

Para além do assalto e do homicídio, as histórias sobre o roubo à loja de roupas destacam a repercussão da foto de Pedrinho divulgada pelos telejornais, e isso não se deve ao fato dele ter sido preso na mesma semana mediante denúncia anônima, enquanto aguardava o embarque na rodoviária com destino à cidade natal da mãe, no interior do estado. À época dos fatos comentava-se que Pedrinho parecia estar posando para a foto, a despeito de ela ter sido feita pela própria polícia, nas dependências de uma delegacia, em razão de uma detenção anterior.

Com leve sorriso no rosto e peito estufado, Pedrinho aparecia na foto sem camisa e com parte da cueca à mostra, exibindo em letras garrafais, na região da cintura, a marca Calvin Klein. Daí, dizem alguns, surgiu seu apelido, Pedrinho CK. Junção do seu nome no diminutivo – tal qual era chamado por familiares, amigos e vizinhos – com a abreviatura do nome do famoso *designer* norte-americano. Um dos *panos de marca* mais cultuados e desejados pelos jovens do bairro, especialmente quando se trata de cueca. Aliás, Pedrinho teria aceitado o convite para participar do assalto motivado pela possibilidade de ficar com as mercadorias para si próprio, ao invés de revender. Ao fim e ao cabo, sua parte do butim foi recuperada pela polícia, à exceção das roupas femininas, dadas de presente para amigas e namoradas. Preso, foi acusado de roubo majorado e teve prisão cautelar decretada. A perícia na arma apreendida sob sua posse confirmou a versão dele sobre não ter efetuado o disparo que vitimou o passageiro do ônibus, seu vizinho.

A aparição televisa fez o até então pouco conhecido Pedrinho sair do anonimato local. Ganhou *fama*, tornou-se um dos *badalados* de Itinga, mesmo preso.

Fotos publicadas em suas redes sociais passaram a compor vídeos divulgados na internet sobre quem eram os *badalados* do bairro. Esses vídeos circulam com certa recorrência nas redes sociais e nos aplicativos de mensagem por celular. A despeito de se referirem aos jovens do bairro, são criados e compartilhados dentro de círculos sociais vinculados ao universo escolar, seus colégios e séries. Neles, com uma música de pagode baiano ou funk carioca como trilha sonora, fotos de jovens do bairro, retiradas de seus perfis nas redes sociais, são encadeadas a partir de efeitos de transição e, a cada uma delas, é acrescentada uma legenda. “Os gatinhos do seu Facebook”, “Pra conhecer vcs tem que se envolver”, “Os meninos da Itinga!”, “Sabe ser palozo de um estilo inteligente”, “Gatinho”, dentre várias outras. Para mim foram exibidos dois vídeos contendo a seleção dos *badalados* de Itinga nos quais Pedrinho havia sido incluído, ambos criados e compartilhados enquanto ele ainda estava preso e já nomeado Pedrinho CK.

Além dos *badalados*, também circulam vídeos sobre os *broxões* e as *goiabas*. Sobre as últimas, um vídeo instruía o espectador desavisado “obs: goiabas são as mais comidas”, em referência às meninas a quem atribuíam, em sentido pejorativo, manter *muitas* relações sexuais. Em um deles, ao som da música “Um tal de mete-mete”⁶¹, fotos de meninas se sucedem também acompanhadas por legendas. “Rodadinha de Itinga”, “Santa só na cara”, “Adora uma suruba”, “Tira onda de patricinha, mas é cachorrona”, “De orgia, quem quiser come”. O *broxão*, por sua vez, “não come ninguém”, “tira onda de pegador, mas não pega ninguém”, resumiu um interlocutor admirado pela obviedade da minha pergunta.

Antes de ter sua imagem replicada em televisores, monitores e telas de celular, Pedrinho trabalhou como ajudante de pintor. Após ser apreendido pela primeira vez por roubo, o pai acordou com a mãe, de quem era separado, que o filho trocaria o turno escolar para a noite e, durante o dia, trabalharia como seu ajudante. Ao longo de pouco mais de dois anos, aprendeu e exerceu o ofício de pintor de paredes, sempre junto ao pai. O valor recebido por cada serviço era usado para custear as despesas da casa, mantida a duras penas desde o término do auxílio desemprego recebido pela mãe, em virtude da fábrica de brinquedos onde trabalhava ter encerrado suas atividades no município. Até então, ela havia envidado todos os esforços possíveis

⁶¹ Música da banda La Fúria, “Um tal de mete-mete”: “Ê-ê-ê-ei, novinha/Deixa de emoção/Empina esse bumbum/Faz pra mim um coração/Ela mete de rajadão! Ela... vá, vá, vá, vá, vá!/ Tááááá um tal de um mete, mete, mete, mete”.

para propiciar uma vida de relativo conforto material para o filho. Necessidade nunca haviam passado. Enquanto o desemprego perdurou, trabalhou como *diarista*, até conseguir um novo *emprego com carteira*, desta feita na função de caixa em um mercado do bairro. A volta da estabilidade financeira permitiu Pedrinho reservar parte dos seus rendimentos como pintor para gastos particulares e, com o passar do tempo, reduziu paulatinamente o repasse para a mãe. Cinema e lanche no shopping, passeio com a namorada, partidas de *Counter-Strike* na *lanhouse*, festas e, quando *juntava* mais dinheiro, comprava roupas ou tênis.

O dinheiro auferido com os serviços de pintura era incerto, oscilava ao sabor da demanda. A ajudada dada para o custeio das despesas da casa reduzia consideravelmente o dinheiro disponível para os gastos pessoais. À vista disso, mesmo trabalhando com o pai, continuou a praticar assaltos. Alguns mais bem-sucedidos, outros menos. Poucos realmente lucrativos. Roubou carteiras, bolsas, celulares, carros, residências e, muito eventualmente, estabelecimentos comerciais. Com um revólver 38 enferrujado, escondido no forro do teto do quarto, e em parceria com um vizinho, dono de uma moto, praticavam, sobretudo, roubos a transeuntes em outros bairros. De vez quando, tentavam empreitadas mais lucrativas, porém mais perigosas, como assaltos a residências e a pequenos comércios.

O comparsa, alguns anos mais velhos, foi o mentor, ensinando-o um segundo ofício. Assim como a pintura, aprendeu a assaltar na prática, um saber-fazer adquirido com base na experiência. Ainda que fosse a atividade mais lucrativa, a vida laboriosa do *crime* era subordinada às oscilações dos serviços de pintura. Nesse período, o ideal para Pedrinho era quando ocorria um equilíbrio entre essas atividades. Ter *dinheiro limpo* para ajudar a mãe, justificar seus gastos e, ao mesmo tempo, complementar a renda para a satisfação de suas necessidades pessoais, cada vez mais custosas. O *dinheiro do crime* não era repassado à mãe. Enxergava a possibilidade de ajudar no sustento da casa com rendimentos oriundos do *crime* como ofensa à progenitora. Foi justamente esse juízo de valor que fez Pedrinho manter-se por todo esse tempo trabalhando com o pai, assegurando, assim, uma fonte de *dinheiro limpo*. Não fosse isso, teria abandonado mais cedo os serviços de pintura. De qualquer forma, mesmo que posteriormente tenha de fato renunciado ao trabalho com o pai para *viver do crime*, avalia positivamente essa experiência, pois fez dele um *homem*. Aprendeu um ofício (que, dizem, exerce com destreza) e ajudou a mãe,

provendo o lar em um momento de necessidade. Orgulha-se do ofício de pintor e, igualmente, do pai *trabalhador*.

O fim da parceria com o pai ocorreu quando, pouco antes de alcançar a maioridade, foi apreendido, pela segunda vez, acusado, junto com dois amigos, de ter roubado foliões no entorno de um dos circuitos do carnaval de Salvador. Pedrinho e seus amigos já haviam curtido o segundo dia seguido de festa, quando um deles avistou foliões no ponto de ônibus de uma avenida e sugeriu *tomar* os bonés de dois jovens *parmalat* parados no entorno. Pedrinho *caiu na pilha* e, tomando a iniciativa, se dirigiu até um deles, puxou-o por trás pela camisa e arrebatou a corrente do pescoço, enquanto um comparsa *bafou* o boné. Simulando possuir uma arma de fogo com a mão embaixo da camisa, o terceiro comparsa acuou a outra vítima para Pedrinho *tomar* o boné e, aos berros de “Perdeu, otário!”, obrigá-lo a também entregar a camisa.

Saíram do local dirigindo ameaças às vítimas e seguiram a pé pela mesma avenida por algum tempo, até serem abordados por policiais em patrulha. No exato momento da revista policial, as duas vítimas reconheceram, de dentro do ônibus, o grupo e saltaram para avisar aos policiais sobre o ocorrido. Apreendido pelo ato infracional e sentenciado ao cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, Pedrinho foi encaminhado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do município. Após o acolhimento inicial realizado pela instituição, a assistente social responsável por construir o Plano Individual de Atendimento sugeriu a Pedrinho participar da seleção de um projeto social que seria realizado no bairro onde morava, Itinga, e cujo público-alvo incluía jovens em liberdade assistida.

O próprio Pedrinho, em companhia da mãe, preencheu o formulário de inscrição, devolvendo-o para a assistente social dar seguimento ao processo. Meses depois, durante visita domiciliar, foi informado por ela sobre o sucesso na seleção. O projeto integrava uma iniciativa recente da política pública de segurança voltada para a promoção de ações de prevenção à violência a partir de recortes territoriais, etários e sociais, tendo em vista o incremento significativo dos homicídios entre jovens em certas regiões da Região Metropolitana de Salvador. Ao longo de 12 meses, os jovens selecionados participariam de atividades diversas (esportivas, artísticas, de informática, qualificação profissional, resolução de conflitos, entre outras) ministradas por professores, nomeados *oficineiros*, e receberiam orientação psicossocial e jurídica

de uma equipe multidisciplinar para (re)construir seus projetos de vida e encaminhar eventuais demandas à rede de proteção social.

Essa estratégia de intervenção tinha por objetivo contribuir para a formação do jovem enquanto *sujeito de direitos*, através de uma espécie de socialização para a cidadania propiciada pela participação nas atividades, haja vista que a difusão e o incremento da violência entre os jovens, assim como os descaminhos que levariam ao *crime*, seriam, sobretudo, fruto da negação ou da dificuldade de garantir seus direitos. Para estimular a participação no projeto, os selecionados receberiam um benefício mensal no valor de R\$ 100, condicionado à assiduidade. Essa singular sobreposição entre políticas de segurança e políticas sociais tinha por foco um recorte populacional bem específico, dentro do qual o perfil de Pedrinho se encaixava emblematicamente: jovens entre 15 e 24 anos, em situação de risco, vulnerabilidade social ou exposição a violências, como egressos do sistema prisional, cumpridores de medidas socioeducativas ou moradores de aglomerados urbanos com altos índices de homicídio.

Desde o início, a participação de Pedrinho nas atividades do projeto era cambaleante, com baixa assiduidade. Ainda assim, com o desenrolar das primeiras oficinas, ficou conhecido por seu perfil de liderança e pela habilidade de desenhar. “Quando ele ia, agitava”, resumiu uma *oficineira* do projeto ao ilustrar as dificuldades de trabalhar com um “público desafiador”, acrescentando, todavia, que sua liderança não era unânime, “idolatrado por uns e rejeitado por outros”. “Oito ou oitenta”, continuou, “impunha medo por conta do que ele representava”, referindo-se através do não-dito à participação dele em atividades ilícitas. Já a sua habilidade para desenhar era consenso. Certamente, o ofício exercido em conjunto com o pai contribuiu no desenvolvimento dessa competência.

Instados a pintar uma aquarela sobre o projeto durante a aula de artes, os presentes se surpreenderam, ao final, com o belo quadro criado por Pedrinho. “Era um artista de mão cheia. Várias potências incríveis de jovens perdidas”, lamentou a *oficineira*. Tempo depois, veio o reconhecimento mais amplo da beleza dessa obra. Em solenidade pública, o governador do estado da Bahia foi presenteado pela equipe gestora do projeto com o quadro pintado por Pedrinho, “por conta do que ele representava”, o projeto e seus resultados. O feito ganhou reconhecimento, mas, seu autor, não. Decorridos menos de quatro meses desde o início das atividades, Pedrinho, um participante pouco assíduo, porém talentoso, foi *desligado* do projeto.

De um dia para o outro, seu rosto ganhou o noticiário local após assaltar uma loja de roupas no centro da cidade.

Preso, pois acabara de completar 18 anos, foi inicialmente assistido pelo advogado da equipe multidisciplinar do projeto e, na sequência, pela Defensoria Pública Estadual – DPE. A participação da equipe multidisciplinar nesse episódio, ainda que circunscrita à responsabilidade de oferecer assistência sócio-jurídica, gerou reações contrárias por parte de alguns participantes, sintetizadas na indignação expressa por um deles, “Pô, cara! Vai tirar ladrão da cadeia?”. Para outros, pesar ou, ainda, fascínio. Nas semanas seguintes, abundaram estórias sobre Pedrinho, o assalto e seus desdobramentos, oscilando entre o respeito fascinado e a rejeição, atraindo e, ao mesmo tempo, causando repulsa, “idolatrado por uns e rejeitado por outros”, como disse a *oficineira*.

Não demorou muito foi oficialmente *desligado* do projeto e teve o CPF removido da lista de beneficiários da bolsa. No processo de admissão ao sistema prisional, respondeu negativamente a indagação sobre participação em *facções*, porquanto não traficava, era 157, e foi direcionado para um módulo sob controle da *Caveira*. Talvez por morar em Itinga, naquele momento, local onde o tráfico varejista de drogas era dominado por essa *facção*. Permaneceu preso pouco mais de um ano e, durante o período, a instrução criminal da ação judicial não foi finalizada. Por conta disso, o juiz determinou o relaxamento da prisão, havia, “*in casu*, excessividade da extensão da custódia cautelar”. Retornou ao *mundão*, mas não para a casa da mãe.

A fama, decorrente da repercussão do assalto à loja de roupas, e a prisão reconfiguraram a vida de Pedrinho. Agora ele era *conhecido*, portanto visado e invejado, também. Retomar os serviços de pintura junto ao pai, ou por iniciativa própria estava fora de cogitação. Havia rompido relações com o pai e a vivência na prisão ampliou seus horizontes e contatos no *crime*. A mãe não mais dependia da contribuição financeira dele para manter a casa, já que havia sido contratada para trabalhar em um mercado local. Ao ganhar liberdade, Pedrinho decidiu morar sozinho para começar sua própria vida, ansiava maior autonomia.

A busca por independência começou a ser fustigada ainda quando trabalhava como ajudante de pintor, período no qual a preocupação com a aparência associada a um interesse maior pelo sexo oposto e ao surgimento de novos prazeres começou a despontar. Nada incomum, distinto ou único para os jovens de sua idade. A escolha de sair de casa era também uma forma de proteger a mãe, já que iria ganhar a vida e

custear suas despesas somente com os proventos do *crime*. Daí em diante, tornara-se, efetivamente, *ladrão*. Na prisão chegou a ponderar sobre a possibilidade de entrar para o tráfico de drogas, mas declinou da opção por, naquele momento, preferir a maior liberdade e autonomia da *vida de 157*, sem limitações temporais (não necessitava cumprir jornadas e escalas de trabalho na *boca*), nem espaciais (o que incluía circulação mais ampla pela cidade, sem tanta preocupação com rivais e a polícia). Além do mais, avaliava que no tráfico faria *dinheiro para os outros*, ao invés de para si próprio. Se era para viver os riscos e angústias da vida no *crime*, que fosse em causa própria.

A "vida social" até então pacata, restrita a passeios e algumas festas em companhia da namorada, ganhava cada vez mais importância, valendo-se da *fama* recém adquirida. Agora, era um dos *badalados* de Itinga e estava solteiro. O namoro de adolescência perseverou durante o tempo da detenção mediante visitas, mas não resistiu à liberdade. Tal qual outros na sua idade, os gastos financeiros giravam em torno de eventos voltados para a atração das *novinhas*. Para manter o agito da vida social, Pedrinho precisava de dinheiro. Investir em si mesmo, mostrar-se bem-sucedido e, assim, atrair parceiras, proporcionando momentos de conforto e prazer. Os assaltos eram sua fonte de renda, meio de vida. Cada vez mais imprescindíveis e mais perigosos. Bolsas, carteiras e celulares já não eram tão atraentes. Concentrava-se, agora, em empreitadas mais rentáveis, que exigiam maior planejamento e, em alguns casos, até mesmo, investimento.

A preferência, agora, era por *saidinhas bancárias* e estabelecimentos comerciais onde havia grande circulação de dinheiro vivo, algo ao qual estava relativamente acostumado desde a época dos assaltos a pequenos mercados. Com as *saidinhas*, Pedrinho não tinha, até então, experiência alguma. Outro *ladrão*, com quem fez amizade durante o período que permaneceu preso, o introduziu e treinou na nova prática. Tão importante quanto o dinheiro, eram a *adrenalina* e a excitação vivenciadas durante os assaltos, incluindo momentos de angústia e medo quando sua vida esteve em risco ou em razão de desfechos trágicos. No corpo algumas cicatrizes, cortes e perfurações, na memória uma longa lista de conhecidos, vizinhos, parceiros e amigos assassinados. Ainda assim, o *crime* e suas eventuais recompensas continuavam a seduzir Pedrinho.

A *adrenalina* experimentada durante as ações criminais encantava. Associada ao *dinheiro no bolso* e ao consumo voluptuoso, que rapidamente exauria os recursos

auferidos, demandava, progressivamente, esforços constantes para manter seu estilo de vida. “Sempre tinha [dinheiro], mas sempre acabava”. Apesar do relativo sucesso de Pedrinho, a *vida de 157* foi marcada pela alternância entre períodos irregulares de abundância e escassez. Quando exitoso e com *dinheiro no bolso*, não faltavam compras no shopping, passeios com namoradas, festas de *camisa colorida*, vida noturna agitada e noites em motel. Mas também passou muitos finais de semana fazendo *bicos* de pintor para conseguir pagar, ao menos, as contas do mês.

Seus bens mais valiosos eram a pistola e a moto. Esta última adquirida de um conhecido com dificuldade financeira para arcar com as parcelas mensais do financiamento. Pedrinho pagou um valor em dinheiro e assumiu o restante do financiamento, sem, todavia, transferir a titularidade. Morava de aluguel numa casa de fundo, próxima a um córrego não-canalizado. Colchão de dormir no chão, geladeira antiga, mas funcionando, fogão de duas bocas sobre a bancada de alvenaria da cozinha e uma televisão grande rodeada por cadeiras de plástico. Um dos poucos móveis da casa era o guarda-roupas, comprado em uma *megastore* na Estrada do Coco. A casa com pouco conforto destoava dos seus pequenos luxos. Pulseira e colar de ouro, relógio e roupas *de marca*. Cabelo cortado semanalmente e presença constante nas festas de pagode, de onde raramente saía desacompanhado. A ostentação desse estilo de vida demandava um fluxo constante de dinheiro, nem sempre possível de ser garantido com os assaltos, cujos proventos oscilavam tanto quanto os dos serviços antigamente realizados com o pai.

Essa oscilação financeira começou a pender ainda mais para o lado da escassez conforme seus hábitos de consumo passaram a incluir o consumo de cocaína. Inicialmente, apenas nas *farras* noturnas com amigos, a cocaína foi progressivamente incorporada na sua rotina diária. Os assaltos precisavam ser mais constantes ou rentáveis, o que elevava os riscos de ser preso novamente ou morto. Depois de uma sequência de reveses, incluindo uma perseguição policial em via pública e um tiroteio no qual foi baleado, Pedrinho recorreu a um ex-companheiro de cela para participar do tráfico de drogas em Itinga, na época controlado pela *fação* Caveira. Dessa forma, era possível complementar a renda sem recorrer aos *bicos* de pintura e nem elevar os riscos inerentes aos assaltos, todavia, ainda sem vislumbrar os perigos próprios da sua inserção no mercado ilegal de drogas.

Seu ex-companheiro de cela intermediou o contato com Morceirão, naquele tempo, um dos homens de confiança de Gringo. Pela indicação e por saber manejar

uma arma de fogo adequadamente, começou como *soldado*, fazendo a segurança na *boca do campinho*. Logo, acumulou também a função de *vendedor*, revezando com a de *soldado*, assim como os demais operadores. Os assaltos, por sua vez, passaram a ser praticados nos períodos de folga, mingando conforme Pedrinho ascendia na hierarquia local do tráfico. O que inicialmente era uma forma de assegurar uma certa estabilidade financeira mostrou-se, com o passar do tempo, pouco lucrativa e igualmente suscetível a oscilações e reveses. Por um lado, o percentual obtido sobre a venda das mercadorias nem sempre atendia a expectativa inicial de Pedrinho, pois dependia do fluxo de venda sempre sujeito às variações pelos mais diversos motivos (dia da semana, operações policiais, disputas contra rivais). Por outro, vivenciou na pele os reveses da estruturação do mercado varejista sob o regime de consignação, cujas perdas, via de regra, são responsabilidade exclusiva do *vendedor*. Sem considerar os riscos inerentes ao tráfico de drogas realizado em pontos fixos, suscetível a investidas de policiais e rivais. Tais vicissitudes, todavia, não impediram a ascensão de Pedrinho.

A transição do controle do mercado de drogas no bairro para o domínio do Bonde do Maluco, ocorrida após cisão interna da *facção* Caveira, pouco afetou a organização local do tráfico, uma vez que o próprio Zé Lessa havia recentemente encabeçado a conquista de Itinga contra o Comando da Paz. A transição “foi suave”, na avaliação de um ex-participante desse mercado. Desde então, como dito no capítulo anterior, *Itinga é tudo* 3. Acostumado a calcular a quantidade de latas de tinta necessária para um serviço de pintura, a habilidade com os números fez Pedrinho tornar-se responsável pela contabilidade da *boca do campinho*.

Em um momento no qual as *bocas* em Itinga prosperavam, conquistou rapidamente a confiança e o respeito de Morceirão. Com o BDM, o mercado varejista de drogas no bairro experimentou um período de relativa estabilidade, além de ter sido beneficiado pela expansão territorial e comercial decorrente da construção em larga escala de habitações de interesse social no entorno dos limites do bairro. O crescimento do setor da construção civil, largamente beneficiado pelos recursos do programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV, havia, em anos anteriores, possibilitado o pai incluir Pedrinho como ajudante de pintor, ensinando-o e remunerando-o a cada serviço, mesmo aqueles que poderia ter executado sozinho. Desta feita, os efeitos da territorialização do tráfico de drogas nesses empreendimentos favoreciam a ascensão

dele na hierarquia local, seu *nome crescia rápido no crime*. Daí em diante, os assaltos tornaram-se apenas estórias.

Com Gringo preso, o controle sobre o funcionamento das *bocas* ficou à cargo do seu braço-direito, Morcegão, que, ao longo do tempo, intencionalmente ou não, ampliou tanto seu poder de mando perante os subordinados, quanto sua autonomia em relação ao *cabeça-cara* do bairro. Favorecido pela prosperidade circunstancial do varejo de drogas, concentrou recursos financeiros, armas e arregimentou quadros da hierarquia interna da *facção* no bairro. Dentre eles, Pedrinho, convidado para deixar suas funções na *boca do campinho* e se tornar uma espécie de faz-tudo, realizando serviços dos mais diversos. Desde então, passou a integrar um pequeno grupo de indivíduos que, gravitando ao redor de Morcegão, era responsável por protegê-lo e operar ao nível gerencial o comércio de drogas no bairro.

Além de prestígio e poder, a nova posição também proporcionou maior estabilidade financeira. Já não mais morava na casa da *baixinha*, próxima ao córrego, agora sua residência era incerta. A visibilidade adquirida requeria mudanças constantes para diminuir os riscos à sua segurança e evitar extorsões. Era *visado* por policiais, rivais e, inclusive, por parceiros do *crime*. A rápida ascensão, o dinheiro e a fama atraíam *olho gordo*, geravam inveja e cobiça. Pedrinho aproveitava a bonança da nova situação, ao passo que seu mundo, e o trânsito nele, encolhiam. Do pai havia se distanciado desde sua apreensão por roubo no carnaval. A mãe, por sua vez, de quem sempre foi muito próximo, já quase não via nem visitava. Uma forma de protegê-la. A casa dela também se tornara *visada* por policiais, sabiam que lá residia a genitora de Pedrinho e, de tempos em tempos, rondavam o lugar na expectativa de encontrá-lo. Sair do bairro tornara-se arriscado, caso fosse reconhecido. Não ia mais à praia, nem ao shopping, muito menos às festas de *camisa colorida*. Sua circulação ficou restrita aos bairros onde o BDM atuava. Não demorou muito para ter o rosto estampado em uma das cartas do Baralho do Crime.

A trajetória ascendente de Pedrinho no tráfico ganhou novos contornos, desta feita extremamente conflituosos, quando, após a morte de Marreno em confronto com a polícia, Morcegão rompeu com Gringo e iniciou uma disputa armada em torno do controle dos pontos de venda de drogas em Itinga. Nesse entrevero, Morcegão conseguiu assegurar o domínio sobre duas regiões contíguas, graças, em parte, a atuação do grupo formado ao seu redor. Em uma escolha arriscada, Pedrinho aderiu

ao *Bonde do Ajeita*, mantendo-se fiel àquele que tinha proporcionado sua entrada e ascensão na organização local do tráfico.

A atuação destacada nos confrontos contra o *Bonde do Azuado* aumentou ainda mais a confiança e o respeito nutridos por Morceirão para com seu aliado. Além de redesenhar a topografia dos mercados ilegais, suas fronteiras físicas e simbólicas, a cisão interna ao BDM ocorrida em Itinga desencadeou uma rivalidade inédita entre grupos até então aliados, não raro ligados por laços de vizinhança, amizade e parentesco. “As ruas enlouqueceram”, resumiu um morador do bairro, abismado com o aumento dos homicídios. No interím dos embates, ainda quando Morceirão e Gringo disputavam a *boca do campinho*, Pedrinho foi preso acusado de ter participado do assassinato de um rival.

Por motivo desconhecido, um integrante do *Bonde do Azuado*, conhecido pelo apelido Demeião, foi visto de bicicleta passando por uma rua na região do CAIC, já sob domínio de Morceirão. Pedalando apressado e olhando constantemente para os lados, seu comportamento chamou a atenção de um *olheiro*, que rapidamente o identificou pela tatuagem na perna, o Arcanjo Miguel ajoelhado perante uma espada. Avisado sobre a presença do rival deslocando-se em direção à padaria, Pedrinho e um comparsa aguardaram seu retorno para emboscá-lo em uma esquina pouco movimentada. Amigos e familiares ignoram o motivo do jovem ter se dirigido justamente àquela padaria, localizada em uma área onde sabia que não podia, ou não deveria ir. Aliás, já havia sofrido uma tentativa de homicídio no mês anterior, quando estava sentado na porta de sua casa conversando com amigos. Saiu para a padaria unicamente para satisfazer o desejo da namorada grávida de comer um sanduíche de queijo quente. Havia pão em casa, mas faltava o queijo, só não se sabe o que o levou a escolher, justamente, a padaria do CAIC, dentre outras opções. Pedrinho e o comparsa emboscaram Demeião pelas costas, alvejando-o com nove tiros. Caiu da bicicleta e agonizou na calçada até morrer, segurando na mão a embalagem com o queijo.

Preso por investigadores da Delegacia de Itinga quando saía de um estúdio de tatuagem, Pedrinho ficou detido por poucos meses. No dia da prisão havia terminado a última sessão para *fechar* as costas com uma tatuagem de Jesus Cristo crucificado sob a inscrição “O promotor é só um homem, Deus é o juiz”, parte da letra de uma

música do Racionais MC's⁶². Mais uma vez, graças às vicissitudes dos processos judiciais, ficou detido por poucos meses. Apesar da materialidade do delito ter sido comprovada nos autos do processo, o Ministério Público não logrou êxito em reunir indícios suficientes sobre a autoria do homicídio. Posto em liberdade, foi prontamente incumbido de reorganizar o tráfico no *campinho*, região recém conquistada pelo *Bonde do Ajeita*. Após cumprir a tarefa, pela lealdade e competências demonstradas, assumiu as *bocas* de Morceção como *gerente*.

Mais recentemente, certas decisões atribuídas a Pedrinho têm repercutido negativamente tanto entre aqueles sujeitos aos seus mandos e desmandos, os moradores sem qualquer envolvimento no tráfico, quanto naqueles que gravitam ao seu redor, seus subordinados, e, dizem, até Morceção tem demonstrado insatisfação com a conduta do *gerente*. Dentre esses acontecimentos, inclui-se o homicídio de uma jovem professora no bairro vizinho, São Cristóvão, dominado pela *facção* rival, Comando da Paz – CP. Um dos envolvidos no episódio disse que, em um dia de semana com pouco movimento na *boca*, Pedrinho viu os *meninos* sem fazer nada e ordenou “vai lá dar uns tiros nos *passa-fome*”. Dois deles subiram em uma moto, deslocaram-se até uma localidade de São Cristóvão e, ao reconhecerem um rival caminhando na rua, efetuaram disparos contra ele.

Contudo, erraram o alvo e alvejaram uma professora sentada na porta de casa enquanto observava a filha brincar na rua. Socorrida para uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA no próprio bairro, não resistiu aos ferimentos. A comoção pública desencadeada pela morte da professora repercutiu amplamente na mídia local, pressionando as forças policiais à oferecerem uma resposta ao crime. Com a identificação do autor dos disparos, um cerco policial foi montado na região do *campinho* para prende-lo, afetando, conseqüentemente, o comércio da principal *boca* de Morceção por três semanas consecutivas, até ele ser morto durante suposta troca de tiros com policiais militares.

Outro episódio atribuído à Pedrinho, ocorrido pouco tempo depois da morte da professora, também foi objeto de críticas muito reservadas em razão de diferentes versões sobre a motivação do assassinato do jovem que retornava da festa no Largo. Antes de ser executado, ele já havia sido alertado, em tom de ameaça, para não mais trazer pessoas desconhecidas ao local onde morava, nas proximidades do *campinho*.

⁶² Trecho da música “Vida Loka (Parte II)”, álbum “Chora agora, Ri depois”.

Esses desconhecidos eram amigos do colégio e residiam em Portão, bairro onde o CP controla o comércio de drogas. Nenhum deles tinha qualquer envolvimento com o *crime*. Alertado, não mais convidou os colegas para sua casa. A notícia sobre a morte dele circulou rapidamente por grupos de mensagem em celular, juntamente com fotos do cadáver, inclusive, foi assim que seu irmão teve conhecimento sobre o ocorrido, dirigindo-se ao local para acompanhar a remoção do corpo.

Inicialmente, a versão difundida sobre a motivação do assassinato apontava para o envolvimento com a *facção* rival, endossada por rumores de que estava frequentando Portão, “estava aliado dos passa-fome, era X-9”. Por conta disso, além dos tiros na região do tórax, também foi alvejado três vezes no rosto, forma de execução praticada contra rivais e acusados de traição, afinal *é tudo* 3. Sem demora, essa versão começou a ser contestada muito reservadamente, especialmente por familiares e conhecidos da vítima. Para eles, o jovem havia sido morto por estar se relacionando com uma ex-namorada de Pedrinho e o motivo difundido fora forjado, aproveitando o aviso anterior sobre convidar moradores do bairro rival. Por isso, as pessoas que aguardavam no ponto de ônibus ouviram dois disparos e, tempo depois, mais três. Esses últimos teriam sido efetuados justamente para criar um pretexto.

À ampliação da vigilância exercida sobre a rotina dos moradores correspondeu o enrijecimento de regras informais de conduta cuja violação enseja sanções diversas (advertências, agressões, expulsões, execuções), algumas delas filmadas e divulgadas através de aplicativos de mensagens e redes sociais. Esse foi o caso de duas vizinhas punidas por terem brigado em via pública em razão de uma desavença amorosa envolvendo um colega da escola. Ainda no mesmo dia da briga, ambas foram retiradas à força de suas residências e conduzidas até a base de uma das escadarias da *baixinha* do rio Goró. Lá, teve início a sessão de espancamento.

Primeiramente, *bolos* nas mãos com pedaços de madeira, cabo de vassoura e corrente de bicicleta. Em seguida, socos, pontapés e pauladas enquanto as meninas tentavam se proteger em posição fetal com as mãos encobrendo a cabeça. Aos gritos, os agressores, que aparentavam ter a mesma idade delas, repetiam “abraça a ideia, Pedrinho mandou”. Depois de três minutos, o responsável pela punição levantou o braço indicando aos companheiros o término das agressões e as admoestou “A ideia é do maluco. É pra ficar o exemplo”. Por fim, ordenou “tora o cabelo das duas”. No último dos vídeos gravados pelos agressores e amplamente divulgado, as duas meninas aparecerem de cabeça baixa, braços e pernas cobertos de hematomas e

com o cabelo praticamente raspado, repetindo, uma de cada vez, em tom choroso: “A gente abraça a ideia”. Situação similar foi vivenciada por outra jovem punida com surra e corte de cabelo, pois seu namorado estava “olhando de rabo de olho os *meninos na boca*”. Aterrorizada com o ocorrido e temendo punições mais severas caso descobrissem que seu namorado morava em São Cristóvão, ela e sua mãe decidiram mudar para outro bairro.

Os relatos e os vídeos compartilhados nos aplicativos de mensagem por celular sobre esses episódios ecoam e dão contornos sinistramente reais a músicas de pagode cantadas com alguma frequência nas rodas de jovens, especialmente quando reunidos na rua ou no bar para se divertir. Essas músicas têm pequena circulação e autoria indefinida, certamente criadas pelos jovens da localidade, gravadas através de aparelhos celulares e divulgadas nas redes sociais. Sem qualquer tipo de edição, as gravações são acompanhadas por batuques improvisados na mão ou na mesa e, algumas vezes, também por efeitos sonoros produzidos com a boca, especialmente no caso dos pagofunk⁶³. “Ajeita Novinha” é uma dessas músicas. Misturando pagode baiano e funk carioca, não era raro ouvir alguém cantarolando sua letra:

Eu tava de quebrada, sem fazer nada
Vi uma novinha sentada na praça
Encostei nela e perguntei
Ajeita novinha, é nós, tudo 3?
Ela me olhou, abriu um sorriso
Disse que tá 3, que tá tudo lindo
Pronto, já é, troquei o colete
Cadê as amiguinhas, que é tudo 3?

É tudo 3
Boca, cu e buceta
Ajeita novinha, que o maluco não rejeita (X 2)

Ajeita de quatro, que eu bagaço (X 5)

Um recado pras novinhas aqui das redondezas
Só pode se envolver com os meninos do Ajeita
Se misturar com porcos, farelo vai comer
Caminhe pelo certo e não com as puta da CP
É tudo 3, tá ligado?

⁶³ Sobre o pagofunk na música baiana, ver a dissertação de Gimerson Oliveira (2016).

3.4 O crime-dispêndio: consumação, desejo e corpo

A prisão após o assalto à loja de roupas foi um ponto de inflexão na trajetória de Pedrinho. Não apenas ganhou *fama* e nova alcunha, ao ter suas imagens e as do assalto veiculadas nos telejornais, tornando-se repentinamente o *badalado* Pedrinho CK. A tentativa malsucedida de obter para si algumas *roupas de marca* resultou, igualmente, na reconfiguração, a curto prazo, da inserção dele no *crime*, o que, em termos práticos, se traduziu no afastamento do grupo doméstico, na gradual transição dos assaltos para as atividades do tráfico de drogas e, por conseguinte, no incremento progressivo do enlace *faccional*. Tais desdobramentos vinculam-se, direta e indiretamente, as vivências do cárcere em um módulo prisional sob controle da *fação* responsável, a época, pelo comércio varejista de drogas no bairro onde reside. Lá, teve tempo e oportunidades para forjar novas relações interpessoais e ampliar seu horizonte de possibilidades no *crime*. Solto, graças as vicissitudes processuais da justiça criminal, Pedrinho retornou ao *mundão* disposto a tornar-se, efetivamente, *ladroão*. Dali em diante, viveria dos proventos oriundos dos assaltos, incrementados, desde então, pelas *saidinhas bancárias* praticadas em parceria com um ex-companheiro de cela.

A separação entre *crime* e casa⁶⁴, expressa, dentre outras formas, pela distinção entre o *dinheiro limpo* do trabalho e o *dinheiro sujo* dos assaltos, que até então havia vigorado apesar dos reveses, não poderia, nem seria mais mantida. *Fichado* e com *fama*, *visado* por policiais e foco do *olho gordo*, a mera presença de Pedrinho no interior da residência tornara-se um perigo em potencial para a mãe. As barreiras anteriormente antepostas para frear a capacidade de contágio do *crime* foram suplantadas conforme os vínculos sociais com a escola, o projeto social, a família e o trabalho de pintor se esgarçavam, até o ponto de ruptura a partir da institucionalização no sistema prisional.

Receoso com a segurança da mãe, Pedrinho optou por morar sozinho, decisão que, além do mais, ia ao encontro de anseios existenciais, mais amplos e já sedimentados, de independência e autonomia⁶⁵. Assim, ao passo que os laços com

⁶⁴ Sobre as relações entre casa e crime, ver Gabriel Feltran (2008) e Thaís Rosa (2015).

⁶⁵ A independência e autonomia são aqui compreendidas de forma similar aquela proposta por Lyra (2013).

instituições e valores considerados legítimos eram desatados, as referências e os vínculos com o *crime* fortaleciam-se progressivamente, processo culminado na transição dos assaltos para a participação no mercado local de drogas, quando o vínculo *faccional* tornou-se inevitável e constitutivo da identidade e do reconhecimento de Pedrinho.

A partir daí, o *nome* dele no *crime* cresceu ainda mais. Apesar da curta *caminhada* no tráfico, a trajetória, via de regra tortuosa e incerta, de *laranja* até *cabeça-cara* foi, no caso dele, fulgurante, galgando a passos largos posições na hierarquia interna do tráfico local. Não era somente mais um dos *badalados* de Itinga, tornara-se *patrão da vida loka*. Da soltura até assumir a posição de *gerente*, passando pelos assaltos, *saidinhas bancárias* e os conflitos armados pelo controle do tráfico de drogas no bairro, a presença apoteótica de Pedrinho CK no Largo, descrita no início deste capítulo, oferece um vislumbre sobre o quanto a vida dele havia mudado no decorrer desse curto lapso temporal.

Ascensão meteórica, decerto, todavia permeada por inúmeros percalços existenciais e financeiros. Um momento de transição marcado pela dissolução dos vínculos com as duas principais figuras femininas, a mãe e a namorada, e por um estilo de vida crescentemente oneroso e arriscado, entrelaçando de maneiras perturbadoras e fascinantes prazer e angústia, moda e violência, vida e morte. À decisão de deixar a casa da mãe para protegê-la e ganhar independência, sucedeu-se a intensificação dos laços e identificações com a *facção* local, ao ponto de ter o rosto ilustrado nas cartas do Baralho do Crime, o que, paulatinamente, solapou o relacionamento maternal, convertendo a distância espacial em afetiva. Já o namoro iniciado na adolescência, resistiu ao cárcere, mas não à liberdade. Pedrinho logo trocou os passeios no shopping, as sessões de cinema e os jogos de computador nas *lan-houses* do bairro por uma "vida social" agitada, digna de um *badalado*. Amanheceu inúmeros dias nas festas, bares e motéis quando não *virou* dias acordado nas *farras*, regadas a álcool e drogas, com os amigos e as *novinhas*. Agora era um *pegador*, cobiçado por muitas e invejado por outros tantos.

Bancar a orgia e a *putaria* tem seu preço e não é barato. Nem poderia ser diferente, porquanto não seria *ostentação*, forma basilar de veicular publicamente o êxito financeiro do *ladrão* bem-sucedido, expressa também através da aparência e, principalmente, do modo de vestir. Idas semanais ao barbeiro, tatuagens alastrando-se pelo corpo, roupas, tênis e acessórios *de marca*, *batidões*, anéis e brincos de ouro

ou prata e, até mesmo, aparelhos ortodônticos coloridos para dentes perfeitamente alinhados e óculos com lentes sem grau. Muito tempo e dinheiro dedicados por Pedrinho ao propósito de tornar a beleza ainda mais bela, embelezar-se, um zelo quase incondicional com a aparência de *patrão*. Não de qualquer *patrão*, mas de um tipo distinto, passível de ser encarnado apenas por aqueles que inscrevem suas trajetórias no polo saturado da *vida loka*, ou seja, no *crime*.

Nesse insólito cruzamento entre o *patrão* e a *vida loka*, beleza e violência se tocam em uma profunda e sinistra sinergia, manifestando o crime-dispêndio enquanto uma questão de estilo (estética). Pedrinho, desde que assumiu as *bocas* do *Bonde do Ajeita*, não apenas revigorou a imagem de *patrão* e *badalado*, cujos contornos começaram a ser delineados com a *fama* advinda da repercussão do assalto, como também agregou a pecha de *violento*. Para alguns, inclusive, já não cabia mais chamá-lo de Pedrinho, pois a conotação afetiva, intimista e carinhosa transmitida pelo nome no diminutivo contrastava fortemente com o comportamento agressivo e impetuoso, indiferente ao sofrimento alheio, em certas ocasiões arbitrário e associado a um certo prazer em violar corpos. Cada vez mais vaidoso e violento, consumindo moda e corpos, espécie de *orgia* da consumação, do dispêndio improdutivo elevado a enésima potência pelas armas de fogo, matando e mandando matar. Tal qual a música “Patrão da vida loka”:

Quepe de paleta reta
Só pano de marca e o batidão
Do lado os meninos berrados
Bicudo, calado
Não se passe não, irmão.

Se no quesito aparência a distinção entre os *patrões* é muito tênue, praticamente imperceptível, a não ser quando uma arma de fogo é portada de forma visível, o mesmo não pode ser dito em relação ao consumo. Ao ser adjetivada pela *vida loka*, a prodigalidade característica do *patrão* incorpora novos sentidos e comportamentos, frequentemente trágicos, derivados das experiências-limite de vida e morte, tão sedutoras quanto angustiantes, vivenciadas no cotidiano dos mercados ilegais conformados pelo e no entorno do tráfico de drogas, transformando o consumo conspícuo em consumação de vidas e corpos. Tais experiências, por sua vez, produzem outra modulação corporal e emocional, a *adrenalina*, distinta daquela proporcionada pela *orgia* e a *putaria*, ainda que intimamente relacionada, pois, no

caso do *patrão da vida loka*, os estados de excitação desencadeados pelo consumo ostentatório têm origem nas situações de *adrenalina*.

O *dinheiro no bolso* gasto desmesuradamente pelo *patrão da vida loka* é, portanto, um simulacro neutro e inerte das sensações, emoções e prazeres (*orgia*, *putaria*, *adrenalina*) vivenciados e inscritos no próprio corpo e nos dos outros. Na "economia geral" (BATAILLE, 2016) do tráfico de drogas em Itinga, o consumo de mercadorias, legais e ilegais, e o consumo de corpos se equivalem e expressam, cada um da sua forma, a dialética (sem síntese) fundamental do crime-dispêndio, urdindo glória e decadência, atração e repulsa, beleza e violência. Guiado pelo princípio da perda, o crime-dispêndio excede os dispositivos de gestão da ordem e embaralha a lógica dos meios e fins característica da racionalidade instrumental ao congregar, enquanto dimensão constitutiva do empreendimento do tráfico de drogas, a função insubordinada da lógica dos fins, expressa pela consumação. Assim configurado, o desenlace do problema do excesso no tráfico de drogas propicia modalidades de gozo que não se confundem com o cálculo utilitário do prazer e do desprazer.

Atração e repulsa, fascínio e terror são os polos em torno dos quais a figura de Pedrinho gravita. Pressuposição recíproca, afinal não há sedução sem abjeção. Vivendo o ápice da sua trajetória no *crime*, Pedrinho é para muitos a imagem acabada de um indivíduo bem-sucedido. Rodeado por mulheres, adornado por joias, vestido com roupas e acessórios *de marca*. Sua *fama*, a *marca* tornada nome (Pedrinho CK), é proporcional à capacidade de mobilizar o uso da força, o que, para os moradores do bairro, tem se traduzido em formas cada vez mais impositivas e violentas de regulação das condutas cotidianas.

A proximidade territorial (e social) com o grupo rival, o *Bonde do Azuado*, intensificou e tencionou o controle do tráfico sobre as rotinas dos moradores em determinadas regiões, particularmente entre o segmento juvenil. É como se o estado de espírito imputado à Gringo após a ruptura com Morcegão, a desconfiança generalizada beirando a paranoia, tivesse se espreado por todo o bairro. A *fama*, o *dinheiro no bolso* e a *ostentação* atizam o *olho gordo* e fazem a desconfiança reinar diante da possibilidade de traição, de *traíragem*, sejam rivais e desconhecidos ou, mesmo, aliados e amigos. Os *inimigos* estão por toda parte, escondidos e dissimulados, os *alemão conspiram* e os *P2* sem farda rondam as esquinas no Voyage cinza. Por isso, é necessário estar sempre atento, *plantado*, e, quando possível,

desmascará-los, afinal, não obstante a imprevisibilidade da *vida loka*, "nada acontece por acaso".

A persona do *patrão da vida loka* tal qual encarnada na trajetória de Pedrinho CK apresenta inúmeras convergências com a proposição central do arcabouço interpretativo elaborado por Alba Zaluar para compreender o aumento da criminalidade violenta no país, o conceito de "etos guerreiro". Inspirada pela sociologia figuracional de Norbert Elias, a antropóloga carioca avançou, em diversas publicações, a hipótese segundo a qual a internalização progressiva desse etos entre os "homens jovens das classes populares" produziu mudanças nas disposições subjetivas, nas "configurações psíquicas da pessoa, isto é, o modo de controlar suas emoções e de relacionar-se consigo mesmo" (ZALUAR, 2012, p. 332). Mais especificamente, estaria em curso um processo de reversão do controle reflexivo das normas civilizatórias, predicado, em grande medida, na emergência de uma "socialização concorrente" promovida pelas "quadrilhas de traficantes", através da qual seus membros, os "bandidos", desenvolveriam "um etos guerreiro de impiedade ao sofrimento alheio, de orgulho ao infligir violações ao corpo de seus rivais".

Na contramão da "pacificação dos costumes" suscitada pelo processo civilizador, as identidades masculinas forjadas através da socialização nesse etos, impregnadas por uma "virilidade agressiva e destrutiva" (a "hipermasculinidade") fortemente associada ao porte de armas de fogo, têm no recurso ao uso da força uma dimensão não apenas instrumental, mas constitutiva. A "disposição para matar" constituiria o cerne das mudanças subjetivas produzidas pelo "retrocesso nos códigos de conduta e no autocontrole individual", sinalizando a dissolução da "segunda natureza", responsável por disciplinar emoções, pulsões e instintos.

Além do recurso desmedido ao uso da força através das armas de fogo, as identidades masculinas associadas ao etos guerreiro seriam também conformadas pelo consumo conspícuo, enquanto expressão do indivíduo bem-sucedido, que, para ganhar o respeito dos pares e atrair mulheres, deve despender exageradamente, sem moderação, "muita roupa, carros, mulheres, uísque e muita cocaína". Esse "consumo orgiástico e excessivo" é, de acordo com Zaluar, uma cópia ilusória do "luxo do rico", pois exauri rapidamente os recursos financeiros e induz a repetição compulsiva do ato criminoso, instaurando um círculo "vicioso" e "demoníaco" no qual as chances de transitar da posição de algoz para a de vítima aumentam exponencialmente, daí a referência ao "condomínio do diabo".

Na confluência entre crime, violência e consumo, Zaluar identificou e descreveu, a partir dos significados atribuídos pelos atores às suas ações, "arranjos e associações simbólicas" recorrentes, "relacionando o uso da arma de fogo, o dinheiro no bolso, a conquista de mulheres, o enfrentamento da morte e a concepção de um indivíduo completamente autônomo", indícios da emergência de um "individualismo negativo" que se realizaria pela força. O etos guerreiro é, justamente, a ferramenta teórica mobilizada por Zaluar para interpretar esses significados intersubjetivos condensados em determinadas representações sociais sobre uma versão de identidade masculina amplamente difundida nas classes populares, sobretudo entre os jovens.

Um elemento-chave para melhor compreender os traços constitutivos do etos guerreiro delineados acima pode ser apreendido da comparação entre trabalhadores e bandidos. Nesse particular, Alba Zaluar (1985) afirma que as relações entre essas duas categorias de nomeação, ainda que reconhecidamente complexas e ambíguas, "às vezes identificados, às vezes opostos", afastando-se, portanto, de uma oposição "rígida e absoluta", têm no "trabalho" um critério fundamental de diferenciação, porquanto valorado distintamente por trabalhadores e bandidos. Para os primeiros, o trabalho fornece os meios materiais para prover suas famílias e, por isso, está inserido no quadro valorativo da "ética de provedor", por sua vez, "fonte de superioridade moral" em relação aos bandidos, vistos como avessos ao trabalho e afeitos ao "dinheiro fácil" e aos "maus vícios".

Já os bandidos, percebem os trabalhadores como "otários", pois os esforços envidados nas atividades laborativas raramente são recompensados em razão dos baixos salários. Além do mais, as adversidades vivenciadas no mercado de trabalho, o desemprego e a baixa remuneração, dificultam e, no limite, impossibilitam desempenhar o papel do provedor, gerando não apenas uma valoração negativa do trabalho, mas "revolta", que empurra, principalmente os jovens, em direção ao "dinheiro fácil" proporcionado pelas atividades criminais. Ao que tudo indica, a análise de Zaluar sobre "trabalhadores *versus* bandidos" aponta, ainda que ela não formule nesses termos, para a superação do trabalho enquanto componente hegemônico de estruturação das relações sociais e de conformação de identidades. Algo essencial para a compreensão do etos guerreiro enquanto expressão do retrocesso do autocontrole individual.

Ao adotar esse conceito, Alba Zaluar parece seguir uma intuição weberiana: como se constituem as disposições subjetivas necessárias para atender às premissas e injunções, à racionalidade própria ao "crime-negócio". Por exemplo, como compreender a "disposição para matar", senão através da incorporação de um etos no qual o uso da força contra outros "opera pela desumanização do inimigo". Sob esse enquadramento, ela aponta para a emergência de um etos refratário ao trabalho, não apenas em termos de labor remunerado, mas sobretudo enquanto atividade fundamental para a constituição de identidades e da autonomia moral (autocontrole). As disposições subjetivas assim forjadas, não seriam, portanto, tributárias da internalização das normas civilizatórias responsáveis pela pacificação dos costumes, nem da configuração utilitária do regime de prazer.

Na esteira do declínio do trabalho enquanto processo hegemônico de constituição de padrões de racionalidade, emerge um *habitus* guerreiro configurado não pela autorregulação individual, mas por um princípio de conduta orientado para a mobilização direta das pulsões, sobretudo as agressivas, espécie de "retorno do recalçado", em franco contraste com a economia psíquica do *habitus* civilizado, centrada no "eu" enquanto instância de mediação e regulação dessas pulsões. É, nesse sentido, que o recurso ao uso da força seria uma dimensão não apenas instrumental, mas constitutiva da "identidade social" do "bandido", "construída em torno de característica pessoal e interna: a disposição para matar" (ZALUAR, 1994a).

Ainda que dependente das mercadorias ilegais e dos fluxos financeiros providos pela organização transnacional do "crime-negócio", a reprodução econômica do tráfico de drogas, ao nível do varejo nas favelas e periferias brasileiras, pressupõe a dinâmica pulsional instaurada pela internalização do etos guerreiro. O tópico da influência recíproca entre pulsões individuais e reprodução econômica é tratado indiretamente por Zaluar através da noção de "consumo orgiástico", que, ao fim e ao cabo, seria efeito do processo de regressão do autocontrole individual. Aliás, para além do trabalho, o consumo é outro domínio no qual trabalhadores e bandidos diferenciam-se profundamente. Ao passo que as práticas de consumo dos primeiros são comedidas e planejadas, visando a satisfação das necessidades do grupo doméstico, os bandidos orientam seus gastos "para o prazer imediatista, sem precauções com o futuro", "[s]eu consumo é de desperdício, orgiástico" (ZALUAR, 1994a).

O gasto excessivo e desregrado, canalizado para o "aqui e agora da realização dos desejos individuais" (ZALUAR, 1994b), além de ser um traço constitutivo das identidades masculinas bem-sucedidas associadas ao etos guerreiro, como dito acima, é também responsável por movimentar as engrenagens pulsionais e econômicas do tráfico de drogas, pois os recursos financeiros obtidos através de práticas criminais esgotam-se rapidamente na orgia do consumo, "em festas, roupas, carros, orgias", e compelem à repetição compulsiva do ato criminoso, formando um "círculo vicioso" no qual os desfechos trágicos (as mortes) abundam. Essa dinâmica pulsional-econômica, conformada pela retroalimentação entre "dinheiro fácil" e "consumo orgiástico", não corresponde ao cálculo utilitário do prazer moderado típico dos trabalhadores, mas a uma modalidade de gozo atrelada a experiências transgressivas, excessivas e dispendiosas, propiciadas pela mobilização direta das pulsões.

Afora as mudanças nas "configurações psíquicas da pessoa", a internalização do etos guerreiro confere traços particulares a organização interna das "quadrilhas" e "comandos", pois o recurso ao uso da força é elemento constitutivo tanto das identidades, quanto da sociabilidade dos seus membros. Segundo Zaluar, a organização local do tráfico de drogas repousa sobre arranjos precários, instáveis e "tendencialmente" explosivos, não obstante "as relações de lealdade e de solidariedade entre os comparsas", posto que a coesão interna decorre, em última instância, do "uso manifesto e constante da violência" (ZALUAR, 1994a). Nem mesmo as tentativas de racionalizar os conflitos e conter a violência através da "verticalização da estrutura de poder" foram capazes de frear os confrontos armados, "que se mantêm como elementos constitutivos das relações de poder entre os comparsas, os aliados e os rivais" (ZALUAR, 1994b).

Para além da ilegalidade do comércio de drogas e da concomitante repressão, as identidades e a sociabilidade derivadas do etos guerreiro corroboram para a fragilidade das correlações de forças responsáveis pelos arranjos conjunturais que permitem a continuidade do empreendimento. A dependência do recurso à violência para assegurar um mínimo de estabilidade ao desempenho das atividades comerciais e regular as condutas dos integrantes é correlata de uma "construção da pessoa masculina" amplamente difundida pelas quadrilhas, cuja "concepção autoritária de domínio de um ser humano sobre outro" faz emergir um "indivíduo completamente autônomo" e autodeterminado, o "chefe" ou o "cabeça", em contraposição a "um ser

completamente sujeitado, mero instrumento e fantoche", o "teleguiado" ou o "laranja". Paradoxalmente, esse "indivíduo egoísta e atomizado, quase que em luta permanente contra todos", embora seja expressão do retrocesso do processo civilizador, "vincula-se também ao horizonte significativo do individualismo" moderno.

A construção de identidades masculinas bem-sucedidas através do consumo conspícuo ("consumo orgiástico"), marcadas por um excedente de virilidade ("hipermasculinidade"), pelo amplo recurso ao uso da força através das armas de fogo ("retrocesso no autocontrole") e pela constituição de uma autonomia calcada na perseguição estrita de interesses individuais e na completa submissão do outro ("indivíduo completamente autônomo") são os principais pontos de convergência entre o *patrão da vida loka* e o conceito de etos guerreiro, tal qual empregado por Alba Zaluar, o que poderia fazer do primeiro uma expressão local deste último.

Aliás, convergências similares podem também ser identificadas com os conceitos de "sujeição criminal" (MISSE, 1999) e de "sociabilidade violenta" (MACHADO DA SILVA, 2004; 2008). Isso se deve, em parte, ao fato desses três pesquisadores compartilharem o entendimento de que as transformações nas disposições subjetivas e na sociabilidade daqueles envolvidos na criminalidade violenta, associadas ao retrocesso no autocontrole e difundidas através de processos de socialização configurados em torno do uso da força, são centrais para a compreensão do fenômeno da violência urbana no país. A própria Alba Zaluar já havia assinalado a proximidade dos campos semânticos desses conceitos, perguntando se "não estaríamos dando nomes diferentes a fenômenos que guardariam grande superposição empírica?" (2012, p. 332). Isso, é claro, a partir de distintas orientações teóricas que conformam as respectivas agendas de pesquisas e contribuições conceituais, interpretativas e metodológicas de cada um deles.

Nesse sentido, vale notar que, Misse (1999), ao abdicar de operar analiticamente com o conceito de violência em favor da noção de "acumulação social da violência", propõe, em ato contínuo, deslocar a violência para o plano do objeto de pesquisa, "como um *referente* da representação social de um perigo, uma *negatividade social*", cujo escrutínio ao longo do período histórico estudado apontou para a constituição de um "fantasma social", a violência urbana. Esse fantasma da violência urbana assombra os cidadãos através de aparições encarnadas em tipos sociais, dentre eles, o bandido.

A propósito, essas manifestações fantasmáticas via tipos sociais ocorrem como uma espécie refração do processo histórico-social de "normalização", através do qual o "autocontrole individual das emoções e dos impulsos de expressão corporal e física" é não apenas internalizado, mas também se transforma em uma "racionalidade para melhor realizar interesses, na abstinência [...] do recurso à força para fins individuais". Com a normalização dos cursos de ação, a acusação, enquanto modo de operar o poder nas relações sociais, desliza do ato criminal para o sujeito do crime, ancorando-se na própria subjetividade do acusado e, mais especificamente, no baixo autocontrole e na desnormalização das condutas. Ao deslocar-se para a subjetividade, a transgressão reifica-se na personalidade do indivíduo ou em um tipo social negativo, forjando, assim, uma das principais engrenagens da "sujeição criminal".

O bandido, um dos tipos sociais negativos associados ao fantasma da violência urbana, logo, alvo preferencial da sujeição criminal, é, de acordo com Misse, "quase sempre, equacionado com algum tipo de violência ou desnormalização", em especial, com a recusa ao etos do trabalho e o uso da força física, incluindo suas extensões tecnológicas. A construção social do bandido alimenta-se da produção dessa diferença radical em relação as subjetividades e sociabilidades normalizadas. Por um lado, o bandido se define por oposição ao trabalhador, pois é avesso ao trabalho assalariado (frequentemente informal, precário e com baixa remuneração). Na representação social da pobreza urbana, essa rejeição diz respeito não apenas ao trabalho enquanto estratégia de mobilidade social e de acesso a bens materiais e simbólicos, mas também como um "valor em si mesmo" responsável por aplacar as "tensões geradas pela mobilização interna de paixões e interesses" em prol de um modelo de expressão subjetiva caracterizado pelo autogoverno. Logo, a recusa ao etos do trabalho é um dos signos de desnormalização associado ao tipo social do bandido.

Por outro lado, quando "a violência não é mais apenas instrumental mas constitutiva", ocorre uma espécie de disjunção entre as disposições subjetivas do indivíduo e as premissas da formação social da qual ele faz parte, desfigurando, assim, os sentidos das determinações normativas dos processos de racionalização social, em particular, do autocontrole, em favor de uma "individualização excessiva" ou, nos casos mais extremos de sujeição criminal, um "sujeito-limite ou um sujeito-em-ruptura com a ordem legítima dominante". Esse "não-assujeitamento" é vivenciado, muitas vezes, como "uma força individualizante máxima, orgiástica,

incontrolável e incapaz de submissão racionalizante", "uma sensação de potência extremamente sedutora, embora no limite também seja percebida como auto-destruidora", nomeada diversamente pelos interlocutores de Misse como "piração", "empolgação", "emoção e violência".

A dimensão orgiástica integra tanto a representação social do fantasma da violência urbana, quanto as trajetórias e as identidades dos agentes de práticas criminais, ou seja, dos "sujeitos criminosos". Já enquanto manifestação do "baixo auto-controle e liberação compulsiva das paixões", remete a um regime de prazer distinto daquele dos sujeitos normalizados, um gozo que "se realiza na 'ruindade'", na desnormalização, na 'cegueira' que 'apaga' o senso do perigo e o medo da morte e libera um indivíduo excessivo".

Espreitando o cotidiano dos baianos, o *patrão da vida loka* compõe o elenco de tipos sociais da sujeição criminal. Seus sujeitos podem ser enquadrados entre aqueles que recusam auto-justificar-se, remetendo suas motivações a uma vontade "irracional", 'orgiástica', sedutora em si mesma". "Objetos da sujeição mas insubmissos a ela", essa encarnação fantasmática da violência urbana aponta para a emergência de "formas novas de individuação" caracterizadas por certa recalcitrância em relação a internalização do autocontrole e, conseqüentemente, por transformações nas disposições subjetivas e na sociabilidade decorrentes não apenas da qualidade constitutiva do recurso ao uso da força física, mas da "crueldade como arbítrio egoísta de um indivíduo contra outros, cuja única razão compensadora seria a des-razão, o excesso inaceitável de poder".

Ademais, na representação social do *patrão da vida loka*, a propensão a cometer crimes está fortemente associada à desnormalização dos cursos de ação em razão da adoção de "estilos de vida orgiásticos" e da "sedução que muitas transgressões parecem crescentemente imprimir numa sociedade 'de risco'". Assim como o "etos guerreiro", o conceito de "sujeição criminal" formulado por Michel Misse para compreender a reprodução social das práticas criminais confere lugar privilegiado aos reveses no controle reflexivo dos impulsos (ou seja, no autocontrole) e seus efeitos sobre os processos de assujeitamento, desta feita, em chave foucaultiana, enquanto (des)normalização.

Sobreposição similar pode ser vislumbrada no conceito de "sociabilidade violenta", formulado por Luiz Antônio Machado da Silva (2004; 2008), para quem a "violência urbana" é uma representação coletiva, portanto, um objeto a ser

compreendido e não um conceito, cujo núcleo de sentido mais consensual não é a legalidade ou ilegalidade das práticas representadas, mas sim a força física nelas incrustadas e seus efeitos disruptivos sobre as rotinas cotidianas, sobretudo, em termos de ameaças à integridade física e ao patrimônio privado. Além do mais, essa construção simbólica é tanto uma categoria de entendimento do senso comum, quanto referência para modelos de conduta, que identifica e recorta "um complexo de práticas do qual a força é um princípio de coordenação, responsável por sua articulação e relativa permanência ao longo do tempo" (2008).

Para os moradores das cidades brasileiras, esse "complexo de práticas" não constitui um mero conjunto de condutas criminosas desviantes, mas uma "forma de vida autônoma", isto é, a representação da vida urbana aponta para a organização autonomizada de uma esfera da vida social, caracterizada pelo recurso à força física enquanto princípio de regulação das condutas, logo, "designa o que na linguagem sociológica se denomina de 'ordem social'". Ordem esta que coexiste de forma autônoma e contígua ao ordenamento "institucional-legal", este último diversamente caracterizado pela "pacificação das relações sociais através do monopólio formal da violência pelo Estado". Esse "desenquistamento" do crime violento é "contemporâneo mas não coetâneo" a uma série de transformações nas relações entre Estado, sociedade e mercado, incluindo desde os processos de reestruturação produtiva, terciarização e financeirização da economia, até a reconfiguração do papel das instituições estatais na regulação do conflito social e a constituição de uma ética do trabalho ajustada à perda de legitimidade da ordem institucional-legal (MACHADO DA SILVA, 2016).

A ordem da violência urbana encontra expressão em um novo padrão de sociabilidade, denominado por Machado da Silva de "sociabilidade violenta". Essa forma de interação social, em contraste com aquela derivada do ordenamento estatal, organiza-se com base no recurso universal à violência, ou melhor dizendo, na "transformação da força física, de meio de obtenção de interesses, no próprio princípio de coordenação das ações" (2008). Consequentemente, a socialização promovida pelo ordenamento da violência urbana, ao elidir as "referências coletivas moderadoras da busca dos interesses individuais", incluindo aquelas voltadas à pacificação dos costumes, acaba por eliminar o autocontrole da formação subjetiva dos seus agentes, "deixando o caminho aberto para a manifestação mais imediata das emoções, para uma interação que instrumentaliza e objetifica o outro e reduz ao mínimo a produção

de sentido" (2008). Na sociabilidade violenta, o cerceamento da intersubjetividade abre caminho para a força física tornar-se princípio de coordenação das condutas, ao passo que a negação da alteridade reduz o outro a condição de mero objeto, sendo que essa objetificação tanto serve à satisfação de interesses individuais, quanto a limita, através da própria resistência material oferecida pelos "humanos-objetos". Aliás, o reconhecimento dessa resistência é justamente o que permite à sociabilidade violenta formar um "complexo orgânico de relações sociais".

Os *padrões da vida loka* são, nos termos de Machado da Silva, portadores da sociabilidade violenta, movidos por pulsões, desejos e interesses estritamente individuais, carecendo, todavia, do autocontrole necessário para refrear o recurso privado ao uso da força em favor da adesão às injunções e premissas do ordenamento institucional-legal, em particular, da pacificação dos costumes. Eles expressam um "caso-limite do desenvolvimento do individualismo", no qual a eliminação do autocontrole faz emergir um modo distinto de ordenamento das relações sociais baseado na "cadeia de submissão formada pelo reconhecimento do desequilíbrio de força" (2008), que instrumentaliza e objetiva o outro. "O mundo constitui-se em uma coleção de objetos (aí incluídos os demais seres humanos) que podem ou não ser apropriados de modo a servir aos desejos pessoais" (2008).

A produção dessa alteridade radical é imprescindível ao *padrão da vida loka*, afinal, sua característica distintiva em relação ao *padrão* é a transformação do consumo conspícuo em consumação. Ele não apenas consome corpos (femininos) sexualmente, objetificando-os, como também consome corpos produzindo mortes, matando e mandando matar, até o limite material imposto pela capacidade do outro de mobilizar força equivalente ou superior. Essa forma de organização social das relações de força, por sua vez, tem reflexos na própria constituição dos grupos criminosos, haja vista que a ausência de referências coletivas, logo, de "cooperação em torno de objetivos comuns", produziria, no máximo, "práticas individuais conjugadas", pouco estáveis e fugazes.

A despeito das distintas orientações teóricas e caminhos interpretativos seguidos por Alba Zaluar, Michel Misse e Luiz Antônio Machado da Silva, o tópico do autocontrole perdura e atravessa as respectivas análises sobre a violência urbana no país, além de ser central para suas contribuições conceituais. Ao que tudo indica, há uma convergência em torno da ideia de que percalços na internalização ou na continuidade do autocontrole individual (retrocesso do processo civilizador,

desnormalização dos cursos de ação ou abandono de referências coletivas), decorrentes da participação em processos de socialização atribuídos aos coletivos criminais, resultou em transformações substanciais na subjetividade e na sociabilidade de alguns homens jovens moradores das favelas e periferias brasileiras, em especial, por conta do recurso à força física e suas extensões tecnológicas (especialmente, as armas de fogo).

A força física, nessas análises, deixa de ser apenas um recurso instrumental para a satisfação de interesses e desejos pessoais e torna-se constitutiva de um *habitus*, de um modo de subjetivação ou de uma forma de vida, a depender da referência adotada. Em qualquer um dos casos, as identidades coletivas e as relações sociais emergentes são marcadas pela instabilidade, imprevisibilidade e flexibilidade (ainda que muitas vezes representadas pelos interlocutores como estáveis, previsíveis e rígidas), mormente, em razão do caráter estrutural do recurso à violência, que, ao fim e ao cabo, parece operar como um (a)fundamento, possibilitando e, ao mesmo tempo, desafiando a reprodução social do *crime*.

No que diz respeito especificamente ao *patrão da vida loka*, os temas do autocontrole e da positividade da violência, para empregar uma expressão mais em voga, articulam-se à aludida dimensão orgiástica, composta por experiências desmedidas, descontroladas e não-mediadas, para não dizer irracionais, das pulsões individuais ("prazer imediatista", "liberação compulsiva das paixões", "manifestação mais imediata das emoções"). Essa expressão direta das pulsões se manifesta, sobretudo, nas práticas de consumo e de violência, ambas responsáveis por desencadear estados de excitação vivenciados de forma ambivalente, a *putaria* e a *adrenalina*, respectivamente. O dispêndio público, caracterizado pela *ostentação* e pelo ato de *bancar a orgia*, propicia momentos de prazer descomedido, celebra a abundância e glorifica a prodigalidade do *ladrão* bem-sucedido. Porém, ao mesmo tempo, pode significar sua *ruína*, espécie de degradação material e moral, por conta do ônus financeiro, da deterioração da saúde física e mental e do *olho gordo*, que transformam a abundância em escassez, o prazer em angústia e a fama em inveja e extorsões potencialmente fatais. Na glória ou na decadência, o "consumo orgiástico" reflete a falta de contenção, moderação, autoregulação e cálculo racional.

Essa economia psíquica é igualmente responsável pelo traço mais distintivo do *patrão da vida loka* em relação ao seu congênere, o porte e o uso frequente de armas de fogo. O emprego da força física, nem sempre associado ao funcionamento do

mercado varejista de drogas, não é apenas um recurso instrumental direcionado à consecução de determinadas finalidades. Muitas vezes, apresenta-se como um fim em si mesmo, para si mesmo, uma das consequências mais eloquentes do retrocesso no autocontrole. A exteriorização das pulsões agressivas, frequentemente adjetivadas de cruéis, indiferentes, impiedosas, enreda a *vida loka* do *patrão* e é potencializada, multiplicada pela reversibilidade dos estados ativo e passivo do matar e do morrer propiciada pelas armas de fogo. Algoz um dia, vítima noutro. Experiências-limite frequentemente vivenciadas em termos de *adrenalina*, uma alteração do estado corporal e emocional ordinário provocada por acontecimentos que desencadeiam proporções variadas de prazer e desejo, de angústia e pavor. Tanto a *putaria*, quanto a *adrenalina* parecem apontar para a constituição de um outro regime de prazer, uma forma distinta de investimento libidinal dos vínculos sociais, sobretudo, quando contrastada com a configuração hegemônica presente na sociedade abrangente.

Essa é uma leitura possível sobre o *patrão da vida loka* a partir de algumas convergências dos trabalhos de Alba Zaluar, Michel Misse e Luiz Antônio Machado da Silva. Todavia, o caminho interpretativo a ser trilhado neste trabalho é outro, ainda que sem abrir mão das significativas contribuições desses pesquisadores. Inicialmente, vale destacar que a interpretação do *patrão da vida loka* enquanto expressão da falta ou do baixo autocontrole individual não encontra respaldo entre os interlocutores da pesquisa, logo, seria uma caracterização inverossímil aos seus olhos. Apesar de constituir um traço distintivo e, não raro, adjetivado de cruel, desnecessário e injustificado, o recurso ao uso da força não é irrestrito, tampouco está presente da mesma forma em todos os domínios da vida.

Bernardo Mahalo era um pai afetuoso e dedicado à criação e educação do filho, além de ser considerado "boa-praça" por aqueles que o conheceram mais intimamente. Mazinho Seaway, muito querido pelos vizinhos, sempre lembrado por ser cortês e bem-educado, foi um filho devoto à mãe e temente ao pai, cindido entre as seduções do *crime* e os apelos maternos para "mudar de vida" e "aceitar Jesus". Até mesmo Pedrinho CK é considerado pela mãe um filho afetuoso, não obstante o afastamento atual, e tido por muitos como simpático e brincalhão, sempre disposto a falar e ouvir trocadilhos de cunho sexual. Para além da "resistência material" de outros "humanos-objetos", há uma série de regulações normativas e justificativas morais, de forma alguma restritas ao *crime*, que limitam o recurso à força física, inclusive no que diz respeito a prática de homicídios.

Isso não significa que os interlocutores da pesquisa deixem de reconhecer situações nas quais o recurso à violência é injustificado, desnecessário e transgredir os mecanismos normativos voltados para a sua regulação. Esses episódios de violência desmedida são, todavia, considerados exceção, uma excepcionalidade atribuída ou a uma conjuntura de eventos responsável por despertar uma reação impensada, ou a uma disposição subjetiva singular, expressa em termos de caráter ou personalidade, não generalizável. Ademais, a própria imagem do *patrão da vida loka* enquanto indivíduo economicamente bem-sucedido implica o reconhecimento público de uma certa competência para *fazer dinheiro*, característica dificilmente imputada àqueles indivíduos tidos como *porra louca*, que agem recorrentemente de forma irrefletida e descontrolada, *sem pensar*.

Enfim, a *ostentação* e a *putaria*, apesar de avaliadas pejorativamente em certas ocasiões, como desperdício de dinheiro, gasto exagerado ou moralmente reprovável, logo objetos de censura, de forma alguma são atribuídas a incapacidade de controlar a satisfação de desejos e prazeres, uma impulsividade irrefletida diante dos apelos de consumo, mas sim a uma escolha individual. Aliás, a própria figura do *patrão* coloca em questão a distinção entre trabalhadores e bandidos com base nas práticas de consumo, sobretudo, em um momento no qual os problemas relacionados ao consumo tornaram-se centrais não só para a economia, como também para a formação subjetiva e as formas de interação social, algo muito distinto, por exemplo, do contexto analisado por Zaluar na década de 1980.

Dito isso, é interessante notar que Alba Zaluar, Michel Misse e Luiz Antônio Machado da Silva elaboraram seus argumentos tendo por pano de fundo o enfraquecimento do trabalho enquanto processo fundamental de socialização e de constituição de padrões de racionalidade social. Porém, mantiveram esse parâmetro quando elaboraram suas análises sobre as mudanças subjetivas e na sociabilidade daqueles envolvidos nos coletivos criminais. Nos três casos, o modelo de expressão subjetiva e de autogoverno fornecido pelo trabalho é a referência adotada para descrever tanto a racionalidade das práticas analisadas, quanto a natureza dos seus agentes. Daí o diagnóstico de falta, retrocesso ou baixo autocontrole individual, responsável, em grande medida, pela ampla difusão de condutas violentas na sociedade brasileira.

Em face das transformações ensejadas pela transição de uma sociedade do trabalho para uma sociedade do consumo, Alba Zaluar atualizou suas interpretações

através da incorporação das análises de Wouters (2012) acerca do "processo de informalização das etiquetas", isto é, um conjunto de mudanças na economia psíquica contemporânea responsável pela emergência de uma "terceira natureza" caracterizada por uma maior flexibilidade moral das relações entre emoções reprimidas e códigos de conduta. Ainda assim, a conclusão manteve-se alinhada ao argumento da falta, segundo ela, "indivíduos mais propensos a cometer crimes seriam aqueles que não têm autocontrole sobre as suas emoções e, portanto, falham na negociação entre a consciência moral e os impulsos" (ZALUAR, 2012).

Até mesmo na contribuição de Machado, para quem a sociabilidade violenta constitui um ordenamento social específico, os sujeitos e suas práticas são caracterizados pela falta, ausência de valores e moralidades oriundos da ordem institucional-legal. Isso, porque, como o próprio autor salienta, a apreensão da sociabilidade violenta se dá a partir das "rotinas convencionais", logo do "exterior deste complexo de práticas" (MACHADO DA SILVA, 2004). Essa apreensão exterior está igualmente presente no conceito de sujeição criminal por conta de exigências inerentes à sua própria formulação. Se os tipos sociais negativos (dentre eles, o bandido) são compostos por signos oriundos das representações sociais sobre a pobreza e a violência urbana, logo, a construção social da sujeição criminal nem sempre se alinha aos significados e sentidos atribuídos pelos assujeitados às suas práticas.

Nessas abordagens, a centralidade dada ao autocontrole produziu descrições de racionalidades e sujeitos sociais marcadas pela falta, ausência, escassez, uma espécie de impressão em negativo daquilo que supostamente deveriam ser, revelando um afastamento das lógicas próprias de organização social dessas racionalidades e sujeitos e, eventualmente, até uma projeção de convenções morais e de repertórios culturais dos próprios pesquisadores.

Outro aspecto relevante a ser destacado dessas análises, essencial à elaboração de uma abordagem interpretativa alternativa, é a identificação, sobretudo nos trabalhos de Zaluar e Misse, da emergência de uma forma de satisfação pulsional distinta da configuração utilitária do regime de prazer característica da sociedade do trabalho. Diferindo um pouco do enquadramento dispensado ao tópico da desconcentração do uso da força, Zaluar e Misse empreenderam uma leitura sobre a dimensão "orgiástica" do *crime* mais consoante às experiências e percepções dos sujeitos concretamente envolvidos nas situações analisadas. Leitura esta, todavia,

ainda marcada pela negatividade (a falta constitutiva), posto que o autocontrole permanece no horizonte interpretativo de ambos.

Por um lado, como dito, há o reconhecimento da centralidade de experiências transgressivas, excessivas e dispendiosas na explicação de condutas baseadas em uma forma de satisfação pulsional avessa ao cálculo utilitarista do prazer e do desprazer. Por outro, apesar da identificação dessa particularidade, o regime de prazer próprio ao *crime* é interpretado como se fosse apenas uma expressão caricata, irracional ou exagerada daquilo que supostamente deveria ser a forma civilizada ou normalizada da economia libidinal dos indivíduos. Novamente, a adoção do autocontrole enquanto parâmetro limitou certos potenciais heurísticos das análises, não obstante, vale a pena repetir, o reconhecimento, por parte desses autores, do exaurimento desse componente, outrora hegemônico, de estruturação das relações sociais e de conformação de identidades.

Ainda assim, vale a pena refletir sobre a ênfase dada ao autocontrole, afinal, a recorrência do tópico pode ser apreendida como sinal de sua relevância para a compreensão da violência urbana no país. Mais especificamente, no que diz respeito aos propósitos desta tese, compartilho, logo concordo com a escolha analítica, derivada de observações empíricas, de conferir centralidade às transformações nas subjetividades, na sociabilidade e nos processos de racionalização social. Discordo, como deve estar claro, de interpretar tais transformações a partir da proposição de um retrocesso, da falta ou do baixo autocontrole, ainda que seja uma leitura legítima, cujos efeitos heurísticos são amplamente conhecidos e reconhecidos.

Distintamente, proponho que os fenômenos analisados por Alba Zaluar, Michel Misse e Luiz Antônio Machado da Silva em termos de autocontrole, incluindo o papel constitutivo da violência e a dimensão orgástica do *crime*, indicam a emergência de uma outra modalidade de produção e circulação do desejo, logo, de estruturação da vida social. Se a vida psíquica é constituída, em larga medida, através da internalização de processos de sujeição social (apreendidos distintamente como etos guerreiro, sujeição criminal ou sociabilidade violenta), as transformações mencionadas acima devem estar articuladas a outra forma de captura e codificação dos fluxos de desejo, isto é, de constituição da unidade psíquica e corporal dos sujeitos. A abordagem negativa das práticas criminais dos agentes sociais deve-se, justamente, ao não reconhecimento da existência de outros "modos para a expressão e representação da vida impulsiva" (KLOSSOWSKI, 2017), para os quais o trabalho

(enquanto atividade fundamental a constituição de identidades individuais e da autonomia material e moral) não é um valor hegemônico, ainda que não totalmente irrelevante. Conseqüentemente, o emprego de noções correlatas à economia política e libidinal do trabalho - tais como autocontrole, autoconservação, produção, utilidade - para descrever a racionalidade própria ao *crime* e a natureza dos seus sujeitos impõe limites, e eventualmente distorce, a compreensão dos significados e sentidos das práticas sociais analisadas.

O *padrão da vida loka* ajuda a pôr em evidência, justamente, outro modo de produção e estruturação das relações sociais baseado em um regime de prazer centrado não no autocontrole, mas no excesso, tal qual manifesto nas práticas de consumação (BATAILLE, 2016; 2017). Aliás, tais práticas conformam a dimensão do crime-dispêndio aludida na seção anterior, isto é, situações e comportamentos que fogem aos desígnios da racionalidade instrumental, da persecução de fins com base no cálculo dos meios empregados e de suas conseqüências, e alinham-se ao "princípio da perda", ao consumo desmedido dos excedentes gerados pelo comércio ilegal de drogas, logo, dissociado das finalidades seja de produção e acumulação econômica, seja de reprodução e conservação da vida. O dispêndio improdutivo no *crime* manifesta-se, sobretudo, através de experiências de consumação do corpo, o próprio e o dos outros, sob formas ora gloriosas e auspiciosas, ora catastróficas e sinistras, sintetizadas, por exemplo, no inaudito e eloquente entrelaçamento entre beleza e violência.

Os estados de excitação desencadeados por essas experiências, a *orgia* e a *adrenalina*, compartilham uma afinidade com aquilo que Lyotard denominou "deriva", uma forma de configuração do desejo marcada pela "intensidade afetiva", isto é, pelo desacoplamento da força libidinal dos circuitos delimitados pelo cálculo utilitário, cujos protagonistas seriam os segmentos juvenis que não mais se consideram, nem se comportam como força de trabalho (1984, p. 13-15). Esse desacoplamento, por sua vez, é correlato a emergência de um novo corpo, "sociologicamente falando", o corpo do "consumidor", definido por desafiar e transcender normas mediante uma abertura incondicional aos estímulos prazerosos e experiências excitantes vivenciados desmesuradamente, portanto, distinto daquele do "produtor/soldado", normativamente regulado (pelo estado de saúde) e disciplinado) tendo em vista a maximização da capacidade de trabalhar e lutar (BAUMAN, 1998, p. 227). A intensidade afetiva dissociada de propósitos produtivos e as experiências corporais voltadas à

transgressão, quando atualizadas pelos mercados varejistas de drogas e coletivos criminais, passam a integrar a economia libidinal do crime-dispêndio e suas práticas de consumação.

O reconhecimento desse regime de prazer, constituído em torno de experiências transgressivas, excessivas e dispendiosas proporcionadas pelo *crime*, introduz na agenda de pesquisa da sócio-antropologia da violência a problemática da circulação do desejo, o que significa, em grande medida, perguntar-se sobre como o excesso é capaz de habitar o desejo e produzir novos e distintos modos de subjetivação e corporeidade. Neste ponto, vale ressaltar que o desejo não é uma propriedade ou atributo individual⁶⁶. Ao contrário, o sujeito é constituído através da experiência do desejo. Dito de outra forma, a subjetividade é criada e descoberta através da expressão concreta do desejo⁶⁷. Se a "história humana é a história dos desejos desejados" (KOJÈVE, 1969, p. 6), a análise da problemática da circulação do desejo é, ao fim e ao cabo, uma forma de descrever formas de vida, inclusive aquelas baseadas na força física enquanto princípio de coordenação das ações, afinal não há sujeição sem captura do desejo. A pura e simples coerção física não é suficiente para sustentar a reprodução social do *crime*. Na "sociabilidade violenta", por exemplo, não obstante o destaque dado por Machado da Silva à força física, é a eliminação do autocontrole da formação subjetiva (aqui lida como indicativa da constituição de um regime de prazer próprio ao ordenamento social do *crime*) que possibilita a objetificação do outro e, no limite, a negação da alteridade. Até mesmo as formas de vida mais mortíferas e repressivas são produzidas pelo desejo, pois o aniquilamento (físico e moral) dos outros e de si mesmo só é possível mediante alguma forma de satisfação libidinal, de captura do desejo.

Uma vez que essas experiências-limite frequentemente envolvem o recurso ao uso da força física e suas extensões tecnológicas, é necessário ampliar o escopo da

⁶⁶ Ao introduzir o tópico do desejo na discussão, saliento que a perspectiva aqui adotada é totalmente distinta daquela desenvolvida por alguns pesquisadores ao explicar as motivações da adesão dos jovens ao crime a partir da precariedade material ou da busca por reconhecimento. Para eles, como bem observou Diogo Lyra (2013), a adesão estaria intimamente relacionada a uma espécie de obliteração do juízo moral dos jovens por conta de algum desejo, de ter ou de existir. Diversamente da orientação teórica adotada nesta tese, nessas abordagens o desejo é uma propriedade individual, um predicado do sujeito.

⁶⁷ "*The (conscious) Desire of a being is what constitutes that being as I and reveals it as such by moving it to say 'I...' [...] It is in and by - or better still, as - 'his' Desire that man is formed and is revealed - to himself and to others - as an I, as the I that is essentially different from, and radically opposed to, the non-I. The (human) I is the I of a Desire or of Desire. The very being of man, the self-conscious being, therefore, implies and presupposes Desire*" (KOJÈVE, 1969, p. 3-4).

análise para incluir um aspecto da violência frequentemente negligenciado pelos pesquisadores, a violência enquanto um fim em si mesmo, para si mesmo (BENJAMIN, 2011; SCHINKEL, 2004; TAUSSIG, 2006), isto é, enquanto dispêndio improdutivo. A compreensão dessa qualidade autorreferencial deve, de acordo com Schinkel (2004), priorizar características intrínsecas à violência, em especial sua atratividade (a "vontade de violência"), que, como bem observou Bataille, pode se dar no limite do horror. Não é à toa que o *crime* aterroriza e provoca aversão na maioria das pessoas, mas, ainda assim, ou por isso mesmo, seduz inúmeros outros. Para analisar a dimensão "autotélica" da violência, ao invés de seguir as abordagens sociológicas dominantes, reunidas sob a denominação "semiótica da violência", sempre em busca de um referente externo (significado, estrutura, função, personalidade, condições de vida, etc.) capaz de explicar a violência, Schinkel advoga em favor de uma "estética da violência", que concede precedência à forma, ou, melhor dizendo, à forma como intrinsecamente significativa e sedutora. Essa proposta fornece uma importante contribuição para a análise do crime-dispêndio e demanda, por sua vez, uma abordagem estética não restrita ao belo e ao sublime.

O caminho apontado pelo *patrão da vida loka*, nesse particular, é em direção ao entrelaçamento, ou melhor dizendo, ao sinergismo entre práticas estéticas de beleza e de violência. Caminho este já trilhado por Michael Taussig no seu estudo sobre o fenômeno das cirurgias cosméticas na Colômbia⁶⁸, no qual indaga o leitor se o sinergismo entre a beleza e o "sublime negativo" não seria tanto o motor da história quanto um meio de produção da vida material (2012, p. 3). Para ele, a estética é um fato social total, um princípio organizador da experiência humana (2012, p. ix-10). Todavia, diferentemente de Schinkel, a proposta encabeçada por Taussig está preocupada menos com a forma em si, do que com a força, a capacidade da estética tanto de modelar, dar forma à vida social e material, quanto de transgredir (deformar). Nesta tese, a dimensão estética corresponde, justamente, a esse "trabalho das formas" (que no vocabulário de Bataille corresponderia ao "informe"), a força de (de)formação (alter-ação) das práticas de consumação, sejam de beleza, sejam de

⁶⁸ No resumo apresentado pelo próprio autor no início da obra: "*Beauty and the Beast poses the question of beauty in relation to violence, wondering why so many stories in Colombia about cosmetic surgery - which the author calls 'cosmic surgery' - take delight in the death or disfigurement of the patient. For what is involved is not simply the coexistence of glamor and terror in the world around us today, but their synergism*" (TAUSSIG, 2012, p. ix).

violência, que encontram no corpo não apenas um objeto privilegiado, mas sobretudo seu lugar fundamental.

Em suma, a violência como um fim em si mesmo, no regime de prazer do crime-dispêndio, equivale a um dispêndio de formas com repercussões importantes para a compreensão da reprodução social do *crime*. Pois, como dito anteriormente, a relativa precariedade dos arranjos internos e externos dos coletivos criminais deriva, em parte, do caráter não apenas instrumental, mas constitutivo da violência, que opera como um (a)fundamento, isto é, um fundamento que continuamente decompõe as determinações do fundado, no mais das vezes, através do corpo enquanto dimensão fundamental da experiência social.

Isso, contudo, não significa que as práticas de consumação do crime-dispêndio sejam irrestritas, pelo contrário, essas experiências-limite devem ser contidas, sob pena de inviabilizar a reprodução social do *crime*. Nesse sentido, o crime-dispêndio deve ser entendido como uma das dimensões do tráfico de drogas, de forma muito similar a proposta de Antônio Rafael de compreender as distintas facetas desse empreendimento ilegal enquanto “estados simultâneos de um mesmo arranjo” (2001, p. 172). Sendo que neste trabalho, ao invés de explorar distintos estados simultâneos, optei por sublinhar e explorar apenas um, o crime-dispêndio, que poderia ser aproximado, com algumas ressalvas, ao que o próprio Antônio Rafael denominou de “bandos”. À dimensão aqui estudada e ainda pautando-se no referido autor, podemos acrescentar a “forma-Estado” e as “organizações mundiais capitalistas”, estas, certamente, mais afeitas à racionalidade instrumental, ao autocontrole, ao cálculo utilitário e noções correlatas. O acento posto nesta tese na lógica não-utilitária do excesso não deve ser entendido como uma proposição monocromática, unidimensional acerca do tráfico varejista de drogas, como se as práticas de consumação, por elas mesmas, fossem capazes de oferecer uma compreensão abrangente do tema.

Reiterando, o crime-dispêndio não é sinônimo do *crime* (ou do tráfico de drogas), apenas um recorte analítico com seus focos de interesse e zonas de sombreamento. Sendo assim, é imprescindível salientar que o excesso no *crime* opera em pressuposição recíproca ao autocontrole, dinâmica conformada tal qual o jogo da transgressão e do interdito, que excede conservando ou conserva excedendo limites, em outras palavras, um jogo que “se desnuda na experiência do limite, faz-se e desfaz-se no excesso que o transgride” (FOUCAULT, 2006).

No regime de prazer do *crime*, as pulsões não são irrestritamente liberadas, antes, assim como havia proposto o próprio Elias (2006), elas são capturadas e redirecionadas para objetivos próprios ao campo social que as mobiliza, que não necessariamente coincidem nem diferem totalmente daqueles da sociedade abrangente. Se a análise das transformações nas subjetividades, sociabilidades e processos de racionalização social são fundamentais para a compreensão da violência urbana no país, é necessário aventar a hipótese, na esteira de Elias (1993; 1994), acerca do surgimento de uma “estrutura de personalidade” distinta, cuja configuração intrapsíquica comporta um arranjo igualmente distinto entre pulsões e autocontrole. A proposição da noção de crime-dispêndio em conjunto com a identificação de um regime de prazer centrado no excesso tem por objetivo apreender essa estrutura de personalidade, sem partilhar de algumas pressuposições presentes nas abordagens negativas das práticas criminais apresentadas anteriormente.

É interessante notar que, mesmo influenciadas pela obra de Elias, essas abordagens deixaram de lado, ou conferiram pouca ênfase a aspectos cruciais das contribuições do sociólogo alemão, dos quais destaco dois. Em primeiro lugar, ao tratarem da dimensão orgiástica do *crime*, Alba Zaluar, Michel Misse e Luiz Antônio Machado da Silva parecem supor, ao menos indiretamente, que diferentemente das instâncias de autocontrole, os impulsos e desejos manifestos pelos agentes sociais estudados seriam alheios a qualquer forma de modelagem social (“prazer imediatista”, “liberação compulsiva das paixões”, “manifestação mais imediata das emoções”), imputação que não é estendida para o restante da população. Outro aspecto negligenciado é a dimensão conflitual e agonística das relações entre impulsos e instâncias de (auto)regulação conformada ao longo dos percursos de socialização da subjetividade. Nesse particular, o tratamento dado ao tema do autocontrole sugere adesão a uma das versões do dualismo instintual freudiano, aquele cindindo entre o instinto de vida e o de morte, tributário, por seu turno, de uma interpretação homeostática da economia psíquica, na qual o prazer está associado a tendência primordial dos organismos de atenuar, diminuir, ou até mesmo, eliminar a estimulação do aparato mental (cf. CAROPRESO; SIMANKE, 2011), logo, em oposição aos prazeres excessivos e violentos.

Para recuperar a dimensão conflitual e agonística das estruturas de personalidade conformadas pelo crime-dispêndio é indispensável operar uma “transvaloração dionisíaca”, nos termos de Norman Brown (1992), e transformar o

dualismo em “dialética instintual” a partir do princípio do excesso ou da “muiticidade”⁶⁹. Afinal, não há falta, há excesso, abundância e, por conseguinte, dispêndio improdutivo e prodigalidade. Excesso que “ultrapassa limites e conecta opostos de maneiras desnorteantes e fascinantes” (TAUSSIG, 2010, p. 344), a exemplo da terrível proximidade (e sinergia) entre beleza e violência. Limites, margens, dobras e fronteiras são imprescindíveis ao crime-dispêndio. A forma-Estado e a forma-empresa do tráfico de drogas (RAFAEL, 2001; GRILLO, 2013), ou o *crime* enquanto dispositivo de gestão da ordem (FELTRAN, 2012a; 2012b), operam, em parte, para conter o crime-dispêndio através do controle normativo de condutas e, assim, evitar a transformação das linhas de fuga dos “bandos” em linhas de destruição. O que nem sempre é factível, pois as práticas de consumação não raro excedem (transgridem) os limites impostos à sua reprodução, sem, todavia, eliminá-los, pois é da existência desse controle normativo que o excesso retira sua potência.

É o jogo da transgressão e do interdito, constituído na inter-relação entre esses estados simultâneos do tráfico de drogas, que fornece o modelo de expressão e representação do regime de prazer do *crime* e, por conseguinte, da dialética instintual organizada em torno dos polos da (auto)regulação e do excesso, responsável pela unidade psíquica e corporal dos seus sujeitos⁷⁰. A passagem incessante ao limite, ou seja, a contínua e ininterrupta criação e transgressão de limites corresponde ao movimento responsável por produzir as dobras da subjetividade no *crime* e, conseqüentemente, pela incorporação das relações de força, as que vêm do exterior e as do indivíduo, as ativas e as reativas (cf. DELEUZE, 1978; 2005). É esse movimento incessante, duplo e instantâneo do interdito e da transgressão, da (auto)regulação e do excesso, que caracteriza a problemática da circulação do desejo

⁶⁹ Nas palavras de Norman Brown: “*In Bataille's Heraclitean vision we are suffering not from some repressed longing for death but from excess of life, the Dionysian principle of excess, Blake's principle of exuberance. There is a contradiction built into the pleasure-principle: there is no such thing as satisfaction; there is no such thing as 'enough'. There is a built-in need for toomuchness*” (1992).

⁷⁰ Sobre a formação da unidade corporal e psíquica dos indivíduos a partir de uma perspectiva que privilegia os impulsos (desejos) enquanto fundamento da vida social, Klossowski: “Could we not say that economic norms comprise a substructure derived from the affects, and are not themselves a final infrastructure? And if there were a final substructure, would it not be constituted by the behavior of our affects and impulses? To answer this question in the affirmative amounts to saying that economic forms – along with the arts, moral and religious institutions and forms of knowledge – are *modes for the expression and representation of impulsive forces* [...] Hence, if these forces are expressed specifically in accordance with existing economic norms, then *they themselves create their own repression*, as well the means of breaking the repression to which they are subjected in different degrees. This will continue for as long as the conflict among the impulses persists – a conflict which, in any given organism, is a struggle for and against the formation of the subject [suppôt], for and against its psychic and bodily unity” (2017, p. 47-48).

no *crime*, que, por sua vez, demanda uma análise do corpo e de sua negação (KLOSSOWSKI, 2017; KRISTEVA, 1980; FOUCAULT, 1979). A história dos desejos desejados atravessa o sujeito, não pela consciência, mas constituindo o corpo, esse “volume em perpétua pulverização”, conseqüentemente, a análise do desejo “deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (FOUCAULT, 1979, p. 22).

As relações de força, incorporadas na subjetividade através dos processos de dobração, respondem também pela constituição dos corpos, sua superfície privilegiada de inscrição. O corpo, nesta tese, é entendido, em sentido nietzschiano-espinozista, como um produto sempre mutável dos efeitos desiguais gerados pela interação e interseção entre forças antagônicas, cuja capacidade (do corpo) de afetar o eu e o Outro é determinada pelos investimentos das forças externas nele⁷¹ (DELEUZE, 1978). Um corpo tem tantas formas quanto forças que o orientam, pois é o efeito cumulativo de trocas (relações) entre forças antagônicas. Nessa economia corporal, a troca representa a passagem do sujeito para a alteridade e a formação mimética do sujeito pela alteridade, representa, também, a passagem entre as posições de sujeito e de objeto, pois as internalizou como polos entrelaçados das relações de força entre o eu e o Outro.

Enquanto espaço de troca, o corpo é continuamente fetichizado pelas forças que o atravessam e o constituem, pois elas exigem uma superfície compartilhada para se atualizarem enquanto forças materiais eficazes e, dessa forma, interagir, colidir, compor e defletir umas com as outras. Aqui, novamente, o *patrão da vida loka* pode fornecer algumas pistas e contornos mais concretos para essa discussão no que concerne aos propósitos desta tese, pois seu corpo é palco de inúmeros e permanentes embates entre forças distintas, a exemplo daquelas oriundas do mercado, do *crime* e do Estado.

As roupas e acessórios de *marca* conferem ao *patrão*, enquanto encarnação especular do *ladrão* bem-sucedido, um lugar de destaque nos circuitos da moda local, ao ponto de emular o encanto e a sedução dessa forma-mercadoria forjando conexões

⁷¹ Nas palavras empregadas por Deleuze: “Qualquer relação de forças constitui um corpo: químico, biológico, social, político. Duas forças quaisquer, sendo desiguais, constituem um corpo a partir do momento em que entram em relação [...] O corpo é um fenômeno múltiplo, sendo composto por uma pluralidade de forças irreduzíveis” (1978, p. 62-63). E, mais adiante, complementa: “É difícil, aqui, negar a Nietzsche uma inspiração espinozista. Espinoza, numa teoria extremamente profunda, pretendia que a qualquer quantidade de força correspondia um poder de ser afectado. Um corpo tinha tanto mais força quanto mais pudesse ser afectado de um maior número de maneiras” (1978, p. 95).

materiais no intuito de conferir prestígio à sua reputação. Não basta apenas sobrepor as *marcas*, é preciso transcrevê-las no corpo e adicioná-las ao nome. As forças da moda compõem a narrativa de prosperidade financeira do *patrão*, inscrita no e veiculado pelo corpo, em conjunto com as forças do *crime*. Para além de adereços, cortes de cabelo e tatuagens diretamente associados às *facções* e práticas criminais, o *crime* está afundado na densidade material do corpo do *patrão da vida loka*, mormente, por conta de um aspecto pouco explorado pelos pesquisadores, qual seja, os conflitos desencadeados em torno do mercado varejista de drogas têm como palco não apenas os territórios conformados a partir da dinâmica criminal-estatal, como também os corpos, em razão das relações metonímicas (entre corpo, território e *facção*) e dos efeitos desencadeados pela transgressão dos limites corporais.

Os corpos são tão disputados, quanto os territórios. Nesse particular, as armas de fogo têm grande destaque enquanto meios privilegiados de transcrição no corpo tanto das relações de força do *crime*, quanto das do Estado. Não se deve esquecer que a coprodução entre o Estado e suas margens envolve também as margens do corpo (DAS; POOLE, 2004). A contínua transgressão e reposição dessas margens pelo Estado pode assumir formas variadas, incluindo desde os regimes corporais de controle social do *continuum* assistencial-repressivo das políticas públicas, até a violência física, legal e ilegal, praticada por seus agentes, em especial, policiais. Esses distintos atravessamentos evidenciam a capacidade do corpo de emitir e receber signos, inscrevê-los sobre si mesmo e traduzir uns nos outros (DURKHEIM, 1964; LÉVI-STRAUSS, 2008; GIL, 1997), assim como, de servir como símbolo e metáfora para a coesão, diferenciação e conflito (DOUGLAS, 2007). Ao fim e ao cabo, o corpo do *patrão da vida loka* é um “semáforo”, no sentido dado por Walter Benjamin⁷², fornecendo importantes pistas sobre a constituição do corpo no e do *crime*, que serão exploradas no capítulo seguinte.

Isto posto, vale dizer que o diagnóstico apresentado por Schilling há quase três décadas acerca do corpo enquanto objeto de investigação na sociologia em geral permanece atual no que concerne ao campo específico da sócio-antropologia do crime e da violência, com exceção dos estudos prisionais⁷³: “Ao invés de ser

⁷² Nas notas elaboradas por Walter Benjamin e reunidas sob a rubrica moda, pode-se ler: “*Whoever understands how to read these semaphores would know in advance not only about new currents in the arts but about new legal codes, wars, and revolutions*” (1999, p. 64).

⁷³ Nesse caso específico, mesmo reconhecendo a maior visibilidade dada ao corpo, em termos tanto de constituição do objeto de pesquisa, quanto de investimentos teóricos, a intuição inicial é que, no

completamente negligenciado, o corpo tem sido historicamente algo como uma presença ausente” (1993, p. 8). O corpo sempre está lá, até nos estudos estritamente quantitativos. “Contar as vítimas e os crimes, ou seja, contar, na dupla denotação do termo, os números e os sentidos” (ZALUAR, 1999, p. 27) envolve, invariavelmente, “contar” corpos. Todavia, essa presença indefectível se faz acompanhar, com raríssimas exceções⁷⁴, da ausência do corpo enquanto objeto de investigação digno de investimentos teóricos consistentes. A ilustração mais eloquente dessa afirmação está materializada ao longo dos sessenta capítulos e mais de seiscentas páginas do *handbook* brasileiro “Crime, polícia e justiça no Brasil” (LIMA; RATTON; AZEVEDO, 2014).

A teorização acerca da reprodução social das práticas criminais, diversamente formulada, por exemplo, em termos de etos, assujeitamento ou forma de vida, pouco avançou sobre a tematização do corpo no e do *crime*, ainda que esse desdobramento seja uma exigência analítica interna às suas respectivas economias conceituais. *Habitus* desencarnado, subjetividade incorpórea e ordenamento das relações sociais sem constituição de um corpo social. Nem mesmo a recente leva das “abordagens etnográficas e positivamente da violência e do crime” (AQUINO; HIRATA, 2017) preencheu essa lacuna. Nelas, o *crime*, muitas vezes compreendido enquanto forma de vida, foi descrito e analisado majoritariamente enquanto linguagem (ver GRILLO, 2019), incluindo também aspectos relativos à organização e reprodução econômica, mas passou ao largo de outra dimensão essencial a qualquer forma de vida, o desejo e, por tabela, o corpo, este um mero figurante dos enredos etnográficos.

mais das vezes, tratasse de repisar as formulações de Foucault em *Vigiar e Punir*, sem grandes acréscimos, retoques e contribuições originais, ou seja, o ponto de partida é frequentemente o ponto de chegada.

⁷⁴ Dentre essas raras exceções, faço referência às teses de Glória Diógenes (1998) e Carolina Grillo (2013).

4 O CORPO NO *CRIME*: ENCORPORAÇÕES DO CRIME-DISPÊNDIO

Em Itinga, a morte violenta tem uma história oral organizada em torno de superfícies espaciais e corporais, da fusão entre o topográfico e o somático, ou seja, é estruturada a partir dos “espaços de morte” (TAUSSIG, 1984). As narrativas de violência, infelizmente, marcam a experiência territorial do bairro, incrustando-se nos muros, becos, ruas, vielas e residências. Uma colonização do espaço (e do tempo) pela morte. Os muros pichados com as palavras “luto” ou “saúde”, em locais onde ocorreram assassinatos, proliferam no bairro, ainda mais após o a cisão do BDM e o início dos conflitos armados entre o *Bonde do Azuado* e o *Bonde do Ajeita*, responsáveis pela multiplicação endógena de fronteiras, que ao separarem os grupos rivais também os conectaram, criando, assim, espaços privilegiados, se não prescritos, para os conflitos.

Esses muros mapeiam as histórias de morte no espaço local e, no seu conjunto, formam cartografias dos espaços de morte. História local, biografias e topografia entrelaçadas e fixadas silenciosamente na materialidade do bairro, nesses espaços liminares e contaminados pelos constantes enfrentamentos entre os grupos rivais, onde vida e morte coalescem. As fronteiras, enquanto espaços de morte, são marcadas pela ausência dos *parceiros* e rivais mortos. Uma cadeia dupla de cadáveres, desdobrada no tempo e no espaço, que organiza as relações entre vivos.

Um efeito colateral da expansão dos espaços de morte no bairro é a disseminação da noção de níveis aceitáveis de violência. O controle armado do território *faccional*, além de fundamental para a manutenção do monopólio sobre o comércio varejista de drogas, protegendo-o contra a investida de grupos rivais, confunde-se muitas vezes com a defesa do bairro e dos seus moradores contra os mais diversos tipos de desordens, ameaças e, até mesmo, crimes. A defesa do tráfico local e do bairro, ao longo do tempo, impactou fortemente as rotinas cotidianas e difundiu a ética do aceitável com relação a determinadas agressões, castigos e mortes. Cortar o dedo de quem rouba dentro do bairro, executar estuprador, cortar à força o cabelo da mulher infiel, agredir usuários de drogas que não respeitam os espaços apropriados ao consumo, dentre inúmeras outras situações de violência,

incluindo as mortes decorrentes dos encontros armados contra grupos rivais, são avaliadas como legítimas por inúmeros moradores.

Todavia, a socialização através dessa ética do aceitável pode se voltar contra os próprios operadores do tráfico local, legitimando e justificando suas mortes. Por exemplo, a morte de um deles durante uma ação policial, mesmo ilegal, será lamentada em razão do impacto emocional (e mesmo financeiro) gerado na família (em especial, na mãe e na esposa), mas justificada, em termos seja de “menos um marginal, menos violência”, seja de previsibilidade quanto ao destino comum daqueles envolvidos no *crime*. A contaminação dupla e reversível do matar e do morrer, cristalizada nas armas de fogo, está presente também nos níveis aceitáveis de violência, cuja internalização pelos moradores favorece a territorialização da violência no corpo dos criminosos locais. A lógica miasmática do circuito fechado de reciprocidade violenta encerrada na noção de níveis aceitáveis opera com base na existência de zonas visíveis de desaparecimento somático.

A seguir, apresento uma dessas histórias orais da morte violenta em Itinga, a partir de uma conversa com Suzana, enquanto caminhávamos pelas ruas do bairro em direção a um evento artístico-cultural realizado por jovens em uma praça. A conversa foi motivada por um dos muitos muros pichados com a palavra “luto”. Essa inscrição em particular fazia referência direta ao assassinato de Bernardo Mahalo por rivais do *Bonde do Ajeita*. As motivações, a dinâmica e a repercussão desse acontecimento ajudam a delinear a nova dinâmica dos conflitos armados estabelecida com a cisão do BDM, como também apontam para importância de complementar a análise dos processos de reprodução material e social dos grupos criminais denominados *facções*, frequentemente focada nos processos de territorialização na superfície espacial urbana, incluindo outra superfície de extrema relevância, a corporal. A morte de Bernardo, um *patrão da vida loka* com ampla *fama* no bairro, está inserida na dupla espiral formada pela genealogia dos mortos nos espaços de fronteira, zonas de separação e contato entre rivais que conformam os circuitos locais de troca violenta mimeticamente estruturados através da dupla cadeia simpática formada entre corpo, território e facção, por um lado, e algoz, arma de fogo e vítima, de outro.

Durante a reunião ampliada para apresentação do programa Corra pro Abraço em Itinga, uma jovem representante do Coletivo de Mulheres Negras de Lauro de Freitas, Suzana, ponderou sobre algumas prováveis dificuldades na consecução dos

objetivos da iniciativa do governo estadual, em especial, aquelas decorrentes do perfil dos beneficiários⁷⁵. A localização da sede do programa, por exemplo, seria um empecilho para a participação de jovens oriundos de outras áreas do bairro, como os residentes nos empreendimentos do Minha Casa, Minha Vida – MCMV, em razão dos conflitos e disputas entre dois grupos (o *Bonde do Azuado* e o *Bonde do Ajeita*) pelo controle do comércio varejista de drogas. Para ilustrar aos presentes esse obstáculo, relatou sua tentativa de convencer alguns jovens, moradores do Residencial Dona Lindú, a participar do programa: “Sentei com uns jovens e falei sobre o projeto. Disse que tem uma bolsa de cem reais pra incentivar. Aí, um deles falou: ‘Poxa, é lá no Alto da Itinga. Ali tem uns alemão no caminho. É barril pra gente subir lá’”.

Ao longo de sua fala, Suzana demonstrava certa aflição e inquietude diante das dificuldades vivenciadas pelos moradores, sobretudo os jovens, dos conjuntos habitacionais recentemente construídos no bairro para acessar serviços públicos básicos (educação, saúde, assistência social, lazer). A expansão dos limites urbanos do bairro não foi acompanhada pela ampliação da oferta desses serviços. Suzana, ela própria beneficiária do programa de habitação de interesse social, observava e vivenciava cotidianamente as vicissitudes e os efeitos dessa situação. “A rede tem que funcionar. As políticas têm que ser transversais e intersetoriais”, foram as suas últimas palavras na reunião.

Diversamente dos jovens com os quais conversara sobre o Corra pro Abraço, a trajetória de Suzana é marcada desde a infância pela participação em movimentos sociais, sempre acompanhado a mãe, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST. “E eu acompanhava tudo. Era tudo interligado. A vida partidária, a vida social que a minha vida minha mãe tinha de militante, de estar em conselho”. Na infância morava em uma *invasão* localizada no bairro de Ipitanga, “tinha um terreno lá e várias pessoas que também não tinham onde ficar. Minha mãe foi e ocupou. Foi a

⁷⁵ O programa Corra pro Abraço é uma iniciativa da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS do Estado da Bahia. De acordo com a apresentação sobre o programa realizada durante a reunião, o objetivo principal é “promover a cidadania e incentivar o empoderamento de jovens em situação de vulnerabilidade, através de ações de arte-educação e oficinas de formação sociopolítica, elevando a autoestima dos jovens e seu poder multiplicador na comunidade, bem como realizar atividades e formações baseadas nas estratégias de Redução de Riscos e Danos físicos e sociais em decorrência do uso e abuso de substâncias psicoativas”. O público-alvo é composto por jovens na “faixa etária entre 15 e 28 anos que agreguem uma ou mais das seguintes vulnerabilidades: usuários de drogas; familiares presos ou egressos do sistema prisional ou vítimas de mortes violentas; trajetória escolar fragmentada ou que estejam fora da escola ou baixa escolaridade; baixa renda familiar; oportunidades precárias de inserção no mercado de trabalho; trajetória de vida marcada por processos de criminalização”.

primeira”, relembra sobre sua primeira moradia e, em seguida, da *luta* necessária para lá permanecer: “A gente passou por muita coisa nesse período. A polícia ia pra derrubar. A gente fazia balão de bosta, balão de coisa pra jogar e não derrubavam. Era todo mundo unido”. A incerteza sobre a permanência no local durou até os primeiros empreendimentos de habitação popular começarem a ser construídos, quando boa parte dos moradores da *invasão* foram realocados para o Residencial Leila Diniz, em Itinga, mais conhecido como *casinhas*. A família de Suzana, todavia, não foi contemplada nesse primeiro momento e, quando “uma parte do barraco despencou”, foram obrigadas a mudar para a barraca de praia onde a mãe trabalhava. A moradia improvisada perdurou aproximadamente três anos, até serem contempladas com um apartamento no Residencial Dona Lindú, onde moram há cinco anos. Nesse ínterim, Suzana trilhou o caminho da mãe, consolidando sua militância política através da participação em conselhos, conferências e movimentos sociais.

Aos poucos fui aprendendo e entendendo aquilo ali e fui gostando. Eu vi: “Pô! Eu estou na sociedade, eu tenho o meu papel enquanto mulher, enquanto moradora deste bairro. Com quinze, dezesseis anos, mais ou menos por aí, eu já estava engajada na vida política. Participando de tudo. Tudo que é conferência eu ia. Conferência de Juventude, Conferência de Mulheres, Conferência de Igualdade Racial. Estava buscando participar de conselhos. Me inserir mesmo no meio militante. Comecei a militar em prol da sociedade. Em prol dos direitos das mulheres, do negro e do povo de santo, principalmente, porque faz pouco tempo eu entrei no candomblé.

Guia de contas azul-claras e brancas intercaladas em volta do pescoço, contra-egun no braço e turbante branco na cabeça indicavam que sua iniciação ainda era recente. O cabelo ainda bem curto, crescia vagarosamente depois de ser raspado. Não apenas a vida religiosa e espiritual havia se transformado no último ano. A transição partidária na administração pública após a eleição municipal de 2017 trouxe a oportunidade para Suzana estar “do outro lado” da militância que até então tinha exercido com tanto afinco. Logo nos primeiros meses da nova gestão foi nomeada para um cargo na Secretaria de Juventude, Igualdade Racial e Políticas Afirmativas – SEJU. A transição da sociedade civil para o aparato estatal tem sido uma experiência muito rica, não obstante os dilemas e certa angústia derivada da nova posição política. “Está sendo difícil, porque é diferente. Você está do outro lado. Eu tenho uma pressão muito grande da sociedade civil. Mas tem coisa que você não pode mudar mesmo”. Outra mudança, esta ainda por vir, foi a aprovação no curso de Direito na Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Suzana será a primeira de sua família a frequentar um curso de ensino superior. Ansiosa, aguarda o início do semestre. Antes de se

despedir, fez um convite para assistir um evento, no final de semana, com apresentações de teatro, música, dança e poesia, organizado por jovens de Itinga, o Arte na Praça.

No sábado, caminhando em direção à praça José Ramos, local onde ocorreriam as apresentações artísticas, Suzana apontava para alguns muros sempre que avistava a palavra “luto” inscrita neles. “Olha ali, mais um jovem morto”, repetiu algumas vezes a frase. “Mudar esse cenário através da arte, alterar o cotidiano da nossa comunidade” é, segunda ela, a proposta do Arte na Praça. “Arte é resistência!”, exclamou. Os muros transformados em lápides urbanas incorporam a morte na materialidade do bairro. Suzana conhecia os nomes por trás de algumas das pichações, a maioria já esmaecidas pela ação do tempo, desfazendo-se, assim como, o luto e a memória dos seus personagens. Outras tantas já deveriam ter sido apagadas ou encobertas por camadas de tinta mais recentes. A proliferação de propagandas eleitorais dos candidatos na última eleição certamente encobriu várias. De quase uma dezena de *lutos* apontados ao longo da caminhada até a praça, apenas um deles Suzana conhecia não só o nome, mas a história por trás da palavra. A inscrição no muro era recente, assim como a morte de Bernardo, mais conhecido como Bê Mahalo, o jovem assassinado naquelas imediações na semana anterior.

Após buscar o filho no colégio, Bernardo parou no meio do caminho, próximo a um ponto de moto-taxi, para conversar com dois conhecidos. Aproveitou a disponibilidade de uma cadeira plástica para se sentar com o filho no colo, refugiando-se do sol a pino sob a sombra projetada por um muro na esquina. O ponto é localizado na transversal da principal avenida de Itinga, onde se concentram muitos estabelecimentos comerciais e, conseqüentemente, com grande movimento de veículos e transeuntes nos dias de semana. Apesar de toda agitação nas ruas, dois ocupantes de uma moto trafegando na pista principal avistaram Bernardo sentado, deram a volta no quarteirão e, na rua transversal, saltaram e o alvejaram com 15 tiros. Distraído pela conversa, só percebeu a aproximação dos executores quando não havia mais possibilidade de fuga ou reação. Teve tempo apenas para alertar o filho: “Corra que meus assassinos vêm aí”. Assustado, o menino correu e conseguiu escapar ileso, presenciando os últimos momentos de vida e a morte do pai. Segundo Suzana, Bernardo foi reconhecido por sua fisionomia (pele clara, cabelo loiro, baixa estatura e corpo musculoso) e, principalmente, pela tatuagem na lateral no braço esquerdo (do ombro até o cotovelo), “sua marca registrada”, a cruz do

Calvário, uma cruz latina firmada sobre três degraus que representam a subida de Jesus ao Calvário, cujo propósito seria “livrar do mau olhado e do diabo”, ter o “corpo fechado”.

Bernardo integrava o *Bonde do Azuado* e tinha uma extensa ficha criminal. Ainda não havia recebido condenação, mas o seu nome figurava em vários inquéritos e também em alguns processos, incluindo, a autoria de três homicídios. Sua morte, inclusive, teria sido uma vingança por conta de um desses crimes. A cruz do Calvário para “fechar o corpo” tinha sua razão de ser. Meses atrás, ele teria assassinado um integrante do *Bonde do Ajeita*, conhecido como Juninho, exatamente na mesma rua onde ele próprio foi executado. E Juninho, por sua vez, teria sido morto por ter alvejado com três tiros o primo de Bernardo, durante uma discussão após um esbarrão dentro de um bar, na esquina oposta ao ponto de moto-taxi. Conforme as tramas condensadas na palavra escrita no muro eram descortinadas por Suzana, a narrativa convertia-se em uma recitação dos mortos, entrelaçando distintas trajetórias e biografias com a topografia local. Desde a ruptura entre Gringo e Morceção, a principal avenida que corta o bairro e o seu entorno tornaram-se zonas de fronteiras entre os grupos rivais, logo, ponto de contato e palco de inúmeros conflitos. Locais onde o encaixe entre corpo e território é permanentemente problemático.

Não tardou para Suzana retirar da bolsa o celular e mostrar a repercussão do assassinato de Bernardo em alguns grupos de mensagens do bairro. Após dedilhar velozmente a tela do aparelho para retroceder o histórico das mensagens, três fotos miniaturizadas do corpo caído no chão próximo a cadeira ilustravam o desfecho da história narrada. Antes mesmo da polícia chegar ao local do crime, já circulavam e repercutiam nos aplicativos de mensagens. Nelas, o corpo centralizado pelo enquadramento aparece rodeado por inúmeros passantes e curiosos. O pulso do braço esquerdo estirado, o mesmo da cruz do Calvário, exibia um grande relógio dourado, o único elemento da cena tão ou mais brilhante quanto a poça de sangue formada sob o corpo. Na sequência das fotos, inúmeros comentários sobre o ocorrido, que, em determinado momento, convergiram, surpreendentemente, para o relógio. Era realmente de ouro ou apenas dourado? Original ou réplica? Foi comprado ou roubado? A poça de sangue, por seu turno, comparada à cor das *bombinhas* de frutas vermelhas, gerou comentários de pesar por ter encharcado e, portanto, estragado a bermuda da marca tão apreciada por Bernardo, mais conhecido como Bê Mahalo. Poucas mensagens externavam, de fato, pesar pela morte. Uns desejavam conforto

e força para a família, outros, consternados, expressavam indignação com a recorrência dessas mortes entre os jovens do bairro, lembrando, eventualmente, de outros nomes. Ao fim e ao cabo, as mensagens trocadas através do aplicativo explicitavam uma rotinização da morte violenta. A morte de Bernardo estava inserida em um circuito fechado de reciprocidade violenta, era esperada e, até mesmo, aceitável.

Fora dos grupos de mensagens, à boca miúda, grassavam comentários sobre a trajetória, até então, bem-sucedida de Bernardo no tráfico. O afamado relógio era de *patrão*, diziam. Há algum tempo não mais lidava diretamente com a venda de drogas. “Trabalhava pelo celular”, desejo de muitos no tráfico, e contava com meia-dúzia de *meninos* para comercializar as mercadorias, tinha contato apenas com o dinheiro. Prosperidade materializada nas obras da sua residência, depois do segundo andar a laje do terceiro já estava em construção, nas roupas de *marca* e na escola particular frequentada pelo filho. A bonança financeira, como não poderia deixar de ser, havia despertado a atenção da polícia e a ganância de certos policiais. Pouco tempo atrás havia escapado de um cerco policial feito pela P2, “quase foi apanhado pelo Voyage cinza” quando bebia cerveja com um grupo de amigos em um bar. Apesar de não mais se envolver diretamente no tráfico, ele próprio fazia as cobranças dos devedores quando necessário, daí decorreria a motivação para a maioria dos homicídios sobre os quais era investigado. Valia-se do porte físico musculoso para intimidar e agredir os endividados. Era tão forte que três funcionários do Instituto Médico Legal – IML não foram capazes de levantar o corpo e contaram com o apoio de dois transeuntes para colocá-lo no rabecão. “Depois da arma de fogo não existe homem forte”, concluiu Suzana.

A visibilidade pública do *patrão da vida loka* é uma via mão dupla. Dela depende sua *fama*, o reconhecimento do *ladrão* bem-sucedido financeiramente e, por conseguinte, a possibilidade de gozar das benesses daí advindas, a *orgia* e a *putaria* tal qual vivenciadas pelo *badalado*. Porém, essa mesma visibilidade torna o *ladrão visado* por policiais e rivais. E o reconhecimento de Bernardo foi justamente o ponto de inflexão dos acontecimentos que redundaram no assassinato. A fisionomia, a tatuagem, a postura corporal, o local onde se encontrava, com quem conversava, todos esses elementos contribuíram para a elaboração de uma conjuntura de signos espaciais e corporais que permitiu, naquele momento, reconhecê-lo, mesmo os algozes estando em trânsito sobre uma motocicleta na avenida principal intensamente

movimentada. Essa identificação sensorial do Outro através da recepção do corpo enquanto um texto cifrado a ser decodificado é fundamental para construção de um sistema signos a partir do qual é possível imputar o pertencimento *faccional* em contextos práticos. O caso de Demeião narrado no capítulo anterior é também ilustrativo dessa construção da iconografia do Outro a partir da interpelação sensorial do corpo. Essa forma de cognição sensorial é central para a construção do circuito mimético entre corpo, território e *facção*.

Proponho denominar essa forma de cognição através do aparato sensorial de regime estético-sensorial. A referência à estética alinha-se a sua formulação original enquanto um discurso sobre o corpo, constituído a partir do “modo como o mundo atinge o corpo em suas superfícies sensoriais, tudo aquilo, enfim que se enraíza no olhar e nas vísceras”, que equivale ao “análogo sensual do conceito” (EAGLETON, 1993, p. 17 e 19). Já a dimensão sensorial não se restringe à superfície do corpo e abrange o mundo externo e corresponde, portanto, ao campo da experiência (BUCK-MORSS, 1996, p. 19). Esse regime estético-sensorial ajuda a dar previsibilidade às situações e relações sociais caracterizadas por alta desconfiança, permitindo não tanto evitar o contato, mas organizar as interações com o Outro, desconhecido ou não. É, portanto, menos um mecanismo de evitação, do que um meio para a produção de encontros violentos através da especificação da vítima, como no caso de Bernardo. O discurso sobre o corpo elaborado a partir das dimensões estéticas e sensoriais é responsável, em certa medida, pela (re)construção (e transposição) simbólica e material das fronteiras territoriais das *facções* na superfície corporal, reconectando, assim, o corpo espacialmente móvel ao espaço social do qual é uma sinédoque. Entretanto, a recepção estético-sensorial do corpo do Outro nem sempre é suficiente para produzir esse isomorfismo entre corpo e topografia. Quando isso ocorre, há a necessidade do emprego de artefatos materiais (armas) para simular essa narrativa na carne do Outro, ou seja, da violência como forma de produção da alteridade radical, encarnada nas identidades coletivas, a exemplo dos *alemão*, X9, polícia.

4.1 ***Então fala que é nós! E se não for? Nós pega***

Na favela do Azuado é o BDM que vai representar
Liberdade, Baixinha, Itinga e Calabetão
Os parceiros representa de fuzil na mão

Bairro Novo, São Francisco e São Sebastião
 A família é uma só, tudo três de coração
 Não podemos esquecer do Jardim das Margaridas e Vida Nova,
 Alto de Coutos e Ilha de Itaparica
 Nós aqui é BDM, nós é tudo irmão
 A família reunida combatendo os alemão

Ô, ô, ô é o Bonde do Azuado
 Ô, ô, ô é o Bonde do Maluco dominando Salvador

[...]

Não podemos esquecer das quebradas que ainda não disse
 Curuzu, Barra de Pojuca e o CAIC também
 Azuado já chegou e falou no radinho
 Que quer o Bonde na favela e todos de fuzil
 A ideia é uma só e nós tem que abraçar
 Se o coroa mandou, nós tem que te pegar
 É o certo pelo certo, nós não apoia errado não
 Mete bala na CP com toda disposição

(Música: Salve do Bonde do Azuado)

A partir do final de década de 2000, a territorialização extramuros das *facções* formadas no interior do sistema prisional baiano ensejou mudanças significativas na organização do espaço cotidiano nas periferias e favelas da RMS, que, por sua vez, foram fundamentais a criação de certas precondições para a reprodução social da violência física, em especial os (e as tentativas de) homicídios. Com a reificação territorial das *facções*, cantada a exaustão em certas letras de música e anunciada nos muros pelas pichações (“Itinga é tudo 3”), esses espaços urbanos deixaram de ser um suporte passivo dos conflitos armados e se tornaram uma força ativa na conformação dos atos violentos. Um dos elementos essenciais dessa transformação foi o surgimento de zonas de interface, fronteiras responsáveis por demarcar física e simbolicamente não apenas as áreas de atuação das *facções*, mas elas próprias, já que há um claro mimetismo entre esses coletivos criminais e os territórios onde exercem o controle do mercado varejista de drogas. Fronteiras borradas, imprecisas. Limites mais ou menos tácitos, formalizados apenas em momentos críticos e sub-identificados durante a maior parte do tempo. É possível, e mesmo frequente, atravessá-las e nem notar, a depender de quem você seja. Ocasionalmente, essas fronteiras são formalizadas aos moradores e demais transeuntes, no mais das vezes, através da ocorrência de crimes contra a vida e conflitos armados.

As fronteiras *faccionais* são construtos simbólico-espaciais preeminentemente ligados ao desempenho de atos violentos e têm intensidade variada dentro de um mesmo território. Em Itinga, elas tendem a ser reforçadas e continuamente

reafirmadas de acordo com o padrão de distribuição espacial dos pontos de comércio de drogas. As áreas concêntricas às *bocas* carregam mais intensamente esses construtos. Ainda que os limites do bairro sejam também objeto de vigilância e controle, essa fronteira “externa” é comparativamente menos rígida. Talvez, por conta da própria configuração urbana e demográfica de Itinga, um bairro extenso, densamente povoado e com inúmeras vias de acessos. Em alguma medida, essa gradação de intensidade não deixa de ser uma tentativa de conter ou, ao menos, regular a prática de atos de violentos e, assim, preservar os interesses econômicos do comércio de drogas, mediante uma espécie de confinamento espacial desses atos. Preterir a ocorrência de crimes e de conflitos armados nas proximidades das *bocas*, empurrando-os para as fronteiras, é uma forma de coibir interferências indesejadas no seu funcionamento e, assim, evitar perdas econômicas e comerciais.

As fronteiras visam, ao mesmo tempo, conter e permitir a violência, prescrevendo um espaço privilegiado de ocorrência, são, nessa acepção estrita, “espaços de morte”. Sua exaustão ou multiplicação excessiva está correlacionada a modificações críticas nas dinâmicas locais de territorialização das *facções*. A primeira situação, o exaurimento das fronteiras, ocorre, normalmente, durante as tentativas bem-sucedidas de invasão territorial com vistas a tomar o controle do tráfico local de uma *facção* rival. Isso ocorreu, por exemplo, quando a Caveira iniciou a invasão de Itinga, naquele momento controlada pelo Comando da Paz. Já a multiplicação excessiva vincula-se à cisão interna do controle local do tráfico de drogas, seja entre duas *facções*, seja entre dois grupos de uma mesma *facção*. Este último caso é ilustrado pela cisão do BDM em Itinga entre o *Bonde do Azuado* e o *Bonde do Ajeita*. Em ambas situações, as consequências são similares, o aumento e descontrole dos enfrentamentos armados e dos homicídios.

Para compreender adequadamente essas fronteiras e seus efeitos locais é preciso levar em consideração o investimento simbólico feito no território, afinal, como dito no parágrafo anterior, trata-se de um construto simbólico-espacial. Por meio das fronteiras, o simbolismo *faccional* e, em especial, as representações do Outro (os rivais, os *alemão*) recebem uma comprovação reificante na divisão espacial (interna e externa) entre os coletivos criminais e codifica automaticamente o outro lado, o lado rival, como fonte imanente de perigo e de transgressão. De um lado, a *família*, os *irmão*, aqueles que *caminham pelo certo*, *invadem de frente*, não são *traíras* nem covardes e respeitam a população sem *oprimimento*. Do outro, os *alemão*, aqueles

que não têm *ideia*, desleais, covardes, matam pelas costas, *conspiram* e *oprimem* a população. E vice-versa. É como se o ordenamento espacial tivesse se reorganizado conforme uma relação de espelho (LACAN, 1998). Esse crescente investimento simbólico das fronteiras forjou, simultaneamente, identidades e alteridades *faccionais* espacializadas, não circunscritas a participação efetiva no comércio de drogas, o que ampliou exponencialmente a capacidade de contágio do *crime*, pois equacionou local de moradia e pertencimento *faccional*. O simbolismo dos coletivos criminosos passou a fluir diretamente do território para os corpos nele localizados, criando critérios de pertencimento e de rivalidade, e, por conseguinte, categorias de vida e de morte.

A fusão do pertencimento *faccional* com o ordenamento espacial, promovida pelos crescentes níveis de investimento simbólico nas fronteiras, gerou a autonomia do espaço, isto é, sua transformação em força ativa, no que diz respeito a regulação da prática de atos violentos. Essa força atravessa e constitui corpos, inscrevendo-se sobre eles, muitas vezes através do próprio ato violento, mas também mediante as roupas, *batidões*, tatuagens, expressões linguísticas e os vínculos de residência e vizinhança. Um genuíno “trabalho das formas” continuamente (de)formando corpos e distribuindo-os conforme as posições de sujeito e objeto instauradas pelo matar e o morrer. À vista do exposto, ao menos a título de hipótese, é plausível afirmar que a reprodução social da violência física intencional no contexto estudado foi, em grande medida, constituída a partir desse processo de autonomização do espaço.

Os relatos, feitos a seguir, envolvendo alguns acontecimentos trágicos desencadeados pela rivalidade entre o Bonde do Maluco em Itinga e o Comando da Paz em São Cristóvão e Portão, cujos enfrentamentos armados aumentaram bastante após a cisão interna do primeiro, fornecerão alguns contornos de realidade à discussão anterior e também permitirão entrever a relevância da relação, ou melhor dizendo, do encaixe semântico ou simetria entre corpo e território para a produção da ordem moral das *facções*. Os assassinatos relatados abaixo, ao romperem com ou reestabelecerem a simetria entre corpo e território, podem ser vistos como um meio privilegiado de fraturar ou reafirmar essa ordem. Isso ocorre, pois, o corpo antes emblemático da territorialidade *faccional* é invertido em um signo de desterritorialização através do assassinato, que transfere para a vítima o estigma do espaço (e também do grupo) rival. O cadáver (ou o corpo violado, agredido) torna-se, dessa forma, uma parte destacada da agência do algoz (seja um ator individual ou coletivo) mediante um processo de mimese da alteridade, nos termos de Taussig

(1993), baseado na cadeia simpática formada pelo contato/contágio entre algoz, arma de fogo e vítima. O assassinato no espaço rival introduz uma polaridade (impureza) dentro de uma interioridade uniforme (pura) e, por isso, a vítima representa, ao mesmo tempo, uma violação da ordem moral da *facção* e uma intervenção purificadora do rival, de forma similar ao assassinato sacrificial (GIRARD, 1990). Ao longo do tempo, a violência infligida e sofrida formou um vasto circuito serial de mimese corporal responsável por transferir paradigmas territoriais do registro topográfico para a superfície do corpo humano, com especial destaque para o papel das armas de fogo nessa transferência e subsequente inscrição corporal.

Sexta-feira à noite, um carro com vidros escuros circula pelas ruas do bairro de São Cristóvão (Salvador), até estacionar. Dentro dele estão dois integrantes do Bonde do Maluco. Aproveitando-se da ausência dos principais integrantes do Comando da Paz no bairro, mapeiam a região para planejar um *ataque* contra uma das *bocas*. Naquele dia, dois *cabeças-caras* do CP estavam em uma festa no município de Camaçari, comemorando o aniversário do dono de uma rede de transporte alternativo de Lauro de Freitas. Repentinamente, a dupla invasora foi emboscada pelos rivais e assassinada dentro do carro, sem tempo de esboçar qualquer reação. De acordo com a investigação policial, os integrantes do BDM já estavam sendo monitorados pelos rivais desde a entrada no bairro, graças a informações obtidas por comparsas do CP do Nordeste de Amaralina, provavelmente repassadas por um X9. As vítimas da emboscada atuavam no Residencial Bosque das Bromélias, um dos principais redutos do grupo de Gringo, o *Bonde do Azuado*.

Na mesma semana, no bairro de Portão (Lauro de Freitas), integrantes do *Bonde do Ajeita* promoveram uma chacina com cinco mortos, sendo três da mesma família. Valendo-se da recente prisão do *cabeça-cara* do bairro, um quarteto do BDM percorreu as ruas do bairro com o objetivo de executar integrantes do CP. Sem lograr êxito na localização dos rivais, avistaram um grupo de pessoas na calçada conversando e efetuaram, de dentro do carro, diversos disparos de arma de fogo. Enquanto alguns agonizavam no chão um dos passageiros saiu do carro e se dirigiu até as vítimas para efetuar novos disparos, certificando-se da morte de cada uma. No dia anterior à chacina, integrantes do BDM divulgaram um vídeo no qual se divertem fumando um baseado, escutando música e ameaçando os *passa-fome*, avisando-os que, em breve, iriam “caçar escorpião”. Em tom de deboche, um jovem empunhando uma pistola adverte: “Aí CP, se quiser brotar nesse pique aí, brote que nós tá ativado”.

Dos acusados de participação na chacina, três morreram em confronto com a polícia, após reagirem a abordagem, e um quarto foi preso. Este último afirmou ter sido coagido a participar do crime, pois possuía uma dívida por consumo de drogas e, caso não fizesse o *bonde* até Portão, sua mãe e irmão seriam assassinados.

Esses dois episódios fazem parte de um conjunto mais amplo de inúmeros confrontos violentos entre as *facções* CP (São Cristóvão e Portão) e BDM (Itinga), intensificados após a ruptura entre Gringo e Morceção. Essa rivalidade ganhou expressão dramática nos inúmeros homicídios, incluindo de pessoas sem qualquer ligação com o tráfico, vitimadas única e exclusivamente por residirem em locais dominados pela *facção* rival. Dona Erundina, moradora de São Cristóvão, vivenciou essa tragédia com o cruel assassinato do seu filho caçula, Júnior. Ao retornar de uma festa realizada na casa de um colega do colégio, cochilou no ônibus, pois tinha o costume de acordar muito cedo para trabalhar, e passou do ponto onde deveria ter saltado. Para não voltar andando à noite, decidiu seguir até o final de linha, no Residencial Bosque da Bromélias, e aguardar o retorno do ônibus. Mas, assim que chegou ao ponto final, Júnior foi retirado à força de dentro do veículo por um grupo de homens armados.

Por mais de uma semana essas foram as únicas informações que a família teve sobre o jovem, até aquele momento, desaparecido. Caçula de quatro irmãos, Júnior acabara de ser selecionado para um estágio em uma secretaria do governo do Estado, justamente quando terminaria o ensino médio. O início do estágio coincidiria com o seu aniversário, uma dupla comemoração estava programada. Até então, trabalhava auxiliando uma vizinha na venda de mingau na frente de um shopping. Para a mãe, ele era apenas um “bebê grande”, “só tinha tamanho”. A altura e porte físico estavam a favor do sonho de ser lutador de boxe profissional. Treinava há alguns anos e, em breve, disputaria o primeiro campeonato. Apesar dos dias sem notícias se sucederem, a família ainda mantinha viva a esperança de encontrá-lo.

Enquanto aguardavam ansiosamente os desdobramentos da investigação policial, uma foto de Júnior enviada por uma pessoa desconhecida para o celular da irmã revigorou e, ao mesmo tempo, abalou a esperança dos familiares. Nela, ele aparece vivo, vestido com a mesma roupa do dia da festa e apresenta algumas escoriações e sangramentos no braço e no rosto. Ao fundo é possível ver parte de um antebraço tatuado segurando-o pela parte de trás da camiseta. Sua expressão facial é de medo. Porém, para aumentar ainda mais a angústia e o sofrimento, a foto não

revelava uma informação fundamental, quando ela foi feita. A despeito dessa dúvida, uma suposição inicial sobre o que teria acontecido foi confirmada. Júnior havia sido capturado por integrantes do BDM. No dia seguinte ao recebimento da foto, a polícia realizou buscas no Residencial com o objetivo de localizar o jovem, vivo ou morto, e acabaram descobrindo duas covas rasas em um matagal atrás do conjunto. Todavia, os corpos encontrados eram de dois outros jovens desaparecidos, aos quais a polícia atribuiu participação na *facção* rival, o CP. O paradeiro de Júnior permanecia uma incógnita.

Foram vinte dias de incerteza, angústia e, ao final, muita dor. A esperança começou a se desmantelar quando um corpo foi encontrado dentro do porta-malas de um carro com restrição de roubo, estacionado no próprio bairro de São Cristóvão, a cerca de um quarteirão da casa da família. O corpo em estado avançado de decomposição estava irreconhecível, com mãos e pés amarrados e um saco plástico na cabeça. Mesmo antes do Departamento de Polícia Técnica – DPT analisar as impressões digitais, o pai confirmou a identidade do cadáver através da roupa, a mesma usada por Júnior no dia do desaparecimento, e do aparelho dentário. O corpo sujo de terra indicava, para os investigadores, que ele havia sido enterrado no entorno do Residencial Bosques das Bromélias e, por conta da repercussão do caso e das incursões policiais, os responsáveis pelo homicídio teriam decidido desenterrar a vítima e deslocá-la para o território rival na tentativa de esquivarem-se da acusação ou, ao menos, confundir os policiais. Desde o compartilhamento da foto mostrando o jovem ferido e imobilizado, “o coração já fechou”, disse a irmã, a família se preparava para o pior desfecho possível, ainda que a esperança tenha perseverado até a confirmação de que aquele corpo desfigurado era mesmo Júnior.

Eles ligaram, meu pai foi lá e é isso. Ele estava morto. Minha mãe chorou muito, porque a gente ainda tinha esperança. Infelizmente era ele, como a gente já imaginava. Logo que recebemos a foto, não sei quem mandou, o coração já fechou, mas até a confirmação, a gente sempre acredita.

Com toda a família vestida de branco, cerca de duzentas pessoas acompanharam o velório. A capela ficou pequena frente a quantidade de amigos, vizinhos e conhecidos que compareceram ao local para prestar as últimas homenagens a Júnior. Pai, mãe e irmãos permaneceram todo o tempo ao lado do caixão branco adornado na extremidade com uma foto ampliada do rosto do caçula. O olhar do pai tentava, sem sucesso, desviar da foto, retornando invariavelmente ao ponto focal do velório, feito com o caixão fechado. Durante o percurso da capela do

velório até o local do enterro, a mãe murmurava repetidas vezes entre os soluços do choro incessante: "Por quê o meu filho?". Enquanto indagava-se com uma pergunta para qual não havia resposta, se esforçava com muita dificuldade para acompanhar o louvor "Filho Meu" entoado pelos participantes do cortejo, abençoando o seu "bebê grande" como não mais poderia fazer.

Filho meu
 Eu te abençoo
 Com toda sorte de bênçãos
 Eu te abençoo com pureza [...]
 Eu te abençoo com saúde [...]
 Eu te abençoo com amor [...]
 Eu te abençoo com a paz [...]
 Eu te abençoo com lealdade [...]
 Eu te abençoo com prosperidade [...]
 Eu te abençoo com influência⁷⁶.

"Deixaram três dedos, deram muitas facadas nele, além de tiros. Foi uma covardia enorme o que fizeram com o menino", comentou o delegado responsável pela apuração do crime. Os sinais de tortura eram evidentes e a mutilação dos dedos (dois dedos de cada pé foram amputados), em conjunto com as demais circunstâncias, apontavam para um homicídio perpetrado por integrantes do BDM. A amputação de dedos do pé ou da mão, de modo a deixar a vítima com apenas três dedos, é uma das marcas dessa *facção*, cujo lema é "tudo 3", especialmente quando se trata da execução de rivais capturados. Apesar de inconclusiva quanto a autoria do crime, a investigação esclareceu alguns aspectos da dinâmica do crime e de sua motivação.

Assim que percebeu ter perdido o ponto onde deveria saltar, Júnior perguntou para o cobrador se o ônibus retornaria após chegar ao final de linha e este respondeu afirmativamente. Provavelmente, de acordo com a polícia, alguém dentro do ônibus ouviu a conversa, identificou que Júnior era morador de São Cristóvão e repassou a informação para integrantes do BDM do Residencial Bosque das Bromélias, ponto final daquela linha de ônibus. Assim que o veículo chegou ao Residencial, alguns homens armados retiraram à força Júnior e iniciaram uma espécie de interrogatório. Perguntaram onde morava, o motivo dele estar ali, se era integrante do CP. Certamente, já sabiam as respostas para todas essas indagações ou, melhor dizendo, pouco importava o que o jovem tinha a dizer. Desde o momento em que foi retirado

⁷⁶ Música "Filho Meu" do grupo Diante do Trono, disco "Eu e a minha casa".

do ônibus, a vida de Júnior foi enredada, involuntariamente, nas tramas das disputas *faccionais*.

Os socos e pontapés, a asfixia com saco plástico e as facadas, e, por fim, as mutilações, não eram meios para a obtenção de informações, antes, a dor infringida e progressivamente intensificada tinha o único propósito de afirmar, através da crueldade, a força e o poderio do BDM, convertendo o corpo de Júnior em uma insígnia de poder. As informações obtidas sob tortura eram pouco relevantes diante do simples fato dele ser um jovem morador de um bairro cujo comércio de drogas era controlado por um grupo rival. Ainda mais considerando o recente recrudescimento dos enfrentamentos entre BDM de Itinga e CP de São Cristóvão. A morte de Júnior se insere em um conjunto de retaliações do BDM contra o CP, desencadeadas a partir do homicídio de seus dois integrantes em São Cristóvão, ocorrido na semana anterior ao desaparecimento dele. “É uma guerra triste. BDM mata aqui e joga lá em São Cristóvão. O CP mata lá e joga aqui nas Bromélias. É eternamente assim, e eles não estão nem aí que seja inocente”, esclareceu um morador do Residencial. Ainda de acordo com a investigação policial, as ordens tanto para torturar e matar, quanto para, posteriormente, desenterrar e transportar o cadáver para outro local, teriam sido repassadas por mensagens de celular enviadas de dentro de um presídio da capital, presumidamente por Gringo.

O Residencial Bosque das Bromélias, com 2.400 unidades habitacionais, acolheu famílias que anteriormente residiam em áreas de risco de bairros localizados no miolo da cidade de Salvador, onde a facção Caveira detinha o controle do comércio de drogas. “Veio muita gente de bem desses locais, mas também pessoas ligadas à facção e que estabeleceram os pontos de vendas de drogas”, explicou um ex-morador. Inclusive, as primeiras investidas da Caveira contra o CP em 2014 com o objetivo de conquistar o mercado varejista de drogas em Itinga foram organizadas a partir desse Residencial. Posteriormente, com a cisão interna ocorrida na Caveira, o BDM integrou esse conjunto habitacional ao seu domínio territorial. Localizado às margens da BA-526, praticamente fora do perímetro urbano da cidade de Salvador, a inexistência de escolas, postos de saúde, comércio e opções de lazer na área e no entorno do Residencial, compelem os moradores a se dirigirem aos bairros mais próximos, Itinga e São Cristóvão, onde é possível ter acesso a serviços e comércio mais variado. Os serviços de saúde, por exemplo, são acessados preferencialmente

em Itinga. Já os alunos do ensino médio, estudam preferencialmente nas escolas de São Cristóvão.

O assassinato de Júnior e suas circunstâncias afetaram diretamente as rotinas dos moradores e, em particular, dos jovens. Mesmo antes do desfecho trágico, um clima de medo e tensão se difundiu pelo Residencial. “Eles disseram que vão matar quem é, e quem não é envolvido, que andar por São Cristóvão”. Rumores de vingança alarmaram os moradores, sobretudo, os que estudavam em São Cristóvão. Alguns pais, apavorados com as ameaças, sinalizaram que seus filhos não mais compareceriam as aulas até conseguirem a transferência para uma unidade de ensino em outro bairro. “A gente não pode falar nada. Aqui é ‘olho viu, boca piu!’”, ainda assim, a moradora comentou discretamente:

Estão dizendo que vão pegar os estudantes daqui e vão dar o mesmo tratamento que o BDM deu a Júnior. E a maioria dos estudantes pega ônibus no ponto em frente à antiga garagem da empresa de ônibus, que fica perto do reduto da CP. Eles estão falando que vão também invadir as escolas para pegar quem não mora lá. Já têm pais procurando transferir os filhos para uma escola distante.

Nos três episódios relatados acima, a contiguidade e antipatia espacial de vítimas e algozes, em relação aos locais onde ocorreram os assassinatos, foram transpostas para a superfície do corpo através da violência física. Na embosca em São Cristóvão, a dissonância (antipatia espacial) introduzida pela presença dos integrantes do BDM no espaço rival foi neutralizada através da morte dos invasores, reestabelecendo a ordem moral da *facção* local, no caso o CP. Já na chacina em Portão, os integrantes do BDM lograram transferir a dissonância corporal-espacial decorrente da presença deles no território rival para as vítimas, transformando-as por meio do ato violento em duplos invertidos e poluidores dos algozes. Em ambos os casos, a reciprocidade violenta decorrente da rivalidade entre BDM e CP foi expressa através de trocas materiais e simbólicas entre superfícies espaciais e corporais, diversa e situacionalmente valoradas em função das relações miméticas estabelecidas ou presumidas com as *facções*.

Essa interpretação é igualmente válida para a tortura e o assassinato de Júnior, um jovem morador do bairro de Portão sem qualquer envolvimento com o tráfico de drogas. Todavia, nesse caso, a antipatia espacial é, em um primeiro momento, neutralizada para, na sequência, ser reativada. Ao transgredir desavisadamente as fronteiras simbólico-espaciais do BDM no Residencial Bosque das Bromélias, local com forte presença de signos de pertencimento *faccional* e, portanto, onde o encaixe

semântico do ordenamento moral local é rigidamente vigiado, a presença de Júnior foi logo identificada e as inferências sobre o bairro de residência foram suficientes para selar o destino dele. Por conta dos desdobramentos que se seguiram ao desaparecimento, o corpo de Júnior, saturado de sinais quase-orgânicos (os ferimentos) da agência dos agressores (portanto, um duplo invertido e poluidor dos algozes), foi deslocado do Residencial para o bairro de São Cristóvão, reintroduzindo a antipatia espacial, desta feita, no território rival.

As transferências de paradigmas territoriais para a superfície dos corpos descritas nos três episódios a partir da identificação de contiguidades e antipatias espaciais aproximam, de uma forma curiosa, fronteiras e corpos (incluindo, cadáveres). Ambos são pontos de separação e contato, logo, limiares que definem o espaço de troca, frequentemente violenta, mas carregada de simbolismo, entre os coletivos criminais, isso porque a relação metonímica entre território e corpo possibilita a circulação de signos e valores, inscritos tanto na materialidade urbana, quanto na carne. O assassinato, enquanto forma de circular códigos *faccionais* (*dar um recado* ou *passar uma mensagem* são expressões ocasionalmente empregadas para se referir aos ataques contra rivais), é o meio apropriado para inverter (ou reestabelecer) essa relação metonímica, graças a introdução (ou eliminação) de um elemento impuro por meio da cadeia de contágio simpático formada entre algoz, arma de fogo e vítima, que transforma o corpo desta última em um simulacro do primeiro. Nesse sentido, o assassinato é um ato gráfico (de inscrição) e o cadáver um texto inscrito. O corpo, ocupando alternada e situacionalmente as posições de sujeito (algoz) e objeto (vítima), é um agente de inscrição e uma superfície inscrita.

Se a *faccção* é um “dispositivo retórico para a produção de fronteiras” (GRILLO, 2013, p. 101), sua enunciação é uma ação performativa que toca a carne daqueles que são produzidos enquanto coletividade, convertendo seus corpos em fronteiras móveis. A sedimentação dos signos *faccionais* na carne é a contraface da desmaterialização violenta do corpo, enquanto superfície prescrita de inscrição e apagamento desses signos. Ao ferir (matar) um rival, o agressor produz uma contiguidade tátil e projeta na vítima (ainda que indiretamente através de uma arma) os signos *faccionais* do seu território. A redução violenta do corpo a suas partes ou aspectos desassociados, a exemplo dos ferimentos e mutilações, corresponde a uma concentração mimética desses signos. Essa fragmentação material do corpo encontra expressão também na linguagem, através do emprego, muito frequente, da palavra

cortar para se referir ao ato de matar uma pessoa. Todavia, esse processo de concentração mimética nas partes do corpo é reversível. A vítima não apenas encapsula totalidades sociais mais amplas (os coletivos criminais), como também opera enquanto um manipulador simpático dessas mesmas totalidades, de forma análoga à violência sacrificial (GIRARD, 1990).

A marcação do corpo pela violência é também uma forma de produzir alteridades radicais frequentemente encarnadas em identidades coletivas (o *alemão*, o X9, a polícia) e, no mesmo movimento, comprová-las. O encaixe semântico entre corpo e território recorrentemente acionado para esse propósito, nem sempre é suficiente para identificar esse Outro. Por um lado, o *inimigo* pode ser interno e preencher esse requisito, como no caso do X9 ou do *traíra*. Por outro, não obstante o contraste dramático atribuído ao Outro, como se as diferenças fossem incomensuráveis, logo, facilmente percebidas, o fato é que o *alemão*, por exemplo, é profundamente igual, no mínimo, muito parecido com os *irmão da família*. Um *patrão da vida loka* do CP de São Cristóvão e outro do BDM de Itinga, salvo a exibição de um signo associado a suas respectivas facções (como as iniciais), são indistinguíveis. A diferença daquele que parece absolutamente como nós (ou melhor, *nóis*), mas não é, faz desabar o limite claro entre o "eu" e o Outro, impondo, no caso do tráfico de drogas, uma perigosa e catastrófica afinidade mimética, já que, no limite, ser identificado como Outro equivale a receber uma sentença de morte. Produzir a diferença do profundamente igual é imprescindível para a “construção de alguma identidade mínima de pertencimento e solidariedade interna” (MISSE, 1999, p. 197).

O trabalho das formas da estética da violência atualizado através de práticas de consumação, quando direcionado para a produção de alteridades radicais, ou seja, para a negação da subjetividade de certas categorias de indivíduos, assume uma configuração similar à estrutura mimética de atribuição e contra atribuição descrita por Horkheimer e Adorno ao longo da discussão sobre o antissemitismo (2002, p. 147-153). Aos *alemão* é imputada uma série de idiosincrasias. Eles não têm *ideia*, *conspiram*, são desleais, covardes, matam pelas costas, *oprimem* e maltratam os moradores. Escapam à grade normativa do *certo*, manifestam qualidades animais e são reféns de estímulos biológicos fundamentais. Não à toa que os integrantes do BDM denominam os *alemão* do CP de *passa-fome* ou *escorpião*. Sendo eles assim, não merecem respeito, misericórdia, perdão, empatia. Pelo contrário, as idiosincrasias atribuídas despertam nos rivais “momentos de pré-história biológica:

sinais de perigo que fazem os cabelos arrepiar e o coração parar” (2002, p. 148). A animalidade atribuída é, portanto, mimetizada pelos membros da *facção* e, na sequência, mobilizada contra os *alemão* através da violação cruel e desumana dos seus corpos (“é pra estragar velório, é de caixão fechado”), confirmando, assim, a assertiva inicial sobre as idiosincrasias e, por tabela, a identidade desse Outro.

Nesse processo, a negação do Outro é, paradoxalmente, realizada por meio da aplicação de um princípio de identificação. O membro da *facção* lança-se, projeta-se em direção à representação dessa alteridade radical, incorporando aquilo que lhe parece mais grotesco, soturno e, portanto, temido. O que envolve, evidentemente, uma certa dose de sedução pelos *alemão*. Sedução que, por seu turno, representa a transgressão, no plano mágico da mimese da alteridade, de um dos interditos mais severos do *crime*, a proibição de contato (a não ser o violento) com os *alemão*. Logo, deve-se evitar o risco de, porventura, se perder nessa identificação e, inadvertidamente, tornar-se Outro. Essa moderação é alcançada graças ao “truque de dança entre o muito parecido e o muito diferente” realizado pela mimese, a sutil e complicada habilidade de criar estabilidade a partir da instabilidade de “ser igual e ser Outro”, algo indispensável à formação de identidades, pois “a questão não é tanto permanecer o mesmo, mas manter a semelhança através da alteridade” (TAUSSIG, 1993, p. 129)

Em um ambiente no qual os *inimigos* (rivais e desconhecidos, ou aliados e amigos) estão por toda parte, escondidos e dissimulados, e a paranoia influencia amplamente o funcionamento das relações de identidade e alteridade, o mecanismo da atribuição e contra atribuição fornece aos seus operadores um meio de estabilizar essas relações, de forma similar a uma petição de princípio. Mesmo “sob os disfarces mais pacíficos e inofensivos”, esse mecanismo permite “ver as pessoas por dentro”, ainda que já se saiba de antemão “o que há por trás daqueles disfarces”. Esse desvelar corresponde àquilo que Canetti denominou de “desmascaramento”, em um sentido muito próximo a revelação de um segredo, cujo conteúdo já é previamente conhecido. É próprio ao desmascaramento “que sempre se saiba o que se vai encontrar depois [...] persegue-se o esperado com terrível certeza (2019, p. 477). O desmascaramento é, portanto, aparentado a revelação de um “segredo público”, entendido como “aquilo que é geralmente conhecido, mas não pode ser articulado”, a não ser quando a “profundidade torna-se superfície de modo a permanecer profundidade” (TAUSSIG, 1999, p. 5). No que diz respeito à produção da alteridade

radical no *crime* através de atos violentos, é como se a transgressão da superfície do corpo através da força (estética) de (de)formação da violência fizesse emergir e, dessa forma, revelasse um segredo escondido no seu interior, que, todavia, já era conhecido de antemão.

Dito isso, é importante debruçar-se sobre a tortura e a morte de Júnior, pois a dramaticidade desses acontecimentos põe em evidência um dos mecanismos de produção da aura de poder das *facções*. Após ser retirado à força do ônibus, Júnior foi submetido a agressões cada vez mais cruéis, alternadas com perguntas sobre quem ele era, onde morava, por que estava ali. Todavia, essas agressões não tinham por objetivo precípua extrair informações supostamente ocultadas pela vítima e que, por isso, deveriam ser extraídas à força. Júnior não apresentou qualquer resistência, nem hesitação para prontamente esclarecer quaisquer dúvidas sobre ele e suas intenções. O ato de responder era mais crucial do que o conteúdo veiculado, até mesmo quando as respostas já não mais podiam ser articuladas através da linguagem e se tornaram gritos e gemidos de dor provocados pelos mais variados instrumentos: saco plástico, pedaço de pau, faca e, por fim, arma de fogo.

A cada agressão, uma ferida. Feridas paulatinamente acumuladas e alastradas por todo o corpo, colonizando-o enquanto signos da alteridade dos algozes. Já não se tratava mais de um indivíduo. O corpo de Júnior foi, agressão por agressão, desassociado de sua individualidade e abstraído na forma de um referente do espaço rival. As margens corporais passaram a equivaler às fronteiras territoriais do CP. Transgredir o corpo era, portanto, uma forma de transgredir as fronteiras territoriais do rival. Ao final da sessão de tortura, o corpo de Júnior havia sido “invadido” e “tomado” pelo BDM. “Itinga é tudo 3”, tal como se lê em alguns muros do bairro, também foi inscrito na carne através da amputação dos dedos do pé.

A produção da aura de poder das *facções* apresenta uma estrutura muito similar aquela da tortura praticada por regimes políticos, composta pela ocorrência simultânea de três fenômenos: inflição da dor, objetivação dos atributos subjetivos da dor e tradução dos atributos objetivados da dor em insígnias de poder (SCARRY, 1985, p. 27-59). Como forma de produzir efeitos de realidade e, assim, aparecer como força material eficaz, a *facção* se apropria de alguns atributos da dor⁷⁷ infligida na

⁷⁷ Dentre os atributos da dor, Elaine Scarry inclui: realidade incontestável, resistência à objetificação, dissolução das fronteiras entre o dentro e o fora, fusão do público e do privado, capacidade de destruir a linguagem, totalidade, contração e dissolução do mundo da vida (1985, p.52-56).

vítima, em especial, sua realidade incontestável e capacidade de desfazer o mundo da vida, e os transforma em uma asserção de poder.

Para tanto, é necessário, em primeiro lugar, objetivar os atributos subjetivos dor, o que é feito através dos atos, palavras e armas do algoz, mas principalmente, do contato das armas (qualquer objeto utilizado para causar dor ou matar) com o corpo supliciado. Isso porque, as armas arrastam a dor para fora do corpo, em direção ao mundo visível, tornando-a uma realidade palpável para terceiros, e nesse mesmo movimento, separam alguns dos seus atributos da origem, a vítima, disponibilizando-os para serem anexados (mimetizados) por outros referentes (distintos do corpo humano) que por si só não dispõem deles (no caso, a *facção*). As armas convertem a dor da vítima no poder do algoz, logo, não é mais a dor, mas a *facção* da qual ele faz parte que é uma realidade incontestável, capaz de intervir no mundo da vida.

Para finalizar esse processo, denominado por Scarry (1985), de ficcionalização do poder é ainda necessário traduzir os atributos objetivados da dor em insígnias de poder, mediante a transformação do corpo da vítima em linguagem, ou melhor dizendo, em superfície de inscrição. O tradutor e o instrumento de tradução serão aqueles mesmos responsáveis por ocasionar a dor, o algoz e o ato de violência física, respectivamente. Será através da exibição obsessiva da agência do algoz por intermédio das marcas (ferimentos) deixadas no corpo da vítima que a dor será convertida em ficção de poder. Não importa o quão arbitrária, heterogênea e dessemelhante seja a associação entre o ferimento e a *facção*, porque, no caso desses signos de poder, o significante tem predominância sobre o significado, o que realmente importa é a materialização pela inscrição (DURKHEIM, 1964; TAUSSIG, 1993). A tortura, o homicídio, a agressão e demais atos de violência física não representam a aplicação do poder, ao contrário, eles o fabricam a partir do corpo da vítima, pois é nessa superfície que a *facção* emerge como força material eficaz através da agência do algoz. A *facção* é, dessa forma, reificada e fetichizada no corpo das vítimas através da violência infligida.

4.2 A família é uma só, tudo 3 de coração

Ruan, atualmente também conhecido pela acunha de Mata-Rindo, mudou-se com a família para o Residencial Dona Lindú, em Itinga, na transição da infância para

adolescência e imediatamente se deslumbrou com a estrutura de lazer (quadra de futebol, parquinho, quiosque) e, ainda mais, com a quantidade de crianças para brincar. Antes, a família residia na Invasão do Japonês (bairro de Vila Praiana), assim como outras famílias sorteadas para esse empreendimento do MCMV. Ao mudar de bairro, Ruan também mudou de escola. Essa última transição, todavia, foi muito conturbada. Teve dificuldades para se enturmar com os novos colegas de sala e, cada vez mais, manifestava resistência para ir ao colégio. Apesar da família ter adquirido a casa própria, a situação financeira já delicada, se deteriorou ainda mais. As fontes de renda eram instáveis, dependiam dos *bicos* feitos pelo pai na área da construção civil e dos ganhos auferidos pela mãe enquanto diarista.

A mudança para o apartamento acarretou novos custos mensais, contas de água e luz, além das prestações do financiamento do imóvel e do empréstimo da Caixa Econômica Federal para aquisição de móveis e eletrodomésticos, ambas recorrentemente atrasadas, formando uma bola de neve de dívidas impagáveis. As roupas de segunda mão, surradas e remendadas, o tênis quase sem solado resvalando o dedão do pé para fora, tornaram Ruan motivo de chacota entre os colegas do novo colégio. Apelidos e brincadeiras diárias o isolavam e afastavam o novo aluno do ambiente escolar, “não dava gosto de ir pra escola assim, todo esfarrapado, ninguém chegava perto de mim”, confessou com um misto de rancor e tristeza. Já nos primeiros meses de aula, um dos apelidos dados ao novato pegou e Ruan passou a ser chamado de “Cheiroso”, pois seus colegas diziam que ele fedia e, não raro, aspergiavam desodorante na sua direção.

A frequência nas aulas diminuía conforme o desgosto pela escola aumentava. Antes da mudança, gostava da antiga escola, menos pelas aulas, é verdade, desde então consideradas pouco atrativas e desinteressantes, e mais pelas amizades e interações (conversas, jogos, brincadeiras, namoros) propiciadas pela convivência com os pares naquele espaço. Isso, todavia, não implica na falta de apreço pela educação, pelo contrário. Ruan a valoriza, admira quem prosseguiu nos estudos e reconhece o quanto é importante para a vida adulta e profissional. Porém, o ambiente da nova escola retirou sua principal motivação e, pior, tornou-se fonte de baixa-estima. Menor a presença na sala de aula, maior o tempo despendido na rua conversando, brincando ou pedindo dinheiro em sinal para comprar lanches, doces e refrigerantes.

De vez em quando ia a escola. E lá conheceu “uns meninos um pouco mais velhos” enquanto cabulava aula na quadra de esportes desativada para reformas. Nos

dias seguintes, frequentou a escola como há muito tempo não fazia, apenas para encontrá-los e se enturmar. Não o desprezaram, nem o destratarem como os colegas de sala, apesar de Ruan ter imediatamente notado a diferença na forma deles se vestirem, “só pano de marca, batidão, relógio”. Nem sempre os encontrava, mas quando isso acontecia “ficava colado neles, só de gastação, resenhando, ouvindo as histórias sobre o crime”. “Eu olhava eles, ouvia aquelas histórias pilhado, parecia que tava vendo filme na tv. Aí bateu maior vontade de ser bandido mesmo. Queria ser igual a eles. Só pensava nisso”. Mas, naquele momento ainda havia uma distância entre o desejo e sua realização, “eu ainda não me garantia”, revelou enfatizando o advérbio.

Ainda não, mas depois de alguns meses pegou a primeira *guia* de maconha, cinquenta *dolinhas* de R\$ 5 cada. Uma quantidade relativamente pequena e de baixo valor. Demorou uma semana para vender toda a mercadoria e lucrou R\$ 50. Um valor a princípio irrisório ante os riscos e o tempo gasto, mas, de posse da nota, os olhos de Ruan brilharam, “nunca tive uma onça na mão [...] não sabia se comprava alguma coisa ou ficava com ela na mão, só olhando”. Acabou dando o dinheiro para a mãe. Disse a ela ter encontrado o dinheiro no chão, perto de um ponto de ônibus. “A velha pegou e foi logo no mercadinho, voltou cheia de sacola na mão”.

Com a confiança adquirida, na segunda *guia*, além da *carga* de maconha, pegou também 20 *papelotes* de cocaína de R\$ 25 cada, triplicando o lucro. Dessa vez, foi ao shopping e, após vencer a hesitação inicial do vendedor em atendê-lo, finalmente comprou um par de tênis. Até hoje, diferentemente da maioria dos jovens de sua idade, prefere usar tênis a chinelo, mesmo que seja apenas para ir à padaria comprar pão ou ficar na calçada conversando com os amigos. Invariavelmente, se Ruan está fora de casa, seus pés estão calçados com tênis, dedão do pé à mostra, nunca mais. Hoje, alguns anos depois da entrada no tráfico, avalia estar em uma “posição de boa”, a “ideia” (*boca*) não é dele, mas enxerga a possibilidade de futuramente “botar uns meninos pra vender pra mim lá”. Afinal, deseja ser *patrão da vida loka*, “só esperando o dinheiro chegar”, trabalhando pelo celular, sem vender drogas diretamente e sem trocar tiros.

Hoje eu estou numa posição de boa. A ideia lá não é minha não. A ideia é do Coroa, mas no futuro eu tenho como botar uns meninos pra vender pra mim lá. Eu, é claro, não vou tá presente. Eu vou estar só pelo celular ganhando dinheiro. Então, tipo assim: vai ter gente vendendo e fazendo e acontecendo, mas não vai saber quem sou eu, não vai me ver. Porque eu vou estar só ganhando dinheiro: “Vai lá e bota na conta pra mim”. Pronto! No futuro eu não

vou tá na boca vendendo droga, trocando tiro. Eu vou estar de patrão, sossegado, só esperando o dinheiro chegar em mim.

Enquanto espera o dinheiro chegar, o aspirante a *patrão da vida loka* aproveita a “posição de boa” galgada no tráfico local. O visual esfarrapado e o apelido de “Cheiroso” agora pertencem ao passado. Ruan preza, e muito, pela boa aparência. “Feio e esperto com uma cara de mal”, foi com esses versos de uma música do MV Bill, de quem é grande fã, que ele se descreveu logo que entrou no *crime*. Hoje em dia, não mais se considera feio, investiu (e investe) muito dinheiro para sempre estar “bem-apessoado”. Não sai de casa sem estar vestido com alguma roupa de *marca*, a preferida é a Seaway. Inclusive, da última vez que esteve na barbearia, pediu para o atendente desenhar essa marca na lateral do cabelo. Colares e anéis também compõem seu visual, principalmente quando frequenta algum evento social. Nessas ocasiões, gosta de estar o mais adornado possível ou, nos seus termos, “todo blindado”. Porém, o item realmente indispensável, além do tênis, é o perfume. Ambos intimamente relacionados aos seus traumas escolares.

A vaidade cultivada cotidianamente tem seu preço, consumindo boa parte dos rendimentos auferidos na *boca*. Antes de se tornar *pedido* (por rivais e policiais), gostava de frequentar as festas de pagode com os amigos. Hoje esse tipo de lazer é muito circunscrito, no mais das vezes, frequenta bares nas imediações do conjunto onde reside. Um tipo de comércio que lucra com jovens como Ruan, sempre disposto a esbanjar dinheiro com bebidas alcoólicas, sobretudo quando é para impressionar e conquistar as *novinhas*. No bar onde sua presença é mais frequente tem conta no seu nome, paga somente no final do mês, afinal é um cliente fiel e bom pagador. Não raro, essa facilidade causa surpresas, drenando seu dinheiro. Diz desconfiar do dono do bar, insinuando acréscimos indevidos de itens consumidos na conta. Mas, “o cara é gente boa”. O comércio de bebidas beneficia-se dos gastos desregrados de Ruan, tanto quanto o comércio onde ele trabalha. A facilidade de acesso às drogas, muitas vezes vendidas a fiado para ele, endossa o ditado recorrente, segundo o qual “o que ganha fácil, sai fácil”. Um dinheiro que não traz lucro, não gera investimentos, como se fosse estéril. Ou ainda, “dinheiro amaldiçoado”, pois induz a cobiça e gera inveja, o popular *olho gordo*. O dinheiro amaldiçoado é irmanado à desconfiança generalizada.

Apesar de ainda não ser *patrão da vida loka*, faz questão de salientar sua “influência” no local onde mora e atua, que qualifica como “nem boa, nem má”,

depende da *visão* de cada um. Alguns se sentem atraídos pelo seu estilo de vida, fascinados pelas roupas de *marca*, as histórias sobre seus feitos, as *novinhas dando mole*, o dinheiro no bolso e a arma na cintura. Difundido por todos os estratos sociais, e nem de longe atributo de um grupo social em particular, a tríade composta por poder, dinheiro e *fama* assume contornos funestos e aterrorizantes quando alavancados nas bordas periféricas do comércio varejista de drogas, tal qual na música do Mv Bill⁷⁸. Não é à toa que a maioria dos moradores do Residencial apenas o respeitam porque tem medo. “Esse menino toca o terror aqui”, assim Vera, uma moradora do Residencial, o definiu. Para ela, a “influência” de Ruan (e de outros como ele), além de “má influência”, deve ser contida, impedida de espalhar-se e contagiar as crianças. Ainda assim, muitas delas querem ser iguais a ele, e o próprio Ruan reconhece, mas as adverte “o crime não é o creme”, é preciso se *garantir*, assumir os riscos, arcar com as consequências e as responsabilidades decorrentes da vida no *crime*.

Eu sou uma pessoa influente na comunidade. Tem muito menino de nove, de doze anos que olha, que vê e quer seguir. Os pivetinho quer ser igual. Eu não sou nem boa, nem má influência, porque cada qual tem a sua visão, mas as crianças de hoje em dia tá assim. Se chegar um pivetinho pra mim “Pô, quero ir pra pista! Quero adiantar uma situação”, dou logo um tapa na cara dele e saio andando. Ninguém é pra tá nessa situação, mas o caso é que... O cara tem que se garantir. O crime não é o creme que passa no cabelo, pô!

O Residencial Dona Lindú, assim como todo o bairro, tem o comércio varejista de drogas controlado pelo Bonde do Maluco. “Fecho com o BDM, trabalho pro maluco”, respondeu Ruan ao ser questionado se fazia parte de alguma facção. A pergunta causou certa perplexidade, pois, como ele mesmo havia dito pouco antes, “hoje não tem tráfico que não seja de facção”. Aproveitou o ensejo da pergunta descabida para explicar com uma comparação: “O cara que é 157 não precisa se envolver em facção. Ele não entra em nada, ele rouba. Só entra em facção se quiser. Quem vende não! Se você tá ali em uma boca de fumo, você já se envolve”. Ele, portanto, “fecha com o BDM”, e, no contexto atual mais especificamente, faz parte do *Bonde do Azuado*, sob comando de Gringo, o *cabeça-cara*. O BDM, para Ruan, é como se fosse uma família, embora não seja “família mesmo”. Acolhe e oferece segurança contra os *alemão*, principalmente agora que o “BDM tá tomando tudo”. Mas, ao mesmo tempo, também tem muita ambição, pessoas que “não são amigos, nem parceiros” e só querem ascender “derrubando o outro”, pois têm *olho gordo*. Inveja e desconfiança caminham lado a lado, por isso, é preciso estar sempre atento.

⁷⁸ Música “Soldado do morro” do rapper MV Bill, disco “Traficando informação”.

Como exemplo, recordou a “traição” de Morceirão e complementou citando o verso de uma música do Racionais MC’s “A inveja existe e a cada dez, cinco é na maldade”⁷⁹.

Eu me sinto seguro fazendo parte da facção porque se eu não fizer parte os passa-fome [integrantes do Comando da Paz] vai atrás de mim pra me pegar e me matar. Eu tenho rixa com os caras da CP, da Katiara. Então pra mim o BDM é a melhor facção pra eu estar [...] Entre nós, nós é família. Mas família mesmo é minha família: minha mãe, meu pai e meu irmão. Eu trato eles como uma família, porque tipo assim: eu posso rodar qualquer parte de Salvador que o BDM tá tomando tudo. Então qualquer lugar que eu for, que eu entrar e tiver escrito BDM ninguém toca em mim. Agora, tem ambição também. Às vezes tem gente que tá no meio de nós e não é amigo, nem parceiro. Só quer crescer derrubando o outro. Aí, por isso que quem tem olho grande não vai pra China.

Além do *olho gordo*, fonte ininterrupta de desconfiança interna aos próprios pares, a relação com a *facção* é percebida por Ruan de forma bastante assimétrica. Ainda que seja “influyente na comunidade” e *considerado* entre seus pares por conta da fama de matador, na sua avaliação, ele não é imprescindível, nem necessário ao BDM. Na breve trajetória pelos meandros do *crime*, já se deu conta da grande rotatividade dos seus personagens, superlotando celas nas prisões e preenchendo covas nos cemitérios. Não importa quantas prisões e mortes ocorram, sempre tem alguém para entrar no lugar, conforme ele próprio observou, “os pivetinho quer ser igual”. Ao fim e ao cabo, a lucidez trágica de Ruan sobre seu papel dentro da *facção* é surpreendente, tal qual expressa no seguinte trecho de uma conversa: “O BDM precisa de você? Rapaz, pra mim não precisa. Você precisa do BDM? Eu preciso. Então, você acha que o BDM não precisa de você, certo? Isso, não precisa, mas eu preciso dele”. Assim como sua própria figura, que gravita entre a atração e a repulsa, encanta e ao mesmo tempo apavora, a relação com a *facção* é marcada pela ambivalência afetiva.

Apesar de não ser totalmente explícito nas conversas, as expressões faciais e gestos em determinados momentos permitiram vislumbrar alguns sabores vivenciados por Ruan enquanto operador do tráfico, incluindo críticas veladas a própria forma como esse comércio está organizado. Em certa ocasião, ao relatar o primeiro homicídio cometido, seu desconforto e irritação foram visíveis, isso porque a prática desse crime foi uma imposição de Gringo para Ruan como forma quitar uma dívida, naquele momento, impagável. O aspecto reprovável da situação não foi a proposta de extinguir a dívida em troca da execução, cuja vítima, vale ressaltar, era também um devedor. Mas, sim, a origem do débito financeiro com a *facção*.

⁷⁹ Música Vida Loka (parte I), Racionais MC’s, álbum Chora agora, Ri depois.

Durante uma perseguição, na tentativa de se desvencilhar dos policiais, optou por ocultar em um terreno baldio a mochila contendo a *carga* e uma arma, facilitando assim a fuga. A estratégia foi bem-sucedida, porém os policiais localizaram e apreenderam a mochila. Por conta do sistema de consignação, base de funcionamento do tráfico varejista, associado à responsabilização total do vendedor pelos riscos, incluindo a perda da mercadoria, Ruan contraiu uma dívida alta, incrementada ainda mais pela arma perdida. Resultado, diante da impossibilidade de arcar com o débito, assumiu a responsabilidade por executar outro devedor, este por não ter pagado a droga consumida.

Seja como for, esse homicídio, o primeiro de muitos, inadvertidamente ajudou a construir sua atual *fama*, a de matador. Até então, havia participado de tiroteios contra os *alemão* e policiais, mas não havia matado. Na mesma conversa, lembrou ter cometido mais dois homicídios, pouco tempo depois. Diferentemente do primeiro, não tiveram nada a ver com as atividades do tráfico, excetuando a arma utilizada. A motivação de ambos foi passional, envolvendo vaidades e disputas em torno de relações amorosas. Esses episódios ganharam notoriedade entre seus pares e se tornaram assunto recorrente nas rodas de conversa, alavancando sua *fama* de matador.

As estórias desses e de outros feitos, narradas repetidas vezes, começaram a delinear uma faceta da personalidade de Ruan que, aos poucos, seria condensada no apelido, Mata-Rindo. Essas estórias contadas e recontadas nas rodas de conversa ressaltavam a tranquilidade e a frieza de Ruan no momento dos homicídios, assim como um certo prazer na crueldade. “Você é considerado? Sou. Quem te considera? Todo mundo que eu conheço. Por quê? Por causa da minha fama. E qual é sua fama? Matador. Você tem fama de matador? É, mata rindo. E você gosta dessa fama? Gosto”. Hoje se diz matador. Além da função na *boca*, eventualmente recebe as ordens, através de mensagens no aparelho celular, para executar alguém. Desconhece os motivos e raramente conhece aqueles que são *pedidos*, apenas obedece.

Com o passar do tempo, a *fama* deu origem a um boato, o qual ele não endossa, mas tampouco refuta. À boca pequena, dizem que Ruan tem o hábito de lamber o cano da arma para sentir o gosto do sangue de suas vítimas. Gesto repetido toda vez que é incumbido da responsabilidade de *cortar* alguém. Tal hábito seria decorrência dos efeitos deletérios dos assassinatos cometidos sobre sua saúde

mental, “endoidou”, comentam. Estado psíquico que teria se agravado quando o próprio Ruan sofreu uma tentativa de homicídio por policiais. Lamber a arma seria uma expressão da angústia provocada pelo ato de matar e pelas mortes. O outro lado da moeda, em oposição à *adrenalina* e excitação despertada, por exemplo, quando a vítima é *alemão*. Marta-Rindo também se diz *caçador de escorpião*. *Escorpião* é outro termo utilizado para denominar os *passa-fome*, integrantes do Comando da Paz. Após se vangloriar da reputação de matador e mostrar todo seu desprezo pelos *alemão*, que só mereciam “velório de caixão fechado”, fez questão de reproduzir no seu celular a música de pagode feita pelos *parceiros das casinhas*.

E pode crê que eu tô chegando
A favela é barril
Um salve pro Lobato, um salve pro Campinho
E nas casinhas é pura disposição
Em Brotas, em linha de trem
Caçador de escorpião
Se na cadeia é faca, na rua é só 40
O Bonde do Maluco nem a PETO guenta

E bota a cara nas casinhas, que nós bota pra voltar
Que aqui é o BDM e o terror vai começar
Nós é filho do doido, mata e arranca o pescoço
E se nós vê escorpião, nós passa o rodo
Nosso bonde é desse jeito, nós ostenta ouro puro

Trabalha pra quem? Trabalho pro Maluco (x3)

E nós caminha pelo certo, não cola com vacilão
É muita bala na cara das puta e dos alemão
Nós dá tiro de 40, nós dá tiro de oitão
Os meninos são maluco aqui no Itinguistão
Como é o nome do bagulho? O bagulho é de ladrão
E o Bonde do Maluco é caçador de escorpião

As vicissitudes experimentadas por Ruan no comércio varejista de drogas não se limitam ao regime de consignação e às dívidas daí decorrentes. Incluem também a relação com a polícia e o sistema de justiça penal. Apreensões, prisões e torturas pontuam sua breve trajetória no *crime*. Ainda menor de idade foi apreendido em flagrante com uma pequena quantidade de drogas, o suficiente para ser acusado de ato infracional análogo ao tráfico de drogas e sentenciado com medida socioeducativa de internação na Casa de Atendimento Socioeducativo – CASE de Salvador. “Tirei dois meses e quinze dias no presídio de menor”, uma experiência aterrorizadora por causa da inexistência de divisão por *fação* entre os internos, algo que lhe causou certa perplexidade, “uma onda feia da porra”. O ambiente de constante tensão, o entrar e sair de internos e a demora na soltura deixaram Ruan com um “ódio desalmado”.

“Entrei lá dentro e saí pior”, concluiu sobre os meses de privação de liberdade no socioeducativo.

Lá é uma coisa de maluco, sabe por quê? Porque lá não é separado que nem o presídio. Lá é todo mundo junto. Todas as facções juntas. Entendeu? Então, é uma onda feia da porra. Eu sou de uma facção, ele é de outra, ninguém pode dar um salve da facção. Porque senão fica um afrontando o outro. Mas todo mundo sabe quem é quem e quem não é [...] Quando eu cheguei sabe quantas pessoas tinha lá dentro? Setenta pessoas na parte que eu estava. Depois de um mês tinha cem. Depois de dois meses tinha cinquenta. Eu estava já cheio de raiva porque eu via um bocado chegar e sair. E eu nada. Eu vi os caras chegar hoje e sair amanhã. E eu nada, naquele sofrimento e com um ódio desalmado.

O “ódio desalmado” sentido durante o período de internação na CASE foi amplificado exponencialmente pelas seguidas *encurralações* policiais vivenciadas por Ruan. Encarregado de dar cabo daqueles que são *pedidos*, ele próprio é um deles: “sou pedido pela polícia”. Igualmente a muitos outros relatos sobre as interações conflituosas com policiais em Itinga, a maioria das *encurralações* narradas por Ruan envolve o famoso Voyage cinza, normalmente utilizado pelo serviço reservado da PM (conhecido como “P2”) e seu personagem mais recorrente, Satã.

O Voyage cinza me pegou uma vez e me deu um bocado de pau. Eu tava com R\$ 250 na bolsa, ia pra praia com minha namorada. Tava fumando uma maconha e tava com uma balinha [ecstasy] na bolsa. Ele me pegou e eu falei assim: “Calma! O que eu tenho é isso aqui!” e mostrei a droga. Os caras me deu um pau sem miséria. Invadiu a casa de um morador comigo, me botou no saco cinco vezes. Falou que ia matar. Ficou naquele negócio de engatilha, desengatilha arma, fingindo que ia atirar na minha cabeça. Passando na frente de todos os morador, mostrando que era traficante, que era isso e aquilo. Depois de muito tempo, de muito pau e cacetada, levou pra delegacia. Chegou lá, o cara levou R\$ 100 e meu J5 [modelo de celular] que eu tinha comprado no outro dia. Aí pegou a bolsa e me devolveu com R\$ 150 e a balinha dentro. Vê se pode uma porra dessa? É o que eu digo, a polícia é encurralação pura.

Dos inúmeros conflitos com policiais, raramente dentro dos termos da lei, um em particular, ocorrido há cerca de um ano, deixou marcas indeléveis e dolorosas na memória e no corpo. O próprio Ruan não fala sobre esse episódio, nem mesmo a ele se refere. Aliás, a capacidade de falar é justamente o ponto crucial do desfecho desse incidente. Não obstante isso, a notoriedade e a evidência material desse encontro desafortunado fazem parte das estórias contadas sobre ele. Com pequenas variações, os relatos convergem para a captura de Ruan por dois policiais à paisana do serviço reservado da polícia militar. Porém, ao invés de ser encaminhado para a delegacia, os policiais o colocaram encapuzado no porta-malas do carro, saíram do Residencial em direção à estrada CIA-Aeroporto (BA-526) e adentraram uma estrada vicinal de terra batida. Lá retiraram Ruan do carro, ataram suas mãos e iniciaram um

interrogatório com o objetivo de obter a localização dos acusados de terem participado de uma chacina no bairro de Portão, atribuída a integrantes do *Bonde do Azuado*. As perguntas eram alternadas com ameaças e agressões de todo tipo. Após horas, perante a resiliência de Ruan e sem conseguir informações relevantes a despeito da sessão de tortura, um dos policiais sacou a arma e atirou contra a cabeça dele.

Afortunadamente, o tiro não foi fatal, graças a falta de pontaria do policial, que, ao invés de alvejar a cabeça, atingiu a região do pescoço. Ruan sobreviveu fingindo-se de morto, mas sofreu lesões graves no pescoço, o que levou a realização de um procedimento cirúrgico para remoção da laringe (laringectomia), afetando a fala. Para recobrar a capacidade de comunicação verbal, uma pequena prótese com válvula foi implantada em uma abertura (fístula) criada no seu pescoço. A mutilação sofrida e as cicatrizes, coroadas pela prótese alocada entre o exterior e o interior do corpo, macularam a vaidade de Ruan, cultivada desde a compra do primeiro par tênis. A inscrição perene da violência no corpo conecta os opostos da beleza e do horror, da vida e da morte, de forma desconcertante. A exuberância e vitalidade juvenil encontram na superfície do corpo seu meio de expressão e, ao mesmo tempo, o princípio de sua decadência. O lugar da beleza é, ao final, o mesmo do horror.

Mais recentemente, Ruan foi espancado junto com um parceiro por quatro policiais nos fundos do Residencial onde reside. Apesar de não estarem portando drogas ou armas, nem sofrerem qualquer acusação, foram detidos. Segundo Ruan, isso ocorreu porque ele já está *pedido*. A presença de moradores assistindo a sessão de socos e pontapés impediu uma atitude mais drástica por parte dos policiais. Não fosse isso, poderia ter sido novamente levado de viatura para um lugar mais ermo, onde não haveria maiores impedimentos para uma execução sumária. As perguntas sobre onde estariam escondidas as armas e drogas eram, disse ele, mera encenação, pretexto para a *encurralação* que estava sofrendo. O “ódio desalmado”, sentido durante a passagem pela CASE, foi ampliado exponencialmente por esse episódio.

Ainda se recuperando da surra, investiu na compra de uma nova arma de fogo. Vendeu seu revólver 38 e adquiriu por alguns milhares de reais uma pistola calibre 40, adornada com um brasão da Polícia Civil de São Paulo. Prometeu matar os quatro policiais e tatuar uma índia para cada um desses homicídios. De acordo com a cartilha de orientação policial “Tatuagens: desvendando segredos”, elaborada por um tenente da polícia militar e distribuída pela Secretaria de Segurança Pública, as tatuagens de índia no “complexo sistema de representações criminosas” são associadas aos

matadores de policiais. A imagem da Índia representaria “a deusa da beleza, da sedução, que se utiliza de meios e/ou subterfúgios para atrair as vítimas e as oferece em sacrifício ao anjo vingador. Dessa forma ela se mantém linda, oferecendo almas em troca da beleza eterna” (SILVA, 2012, p. 14). Seria esse o modo encontrado por Ruan para reverter os efeitos de degenerescência da violência sobre o seu corpo e, assim, reestabelecer a beleza?

O Ruan de hoje é muito diferente daquele pré-adolescente maltrapilho, excluído pelos colegas da escola, motivo de chacota e com baixa autoestima. A trajetória no tráfico fez dele uma pessoa “influyente na comunidade”, *considerado* entre os pares, com dinheiro para bancar a *putaria*, desejado pelas *novinhas* e “bem-apessoado”. Sempre bem vestido, com roupas e calçados de *marca*, e banhado de perfume, o relativo sucesso no *crime* ganha expressão através da aparência, no cuidado com a beleza. O tênis furado, as roupas desgastadas e surradas e os desagradáveis odores corporais pertencem ao passado, lembrado com certa mágoa.

Todavia, o *ladrão* bem-sucedido também vivencia tragicamente as vicissitudes, angústias e sofrimentos compartilhados por todos aqueles que inscrevem suas vidas no polo saturado da *vida loka*. As *rixas* com os *caras* do CP e da Katiara e o nome *pedido* pela polícia são fonte de insegurança e de ameaças recorrentes a sua integridade física, não à toa, o corpo marcado pela violência é bem evidente na aparência Ruan, maculando o apreço e os esforços dele para tornar a beleza ainda mais bela, embelezar-se. Diante desses altos e baixos, Ruan pode contar com a *família*, que não é exatamente a família dele, mas “entre nós” (ou melhor, *nóis*) é como se fosse. “Trabalho pro maluco”, afirmou Ruan. Sua *família* é o Bonde do Maluco. Uma *família* disfuncional, como todas as outras. Alguns membros só querem “crescer derrubando o outro”, não são nem amigos, nem parceiros. Mas esses não vão longe. Como disse Ruan, “quem tem olho grande não vai pra China”, cedo ou tarde são desmascarados e *cortados*.

A *família* BDM é também uma *maloca*, afinal de contas, os laços de afinidade *faccional* devem ser espacializados para produzir o encaixe semântico entre corpo e território. A ideia de *família* reforça a relação metonímica (parte e todo) entre corpo e *facção*, ao passo que, a de *maloca* acrescenta mais um elemento à cadeia simpática, o território, compondo, assim, as bases da ordem moral local desses coletivos criminais. Além do mais, fazer parte da *maloca* é uma forma de construir o habitar no mundo (HEIDEGGER, 2008). Desde que se tornou parte da *maloca* do BDM, Ruan,

como dito acima, modificou radicalmente seu ser-no-mundo. Prosperidade financeira, bens de consumo, reconhecimento público (nem sempre positivo, é verdade), certa segurança física contra os rivais e, quiçá, ontológica foram conquistas graças ao BDM. Ruan “precisa” do BDM, embora a recíproca não seja verdadeira. Ele tem plena ciência da irrelevância de sua vida ou morte e que não faltariam interessados para substituí-lo imediatamente. Mesmo assim, Ruan não só “fecha com o BDM”, mas “precisa” dele. Há uma dependência material e afetiva, talvez, sobretudo afetiva, por esse ente transcendente, ao qual é atribuída uma onipotência fantasmática fundamental à garantia da própria existência.

Conforme a arguta observação de Carolina Grillo, a “*facção* opera como uma força análoga à do poder sobrenatural em que se crê nas sociedades ditas primitivas [...] como a entidade transcendente à que se atribui a fonte de todo o poder, honra e prestígio distribuído entre os bandidos” (2013, p. 78). Para além de “autenticar o direito de propriedade sobre as *bocas* e a sua subsequente distribuição”, a *facção*, enquanto ente transcendente e fonte de poder, prestígio e honra, é capaz de mobilizar o fluxo afetivo dos seus membros e moldá-lo na forma de uma identificação moral. *Família, maloca, filho, nós* são expressões linguísticas dessa identificação, não apenas um vocabulário, nem apenas metáforas, mas uma racionalidade responsável por um modo de disciplina de si mesmo, ainda que marcado pelo excesso e pela consumação. A identificação moral ajuda a refrear, a conter a lógica mimética da violência *faccional*, criando um sentido de pertencimento, lealdade e identidade, assim como oferece um contraponto ao crime-dispêndio.

Tem filho do coroa Peixe aí? Tem
 Tem filho de Tiozão aí? Tem
 Tem filho de Morcegão aí? Tem
 O bonde é do... Ajeita
 Os parceiros do Ajeita tá no... coração
 Os parceiros do Bonde do Maluco só... fortalece
 A Katiara aqui é na... manha
 A CP aqui é na... manha
 O bonde é do... Maluco
 O bonde é do... Ajeita
 A maloca tá de... coração
 É o parceiro ou não é? É
 É o Ajeita ou não é? É
 Não esquecendo qual é a missão do Ajeita...
 Matar CP sem miséria
 Não esquecendo qual é a missão do Bonde do Maluco...
 Matar CP sem miséria
 Então fala que é nós... É nós!
 E se não for? Nós pega

[...]

A família está reunida na mais pura humildade
 Aqui não rola traíra e também não rola covarde
 E se os coroa mandar pegar, é de verdade
 Ó, ó, ó o coroa é Cabrobó
 Ó, ó, ó o coroa é da maloca
 A maloca do Ajeita, a maloca é uma só

No centro do processo de fabricação da identidade moral entre os operadores do tráfico e as *facções* está o corpo e suas capacidades de vinculação com a ordem simbólica, ou seja, a construção do corpo social no *crime* (SCHEPER-HUGHES; LOCK, 1987; SCHILLING, 1993; DOUGLAS, 2007; TURNER, 2008; TURNER, 2012). No trecho inicial e na primeira seção deste capítulo, o corpo foi tratado tanto como uma fonte de simbolismo através da qual o ordenamento social das *facções* é expresso, quanto como uma superfície privilegiada de inscrição e incorporação desse simbolismo, imprescindível à constituição desses coletivos. À essas dimensões da constituição do corpo social, a identificação moral acresce as potencialidades do corpo para vincular afetiva e emocionalmente os indivíduos à ordem simbólica e moral das *facções*. A *adrenalina*, a *putaria* e a *orgia*, estados de excitação desencadeados pelas práticas de consumação de bens e corpos, são, no mais das vezes, vivenciadas através de referenciais coletivos constituídos a partir da identificação com a *facção*.

Ao executar os *alemão* do CP, Ruan torna-se *caçador de escorpião*, fomenta sua *fama* e quem sabe, em um futuro próximo, consiga “botar uns meninos pra vender pra mim”, tornando-se, enfim, um *patrão da vida loka*. A *adrenalina* dessa e de outras situações-limite é vivenciada por meio de representações coletivas fundamentais à constituição das relações de identidade e alteridade, como expresso na música acima: “Então fala que é nós... É nós! E se não for? Nós pega”. De forma similar, ao sair de casa “bem-apegoado”, *blindado* e perfumado para ir ao bar encontrar os amigos, as *novinhas* e *bançar a putaria*, Ruan mobiliza signos de sucesso financeiro, altamente valorizados por inúmeros jovens moradores do Residencial, atrelados, todavia, à sua participação no comércio local de drogas. Ruan tem *dinheiro no bolso* porque trabalha para o *maluco*. A prodigalidade da *putaria* e a da *orgia* atesta e festeja publicamente a prosperidade dele e do BDM, que “tá tomando tudo”.

Ambas situações propiciam a renovação e reafirmação da força do simbolismo *faccional* através dos estados de excitação estimulados e organizados a partir da identificação a este ente transcendental, que, por seu turno, empresta aos indivíduos a força desse mesmo simbolismo, sob a forma de “poder, honra e prestígio” veiculados

nos signos inscritos no corpo. A integração das experiências corporais na ordem simbólica fornece uma superfície para a *facção* emergir enquanto força material tangível. Para além da dimensão propriamente discursiva, a *facção* ganha existência (vida) na superfície corporal, onde é constantemente reificada e fetichizada. Uma característica da construção do corpo social no *crime* é o recurso a elementos vulgares e grotescos, com forte ênfase nos orifícios, como forma de encenar e dramatizar a existência e a magnificência da *facção*, sua aura de poder.

Nos momentos festivos e de celebração, a *orgia* da consumação de bens e corpos está quase sempre associada aos orifícios corporais naturais, como na música *Ajeita novinha* “É tudo 3/Boca, cu e buceta/Ajeita novinha que o maluco não rejeita”. O corpo que consome é, fundamentalmente, um corpo aberto, tanto no sentido de ter acessível o interior físico, quanto “sociologicamente falando”, nos termos de Bauman, de receptividade aos estímulos prazerosos e experiências excitantes (1998, p. 227). Além disso, conforme argumentado ao final da seção anterior, a fabricação do poder faccional, através do emprego da força física, converte a dor da vítima em poder do agressor conforme o corpo da primeira é marcado por ferimentos, isto é, inscrito com os signos da agência do segundo. Produzir ferimentos equivale a produzir orifícios na superfície corporal, transgredir suas margens, criando aberturas como a fístula no pescoço de Ruan, marca perene das trocas materiais entre *crime* e Estado.

Ainda no que diz respeito aos elementos grotescos, o ato de lambar o cano da arma para sentir o gosto do sangue das vítimas imputado a Ruan merece atenção. “Quem te considera? Todo mundo que eu conheço. Por quê? Por causa da minha fama. E qual é sua fama? Matador”. Excluído pelos colegas da escola, motivo de chacota e com baixa autoestima, Ruan alcançou o tão almejado reconhecimento através da negação violenta do Outro. Hoje, ele é o Mata-Rindo, *caçador de escorpião*, aquele que cumpre as ordens recebidas no celular e *corta* os que são *pedidos*. O ato de lambar o cano da arma pode ser interpretado como uma alegoria da fantasia do sadista, a completa independência e autonomia em relação a necessidade de ter o seu “eu” reconhecido pelo Outro. Sadista é, de acordo com Jéssica Benjamin (1988), aquele indivíduo incapaz de aceitar o paradoxo da mútua independência, na qual as necessidades de autoafirmação e de reconhecimento do “eu” pelo Outro são mantidas em equilíbrio. Para realizar a sua fantasia, o sadista encontra nas agressões praticadas contra um corpo marcado como Outro formas de auto-reconhecimento, que são representadas pelas armas. Isso, porque, a aniquilação física é a única forma de

reconhecimento intersubjetivo e, nesse cenário, a arma se torna a única cópula (vínculo) possível através da qual o reconhecimento é alcançado⁸⁰.

As armas, artefatos pródigos na produção de orifícios, não são apenas instrumentos de marcação do Outro, mas também meios de conceber a alteridade, mesmo que através da negação. Antes de ser uma perversão ou uma patologia mental derivada da configuração singular da trajetória de Ruan, o sadismo delineado acima deve ser entendido a partir da sua generalização enquanto forma de participação social no *crime*, uma espécie de “agir como” necessário à produção de alteridades radicais por intermédio do mecanismo de atribuição e contra atribuição apresentado na seção anterior.

4.3 “Quando chegou o natal, o tráfico tomou conta do nosso prédio”

Em 2011, com a inauguração do Residencial Dona Lindú, Itinga retomou sua vocação de espaço urbano periférico destinado à provisão de moradia própria aos setores populares da Região Metropolitana de Salvador – RMS. Mais de mil famílias concretizaram o sonho da casa própria com a entrega das chaves do primeiro empreendimento construído no município com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV. Vera e a filha caçula de apenas três meses foram uma das famílias contempladas. Até receber as chaves do apartamento, morava de aluguel noutro bairro e enfrentava dificuldades econômicas após ser dispensada da empresa para qual prestava serviços de massoterapia. A gravidez agravara essa situação, tornando-se um obstáculo para voltar efetivamente ao mercado de trabalho. Para manter-se, contava com um pequeno auxílio financeiro enviado pela mãe aposentada, complementado por uma ajuda de custo recebida para realizar serviços administrativos em uma Associação de Mulheres, onde atuava há alguns anos desde

⁸⁰ Nas palavras do mitógrafo do exército americano, Eugene Dawn, personagem do romance de Coetzee: “Trouxemos armas conosco, os canhões e suas metáforas, as únicas cópulas que conhecíamos entre nós e nossos objetos [os vietnamitas] [...] Desembarcamos nas praias do Vietnã empunhando nossas armas e implorando que alguém ficasse de pé sem se acovardar diante dessas provas de realidade [...] Mas como todo o resto, eles se retraíram diante de nós. Nós os banhamos em mares de fogo, rezando pelo milagre. No meio das labaredas, seus corpos brilhavam como luz celestial; suas vozes retumbavam em nossos ouvidos; mas quando o fogo acabou eram apenas cinza. Nós os pusemos enfileirados em fossos. Se tivessem vindo até nós cantando em meio às balas, nos teríamos ajoelhado e feito reverência; mas as balas os derrubaram e eles morreram, como temíamos [...] Nós nos violamos mais profundamente do que jamais havíamos feito dentro de suas mulheres; mas quando voltamos, ainda estávamos sozinhos e as mulheres, como pedras” (1997, p. 29-30).

sua mudança de Salvador para Lauro de Freitas. “Sempre procurei fazer alguma coisa assim, que eu contribuísse, que eu estivesse ajudando alguém”. Imbuída desse propósito, Vera aceitou o convite de uma vizinha para fazer parte da Associação, cujo objetivo, segundo ela, era “brigar por esses direitos, empoderando mulheres, fazendo visitas em casa, mostrando pra elas direitos que elas não conheciam”.

No início do ano de 2009, a Associação, em virtude do foco de atuação, foi contatada pela prefeitura para auxiliar na identificação e seleção de 100 mulheres que atuariam em um projeto social de prevenção à criminalidade focado nos jovens, financiado pelo governo federal, a ser realizado em cinco bairros do município (Areia Branca, Caji, Itinga, Portão e Vida Nova). A rede de mulheres formada ao longo dos anos pela Associação foi fundamental nesse processo e, como não poderia deixar de ser, parte do seu quadro, por atender aos critérios de seleção, foi incluída no projeto⁸¹. Vera foi uma das selecionadas para atuar no bairro onde morava. Nos primeiros meses do projeto, ela e as demais participariam de 48 oficinas⁸² com o objetivo de capacitá-las para identificar e se aproximar de jovens em situação de risco infracional ou criminal, mediante visitas domiciliares nas respectivas áreas de atuação, e encaminhá-los, quando necessário, à rede de proteção social. Assentado sobre noções e pressupostos maternalistas, articulando feminilidade e não-violência, o projeto tinha duração prevista de um ano, período durante o qual as participantes dedicariam 12 horas semanais ao projeto e receberiam uma bolsa mensal no valor de R\$ 190.

Não obstante a pequena melhora financeira propiciada pela bolsa do projeto, o custo com o aluguel ainda consumia quase todo o minguado orçamento de Vera, sobrando apenas o necessário para suprir as demandas mais básicas. Não fosse isso, a preocupação com a proximidade do nascimento da filha seria muito menor. O aluguel mais os custos gerados por uma criança recém-nascida eram fonte de grande angústia e ansiedade. “Tinha necessidade de ter onde morar”, assim resumiu sua principal preocupação naquela época. Já havia se inscrito em alguns programas de habitação de interesse social, mas nunca fora sorteada. Ainda assim, não havia

⁸¹ Os principais critérios utilizados na seleção das mulheres que atuavam no projeto foram: idade a partir de 18 anos, escolaridade mínima 4ª série do ensino fundamental, capacidade de leitura e escrita, renda de até 2 salários mínimos, estar em situação de violência direta ou indireta e atuar junto à comunidade.

⁸² Perfazendo um total de 144 horas, as 48 oficinas de capacitação foram organizadas em quatro módulos: compreendendo a relação indivíduo-sociedade; mediação de conflitos; programas sociais; mobilização comunitária.

perdido a esperança de ser contemplada em algum momento. Por isso, ao entrar no projeto, decidiu preencher a ficha de inscrição, entregue a todas as selecionadas que não possuíam casa própria, para participar do sorteio de unidades habitacionais de um empreendimento do MCMV, ainda em construção, localizado no bairro de Itinga.

Aos oito meses de gravidez recebeu a tão esperada notícia, havia sido, finalmente, contemplada pela política habitacional do governo federal. “E eu com um barrigão pulei de alegria. Meu Deus, vou ter minha casa!”. Quando a filha recém-nascida completou três meses de nascimento, Vera recebeu as chaves do tão esperado apartamento. No dia da vitória, custou a acreditar que aquela unidade seria, em breve, delas. “Não vou morar aqui. Não é isso não! Tá muito do bonito. Tá muito lindo. Não é possível. E a gente com o papel, né? Com nosso nome e o enderezozinho”. Ao se mudar para a nova residência trouxe consigo apenas a cama e a geladeira que eram novas, os demais móveis e eletrodomésticos adquiriu com o crédito de R\$ 5.000 disponibilizado pela Caixa Econômica Federal através do programa Minha Casa Melhor. Até hoje paga as prestações do empréstimo, junto com as parcelas do financiamento do imóvel. Com muito orgulho e esforço, faz questão de ressaltar o fato de nunca ter atrasado os pagamentos e conta os dias para finalmente quitar a última parcela.

Após o primeiro ano, o encantamento com a nova moradia cedeu lugar às preocupações com sua segurança e, principalmente, a de sua filha. “Aí vem aquela questão da convivência. Nós já temos três portões lá na frente. Porque, assim, temos muitos meninos que usam. Quando chegou o natal, o tráfico tomou conta do nosso prédio”. Durante a primeira noite de natal no Residencial, um barulho frenético de pessoas subindo e descendo as escadas chamou a atenção de todos os moradores do bloco. A intensa movimentação tinha por destino o telhado, local onde estão localizadas as caixas d’água, cujo acesso é feito por um alçapão no teto do último andar. Segundo Vera, aproveitando-se da falta de controle no acesso ao prédio, desde que a fechadura do portão de entrada foi danificada, um grupo de traficantes transferiu parte dos seus armamentos e drogas para o forro do telhado, ocultando-os.

Além de esconderijo, o local, por facultar uma visão panorâmica do principal acesso ao Residencial, passou a ser utilizado como ponto de vigilância, visando sobretudo monitorar a presença de policiais ou mesmo de pessoas estranhas. “Os traficantes não têm onde guardar droga, nem arma. Então, eles invadem os prédios. Porque lá em cima ele vê, tem o controle das viaturas da polícia”. Desde então, o

acesso ao bloco e a rotina dos moradores passou a ser controlado pelos *meninos*. Além da vigilância sobre o telhado, também ocupavam escadas e corredores para comercializar drogas. Quando em perigo, buscavam refúgio nos apartamentos, às vezes acudidos voluntariamente por moradores, outras coagindo-os com ameaças. A tensão era ainda maior quando o *gerente* passava no Residencial para recolher o dinheiro arrecado pelas *bocas*. Nesses dias, a presença de *meninos* armados era ostensiva e a preocupação com a polícia redobrada. “Ele fica pulando de prédio em prédio. Não pode ficar muito tempo parado”, explicou Vera.

A presença constante dos traficantes trazia uma insegurança muito grande para Vera e outros moradores, receosos de se tornarem vítimas em um confronto eventual, de serem confundidos com criminosos ou acusados de conivência pela polícia. Indignados com a situação cada vez mais fora de controle, alguns moradores, na maioria mulheres, decidiram ir ao encontro do *gerente* para reivindicar a saída dos intrusos do bloco e a retirada das armas e drogas do telhado. Apesar de terem conseguido falar brevemente com ele, não obtiveram a resposta desejada. Diante do impasse, decidiram arrecadar dinheiro com os moradores dispostos a colaborar com o conserto da fechadura do portão de entrada, o que resolveu parcialmente o problema, ao menos já não mais havia tráfico nas escadas e a entrada e saída de pessoas voltou ao controle dos moradores.

Todavia, o uso do telhado como esconderijo e ponto de observação permaneceu, graças a permissividade de alguns que facultavam a entrada dos traficantes no bloco. Para bloquear de vez o acesso ao telhado e findar o uso indevido do espaço, os residentes do último andar incluindo Vera, ratearam a instalação de uma porta de ferro gradeada com fechadura no início do corredor e, dessa forma, isolaram o acesso ao alçapão. Problema resolvido. Logo em seguida, essa iniciativa foi adotada pelos moradores do terceiro andar visando maior segurança. Hoje, para visitar Vera é necessário passar por duas portas de ferro, fechadas com tranca e cadeado, além do portão de entrada e, é claro, a porta do seu apartamento.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, o sonho da casa própria mobilizou centenas de famílias das classes populares, principalmente de Salvador, em direção a Itinga, onde vários loteamentos informais paulatinamente mudavam as feições ainda rurais da paisagem. Foi uma época de muita *luta* para os moradores recém-chegados. Os loteamentos, via de regra, não forneciam nenhuma infraestrutura básica. Não havia arrumamento, calçamento, iluminação pública, energia elétrica, tampouco,

esgotamento sanitário. Os serviços públicos eram igualmente inexistentes: educação, saúde, transporte, assistência social tinham que ser acessados em Salvador. Nem comércio existia.

No início da década de 2010, Itinga retomou a vocação de espaço urbano periférico destinado à provisão de moradia própria por intermédio das políticas públicas de habitação de interesse social. Ao invés dos lotes de terra em terreno não urbanizado, imensos conjuntos habitacionais verticalizados, construídos nas áreas de expansão do bairro recém urbanizadas com recursos do PAC. Apesar da expansão da infraestrutura urbana e dos serviços públicos no bairro em função dos milhares de novos residentes, o planejamento de ambos ficou muito aquém demanda. Mas, diante da imensa alegria e euforia manifestas por Vera ao narrar a concretização do sonho da casa própria, o déficit urbanístico torna-se um mero detalhe. Seus olhos brilhavam e os olhos lacrimejavam de felicidade apenas por recordar do dia da vistoria, quando adentrou o apartamento pela primeira vez. O que contrasta fortemente com o momento quanto “o tráfico tomou conta do nosso prédio”. A *luta* de Vera e de inúmeros outros moradores é outra.

As espacialidades ensejadas pela política de habitação foram intersectadas por aquelas do tráfico de drogas, de forma similar ao processo de consolidação de favelas no Rio de Janeiro analisado por Mariana Cavalcanti (2009). O avanço do solo urbanizado, a provisão em larga escala de habitações, a criação de novos fluxos e redes de pessoas e mercadorias formaram frentes de expansão desse mercado ilegal, prontamente anexadas às dinâmicas territoriais das *facções*. Poucos meses após a mudança de Vera, o bloco de apartamentos onde reside, assim como outros, ganhou inadvertidamente novos usos e frequentadores, indesejados pela maioria dos moradores. Ainda que não tivesse adentrado no apartamento, a maior proximidade dos operadores do tráfico, forçando, inclusive, a interações cotidianas nas escadas e corredores, alarmou Vera, menos por ela, do que pela filha caçula. A separação, a fronteira entre sua família e o *crime* havia se estreitado em demasia, deslocando-se do portão de entrada do prédio para a porta do apartamento. Essa contaminação até a soleira da casa colocava em risco todos os esforços envidados por Vera para criar e manter a distância física (por menor que fosse) e, dessa forma, a diferenciação entre as categorias de morador e *envolvido*. Ao adentrar o prédio pelo portão quebrado, contaminando um espaço até então preservado das *influências*, o *tráfico* também pôs em xeque as categorias de diferenciação dos corpos que ali transitavam.

Era necessário, portanto, frear a cadeia de contágio, extremamente poderosa e eficaz, formada pela mimese entre corpo, território e *facção*. O conserto do portão de entrada reestabeleceu parcialmente a separação física, ou, ao menos, devolveu aos moradores a possibilidade de controlar o acesso ao prédio. Restava pôr fim à facilidade de acesso ao telhado, local privilegiado de observação do entorno do Residencial, haja vista a complacência de alguns residentes com os *meninos* do tráfico. Essa solução foi encaminhada pelos próprios moradores do último andar mediante a instalação de uma porta de ferro gradeada no início do corredor. Diante da transgressão espacial foram erigidos interditos físicos, que, ao final, foram suficientes para controlar, na medida do possível, a capacidade de contágio de *crime*. Mesmo assim, as preocupações de Vilma, quanto a criação da filha caçula, não foram totalmente desfeitas. Os corpos estranhos ao espaço residencial foram barrados pelas portas, portões, fechaduras e cadeados, mas a lógica miasmática da temível *influência* permanecia tão ativa quanto antes.

“A gente está em um mundo que a gente tá assustada. Eu estou assustada. Eu fico me perguntando: ‘Será que eu tô criando certo a minha filha? A mesma criação que dei para o mais velho vai dá certo?’”, desabafou Vera após explicar o motivo dos portões nos corredores. A retomada do controle sobre o acesso ao bloco não findou as preocupações e angústias despertadas pelas incertezas acerca de como criar e educar sua filha, em particular, de que forma evitar as “influências” que rondam crianças e jovens no Dona Lindú. “Os traficantes de hoje aqui chegaram crianças. Eles não chegaram aqui adultos. Eles não eram lá. Passaram a ser aqui pela influência de alguém. Então eu te digo, há influência”.

O antídoto para defender a filha da *influência* é o mesmo adotado na criação do filho mais velho: “o controle familiar, porque eu, assim, se eu tenho uma boa estrutura em casa, eu não vou ser influenciado”. Sua angústia reside justamente na dúvida se essa forma de educar ainda é viável em um momento no qual a presença no dia-a-dia da filha é cada vez mais diminuta por conta da necessidade de trabalhar, diferentemente da época quando podia dedicar-se quase integralmente aos cuidados do filho graças à estabilidade financeira do ex-companheiro. Além disso, tem dúvidas sobre se o seu “modo de criar” é também capaz de dar conta dos novos desafios suscitados pela atual configuração do tráfico de drogas no local onde reside.

Para explicar seu “modo de criar” os filhos, Vera recorreu primeiro aos exemplos sobre o que considera “controle familiar”, o estabelecimento de regras sobre

o que pode e o que não pode, tendo por referência o filho mais velho. “Minha mãe, você é cafona!” foi uma das frases mais repetidas por ele quando adolescente. Seja pelas negativas quanto a pintar o cabelo de amarelo, colocar lentes de contato coloridas ou fazer tatuagem, seja pela insistência em acompanhá-lo no trajeto de ida e volta da escola.

‘Minha mãe, eu vou fazer tatuagem’. ‘Minha mãe, eu vou pintar o cabelo de amarelo’. ‘Minha mãe, eu vou botar um batidão’. Eu digo: ‘Não vai nada. Vai ser do meu jeito. Quando você virar homem, você vai lá e faz o que quiser. Porque você vai ter condição de escolher melhor, mas agora você não vai fazer’. Todas as vezes ele dizia: ‘Você é cafona, minha mãe!’. Hoje ele não tem tatuagem. Hoje o cabelo dele não é amarelo, por que quando ele era adolescente ele queria? Ele queria botar um batidão, por que que hoje ele não bota? Porque via os outros, achava bonito. Era modismo. Mas o policial me dizia que se ele botasse, ele ia ser pego junto com os outros que botavam, porque ele entendia que era tudo igual. Eram coisas de quem normalmente estava envolvido, uma marca deles.

O policial referido por Vera, seu amigo, certa vez colocou uma pulga atrás da orelha dela, ao perguntar se sabia onde o filho estava enquanto ela trabalhava, acrescentando, ao final, “seu filho pode não estar na escola”. Desse dia em diante, além de levar e buscar o filho já adolescente, também “dava umas incertas” na escola para conferir se ele, de fato, estava lá.

Ele é policial, estava no ofício dele, mas era pai também. Então, se ele estava falando isso pra mim, era porque ele tinha experiência de filho que dizia à mãe que ia pra escola e não ia. E ele já bateu em um que estava fora da aula. Não era vagabundo, mas ele achou que era porque estava vestido daquele jeito, cueca aparecendo, cabelo amarelo, batidão.

O “controle familiar”, base da educação na casa de Vera, manteve o filho afastado do *crime* por tempo suficiente, até “virar homem” e não mais correr o risco de se tornar *envolvido*. “Na minha casa o crime não entrou”, afirmou orgulhosamente, “mantive meu filho afastado. BDM, CP, Katiara, o diabo que for, não tem vez aqui. É da porta pra fora!”. Não fosse o “pulso firme”, seu filho poderia ter tido o mesmo destino de um vizinho, colega de sala. A mãe “não chamava, deixava à vontade, não falava sério, não pegava firme e com dezessete anos morreu por causa do tráfico. Nas leis não era nem adulto, mas já estava debaixo do chão”. Atualmente, a tal da *influência* permanece como uma das maiores preocupações de Vera quanto à criação da filha mais nova. Todavia, na avaliação dela, os desafios de hoje são ainda maiores.

Além de não poder acompanhar mais de perto a rotina da filha, em virtude das demandas do trabalho atual enquanto acompanhante de idosos, a tão sonhada e esperada casa própria trouxe outra forma de convívio com o *crime*, mais próxima e ao mesmo tempo mais difusa. A insegurança progressivamente isolou Vera e a filha

dentro da proteção e aconchego do pequeno apartamento, com seus portões, fechaduras, cadeados e trancas. A desconfiança, por sua vez, afetou ainda mais as relações de vizinhança, já abaladas pelas vicissitudes da vida verticalizada no condomínio de apartamentos, convertendo as interações e contatos com outros residentes, assim como com colegas da escola, em momentos potencialmente perniciosos, fontes de contágio da *influência* a ser evitada e contida.

Após as férias escolares do ano anterior, a filha caçula adquiriu um novo gosto musical, a contragosto da mãe, que atribuiu a novidade à *influência* da vizinha. “Eu sempre fazia uma atividade em casa, mas tinha que permitir ela brincar, né?”. Desde então, deixou de lado as músicas de MPB, inclusive o músico favorito, Jorge Vercillo, e a música favorita, “Homem Aranha”. Agora, só ouve e dança funk, sem parar, “por influenciuzinha da vizinha, porque a mãe da menina ouve. Meu estilo de música é outro. Ela não me vê ouvindo funk. Você está vendo o que é a influência?”. Com a volta das aulas, Vera restabeleceu a rotina da filha, restringindo, por exemplo, o horário para uso do computador. Inconformada com as ordens, a filha redarguiu a mãe, comparando-a com a mãe da vizinha, que não havia imposto essas regras. Imediatamente, Vera a interpelou: “Como é o nome da mãe dela? E como é o nome da sua mãe?”. Ao terminar de narrar esse episódio, explicou: “Eu tenho que mostrar a ela que tem alguma coisa de diferente, que não é igual. Que as regras fazem uma família diferente da outra”. E acrescentou:

Porque a família de lá cria a filha do jeito dela, eu crio a minha do meu jeito. Eu disse a ela: “Você reclama, mas você está vendo que tá dando certo? Você consegue escrever, fazer o alfabeto. Ela [a vizinha] não sabe. Ela acorda e vai pro computador. Ela tá conseguindo? Não!”. Por isso, quando ela faz comparações, eu logo pergunto: “Como é o nome da mãe dela? E como é o nome da sua mãe?”.

A preocupação com a vizinhança ganhou contornos mais dramáticos quando Vera soube da situação vivenciada pela família de uma coleguinha de sala da filha, também moradora do Dona Lindú, com quem costumava brincar. Segundo foi informada, a irmã mais velha estava *envolvida* com o tráfico local. Era responsável por receber semanalmente o dinheiro arrecadado pelo comércio de drogas e depositar em uma conta bancária ou, então, transportar e entregar para uma pessoa indicada. Quando necessário também transportava drogas para outros bairros. “Acho que por ser mulher chama menos atenção”, sugeriu. Ambas, a mais velha e a caçula, deixaram de frequentar a escola. A primeira por ter abandonado em favor das atividades desempenhadas no tráfico e a segunda porque dependia da mais velha para ir e voltar

da escola, algo que não mais ocorria. A mãe trabalha fora o dia inteiro e não tinha a menor noção do que está acontecendo. Na ausência dela, o apartamento passou a ser utilizado como local para fracionar e embalar as drogas, *endolar*, para venda no varejo. Essa situação perdurou quase um ano, até ser detida, espancada e extorquida por policiais à paisana: “Eu soube que ela se afastou. A polícia pegou ela um dia desses, surrou e ameaçou. Disse que ia dar um fim nela se não desse dinheiro pra eles”.

“Como é o nome da mãe dela? E como é o nome da sua mãe?” resume o meio encontrado por Vera para estabelecer e justificar as diferenças entre as famílias e seus “modos de criar”, suas regras. Diferenças, portanto, no tão importante “controle familiar”, repetido a exaustão ao longo da conversa, enquanto para evitar as *influências* perniciosas, sobretudo aquelas, direta ou indiretamente, associadas ao comportamento de pessoas envolvidas com o *crime*. Evitar *influências* via controle familiar, assim como a instalação dos portões no bloco para controlar o acesso, guardam uma afinidade profunda com o propósito de fazer frente, evitando ou minimizando, à capacidade de contágio atribuída ao *crime* e, em especial, ao tráfico. Não permitir ou controlar o contato envolve o expediente cotidiano e interminável de diferenciação, de estabelecer separações, demarcar fronteiras, que no mais das vezes tendem a permanecer borradas. Por isso, além da fórmula do “controle familiar” empregada com sucesso na criação do primeiro filho, hoje, Vera acresceu ao seu repertório educativo formas de diferenciar as regras adotadas por cada família e, assim, justificar as dela, “Você reclama, mas você está vendo que tá dando certo?”.

Os esforços envidados por Vera para prevenir e controlar o contato com o *crime* através de clivagens e distinções têm sua eficácia drasticamente reduzida quando se trata das intervenções policiais dentro do Residencial. Situações nas quais as diferenças e fronteiras estabelecidas internamente à vizinhança são desestabilizadas e o tratamento dispensado aos residentes pelos policiais equaciona convivência com convivência. Indistinção que, não raro, resulta em agressões injustificadas. “Nós temos um policial aqui que é perverso e muito temido”, seu nome Vera desconhece, mas isso pouco importa, todos o conhecem por Satã. “Ele não respeita. Se ele tiver aqui pra pegar alguém, se você tiver no corredor sentado, mesmo que não tenha nada a ver, ele xinga, bate na sua cara, aponta arma”. Temido por uns, respeitado por outros.

Apesar da truculência e violência, muitos moradores enxergam no seu modo de agir a única forma eficaz de lidar com a *bandidagem*. “Falou que é ele, que o dia

dele é hoje, os traficantes nem na rua saem. Fica todo mundo recolhido”. Isso, contudo, não impede críticas quanto a falta de discernimento em relação a quem é, e quem não é *bandido*. Sequestrar e torturar para obter informação ou, até mesmo, execuções sumárias não são necessariamente ações reprovadas, desde que dirigidas aos *envolvidos*. Vera, que discorda dessa posição, os policiais, segundo ela, deveriam agir dentro da lei indistintamente, ofereceu um exemplo dessa aprovação tácita às práticas heterodoxas de certos policiais.

“Eu tinha descido pra comprar um pão e vi essa cena”: nos fundos do Residencial, em uma passagem de pedestres entre blocos, quatro policiais, dentre eles Satã, agrediam ininterruptamente dois meninos, um deles era Ruan. Tapas, socos e pontapés se alternavam enquanto os policiais questionavam aos berros onde estavam as armas e as drogas. Ainda que mal conseguissem se expressar, apenas soluçavam e balbuciavam respostas monossilábicas ininteligíveis, engasgando-se com o próprio choro, os policiais insistiam no ciclo de agressões intercaladas com perguntas. Já ensanguentados e quase desfalecidos, foram abandonados na sarjeta sob ameaças de morte caso fossem pegos novamente. “Bateram muito nos meninos, mal dava pra reconhecer eles”, resumiu Vera, com a voz embargada.

O que causou ainda mais indignação nela foi o público formado ao redor dos policiais e dos *meninos*, assistindo a sessão de espancamento como se fosse entretenimento televisivo. “Quando eu vi um monte de criança assim ao redor. Eu digo: ‘Gente, não é possível! Onde nós estamos?’. O pai e a mãe lá também, juntos com as crianças, olhando aquilo como fosse uma coisa supernormal”. Imediatamente, comparou a situação com a prática, bastante difundida, de repassar fotos de pessoas assassinadas através dos aplicativos de troca de mensagens por celular.

Parece com o gosto desse povo de repassar foto de morto pelo zap. É cada foto que eu não sei como um ser humano manda pro outro. Seja lá ele o que for, o que ele tenha feito, seja lá o que aconteceu. E pra família, pros amigos, né? Fica ali a foto do seu filho, sendo repassada pra terceiros, pra quem nunca viu. Repassando, repassando! Parece que têm prazer nisso. Um horror!

O corpo está em constante disputa e, ao mesmo tempo, é o palco onde essas disputas são encenadas. Entre o Estado, o mercado e o *crime*, por exemplo. No que diz respeito aos cuidados dispensados aos filhos, em especial, a caçula, Vera tenta, na medida do pessoal, controlar ou, ao menos, mediar as forças que atravessam, marcam e se sedimentam na superfície dos corpos da sua prole. De forma análoga, as portas e os portões destinados a conter a entrada do *crime* no prédio onde reside,

Vera é, ao seu modo, uma espécie de guardiã sempre atenta às passagens, aos pontos de separação e contato entre espaços e corpos, buscando, sempre que possível, estabelecer e reforçar diferenças através das regras, do controle familiar, afinal, “as regras fazem uma família diferente da outra”.

A caçula bem sabe disso, “Como é o nome da mãe dela? E como é o nome da sua mãe?”, mas, pela pouca idade, não vivenciou os revesses do “controle familiar”, diferentemente do mais velho. “‘Minha mãe, eu vou fazer tatuagem’. ‘Minha mãe, eu vou pintar o cabelo de amarelo’. ‘Minha mãe, eu vou botar um batidão’. Eu digo: ‘Não vai nada. Vai ser do meu jeito’”. Frear a sedução dos modismos juvenis era também uma forma de prevenir tanto a marcação do corpo pelo *crime*, quanto a ação violenta de agentes públicos, policiais, contra o filho, pois, vestido como os demais, ele seria tratado igual aqueles que são *envolvidos*: “Era modismo. Mas o policial me dizia que se ele botasse, ele ia ser pego junto com os outros que botavam, porque ele entendia que era tudo igual. Eram coisas de quem normalmente estava envolvido, uma marca deles”. Não basta ser diferente é preciso parecer diferente. A fisionomia é uma peça-chave em situações nas quais o encaixe entre corpo e espaço fornece o parâmetro para a produção de categorias de diferenciação, que podem, inclusive, delimitar categorias de vida e morte. Essa é a arte local de ler o interior pelo exterior, denominada aqui de regime estético-sensorial.

Além de reconhecer a variação no repertório de regras empregadas por cada família na criação dos filhos, Vera estabelece uma valoração de acordo com o maior ou menor controle familiar proporcionado por cada repertório e, por conseguinte, um critério de diferenciação entre famílias que ajuda a reger as interações fora do domicílio. Quando indagada pela filha sobre o motivo do horário para uso do computador, tendo em vista a ausência dessa regra na casa da amiguinha, Vera foi direto ao ponto: “‘Você consegue escrever, fazer o alfabeto. Ela [a vizinha] não sabe. Ela acorda e vai pro computador. Ela tá conseguindo? Não!’”. Ou seja, a família da vizinha não está logrando êxito na educação da criança, “não está dando certo”, diria provavelmente Vera. Esse trabalho diuturno e exaustivo de controle e mediação entre espaços e corpos é fundamental, na avaliação dela, para fazer frente às *influências* do *crime*, sempre na espreita por uma oportunidade para adentrar apartamentos e corpos, seja através de portas, alçapões, telhados, corredores e escadas, seja através das roupas, cortes de cabelo, músicas e modos de criar. Ao menos, foi assim que Vera conseguiu, até o momento, manter as *façções* “da porta pra fora!”.

Por fim, é importante ressaltar que essa forma de avaliar o cuidado familiar dispensado à criação dos filhos, sintetizada por Vera na expressão controle familiar, é relativamente difundida pelo bairro. É comum ouvir em conversas com ou entre mães sobre o porquê um determinado jovem se envolveu com o tráfico local, comparações entre o “modo de criar” adotado por elas, cujos filhos não trilharam esse caminho, e aquele adotado pela mãe do *envolvido*. Nessas comparações, o fator decisivo para os diferentes desfechos é justamente o controle familiar. São os filhos daquelas famílias com regras mais frouxas que entram para o tráfico e a responsabilidade por isso é, quase sempre, atribuída à mãe e, raramente, ao pai. Mas, assim como toda regra tem suas exceções, essas próprias mães, às vezes, reconhecem que um controle familiar mais severo nem sempre é suficiente. Esse é o caso de Marcela e seu filho, Mazinho.

4.4 “Como era lindo o meu menino”

“Porque eu toda vida criei eles assim, não quero que se misture. E também não criei filho para ficar na rua”, com essas palavras Neide resumiu a educação dada aos seus dois filhos, hoje adultos. Seja nas conversas sobre a infância deles, seja naquelas sobre a criminalidade envolvendo os jovens no bairro, Neide invariavelmente repetia seu lema, “não misturar” e, na sequência, arrolava exemplos das consequências nefastas decorrentes da não observância desse princípio, responsabilizando, no mais das vezes, as mães. Os relatos sobre o “não misturar”, usualmente ilustrados com acontecimentos e situações retirados da sua própria experiência, englobam sentidos similares àqueles expressos por Vera quanto às “influências”. Ambas as mães, a despeito da diferença geracional, sublinharam a necessidade de controlar e, se possível, evitar o contato com “todo tipo de menino, todo tipo de mãe, todo tipo de pai”, termos empregados por Neide na sua definição de “mistura”. Nas histórias por elas narradas, a preocupação com a “influência” e a “mistura”, respectivamente, surgem nas situações de lazer e no ambiente escolar, portanto fora do espaço privado, quando a distância entre mães e filhos dificulta, ou mesmo impossibilita, a “vigilância”.

Daí, a importância, para Neide, de “pegar na mão”. Orgulhava-se em dizer, e não cansava de repetir, que todos os dias levava os filhos até a porta da escola,

aguardava vê-los entrarem e, depois, voltava para 188nten-los. Manteve esse hábito até mesmo durante o ensino médio, a contragosto dos filhos. “Pegava na mão e levava e buscava todo santo dia”, disse mais de uma vez ao mesmo tempo que reproduzia o movimento das mãos dadas gesticulando com as suas. O “pegar na mão”, evidentemente, não é uma expressão literal. Antes, representa o cuidado dispensado aos filhos na tentativa de evitar misturas indevidas, o que na prática significa impedir duas coisas, o uso de drogas ilegais e o envolvimento com a criminalidade. Agir de outra forma produz consequências previsíveis, o *envolvimento*.

“Pegar na mão” funciona como uma espécie de barreira ao contágio emanado por essa entidade, tão visível quanto oculta, o *crime* ou o *tráfico* ou o BDM. Os momentos de lazer constituíam outra fonte de contágio, de *mistura* indesejável em potencial. “A gente tinha três bicicletas, sabe por quê? Uma pra mais velha, outra pro caçula. E a terceira? Pra mim. Ia pra rua assim, eles mais eu. Estava sempre vigiando para não misturar, até no futebol”. As brincadeiras na rua nunca ocorriam sem participação ou “vigilância” por parte de Neide. Nas raras ocasiões quando não podia estar presente, fazia questão de admoestar suas crianças: “E aí de vocês se misturarem”.

“Porque se atrai na maconha, na cocaína, se misturam com os bandidos. Aí também tem aquela coisa de comprar roupa de marca, tênis de marca, dinheiro fácil. Que é disso que as meninas gostam”. As drogas e os *bandidos* apresentam essa qualidade, tão sedutora quanto abjeta, de afetar, de atrair os jovens. Sedução e abjeção são constatações empíricas, juízos de fato expressos por Neide, a partir da observação da sua vizinhança. “Desses jovens daqui, tem alguns que se salvaram, alguns. Mas muitos morreram”, constatou após breve momento de reflexão, demonstrando, na sequência, surpresa e assombro, como se, até ser indagada, não tivesse pensado sobre, ou dado a devida relevância para a recorrência dessas mortes. Estimulada pelas perguntas rememorou os jovens da vizinhança mortos por conta do *envolvimento*. “Morte matada” e não “morte morrida”, sublinhava a diferença enquanto usava os dedos das duas mãos para contabilizar os jovens mortos, via de regra referidos a partir de suas filiações e não dos seus nomes. Ao encerrar a contabilização, para qual os dedos foram insuficientes, iniciou uma longa recitação dos mortos, uma espécie de genealogia local organizada em torno de assassinatos e seus efeitos deletérios sobre a saúde física e mental daqueles atingidos, direta e indiretamente, por esses eventos.

Tem o que era filho do Manequinho, esse morreu ali no largo. O outro dali também, o filho do Dego, morreu. Os da Lia, minha comadre, dois já foram. Desse prédio aí da frente, de Taninha, já foram mais dois também. No caso, dois mortos e um aleijado. Tem um aleijado de tiro que não sai pra canto nenhum, que não anda. Esse outro, do lado de lá da rua, ainda não morreu por misericórdia. Noutro dia, ele estava sentado ali perto do portão, e um menino veio de lá de baixo e mandou bala pra cima dele. O tiro não pegou, mas fez um rombo no portão [...] Ali mais em cima tem uma mãe que é toda troncha, a Cida. Porque ela tinha seis filhos. Quase todos estudaram junto com os meus. Já mataram cinco. Cada um que matava, ela dava um AVC. Só tem um agora. E parece que tá doidinha, ficou meio lelé. Disseram que ela estava na porta do banco esses dias e disse: “Mataram meus filhos, meus filhos não eram envolvidos com nada”. Mentira! Era tudo envolvido, ela que não via. O nome do menino que matou um dela era Já Morreu. Quando ela veio do enterro, disse que ele estava na porta dela. “Aqui o coro que arranquei das costas de seu filho”. Pegou todinho e jogou lá. Disse que matou e arrancou o coro das costas. Tu acredita nisso? E são jovens com jovens. Tem também uma colega chamada Marinalva. Essa também é doida. Já mataram um filho e um neto dela. Ela chorou tanto quando mataram o filho que ela endoidou [...] Vixe, é mesmo, morreu foi gente aqui. Daqui dessa rua, eu conheci tantos que se foram antes de fazer vinte anos, de fazer dezoito, antes de fazer dezessete, muitos. “Mataram beltrano, mataram ciclano, mataram não sei quem” é quase toda semana.

Para Neide, todas essas mortes seriam decorrência da “mistura”, da incapacidade das mães e dos pais de evitarem o contágio, a sedução dos seus filhos pelos encantamentos das drogas, das roupas e do dinheiro fácil. Essa era a regra, mas havia exceções. Logo, lembrou de outra comadre, com quem frequentemente se encontrava na loja de tecidos, Marcela. Os pais delas mudaram-se do Nordeste de Amaralina para Itinga na mesma época que Neide e seu marido. Com o objetivo de concretizar o sonho da casa própria, compraram seus terrenos no mesmo loteamento onde, nos anos seguintes, construiriam suas casas. Não obstante a diferença de idade, Marcela tem aproximadamente a idade dos filhos de Neuza, mútuo interesse pela costura aproximou as duas. A razão de ter mencionado a comadre é que aproximadamente um ano atrás o filho dela, Mazinho, foi morto a tiros dentro de casa por policiais. Além do mais, Marcela havia tomado todas as precauções para não deixar o seu filho se “misturar”, inclusive o acompanhava todos os dias até a escola de “mãos dadas”. Isso, todavia, não impediu o seu *envolvimento* com o tráfico de drogas. Por conseguinte, deveria haver para Neide outra explicação para o trágico desfecho, a “índole da pessoa”, pois “se não misturou, só se você tem a tendência de fazer isso”.

Essa Marcela, o filho dela, o Mazinho, morreu. A polícia matou ele. Ela levava todo dia pra escola. Esse menino era levado pra escola de mão dada. Ali não era falta de amor, não era falta de nada. A mãe trabalhava, tinha alguma condição, que o marido já tinha separado, mas ajudava com dinheiro, procurava saber do filho. Acho muito que vai do misturar, mas, no caso dele,

acho que é a índole da pessoa mesmo. Porque se não misturou, só se você tem a tendência de fazer isso.

Marcela se casou nova com um homem mais velho, seu primeiro namorado. Não era apaixonada, mas gostava dele. Além disso, enxergou no casamento uma oportunidade de escapar da severidade do pai e, assim, ter um pouco mais liberdade. Não demorou muito para perceber o quanto estava enganada. Seu marido mostrou-se tão severo quanto o pai e, ainda pior, muito ciumento. O desencanto com a vida de casada levou ao abandono dos estudos, ficou “desmotivada” para frequentar a escola por conta dos ciúmes do marido. Hoje arrepende-se profundamente dessa decisão, “foi uma besteira que fiz na minha vida”. A decepção com o casamento foi parcialmente eclipsada pelo nascimento do seu filho, Mazinho.

“Quando eu tive o meu filho, eu me apeguei muito, porque ele fazia companhia a mim. Abaixo de Deus, meu filho preencheu aquele vazio que ele estava deixando”. A frustração com o marido só aumentava, cada vez menos presente desde o nascimento do filho. “Quando ele saía eu não ligava mais. Ele chegava a hora que queria, nem ligava, não questionava mais nada”. Essa situação arrastou-se por oito anos, quando, enfim, Marcela decidiu pedir a separação. No início a relação entre eles ficou bastante conturbada, o marido não aceitava e a perseguia, “dizia que eu era dele e que eu não ia ser de ninguém mais”. Mas, com o passar do tempo, aceitou o término do casamento, tornaram-se amigos e sempre foi um pai presente.

Logo após a separação, Marcela conseguiu seu primeiro emprego, em uma fábrica de plástico no município vizinho, e começou a “arrumar” sua casa com o salário, “que era até um bom salário”. Permaneceu nesse emprego por doze anos, período no qual os laços entre mãe e filho intensificaram-se ainda mais. “Naquela época, a gente cresceu juntos. A gente era amigos. Eu era mãe, amiga, era tudo pra ele. Foi muito bom”, recordou Marcela com grande saudosismo. O crescimento do filho, por sua vez, trouxe novas preocupações. Enquanto a mãe trabalhava, Mazinho estudava e quando o turno terminava se dirigia para a casa da avó materna. O tempo longe do filho causava apreensão diante das transformações observadas no bairro. “Eu fui analisando como ficou a Itinga, o fluxo de tráfico, de criminalidade. Então, ficava preocupava quando eu estava trabalhando, ligando pra saber onde ele estava, porque eu via filho de um bocado de amiga envolvido”.

Por conta disso e valendo-se da amizade com o filho, sempre que possível conversava sobre o uso de drogas ilícitas. “Eu dizia: ‘Nunca queira. Porque droga não

presta'. E explicava toda a situação e confiando nele, né?". Apesar das conversas e dos alertas, Mazinho "começou a usar" maconha "Quando ele começou a usar, ele não teve coragem de se sentar e falar pra mim. Só falou quando eu fui apertar ele, porque eu fiquei sabendo por terceiros". Por medo da severidade do pai de Mazinho, Marcela optou por não contar sobre o novo hábito do filho. Isso até ele receber um telefonema de um conhecido informando que o filho estava fumando maconha na casa de um primo.

Quando soube, o pai pegou ele numa casa lá na principal. Na casa de um primo que estava morando com colegas e veio batendo nele de lá até aqui. Nesse dia, até um carro de polícia parou para perguntar por que ele estava batendo. Pensou que era uma pessoa estranha batendo no adolescente. Aí ele falou: "Não! Aqui é meu filho! Eu estou batendo hoje pra que vocês mais tarde não venha bater e nem matar ele".

"Na verdade, eu achei que ele sempre teve dificuldade na escola". Mesmo antes desses acontecimentos, Mazinho era desinteressado pela escola e apresentava dificuldades de aprendizado, logo identificadas pelas professoras. Marcela envidou todos os esforços ao seu alcance para melhorar o desempenho escolar do filho. Contratou professor particular para aulas de reforço e pagou sessões de terapia com psicólogo, "sempre fazendo o melhor". Mas nada disso surtiu o efeito desejado, nem mesmo as "regulagens" dadas pelo pai. "Por que ele era assim? Não sei se foi a separação que afetou", lamenta-se Marcela. Mazinho estudou até a quinta-série do ensino fundamental, quando começou seu *envolvimento*. "Depois a gente mandava ele pra escola, deixava na porta, via entrar, mas ele saía. Não só ele, outros também, né? Que começou a se envolver junto. Todos na mesma época".

Quando começou a manifestar desinteresse pelos estudos, seu pai, dono de uma pequena serralheria, passou a 191nte-lo para o trabalho no turno oposto ao escolar. Desde então, de segunda-feira a sexta-feira, trabalhava na oficina ou nos locais onde os serviços de instalação eram executados. Trabalhou até mesmo no dia de sua morte. "E o pai assim, se a semana dele valesse duzentos reais, o pai dava trezentos pra poder incentivar ele, pra que ele não viesse tá nessa vida errada, mas nada adiantou".

Para Marcela, "ter dinheiro" era a principal motivação para o envolvimento do seu filho com o tráfico de drogas na região onde residia. Surpreendentemente, quando perguntada se ele ganhava mais dinheiro traficando do que trabalhando na serralheria do pai, foi enfática na resposta: "Ganhava nada! Não tinha dinheiro pra nada". Por exemplo, nas ocasiões em que foi preso, os pais arcaram com os custos advocatícios

e, quando teve que sair da casa da mãe para não a pôr em perigo, eles também assumiram o pagamento do aluguel e demais contas domésticas.

Sem demora, Marcela ofereceu outra possível explicação. Desta feita, assinalou a “empolgação”, o “gosto” pelas práticas criminais, que seriam induzidos pelos “mais velhos” nos “meninos” através da oferta de roupas de marca, de dinheiro. Seduzidos, “influenciados” diria Vera, com a possibilidade deles próprios terem os meios para proverem seus desejos, “uns vão pegando o gosto”. Seu filho, Mazinho, havia vivenciado uma situação dessa, logo antes de ser preso pela primeira vez. Atenta aos itens que adentraram na sua casa, Marcela o obrigou a devolver a camisa e a bermuda de sua marca predileta, Seaway, dadas por um conhecido traficante da região. Mas já era tarde, “meu menino, ele já estava traficando”. Por fim, apontou para o “inimigo”, o verdadeiro responsável, em última instância, pela sequência de eventos que culminaram no assassinato do seu menino: “Na verdade, a gente sabe que por trás de tudo isso tem o inimigo, né? Que é o Diabo que trás tudo isso. Que ninguém é ruim por querer”.

Eu me lembro como hoje. Um traficante daqui deu uma camisa e uma bermuda pro meu filho. Aí ele chegou em casa com essas roupas e eu falei: “De quem é?”. Ele respondeu: “São minhas, fulano me deu”. Eu disse: “Não! Você vai devolver. Por que ele te deu essas roupas?”. Aí procurei saber do cara por que ele deu, que ele é filho de uma irmã minha da igreja. Ele disse: “Porque eu gosto muito dele e quis dar, minha tia. Não tem problema nenhum não”. Então, eu disse: “Não! Ele não vai poder ficar com esse presente.” E ele devolveu. Logo depois ele foi preso. Meu menino estava traficando. Depois disso que começou a se embolar todo.

A prisão sinalizou pela primeira vez o quanto a vida de Mazinho estava “embolada” no *crime*. Marcela e seu ex-marido ficaram ainda mais desorientados e atônitos perante os desdobramentos que se seguiram à prisão do filho. Alheios às dinâmicas criminais do bairro, pai e mãe foram surpreendidos pela intensificação dos conflitos armados em torno do controle do comércio varejista de drogas no entorno do local onde moravam, uma região próxima ao *campinho*. Foi então que Marcela ouviu falar pela primeira vez em Gringo, Morcegão, BDM, *Bonde do Azuado* e *Bonde do Ajeita*. Um conjunto de novos nomes e siglas que, naquele momento, faziam pouco sentido. Ela se referia, sem saber, ao período no qual Morcegão rompeu com Gringo e iniciou uma disputa pelo domínio territorial de algumas *bocas* do bairro, incluindo a *boca do campinho*, justamente onde seu filho atuava na venda de drogas.

Impelido a escolher um lado na disputa, Mazinho optou pela aliança com Morcegão, com quem tinha amizade desde a infância. Com o triunfo do grupo na

região do *campinho*, a intensidade dos conflitos diminuiu, porém os rivais do *Bonde do Azuado* não abdicaram das investidas para tentar retomar o território perdido. A permanência de Mazinho na casa da mãe tornou-se insustentável. Além dos riscos aos quais sua mãe estava exposta, ele havia se tornado *visado* por rivais e policiais. Sua mudança para outra residência era urgente. “Chegou um tempo que ele teve que sair daqui, a gente pagava aluguel pra ele. Começaram a escorraçar os meninos daqui, porque queria que vendesse pra eles e eles estavam vendendo pra outra pessoa”, explicou Marcela o motivo da decisão em favor da mudança. Para assegurar maior proteção ao filho, só a família conhecia o novo endereço, “ficava em sigilo”.

E depois que surgiu esse negócio de BDM, Bonde do Ajeita, Gringo e não sei mais o que, os jovens começaram a se acabar ainda mais. Muitos jovens se acabando. Entre eles mesmos. Por causa de dívida de droga, de briga pra saber quem vende pra quem. E, assim, jovens de dezessete, dezoito, vinte anos. Um mato o outro. Meninos que eram tudo amigo. E hoje em dia por causa de um mandado de um chefe tem que fazer. Mesmo tendo crescido junto, mesmo se for primo, tem que cumprir. Ou você faz ou você morre.

Mesmo com a mudança, policiais ainda investiram mais de uma vez contra a casa de Marcela na tentativa de prender seu filho.

A polícia ficou um tempo atrás dele. Invadiu minha casa umas três vezes. Arrombou o cadeado. Todas as três vezes eu não estava em casa. Eu chegava em casa, a casa estava revirada. Eram os vizinhos que me ligavam. Eu não tinha nem coragem de descer pra ver. Ficava na casa de minha mãe. Porque sempre quem ia era meus irmãos. Eles falavam: “Você não pode invadir a casa de minha irmã!”. “Ah! Mas vocês tão querendo apoiar o que seu sobrinho faz?”. “Ninguém aqui dá exemplo apoiando o que ele faz. Simplesmente vocês têm que respeitar a casa da minha irmã, porque meu sobrinho não mora aqui. Então vocês não podem chegar na casa dela e fazer isso que vocês fizeram”.

A mudança de Mazinho coincidiu com a notícia sobre a gravidez de sua namorada. Por conta disso, o jovem casal decidiu morar junto na nova residência. Os primeiros meses de convivência do casal sob o mesmo teto foram tranquilos, focados na gravidez e nascimento da primogênita, o que fez Marcela vislumbrar um ponta de esperança na saída do seu filho “dessa vida”. A tranquilidade da vida conjugal logo ruiu e se tornou “um relacionamento muito atribulado”, com muitos desentendimentos e brigas. Inclusive, em certa ocasião, vizinhos acionaram a polícia por conta de uma briga entre o casal.

Os policiais, ao atenderem a ocorrência, observaram ferimentos no rosto da companheira, sinais de agressão, e detiveram Mazinho por violência doméstica. Marcela não fez vista grosso para a agressão do filho, mas também deixou claro o que pensava sobre a então nora: “Ela era assim, sabe essas mulheres que, ao invés

de ajudar o homem, piora a situação? E ele gostava muito dela”. Seja como for, as esperanças não se confirmaram, Mazinho continuou atuando no tráfico de drogas. Dupla jornada de trabalho, haja vista que continuava trabalhando com o pai na serralheria. A incompreensão de Marcela sobre a persistência do filho no tráfico permanecia. “Eu não sei o que que levava ele fazer isso. Porque, assim, quando os pais abandonou os jovens, virou as costas. Mas a gente nunca virou as costas pra ele”.

Sempre conversando: “Filho! Tá vendo que essa vida não é pra você? A gente nunca abandonou você. Sempre sustentando você. No que você precisava”. A gente fazia compra, a gente pagava aluguel. Se precisasse de alguma coisa. Se precisava de um remédio, a gente comprava. Mas nada entrava na mente dessa criatura. É uma coisa inexplicável. Eu acredito que era prazer que ele sentia de tá no crime. Porque nunca teve uma moto, através do tráfico. Nunca teve um carro. Nunca teve uma casa boa. O máximo que teve foi umas camisas, bermudas de marca, só isso. Porque, na verdade, quem se dá de bem nessa vida do tráfico é o cabeça, né?

Apesar da insistência de Mazinho no tráfico de drogas permanecer uma incógnita, seus pais continuaram lançando mão de tudo o que estava ao alcance para fazê-lo mudar os rumos de sua vida. Levá-lo a igreja para frequentar os cultos junto com a mãe foi o último recurso. No início, Marcela teve a impressão de que a participação nos cultos estava surtindo os efeitos desejados. “É a oportunidade que Deus está te dando pra sair dessa vida errada. Eu não quero te perder. Eu te amo!”, suplicou ao filho. Entusiasmada, foi convencida a tatuar no braço um coração e, abaixo, a frase “Amor de Filho”, ao passo que seu filho tatuou o mesmo coração com a frase “Amor de Mãe”.

Quando tudo indicava que uma mudança era possível, sua mãe “sentia que ele estava melhor”, acontecia uma “recaída”, tal qual em um vício. O celular tocava, ele atendia e os “convites” apareciam. Se tivesse uma “mente forte, plantada, equilibrada” conseguiria resistir à tentação dos convites, mas foi suscetível às influências, dando “brecha ao Diabo”. Na conversa, uma frase se repetia em tom de lamuria, sempre que o assunto tangenciava os percalços que culminariam na morte do filho: “Como era lindo o meu menino”. Às vezes complementada por outra: “Pense num negão lindo, forte, saudável”.

Ele dizia: “Vou sair dessa vida. Não quero essa vida pra mim, minha mãe”. Ia a igreja comigo. Eu, quando ia para os cultos, levava ele. E na mesma hora que eu sentia que ele estava melhor, daqui a pouco dava aquela recaída. Também o celular, o telefone não parava, os convites. Eu sei que ele já não era mais inocente. Mas, muitas vezes, tem alguns convites que se a pessoa tiver mente fraca, eu acredito que cai. Que se ele tivesse uma mente forte, plantada, equilibrada, pensasse mais em mim. Como o pai dele dizia: “Não

pense em mim! Pense na sua mãe!”. Porque quando ele ia preso, eu sofria. Não dormia, não comia e chorava o tempo todo.

“Infelizmente ele não deu lugar pra Deus trabalhar na vida dele”. Depois da maioridade, Mazinho foi preso ao menos três vezes. A primeira por tráfico de drogas, quando sua mãe descobriu que não era apenas usuário de maconha, outra por ter agredido sua companheira e, a última, por porte ilegal de arma de fogo. Nesta ocasião foi abordado por uma viatura da polícia militar enquanto se deslocava dentro de um carro roubado pelas ruas do bairro em companhia de um comparsa, o condutor. Com ele foram apreendidas uma pistola calibre .380 com numeração raspada e cerca de dois mil tubos plásticos tipo “eppendorf”, supostamente para acondicionamento de cocaína. Detido na carceragem da delegacia de Itinga, participou de uma fuga bem-sucedida junto com outros quatorze presos. Dois dias depois apresentou-se voluntariamente na própria delegacia, convencido por Marcela e acompanhado da advogada, sua tia, que o assistiu em todos os processos judiciais. Nessas três ocasiões, a mãe teve conhecimento sobre a prisão do filho através de mensagens, acompanhadas de fotos, enviadas para o seu celular por conhecidos. “Aparecia nos zaps de todo mundo, que aqui é assim. ‘Tia, a senhora falou com o Mazinho hoje? Falei, nesse instante, por quê? Apareceu uma foto aqui, parece que é ele’. Era assim que eu ficava sabendo”.

Mesmo dando “brecha ao Diabo”, Mazinho continuou participando dos cultos na igreja pentecostal frequentada por sua mãe. Não raro, ele próprio a convidava, “Mãe, bora pra igreja hoje?”. Quatro dias antes dele morrer, Marcela presenciou um momento de grande emoção que poderia ter sido um ponto de inflexão na trajetória de Mazinho no *crime*. Durante um culto, que seria o último, aceitou Jesus, justamente “na hora do apelo ele levantou a mão e disse que iria aceitar Jesus, que estava cansado de sofrer, que não queria mais essa vida”. Isso ocorreu em uma quinta-feira e “na segunda-feira aconteceu”. Para ela, a aceitação de Jesus proclamada por seu filho ocorreu tarde demais, aquela altura ele já estava com a vida por demais “embolada” no *crime*. “Ele fez nome” e estava muito *visado* por policiais, que vislumbravam a possibilidade de extorquir dinheiro em troca de maior liberdade para traficar. “Infelizmente, os policiais, assim, se der dinheiro pode traficar, fazem vista grossa”.

Mazinho havia se tornado um alvo para certos policiais, cada vez mais empenhados na sua perseguição. Daí, as três invasões ao domicílio de Marcela.

Frequentemente, ela observava um carro cinza parado na sua rua, ocupado por pessoas que “pareciam normais”, vestindo camisa e bermuda, mas, na verdade, eram “um tal de P2”, “tipo Civil”. Ao menos, até então, a localização do filho permanecia em segredo.

Eu conversei com essa pessoa que era amigo do meu menino. Aí ele falou: “Tia, na verdade, todo mês eu tenho que dar três mil reais. Porque aqui tem uma equipe de polícia que persegue os jovens, mas aqueles que dão dinheiro, eles fazem vista grossa”. Tem um carro aí, um tal de P2, um carro cinza que parece com polícia particular. É tipo Civil. Outro dia mesmo, o menino quase morria ali. Por quê? Porque parou de dar dinheiro. Meu menino eles perseguiam o tempo todo, querendo dinheiro. Mas, ele não tinha dinheiro pra dar.

Um acontecimento controverso transformou o encalço policial com vistas à extorsão em um cerco ferrenho para a prisão de Mazinho, após este ser acusado de ter efetuado os disparos de arma de fogo que vitimaram uma professora no bairro de São Cristóvão. Marcela contesta veementemente a participação do filho nesse episódio. Valendo-se da relação de amizade entre eles, afirma ter indagado especificamente sobre a participação dele nesse crime e obtido uma resposta negativa. Seja como for, a investigação policial apontou para Mazinho como responsável pelo homicídio e um cerco policial foi montado na região do *campinho*, região onde ele morava e atuava, inviabilizando o funcionamento da principal *boca* de Morcegão.

Essa situação perdurou por aproximadamente três semanas, até o serviço reservado da polícia militar localizar o endereço de sua residência, mantido em segredo por familiares. Mazinho conversava com a mãe através de mensagens trocadas pelo celular. Foi avisado que um dos funcionários do pai havia adoecido e, por isso, ele deveria acordar mais cedo no dia seguinte e se dirigir até o bairro de Itapuã (Salvador) para “adiantar o serviço”. Após confirmar sua presença no local de trabalho, enviou a imagem de um coração (*emoji*) para a mãe seguida da mensagem “eu te amo”, prontamente respondida “também te amo”.

Poucos minutos após a despedida chegaram novas mensagens de Mazinho. Porém, dessa vez, as mensagens eram estranhas, “não tinham nada a ver”, Marcela não conseguia entender-las. Sem especificar o conteúdo delas, apenas complementou sua narração, dizendo: “Pegaram o celular dele”. De acordo com vizinhos, seu filho acabara de entrar na casa carregando um saco de pão quando dois policiais arrombaram a porta com chutes e, na sequência, dois tiros foram ouvidos. “Descobriram onde ele estava morando e invadiram a casa. Matou ele dentro de casa.

Dois tiros no peito. No coração”, uma longa pausa na tentativa de conter a emoção, e Marcela prossegue, repetindo algumas vezes em voz baixa: “Como era lindo o meu menino”.

Marcela recebeu a notícia da morte do filho através de mensagens enviados ao seu celular por conhecidos. Abalada e inconsolável não teve forças para sair de casa. Seu ex-marido foi quem se dirigiu até o local. Lá os policiais que aguardavam a retirada do corpo informaram que Mazinho morreu após uma troca de tiros. Imediatamente, o pai retrucou “Como ele estava trocando tiro, se ele estava falando com a mãe no celular no mesmo momento?”. Marcela afirma categoricamente que não havia armas nem drogas dentro da casa, pois ela própria realizava semanalmente a faxina e fazia questão de “olhar tudo”. Para ela, não há dúvida, seu filho foi executado pelos policiais. O *radinho* e arma encontrados com Mazinho teriam sido plantados para justificar a troca de tiros.

Como se isso não bastasse, ainda no mesmo dia, a foto do seu filho morto, estirado no chão da própria casa, começou a circular pelos aplicativos de mensagem para celular seguida da frase: “Traficante Mazinho trocou tiro com a polícia”. E a voz de Marcela mimetizando a respiração do filho cessando, seus últimos segundos de vida, revivendo mais uma vez morte dele e morrendo mais um pouco, “Como era lindo meu menino”. Acontecimento trágico, revivido involuntariamente inúmeras vezes, sempre que avistava o carro cinza:

Porque eles [os policiais] trabalham também muito errado. Esses meninos, todo mundo conhece o carro cinza. Passa aí direto. Eu dei graças a Deus que nunca mais vi, porque dizem que foi esse carro que tirou a vida de meu filho. Esses policiais eu conheço, assim, de vista, de nome não.

“Eu agradeço a Deus todo dia que eu nunca mais eu vi esse carro”. Marcela não mais cruzou com o Voyage cinza do serviço reservado da polícia militar, porém, nas semanas seguintes à morte do filho, a viatura de polícia caracterizada e com *giroflex* ligado esteve na porta de sua casa algumas vezes. Nas duas primeiras não a encontraram, ainda não havia voltado do trabalho. Queriam entregar a intimá-la para prestar depoimento na delegacia de homicídios, mas, segundo ela, também queriam intimidá-la. “Ela tá sofrendo, perdeu o filho dela. E vocês ainda continuam vindo aqui com carro de polícia na porta”, reclamou com veemência um dos irmãos. Na terceira tentativa obtiveram sucesso, tanto na intimação, quanto na intimidação. “Eu fiquei logo tremendo”.

Marcela compareceu à delegacia acompanhada da advogada, tia de Mazinho. Antes de prestar o depoimento, foi instruída para “não falar muito, porque podia ficar correndo risco de vida”. Marcela ponderou que, de fato, era o melhor a fazer, “não dizer muita coisa”, afinal, nada mudaria o fato da morte do seu filho. “Tá na mão do Senhor!”, disse, na expectativa de que, ao menos, a justiça divina fosse feita. Hoje em dia, quando avista uma viatura ou, até mesmo, as “luzinhas” do *giroflex* piscando, Marcela imediatamente treme e fica paralisada. “É tipo um trauma”, explicou, e, na sequência ilustrou com o susto que levou ao ouvir a freada brusca de um carro enquanto dormia no sofá.

Sabe, é assim, tipo um trauma. Esses dias mesmo, era seis e pouca da noite, e eu estava dormindo com a tv ligada na sala. Daqui a pouco eu ouvi uma zoadada de carro freando bruscamente. Porque tem um quebra-molas perto da minha casa. Quando eu escutei esse carro freando, pensei que era a polícia entrando na minha casa. Dei um pulo do sofá e segurei na grade da janela. Eu não sentia mais as minhas pernas. “Pronto! Agora fiquei aleijada”, pensei.

Desde que a morte do filho, Marcela anda “com o psicológico muito abalado”, às vezes, sem motivo aparente, “dá um nervoso”. Já esteve em uma unidade de saúde e, agora, aguarda ser encaminhada para o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. O “nervoso” é causado pela falta, ausência de Mazinho. Uma ansiedade que perpassa o dia, à espera de um telefonema ou de uma mensagem que nunca chega. “Durante o dia ele me ligava duas, três vezes. Eu trabalhando e ele ligava pra conversar por telefone e perguntava como é que eu estava, como foi meu dia. E hoje eu não tenho mais. Então, tudo isso mexe muito meu psicológico”. A ansiedade também é alimentada pelo arrependimento de não ter se mudado do bairro junto com Mazinho. Muitas vezes pensou ser essa uma possível solução para o *envolvimento* do filho, mas financeiramente não era viável. “Eu poderia ter feito isso, ter abandonado tudo e tentado tirar ele daqui, dessas amizades, desse meio, pra ver se tinha jeito”.

Consola-se acreditando nos planos de Deus para cada um, “a gente faz um plano e Deus faz outro”, e está ciente de que “o luto é coisa que demora tempo”. Para continuar vivendo agarra-se à sua fé, frequentando semanalmente a igreja. Os louvores e orações trazem alívio ao coração. Não fosse a fé no evangelho, o “nervoso”, certamente, teria tomado conta da sua vida. Outra fonte fundamental de vitalidade, a qual se agarra diariamente, é a neta. A companheira de Mazinho, após a morte dele, abriu mão da filha, não quis mais cria-la. Marcela, a avó paterna, assumiu os cuidados e hoje cuida dela como se fosse sua própria filha. “Ela é a cara dele. É ele de novo”. Um acalento diante de tanto sofrimento.

Atualmente, o maior desejo de Marcela é mudar de residência, assim que for possível. Para ela, a mudança propiciará um recomeço, uma nova vida e, quem sabe, ajudará a lidar melhor com os traumas e o “nervoso”. Todos os dias percorre as ruas onde Mazinho foi criado, vê os jovens da idade dele no campo onde jogava bola, encontra seus amigos e aconselha os *envolvidos*. “Tudo me faz lembrar ele”, confessou. O peso da lembrança alimenta o desejo de vender a casa e mudar para outro local, de preferência uma cidade no interior, mais tranquila. “Eu quero sair daqui”. Mas, antes, precisa quitar o empréstimo feito para arcar com os custos do enterro, “a despesa foi muito grande”, pois quis uma despedida “digna, descente” para o filho, algo que não aconteceria caso solicitasse a gratuidade da assistência funerária do município. A cada mês, uma nova parcela. Ainda faltam 34, ou seja, dois anos e dez meses para, enfim, quitar o empréstimo.

A narrativa de Marcela sobre a trajetória e morte do filho remete inevitavelmente às discussões de Walter Benjamin sobre o desaparecimento da arte de contar histórias associada às modificações nas formas do morrer na modernidade. No relato de Benjamin (2007b, p. 84) sobre os soldados alemães retornando da Segunda Grande Guerra, a incapacidade de comunicar as experiências vivenciadas no campo de batalha, dando a entender que quanto maior o dano à capacidade de experimentar, mais importante se torna o corpo, até que, no limite, exista apenas um corpo incapaz de comunicar sua experiência. Como Marcela agarrada à grade da janela paralisada, incapacitada. Um luto silencioso, incapaz de comunicar a dor (Cf. BIRMAN; LEITE, 2004; VIANNA; FARIAS, 2011). De acordo com Taussig (1999; 2012), estamos diante de um novo tipo estória orientado para “espaços de morte” e delimitado pela “penultimateidade”, “o momento que é permanentemente o momento antes do último. Não há último. Não há fim. Ou antes, é tudo fim o tempo todo. Isso introduz um novo sentido de tempo, o final contínuo” (2012, p. 65). O momento antes do fim continuamente repetido à exaustão e Marcela repetindo, indefinidamente ao longo da conversa, “como era lindo o meu menino”, como se revivesse os últimos suspiros do filho, o ponto de partida para a degenerescência de sua beleza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese apresenta um esforço inicial e ainda incipiente para preencher uma lacuna identificada no campo de estudos da sociologia da violência, que diz respeito a constituição do corpo enquanto um objeto de pesquisa relevante, digno de investimentos teórico-metodológicos mais consistentes. Imbuído desse propósito apresentei, ao longo dos capítulos, uma etnografia do corpo no crime, a partir do trabalho de campo realizado no bairro de Itinga, Lauro de Freitas, Bahia. Certamente, parte das análises desenvolvidas está umbilicalmente atada a conjuntura local daquele momento e a transposição para outros tempos e espaços deve ser feita de forma cautelosa e com as ressalvas necessárias. Ainda assim, acredito que algumas noções e interpretações delineadas na tese têm potencial heurístico para além das cenas etnográficas aqui narradas e, nesse sentido, são uma contribuição aos estudos recentemente denominados de “abordagens etnográficas e positavações da violência e do crime” (HIRATA; AQUINO, 2017).

Digo isso, porque, a meu ver, toda etnografia da violência e do crime é, em alguma medida, direta ou indiretamente, uma etnografia das superfícies. Frequentemente, ou quase exclusivamente, as superfícies exploradas nessas etnografias é a espacial. Sem dúvida, não há como compreender as dinâmicas e práticas criminais e estatais sem levar em consideração os efeitos locais produzidos pela territorialização das políticas do crime e as estatais. Aliás, este foi o objetivo do capítulo 2, descrever os efeitos de territorialização dessas dinâmicas no bairro de Itinga, privilegiando sua inscrição na superfície espacial do bairro, para, assim, apresentar ao leitor a cadeia de eventos e situações responsáveis pela conjuntura local no momento da realização do trabalho de campo.

Em um âmbito mais geral, a contribuição desta tese foi incluir na análise etnográfica outra superfície, igualmente relevante, a corporal. Isso sem preterir a dimensão espacial, pois, como argumentado, o ordenamento social produzido pelo crime é contingente ao encaixe semântico entre corpo e território. Encaixe esse que só faz sentido quando consideramos as fronteiras, as margens dessas superfícies, afinal são elas que estabelecem tanto as separações, quanto os pontos de contato, entre facções e grupos rivais e entre eles e a polícia. A mimese entre corpo, território e facção é o fundamento da reciprocidade violenta que caracteriza o funcionamento

dos mercados ilegais no bairro. Os atos violentos, em particular, os homicídios, são responsáveis por romper, restaurar e reconfigurar essa cadeia mimética, ou seja, o ordenamento faccional. Neste ponto, surge uma das contribuições mais relevantes desta tese para a compressão do processo de constituição do corpo social no crime, que é a proposição da existência de um regime estético-sensorial, responsável pela (re)construção (e transposição) simbólica e material das fronteiras territoriais das facções na superfície corporal, reconectando, assim, o corpo espacialmente móvel ao espaço social do qual é uma sinédoque. É um discurso produzido a partir da recepção do corpo do Outro enquanto uma materialidade a ser decodificada, com foco nos signos visíveis carregados ou inscritos na superfície corporal (aspectos fisionômicos).

Vale acrescentar que, esse regime estético-sensorial não é acionado apenas pelos operadores do tráfico, antes seu emprego é amplamente difundido, incluindo moradores, mas principalmente policiais. Reconhecer e interpretar, mas também traduzir e transitar por distintas "gramáticas morais legítimas localmente" (FELTRAN, 2014) é uma competência fundamental para aqueles que compartilham da contiguidade territorial com os mercados ilegais espacializados nas favelas e periferias das cidades brasileiras. Essas gramáticas morais ganham expressões estéticas variadas e o regime estético-sensorial provê meios para interpretá-las, ou, pelo menos, para produzir continuidades indicativas ou revelar dissonâncias entre corpos e espaços através da aparência. Crime e Estado são coproduzidos, há uma dupla captura entre eles. Ruan prometendo tatuar uma índia para cada policial morto com a pistola adornada pelo brasão da Polícia Civil, por um lado, e os policiais da PETO pichando os muros do Residencial Dona Lindú, cobrindo as inscrições "tudo 3, BDM" por "tudo 4, PETO", por outro. E o regime estético-sensorial fornecendo a grade de inteligibilidade para regular as interações violentas.

Nem sempre esse regime é suficiente para a produção de alteridades radicais, sendo necessário o emprego de meios materiais para produzi-las ou revelá-las a partir da violação da superfície do corpo. Refiro-me ao mecanismo de atribuição e contra atribuição, que não deixa de ser uma forma de captura do Outro, operado a partir da mimese da alteridade, que poderia ser associado ao que Horkheimer e Adorno denominam "manipulação organizada da mimese" (2002, p. 148). Através da qual a mimese primeira, constituída a partir da identificação com o Outro, possibilita capturar a alteridade concebida como animalesca, e, na sequência, é recalçada (a segunda mimese) para permitir a "manipulação", o controle da mimese primeira para direcioná-

la àqueles contra os quais a afinidade mimética (identificação) é proibida, por exemplo, os *alemão*.

Em um ambiente no qual os inimigos estão por toda parte, escondidos e dissimulados, e a paranoia influencia amplamente o funcionamento das relações de identidade e alteridade, o mecanismo de atribuição e contra atribuição fornece aos seus operadores um meio de estabilizar essas relações, permitindo distinguir aliados e inimigos. Tal propósito é frequentemente alcançado por meio da transgressão das fronteiras corporais, como se a ato de violação da superfície do corpo através da força (estética) de (de)formação da violência fizesse emergir e, dessa forma, revelasse, um segredo escondido no seu interior, que, todavia, já era conhecido de antemão, tal como ocorrido no terrível evento, relatado no capítulo 4, envolvendo o jovem Júnior.

Nesse processo de estabilização da “manipulação organizada mimese” concorre a identificação moral com a *facção*, expressa, por exemplo, no emprego das palavras *família* e *maloca* para descrever os laços faccionais. O que não é apenas um vocabulário vernacular, nem apenas metáforas, mas uma racionalidade responsável por um modo de disciplina de si mesmo, ainda que marcado pelo excesso e pela consumação. A identificação moral ajuda, sobretudo, a refrear, a conter a lógica mimética (contagiosa) da violência faccional, criando um sentido de pertencimento, lealdade e identidade, assim como oferece um contraponto ao crime-dispêndio.

Por conseguinte, o corpo no crime está em constante disputa e, ao mesmo tempo, é a superfície onde essas disputas são encenadas. Nele, diferentes entidades intangíveis e fantasmagórica ganham vida, colidem, se interceptam, se comunicam e entram em conflito. O Estado, o mercado e o *crime*, por exemplo, encarnados na persona do *patrão da vida loka*. Atravessado e marcado por múltiplas forças sedimentadas em uma superfície constantemente feita e refeita, graças a um interminável trabalho das formas, o corpo se constitui como o efeito cumulativo e sempre mutável dessas trocas, a superfície de (a)fundamento na qual as diferentes forças são vergadas de modo a produzir um interior na pele, o que equivale a incorporação na carne das dobras que formam a subjetividade.

Essa investidura mimética do corpo pela alteridade, que corresponde a capacidade de outrar-se e ainda assim permanecer o mesmo, é fundamental para entender a forma como as facções produzem sua aura de poder a partir da dor do Outro, processo, denominado por Scarry (1985), de ficcionalização do poder. A transformação da dor em poder, mediante a objetificação dos atributos subjetivos da

primeira, é realizada, no mais das vezes, pelas armas empregas para a produção de ferimentos, isto é, todo objeto que tem contato com o corpo de modo a produzir dor. É, justamente, a transformação do corpo em linguagem, mediante a inscrição de signos quase-orgânicos na superfície da pele (os ferimentos), que permite a transformação da dor em uma ficção de poder. A tortura, o homicídio, a agressão e demais atos de violência física intencional não representam a aplicação do poder, ao contrário, eles o fabricam a partir do corpo da vítima, pois é nessa superfície que a *facção* emerge como força material eficaz através da agência do algoz. A *facção* é, portanto, reificada e fetichizada no corpo das vítimas através da violência infligida.

O processo de ficcionalização do poder, por sua vez, está intimamente relacionado tanto ao mecanismo de atribuição e contra atribuição, quanto à estrutura do sadismo. Em ambos os casos, destaca-se o papel da arma enquanto única cópula possível entre o eu e o Outro. Tanto nas situações de produção material da alteridade radical, quanto na produção sádica da autonomia individual, o que está em questão é a configuração do reconhecimento no *crime*. No que diz respeito ao sadismo, elevado à condição de forma de participação social, as agressões praticadas contra um corpo marcado como Outro constituem formas de auto-reconhecimento, mediadas pelo emprego das armas. Isso, porque, a aniquilação física é a única forma de reconhecimento intersubjetivo e, nesse cenário, a arma se torna a única cópula (vínculo) possível através da qual o reconhecimento é alcançado. Nas distintas situações relatadas, evidencia-se a capacidade do corpo de emitir e receber signos, inscrevê-los sobre si mesmo e traduzir uns nos outros, ou seja, distintas formas de inscrição da ordem simbólica do crime no corpo.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. Criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB*, n. 35, 1993, pp. 3-24.
- ADORNO, Sérgio. “O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002, pp. 267-307.
- ALMEIDA, Odilza; PAES-MACHADO, Eduardo. “Jogos de poder: análise dos pressupostos do sistema de controle no cotidiano de uma unidade prisional”. *32º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2008.
- AQUINO, Jania; HIRATA, Daniel. “Inserções etnográficas ao universo do crime: algumas considerações sobre pesquisas realizadas no Brasil entre 2000 e 2017”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 84, 2017, pp. 107-147.
- AZEVEDO, Rodrigo; SINHORETTO, Jaqueline. “O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, n. 84, 2017, pp. 188-215.
- BAKHTIN, Mikhail. *The dialogic imagination: four essays*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1981.
- BARREIRA, CÉSAR; ADORNO, Sérgio. “A violência na sociedade brasileira”. In: MARTINS, Carlos; MARTINS, Helena. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: ANPOCS, 2010, pp. 303-374.
- BATAILLE, Georges. *A parte maldita, precedida de “A noção de dispêndio”*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BATAILLE, Georges. *O erotismo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- BATAILLE, Georges. *Documents: Georges Bataille*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.
- BAUDELAIRE, Charles. *Meu coração desnudado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- BAUMAN, Zygmunt. “Postmodern adventures of life and death”. In: SCAMBLER, Graham; HIGGS, Paul (org.). *Modernity, medicine, and health: medical sociology towards 2000*. London: Routledge, 1998, pp. 217-232.
- BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia. *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora UFGRS/Pronex-CNPq, 2004.

BENJAMIN, Jessica. *The bonds of love: psychoanalysis, feminism, and the problem of domination*. New York: Pantheon Books, 1988.

BENJAMIN, Walter. *The arcades project*. Cambridge, Massachusetts, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1999.

BENJAMIN, Walter. "The work of art in the age of mechanical reproduction". In: AREDT, Hannah (org.). *Illuminations: essays and reflections*. New York: Schocken Books, 2007^a, pp. 217-251.

BENJAMIN, Walter. "The storyteller: reflections on the works of Nikolai Lekov". In: AREDT, Hannah (org.). *Illuminations: essays and reflections*. New York: Schocken Books, 2007^b, pp. 83-109.

BENJAMIN, Walter. "Para uma crítica da violência". In: GAGNEBIN, Jeanne (org.). *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. São Paulo: Editora 34, 2011, pp. 121-156.

BORBA, Francisco (org.). *Dicionário Unesp de português contemporâneo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BORGES, Luiz Augusto. *O louvor do excesso: experiência, soberania e linguagem em Bataille*. Tese (Doutorado em Filosofia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Filosofia, São Paulo, 2011.

BROWN, Norman. *Life against death: the psychoanalytical meaning of history*. Hanover, NH: University Press of New England, 1985.

BROWN, Norman. "Dionysus in 1990". In: BROWN, Norman. *Apocalypse And/or Metamorphosis*. Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1992.

BRITO, Cristóvão. "Grande corporação e estruturação da região industrial e urbana nos arredores de Salvador". *GeoTextos*, v. 3, n. 1 e 2, 2007, pp. 89-116.

BUCK-MORSS, Susan. "Estética e anestésica: o 'Ensaio sobre a obra de arte' de Walter Benjamin reconsiderado". *Travessia*, v. 33, 1996, pp. 11-41.

CAMPOS; Marcelo; ALVAREZ, Marcos. "Políticas públicas de segurança, violência e punição no Brasil (2000-2016)". In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos (org.). *Sociologia brasileira hoje*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editora, 2017, pp.143-213.

CANNETI, Elias. "A metamorfose". In: CANNETI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 421-485.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

CARADE, Hildon. *Entre a "síndrome do pato" e o "efeito Mateus": juventude e políticas sociais na periferia de Salvador*. Tese (Doutorado em Antropologia).

Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Bahia, 2016.

CAROPRESO, Fátima; SIMANKE, Richard. "Life and death in Freudian metapsychology: a reappraisal of the second instinctual dualism". In: AKHTAR, Salman; O'NEIL, Mary. *On Freud's "Beyond the pleasure principle"*. London: Karnac Books, 2011.

CAVALCANTI, Marina. "Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada". *Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS*, v. 24, n. 69, 2009, pp. 69-80.

CARVALHO, Ana. *Agir e interagir na prevenção da violência: um estudo em um bairro popular de Salvador -Bahia*. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Bahia, 2016.

CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto. "Dinâmica metropolitana e segregação socioespacial". *Caderno CRH*, v. 20, n. 50, 2007, pp. 261-279.

COELHO, Edmundo. "A oficina do diabo: crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro". In: COELHO, Edmundo. *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005, pp. 27-254.

COETZEE, J. *Terras de sombras*. São Paulo: Best Seller, 1997.

CONCEIÇÃO, Thiago. *O comando é noiz: descobrindo o tráfico na periferia de Salvador*. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Bahia, 2015.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. New Delhi: Oxford University Press, 2004.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Porto: RÉ S Editora, 1978.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DIAS, Patrícia. "Lauro de Freitas: aspectos gerais da consolidação da função habitacional e da mudança do perfil da população". *Conjuntura e Planejamento*, n.124, 2004, pp. 29-35.

DIAS, Patrícia. *A construção da segregação residencial em Lauro de Freitas (BA): estudo das características e implicações do processo*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Salvador, 2006a.

DIAS, Patrícia. "Da periferia distante à periferia próxima: notas sobre a construção de um bairro popular na Região Metropolitana de Salvador". *GeoTextos*, v. 2, n. 2, 2006b, pp. 87-114.

DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop*. São Paulo/Fortaleza: Annablume/Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DOUGLAS, Mary. *Pureza y perigo: un análisis de los conceptos de contaminación y tabu*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2007.

DURKHEIM, Emile. *Elementary forms of religious life*. London: George Allen e Unwin Ltda., 1964.

EAGLETON, Terry. *A ideologia estética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios 1: estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FELTRAN, Gabriel. "O legítimo em disputa: as fronteiras do mundo do crime nas periferias de São Paulo". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 1, 2008, pp. 93-126.

FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

FELTRAN, Gabriel. "Manter a ordem nas periferias de São Paulo: coexistência de dispositivos normativos na 'era PCC'" In: AZAIS, C.; KESSLER, G.; TELLES, V.S.. (org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012a, pp. 100-125.

FELTRAN, Gabriel. "Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011)". *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, 2012b, pp. 232-255.

FELTRAN, Gabriel. "O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo". *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, 2014, pp. 495-512.

FOUCAULT, Michel. "Nietzsche, a genealogia e a história". In: MACHADO, Roberto (org.). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 15-37.

FELTRAN, Gabriel. "Prefácio à transgressão". In: MOTTA, Manoel (org.). *Estética: literatura e pintura, música e cinema (Ditos e escritos; III)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 28-46.

FREIRE, Moema. "Paradigmas de segurança no Brasil: da Ditadura aos nossos dias". *Aurora*, ano III, n. 5, 2009, pp.49-58.

- FREITAS, Gildásio; PARANHOS, Emanuel. *Livro da história de Lauro de Freitas: antiga freguesia de Santo Amaro do Ipitanga 1608-2008*. Lauro de Freitas: JSP Jornal e Gráfica, 2008.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GIL, José. *Metamorfoses do corpo*. Lisboa: Relógio d'água, 1997.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1990.
- GRILLO, Carolina. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas – Antropologia Cultural). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2013.
- GRILLO, Carolina. “Da violência urbana à guerra: repensando a sociabilidade violenta”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 12, n. 1, 2019, pp. 62-92.
- HABERMAS, Jürgen. “Entre o erotismo e economia geral: Bataille”. In: HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, pp. 297-332.
- HEIDEGGER, Martin. “Construir, habitar, pensar”. In: HEIDEGGER, Martin. *Ensaios e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 125-140.
- HIRATA, Daniel. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, São Paulo, 2010.
- HIRATA, Daniel. “Vida loka”. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RISEK, C.; TELLES, V. (org.). *Saídas de Emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011, pp. 189-213.
- HOOLIER, Denis. “O valor de uso do impossível”. In: BATAILLE, Georges. *Documents: Georges Bataille*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018, pp. 3-35.
- HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. *Dialectic of enlightenment: philosophical fragments*. Stanford, California: Stanford University Press, 2002.
- IMBUSH, Peter; MISSE, Michel; CARRIÓN, Fernando. “Violence research in Latin America and the Caribbean: a literature review”. *International Journal of Conflict and Violence*, v. 5, n. 1, 2011, pp. 87-154.
- KATZ, Jack. *Seductions of crime: moral and sensual attractions in doing evil*. New York: Basic Books, 1988.
- KLOSSOWSKI, Pierre. *Living currency*. London, Oxford, New York, New Delhi, Sydney: Bloomsbury, 2017.

KOJÈVE, Alexandre. *Introduction to the reading of Hegel*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1969.

KRISTEVA, Julia. *Desire in language: a semiotic approach to literature and art*. New York: Columbia University Press, 1980.

LACAN, Jacques. “O estúdio do espelho como formador da função do eu”. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, pp. 96-103.

LEEDS, Anthony. “Poder local em relação com instituições de poder supralocal”. In:

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015, pp. 63-94.

LIMA, Antonio. *Rastros de fogo e sangue: estudo sobre a (des)centralização de um mercado varejista de drogas na Grande Salvador*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Bahia, 2013.

LIMA, Renato Sérgio de (coord.). *Mapeamento das conexões teóricas e metodológicas da produção acadêmica brasileira em torno dos temas da violência e da segurança pública e as suas relações com as políticas públicas da área adotadas nas duas últimas décadas (1990-2000)*. São Paulo: FAPESP, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2009.

LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José (org.). *As Ciências Sociais e os pioneiros nos estudos sobre crime, violência e direitos humanos*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Urbania, ANPOCS, 2011.

LIMA, Renato; RATTON, José; AZEVEDO, Rodrigo (org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

LIMA, Roberto Kant de; MISSE, Michel, MIRANDA, Ana. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, n. 50, 2000, pp. 45-123.

LESSING, Benjamin. “As facções cariocas em perspectiva comparativa”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 80, 2008, pp.4 3-62.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “A eficácia simbólica”. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Cosacnaify, 2008, pp. 201-220.

LOURENÇO, Luiz. “Prisão e dinâmicas de criminalidade: notas e possíveis efeitos das estratégias de Segurança Pública na Bahia (2005-2012)”. *O Público e o Privado*, n. 26, 2015, pp. 53-67.

LOURENÇO, Luiz; ALMEIDA, Odilza. “‘Quem mantém a ordem, quem cria desordem’: gangues prisionais na Bahia”. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, 2010, pp. 37-59.

LOURENÇO, Luiz Claudio; ALVAREZ, Marcos César. “Estudos sobre prisão: um balanço do estado da arte nas ciências sociais nos últimos vinte anos no Brasil (1997-2017)”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 84, 2017, pp. 216-236.

LOURENÇO, Luiz; DIAS, Camila. “Discutindo elementos para a definição e a atuação de coletivos de internos do sistema prisional de São Paulo e da Bahia”. 39º *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2015.

LYOTARD, Jean- Francois. “Adrift.” In: LYOTARD, Jean- Francois. *Driftworks*. New York: Semiotext(e), 1984, pp. 9-17.

LYRA, Diogo. *A república de meninos: juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: MauadX, Faperj, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano”. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, 2004, pp. 53-84.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Apresentação”. In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly; CARNEIRO, Sandra. *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, pp. 7-13.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. “Meio século de sociologia das classes populares urbanas”. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. *Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016, pp. 15-32.

MALVASI, Paulo. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, São Paulo, 2012.

MARTINS, Rafael. *João Caipó, o médico que não era médico*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007

MARTINS, Rafael. *Entre sonhos e quimeras: sociabilidade e experiência do corpo entre pessoas submetidas ao transplante de órgãos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Salvador, 2009.

MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundo: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

MOORRE, Sally Falk. "Law and social change: the semi-autonomous social field as an appropriate subject of study". In: MOORRE, Sally Falk. *Comparing Impossibilities: Selected Essays of Sally Falk Moore*. Chicago: HAU, 2016.

MUNIZ, Jacqueline; CARUSO, Haydée; FREITAS, Felipe. "Os estudos policiais nas ciências sociais - um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 84, 2017, pp. 148-187.

OLIVEIRA, Gimerson. "*Pegada de patrão*": cartografia subjetiva e representações sobre masculinidades. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Bahia, 2016.

OLIVEIRA, Tiara. *Alguma coisa está fora da ordem?: relações de vizinhança no "Pistão" – Salvador (BA)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Bahia, 2014.

PALMEIRA, Moacir. "A diversidade na luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato". In: PAIVA, Vanilda (org). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985, pp. 43-51.

PINHO, Osmundo. "'Tiroteio': subjetificação e violência no pagode baiano". In: PINHO, Osmundo; VARGAS, João. (org.). *Antinegitude: o impossível sujeito negro na formação social brasileira*. Cruz das Almas/Belo Horizonte: EDUFRB/Fino Traço, 2016, pp. 121-144.

PINHO, Osmundo. "'Botando a base': corpo racializado e performance da masculinidade no pagode baiano". *Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais*, n. 47, 2017, pp. 39-56.

PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da violência: do conceito às representações sociais*. Brasília: Verbaná Editora, 2010.

RAFAEL, Antônio. Segmentaridade e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Alceu*, v. 2, n. 3, 2001, pp. 166-179.

RAMOS, Silvia. *O campo de estudos e ação sobre violência, segurança e justiça: constituição, relacionamento com outras áreas e perspectivas*. Rio de Janeiro: CESeC, maio de 2012.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. *Dissensus: on politics and aesthetics*. London: Bloomsbury, 2010.

RIBEIRO, Ludmila; TEIXEIRA, Alex. "O calcanhar de Aquiles dos estudos sobre crime, violência e dinâmica criminal". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, v. 84, 2017, pp. 13-80.

ROSA, Thaís. "Da casa própria à casa manjada: dinâmicas socioespaciais e vulnerabilidades territorializadas nas periferias urbanas". *39º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2015.

SANTOS, Taysa. *Comando entre cadeias: do Estado, dos frentes e das famílias*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes Humanidades e Letras, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Cachoeira, 2017.

SCARRY, Elaine. *The body in pain: the making and unmaking of the world*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1985.

SENTO-SÉ, João Trajano. "A construção de um discurso sobre segurança pública no âmbito nacional: apontamento para um programa de pesquisa". *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 3, 2011, pp. 501-521.

SHEPER-HUGHES, Nancy; LOCK, Margaret. "The mindful body: a prolegomenon to future work in Medical Anthropology". *Medical Anthropology Quarterly*, v. 1, n. 1, 1987, pp. 6-41.

SCHILLING, Chris. *The body and social theory*. London: SAGE Publications, 1993.

SCHINKEL, Willem. "The will to violence". *Theoretical Criminology*, v. 8, n. 1, 2004, pp. 1362-4806

SILVA, Alden. *Tatuagem: desvendando segredos*. Salvador: Magic Gráfica, 2012.

SILVA, Alden. *Cartilha de Orientação Policial: linguagens simbólicas do crime*. Salvador: Magic Gráfica, 2016.

SOARES, Luiz Eduardo. *Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPOSITO, Marília. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Revista Educação e Pesquisa*, v.27, n.1, 2001, p.87-104.

TAUSSIG, Michael. "Culture of terror – space of death. Roger Casement's Putumayo report and the explanation of torture". *Comparative Studies in Society and History*, v. 26, n. 3, 1984, pp.467-497.

TAUSSIG, Michael. *Mimesis and alterity: a particular history of the senses*. New York, London: Routledge, 1993.

TAUSSIG, Michael. *Defacement: public secrecy and the labor of the negative*. Stanford, California: Stanford University Press, 1999.

TAUSSIG, Michael. "NYPD blues". In: TAUSSIG, Michael. *Walter's Benjamin grave*. Chicago/London: University of Chicago Press, 2006, p. 175-187.

TAUSSIG, Michael. "Posfácio – O sol dá sem receber: uma reinterpretação das histórias sobre o diabo". In: TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010, pp. 321-356.

TAUSSIG, Michael. *Beauty and the beast*. Chicago, London: University of Chicago Press, 2012.

TURNER, Bryan. *The body & society*. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore: Sage, 2008.

TURNER, Terence. "The social skin". *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, v. 2, n. 2, 2021, pp. 486–504.

VASCONCELOS, Francisco. *Esboço de uma sociologia políticas das Ciências Sociais contemporâneas (1968-2010): a formação do campo da segurança pública e o debate criminológico no Brasil*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia, São Paulo, 2014.

VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. "A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional". *Cadernos Pagu*, n 37, 2011, pp. 79-116.

WASELFISZ, Julio. *Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2014.

WASELFISZ, Julio. *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2016.

WOUTERS, Cas. "Como continuaram os processos civilizadores: rumo a uma informalização dos comportamentos e a uma personalidade de terceira natureza". *Revista Sociedade e Estado*, v. 27, n. 3, 2012, pp. 546-570.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. "Nem líderes, nem heróis: a verdade da história oral". In: _____. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994a, pp. 136-155.

ZALUAR, Alba. "Teleguiados e chefes: juventude e crime". In: _____. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ/Revan, 1994b, pp. 100-116.

ZALUAR, Alba. "Violência e crime". In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré/ANPOCS, 1999, pp. 15-107.

ZALUAR, Alba. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 2, 2012, pp. 327-365.

Legislação

BAHIA. *Lei Estadual nº 12.371*, de 21 de dezembro de 2011. Institui o Sistema de Definição e Acompanhamento de Metas para o Indicador Estratégico e outros Indicadores de Controle de Criminalidade no Estado da Bahia, estabelece regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial, e dá outras providências. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1030503/lei-12371-11>. Acesso em maio de 2019.

BRASIL. *Medida Provisória nº 384*, de 20 de agosto de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Mpv/384.htm. Acesso em janeiro de 2016.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.530*, de 25 de outubro de 2007. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm. Acesso em janeiro de 2016.

BRASIL. *Lei Federal nº 11.707*, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Pronasci. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm. Acesso em janeiro de 2016.

LAURO DE FREITAS. *Lei Municipal no 1.596*, de 19 de novembro de 2015. Dispõe sobre a criação da base oficial de logradouros, a delimitação e denominação dos bairros do Município de Lauro de Freitas, Estado da Bahia, na forma que indica, e dá outras providências. Disponível em: http://sedur.laurodefreitas.ba.gov.br/legislacao/lei_1596_2015.pdf. Acesso em janeiro de 2019.

Jornais

A TARDE. "PF deflagra operação contra quadrilha do Bonde do Maluco". Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/noticias/1760727-pf-deflagra-operacao-contr-quadrilha-do-bonde-do-maluco>. 2016.

CONEXÃO CIDADE. "A exemplo de Salvador, toque de recolher é imposto também na RMS". Disponível em: <http://www.conexaocidade.com/2017/08/a-exemplo-de-salvador-toque-de-recolher.html>. 2019.

CORREIO DA BAHIA. "Operação Gênesis rompe ligação do tráfico na Bahia com PCC". Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/operacao-genesis-rompe-ligacao-do-trafico-na-bahia-com-pcc/?cHash=373e7a40ab425cd76095261358586e13>. 2010.

CORREIO DA BAHIA. “Líder da facção Bonde do Maluco é morto em confronto com a polícia”. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/lider-da-facao-bonde-do-maluco-e-morto-em-confronto-com-a-policia/>. 2017a.

CORREIO DA BAHIA. “Após morte de líder do BDM, homens armados ordenam toque de recolher na Boca do Rio”. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/apos-morte-de-lide...o-bdm-homens-armados-ordenam-toque-de-recolher-na-boca-do-rio/>. 2017b.

CORREIO DA BAHIA. “Patrimônio da BDM chega a R\$ 5 milhões, diz Polícia Federal”. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/patrimonio-da-bdm-chega-a-r-5-milhoes-diz-policia-federal/>. 2017c.

CORREIO DA BAHIA. “Chefão do BDM, Zé de Lessa comandou do Paraguai assalto de R\$ 100 milhões”. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/chefao-do-bdm-ze-de-lessa-comandou-do-paraguai-assalto-de-r-100-milhoes/>. 2018a.

CORREIO DA BAHIA. “Conheça Zé de Lessa, o líder do BDM: de Cafarnaum para a lista de mais procurados”. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/conheca-ze-de-lessa-o-lider-do-bdm-de-cafarnaum-para-a-lista-de-mais-procurados/>. 2018b.

CORREIO DA BAHIA. “Conheça Yuri Estilos: de Itinga a barbeiro de Leo Santana”. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/conheca-yuri-estilos-de-itinga-a-barbeiro-de-leo-santana/>. 2018c.

FOLHA POPULAR. “‘Bota a cara BDM’. A falência da Política de Segurança Pública do Estado da Bahia”. Disponível em: <http://www.jornalfolhapopular.net.br/bota-a-cara-bdm-a-falencia-da-politica-de-seguranca-publica-do-estado-da-bahia/>. 2017.

GLOBO.COM. “Lauro de Freitas recebe sexta Base Comunitária de Segurança na Bahia”. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/08/lauro-de-freitas-recebe-sexta-base-comunitaria-de-seguranca-na-bahia.html>. 2012.

ESTADÃO. “Polícia prende traficante mais procurado da Bahia”. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,policia-prende-trafficante-mais-procurado-da-bahia,20040217p11706>. 2014a.

ESTADÃO. “Descoberto esquema de policiais para defender traficante”. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,descoberto-esquema-de-policiais-para-defender-trafficante,20040128p11231>. 2014b.

MASSA!. “Vida mansa acabou, patrões do tráfico”. Salvador, 3 ago. 2012.

UOL. “Atacadista', PCC fornece drogas a facções no NE, diz secretário de segurança da BA”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/01/08/atacadista-de-drogas-pcc-e-fornecedor-de-faccoes-locais-no->

[nordeste.htm#:~:text='Atacadista'%2C%20PCC%20fornece%20drogas,%2F01%2F2017%20%2D%20UOL%20Not%C3%ADcias. 2017.](#)

VILAS MAGAZINE. “Antigos moradores do Japonês recebem apartamentos em Itinga”. Disponível em: <http://vilasmagazine.blogspot.com/2011/08/habitacao-social-apresenta-novos.html#ancora>. 2011.

Documentos

CONDER – Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. *Relatório preliminar do município de Lauro de Freitas*. Salvador: Conder, 1983.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Bahia, Lauro de Freitas*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=291920&search=bahia|lauro-de-freitas>>. 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Gabinete de gestão integrada municipal – GGIM*. Brasília: Ministério da Justiça, s/d.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Diretrizes nacionais Projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo*. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

PMLF – Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas. *Plano municipal de segurança pública do município de Lauro de Freitas*. Lauro de Freitas: PMLF, 2011.

SEC – Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Ofício nº 894, de 26 de novembro de 2009.